

DANIELLE JARDIM BARRETO

**A (IN)VISIBILIDADE DOS PRAZERES, DAS SEXUALIDADES E DOS
GÊNEROS E A PARRESIA NA FORMAÇÃO *QUEERIZADA* EM
PSICOLOGIA:**

Narrativas de outras perspectivas e experiências docentes.

**ASSIS
2016**

DANIELLE JARDIM BARRETO

A (IN)VISIBILIDADE DOS PRAZERES, DAS SEXUALIDADES E DOS GÊNEROS E
A PARRESIA NA FORMAÇÃO *QUEERIZADA* EM PSICOLOGIA:

Narrativas de outras perspectivas e experiências docentes.

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e
Letras de Assis – UNESP – Universidade
Estadual Paulista para a obtenção do título de
Doutora em Psicologia (Área de Conhecimento:
Psicologia e Sociedade)

Orientador: Dr. Wiliam Siqueira Peres

ASSIS

2016

B273i Barreto, Danielle Jardim.

A (in)visibilidade dos prazeres, das sexualidades e dos gêneros e a parresia na formação queerizada em Psicologia: narrativas de outras perspectivas e experiências docentes / Danielle Jardim Barreto. – Assis: Universidade Estadual Paulista; Faculdade de Ciências e Letras, 2016.

213 f.

Orientador: Dr. Wiliam Siqueira Peres.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista.

1. Formação em Psicologia. 2. Sexualidades. 3. Gêneros. 4. Identidade profissional. Cartografias. I. Universidade Estadual Paulista. II. Título.

(21 ed) CDD: 150

Dedico estes anos de pesquisa aos meus pais Irani e Maria José que, com intensidade e paixão, me possibilitaram a vida. As mulheres da minha família, em especial a minha avó, Lourdes, que sem saber me ensinou o feminismo a vida toda. Aos meus filh@s, Lucas e Heloisa, que me ensinam todo dia o quanto a vida pode ser simples e bela. Ao meu grande amor Altair, que me apoiou e se desdobrou para que tudo fosse mais leve e alegre e a@s meus alun@s, que me exigem sempre mais, para que tenham vidas mais abundantes. Obrigado por fazerem parte da minha existência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Paranaense, pelo incentivo em qualificar nosso corpo docente, e pelo apoio durante estes quatro anos, tanto pela concessão da bolsa de estudos, que me auxiliou no início da realização desta pesquisa, quanto na flexibilidade na gestão das minhas atividades profissionais em concordância com as acadêmicas da pós-graduação, sinceramente somente com essa universidade, com ess@s diretor@s executiv@s seria possível.

Ao meu amigo e orientador Dr Wiliam Siqueira Peres, que nos agradecimentos da minha dissertação já estava lá entre os amigos que me apoiaram, me alegraram e me incentivaram, e hoje o agradeço pelo prazer de ser sua orientanda neste doutorado. Sempre quis ser estagiária do Wiliam na graduação, só que me achava pouco competente, então sempre fugia dos seus processos seletivos; mas hoje posso agradecer sua parceria, sua abundante amizade e sua generosidade com o conhecimento. É uma honra poder conviver com ele. Obrigada amigo, sem você jamais teriam sido tão alegres e intensos esses quatro anos.

À Dr.^a Neuza Maria de Fátima Guareschi e ao Dr. Fernando Teixeira Filho, pela atenciosa leitura e pelas valiosas contribuições na banca de qualificação.

A Professora Dr.^a Ester Maria Dreher Heuser, da Unioeste de Toledo Pr, por me possibilitar encontros ainda mais intensos e alegres com Gilles Deleuze e Félix Guattari, durante suas aulas no programa de Pós-Graduação de Filosofia no ano de 2011. Ester é uma daquelas raras mulheres, que fazem de si uma bela arte de viver e de fazer viver.

A@s professor@s colaborador@s, que a cada entrevista e encontros, seja presencial, seja pelo Skype, me tornavam pertencente: com vocês minha vida se tornou muito mais interessante e múltipla.

Essa tese nasce de inquietações, experimentadas no cotidiano da universidade, das salas de aulas e das atividades que são demandadas na docência, na formação de psicólog@s. Vári@s alun@s contribuíram para que essas inquietações se materializassem em linhas e linhas de problematizações, porém me permito destacar @s culpad@s pela minha entrada e saída do

doutorado: Rogerio, Jéssica, Maria Luisa – não há palavras que possam expressar a gratidão que tenho por me desafiarem a entrar no doutorado. Vocês foram durante o ano de 2011, minhas bolhas de sobrevivência, minhas doses diárias de esperança em formar psicólog@s implicad@s e engajad@s com a busca e garantia de direitos a tod@s terem direitos, foram meu e minhas parceir@s da pesquisa piloto, dos meus medos, das minhas inseguranças, foram meu espelho, queria ser como vocês – e hoje sei que só estou aqui, porque vocês acreditaram primeiro que eu, que tudo isso seria possível, e por isso desejo a vocês muitos desejos desejosos por toda vida.

Tinha muito medo de fazer doutorado, na verdade, a experiência do mestrado não me incentivava muito, tudo muito tenso naquela época, ansiedade descontrolada, filho pequeno, acabei sozinha. Isso me assustava, pois tenho uma vida muito legal, marido parceiro, filha pequena, trabalho estável, uma vida tranquila até eu diria, para que colocar tudo isso em risco de novo? Exatamente isso, a tranquilidade não me alimenta, gosto de desafios, preciso deles para me sentir viva, mas sempre com prudência, afinal como já alertou Deleuze – um corpo pode tudo, talvez não deva. Meu corpo pedia esse desafio, mas só pude fazê-lo porque o Altair é meu companheiro, no sentido literal de me acompanhar nas alegrias e nas tristezas dessa nossa vida. Somos bons parceiros, nós rimos muito de nós mesmos, das nossas desgraças, das nossas chatices, das nossas dificuldades e da nossa insistência em fazer da nossa vida algo inesquecível. Obrigada amor, por tudo.

Agradeço meus colegas de trabalho e que posso chamar de amig@s, que, em momentos diversos, fizeram parte deste processo, me substituindo na coordenação, trocando aulas, indo me dar um beijo na sala ou aqui em casa, lendo meus textos, dando opiniões ou, no sábio momento de me tirarem da caverna, exigindo uma convocação para um inesquecível churrasco. Vocês deixaram que o trabalho e o doutorado ficassem sempre prazerosos, obrigada a@s profs: Adriana Santos, Adriana Tie, Altair, Ana Paula, Ariovaldo, Bárbara, Camila, Carina, Clarice, Claudia, Evellyn, Gilberto, Giuliana, Irinéia, Jefferson, Jorge, Karina, Lara, Maria Adelaide, Mauro, Miriam, Orlete, Taise, e a equipe técnica: Carina, Edilaine, Eliane, Juliana, Maria, Michel, Silvileny e Zilvania.

Durante esses quatro anos, como em todas as outras vidas, a minha teve alguns atravessamentos tão violentos e intensos, que apesar de querer muito, por vezes pensei sim

que não conseguiria finalizar essa empreita, vidas começaram, outras se encerraram abruptamente. Em setembro de 2014, tudo ficou suspenso, numa outra dimensão, por exatos sessenta dias, meu filho, aos 19 anos fora atropelado covardemente em Dourados MS, estavam em quatro amigos na calçada, um deles – Mike, morreu na hora, o Lucas (re)viveu literalmente. Foram dias de UTI, dias de internação e outros tantos meses de recuperação, tanto física quanto emocional, dele e minha. Em maio de 2015, quando a minha vida voltava a um prumo possível, após o incentivo do Wiliam de que eu ainda tinha tempo de terminar essa pesquisa, recebo mais uma daquelas ligações que ainda não esquecerei, havia perdido uma aluna estagiária, formanda, em um acidente de carro, a minha linda Taissa. Ter que lidar em tão pouco tempo com a finitude de quem amamos, me modificou imensamente, me agregou medos que não tinha, mas também me fez reconhecer que sem algumas pessoas eu jamais teria saído da imensa tristeza que me abateu nesses dois cenários. Eu jamais deixarei de agradecer a Irinéia, por estar comigo, às duas da manhã daquele fatídico setembro, e ter conseguido a vaga da UTI, em Umuarama, via tramites que eu jamais saberia como fazer, tudo dentro da legalidade, da idoneidade e do profissionalismo, mas que pela falta desses itens por parte da equipe do MS, quase perdemos nosso Lucas. E ao meu primeiro grupo de estágio específico, meus querid@s, parceir@s, e que me desafiam a viver com intensidade: Ana Cláudia, Andressa, Bruna, Danilo, Dhiane e Izabella, vocês são minhas doses diárias de alegria e de esperança. Sem vocês, não teria conseguido chegar aqui.

As minhas amizades no lugar que escolhi viver é a família que tenho, nos momentos mais difíceis, estão ao meu lado para me abraçar e dar aquele colo. É minha família pelos churrascos e almoços de domingos sempre alegres e receptivos, pelos sorrisos sempre fáceis e luminosos. Tenho amiga que até está designada, a me tirar de cena, caso a ansiedade ultrapassar o limite da sanidade, por exemplo. Obrigada por cuidarem de nós nestes nossos onze anos, e de mim com mais atenção nos últimos quatro. Para vocês, minha amizade e minha gratidão eternas: Ademir, Amarildo, Carina, Carla, Carlinhos, Claudia Lobato, Cido, Gilberto, Irinéia, Jorge, Kelly, Lucilene, Tereza, Fábio Thiago, Valmir.

A cada quinze dias, ao longo de 2012 a 2014 tínhamos, entre aulas, orientações, grupos de estudo, momentos que nomeamos de “Quintas insanas”, que garantiram entre outras coisas, amizade, amor, risadas, boas comidas, vinhos, cervejas, quinze quilos a mais e alegrias inesquecíveis, sinto muita falta dessas quintas, mas acredito que o que vivemos jamais será

esquecido, sem vocês não seria tão leve: obrigada minha brisa Anna Paula, meus amig@s: Adriana capenga – a mulher mais incrível que conheci nesses anos do doutorado, André, Caio e Débora, Fábio, Leonardo, Luciana e meus parceir@s de estrada e de quintas insanas Rogério e Bárbara Brunini.

Aos meus familiares e as minhas amigas Patricia Guerra e Patricia Canavarro, pelo incentivo, pelos carinhos, por me receberem nas minhas escapadas até Botucatu, seja presencial, ou pela magnífica tecnologia que nos aproxima. Obrigada a todos que fizeram e fazem parte deste trabalho.

Os agradecimentos deveriam ser a primeira coisa a ser escrita na feitura da tese, pois ao fazê-lo no final, sentimos o quanto não estávamos sozin@s nessa tarefa, e só chegaríamos aqui com essas vidas abundantes, em coparcérias. Foi muito bom chegar até aqui, e que a vida lhes devolva em dobro tudo o que fizeram por e comigo. Obrigada.

BARRETO, D. J. A (IN)VISIBILIDADE DOS PRAZERES, DAS SEXUALIDADES E DOS GÊNEROS E A PARRESIA NA FORMAÇÃO *QUEERIZADA* EM PSICOLOGIA: *Narrativas de outras perspectivas e experiências docentes*. 2016. 213 f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

RESUMO

Esta pesquisa se enunciou a partir de questionamentos acerca dos constantes embates vivenciados em sala de aula ao trazermos a temática de outras sexualidades, outros prazeres e de outras expressões de gênero, dissidentes dos modelos identitários heteronormativos, em nosso cotidiano universitário. Destes tensos encontros, anunciaram-se indagações como: - Que Psicologias estamos ensinando? - Que psicólog@s estão se formando atualmente? E mais uma indagação ainda: - Há uma identidade psi? Nesta pesquisa, agenciam-se através de sete narrativas outras possibilidades de nomearmos-n@s psicólog@s, pois esta pesquisa valoriza as tecnologias e os conjuntos de estratégias que tanto podem contribuir para a ampliação das Psicologias e suas conexões com a realidade e os movimentos sociais, quanto denunciando as estratégias que podem aprisioná-las em conceitos e metodologias descontextualizadas que reificam biopolíticas de manutenção ao Estado neoliberal. Os mapas que se desenharam nesta pesquisa-implicação, se compõem pelas ferramentas da cartografia e da genealogia, acompanhadas de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, além de autor@s feministas como Donna Haraway e Paul B. Preciado. As cartografias anunciadas através dos capítulos destacam o necessário agenciamento de novos contratos éticos - estéticos e políticos nos territórios da formação em Psicologia, para a produção de outras Psicologias e que produzam outr@s modos de estar psicólog@s, através de desterritorializações das teorias tradicionais e de procedimentos de mensuração das vidas, com claras e pouco ingênuas, intenções de desconstrução das estratégias enrijecidas construídas e validadas pelas Psicologias de pastoreio, em prol da emancipação das experimentações dos corpos nas práticas sexuais, afetivas políticas e éticas de Psicologias e psicólog@s *queerizad@s*.

Palavras Chaves: Formação em Psicologia, sexualidades, gêneros, identidade profissional; cartografias.

BARRETO, D. J. **THE (IN)VISIBILITY OF PLEASURES, SEXUALITIES AND GENDERS AND THE PARRHESIA IN THE QUERRIZED FORMATION IN PSYCHOLOGY: Narratives of another perspectives and teaching experiences.** 2016 213f. Thesis (Doctor in Psychology) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

ABSTRACT

The following research has been enunciated from questions about the constant clashes lived in a classroom when themes regarding other sexualities, pleasures and another gender expressions, dissidents from the heteronormative identities are brought up, on a College everyday. From such tense rendezvous, some quests were summoned, such as: - Which psychology we are teaching? - What kind of psychologists are graduating nowadays? And, yet, one other quest: - Is there a psi identity? Within this research, through seven narratives, other possibilities of naming ourselves psychologist in any gender are allocated. Due to this research's values the techniques and the amount of strategies that can as contribute for the magnification of the psychologies and their connexions with reality and the social movements, as denouncing the strategies that can enclosure them in concepts and descontextualized methodologies which reificate biopolitics of maintenance to the Neoliberal state. The maps in which such research-implication had drawn, are composed by the cartography and genealogy tools, accompanied by authors such as Michel Foucault, Gilles Deleuze and Félix Guattari, besides of feminists authors e.g: Donna Haraway and Paul B. Preciado. The cartographies that were announced through the chapters highlight the necessary agency of new ethic-aesthetic and political contracts within the territory of psychology graduation In order to produce other psychologies and hence creating other methods of psychological being. This can be achieved through deterritorialisation of traditional theories and life measuring procedures, with clear and little naive, intentions of rebuilding of strategies, brought forth and validated for the sheperd psychology, in aid of the emancipation of the experimentations of bodies in sexual practices, affective, politics and ethics of psychologies and queerized psychologists.

Key Words: Formation on Psychology, sexualities, genders, professional identity, cartographies

LISTA DE TABELA

Tabela 01 - História da Psicologia no Brasil.....	101
--	------------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. BASTIDORES DESSA PESQUISA	19
1.1 Para que entrei nesse caminho do doutorado afinal?	19
1.2 Como fazer essa inquietação virar pesquisa?	21
1.3 Como vislumbramos dar contornos às histórias contadas: Sobre dispositivos e as análises emergentes.....	28
1.4 Sobre a metodologia na produção de nossas ferramentas: as entrevistas:.....	31
1.5 Algumas pesquisas já feitas sobre a temática do ensino de sexualidades, prazeres e gêneros no ensino superior.....	36
2 - NARRATIVAS DE SI: PARRESIAS NA PRODUÇÃO DE SABERES E FAZERES NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA.....	42
2.1 Fragmentos e histórias de vidas:	47
2.1.1 Um pouco de Máximo	47
2.1.2 Um pouco de Maria Clementina.....	51
2.1.3 Um pouco de Ivan.....	54
2.1.4 Um pouco de Vitor	58
2.1.5 Um pouco de Lorenzo	63
2.1.6 Um pouco de Dom.....	67
2.1.7 Um pouco de Beija-Flor	71
3. APRESENTANDO NOSSO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA: A PSICOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIA E PROFISSÃO.....	76
3.1 Quais Psicologias estamos problematizando	76
3.1.2 Binarização e segmentaridade dos viveres	89
3.1.3 Transpondo as binaridades via parresias	93
3.2 Enquanto isso no Brasil	99
3.3 Características do perfil do profissional da Psicologia em cem anos de história	104
3.4 Pela parresia na formação em Psicologia	112
4. OS SEXOS, AS SEXUALIDADES, OS PRAZERES, OS GÊNEROS E O DISCURSO HEGEMÔNICO DE UMA CERTA PSICOLOGIA	122

4.1 Protocolos do prazer heterossexual: Um brinde ao papai-mamãe	130
4.2. Corpos efeitos – existências (im)possíveis	136
4.3 A (in)visibilidade dos estudos de gêneros na formação em Psicologia.....	150
5. SOBRE O CULTO ÀS IDENTIDADES PSI HEGEMÔNICAS E AS POTÊNCIAS DE FUGA.	156
5.1 Produções de identidades: transições dos campos conceituais e de atuação psi	161
5.2 Dos enquadres identitários e de subjetivação normativa aos processos de singularização: as Psicologias e @s psicólog@s para além dos diagnósticos, desenvolvimentos e perfis de personalidade.....	173
5.3 Por uma Psicologia da multiplicidade: Estudos queer e a desconstrução de práticas psi falocentricas.....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS	192
ANEXO A - COMERCIAL DE TV - DIA DOS NAMORADOS	203
ANEXO B -: RESOLUÇÃO N.º 5, DE 15 DE MARÇO DE 2011	204
RESOLUÇÃO N.º 5, DE 15 DE MARÇO DE 2011	204
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	212

INTRODUÇÃO

“Que nenhuma sexualidade ou expressão de gênero torne-se polícia de outra”.
(PERES, W.S. 2010, p.318).

A proposta desta tese que apresentamos é dar visibilidades à docência engajada politicamente às questões de sexualidades, prazeres e gêneros na formação de psicólog@s no Brasil, com um recorte territorial de seis estados das regiões Sul e Sudeste.

Tal intenção não é desarticulada do próprio engajamento d@s pesquisadores da referida tese, o orientador dessa é militante das questões de direitos humanos, a comunidade de Lésbicas, Gays e Transexuais há pelo menos 30 anos, passando da prevenção da AIDS até o empoderamento das travestis no cenário nacional, e a orientanda desde a graduação esteve envolvida em projetos de visibilidades das potencias nos modos de viver de pessoas ditas abjetas², como crianças de classe especial para deficiência mental, até a ocupação de coordenação de curso onde percebeu a triste realidade institucionalizada através da patologização das dissidências sexuais e de gêneros e do falocentrismo viral nas disciplinas e estratégias de intervenção tradicionais da formação em Psicologia.

As experiências de ambos levaram a inquietações acerca de quais Psicologias afinal as relações de saberes e poderes estão se agenciando na formação de psicólog@s, a partir da aprovação das Diretrizes Nacionais de Formação em Psicologia.³

Problematizações se agenciam neste momento: Haveria de fato a articulação de abertura dos saberes acadêmicos às demandas dos movimentos sociais? Estaria a Psicologia enquanto ciência e profissão disposta para abrir-se a renovações metodológicas,

¹ "O uso do símbolo arroba (@) durante toda a execução deste trabalho segue uma perspectiva de escrita feminista, conforme proposto no trabalho da Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi (UFSC). Tal perspectiva visa buscar, também na escrita, a igualdade entre os gêneros, de modo que, quando nos referirmos a pessoas tanto do sexo feminino quanto do masculino, estaria aí contemplado tanto um quanto o outro, em oposição à linguagem padrão na qual o masculino serve para englobar homens e mulheres. Ou, como dirá Andrea Lacombe, ao mesmo tempo, “constitui igualmente uma maneira de evidenciar o efeito da linguagem na construção de percepções binárias tais como masculino e feminino, que deixam de fora outros arranjos de gênero que não se encaixam nessas duas possibilidades.” (Lacombe, 2010, p. 7) (TEIXEIRA-FILHO, 2013, p. 13).

² “Lo abyecto designa aquí precisamente aquellas zonas “invivibles”, “inhabitables” de la vida social que, sin embargo, están densamente pobladas por quienes no gozan de la jerarquía de los sujetos, pero cuya condición de vivir bajo el signo de lo “invivable” es necesaria para circunscribir la esfera de los sujetos. Esta zona de inhabitabilidad constituirá el límite que define el terreno del sujeto; constituirá ese sitio de identificaciones temidas contra las cuales – y en virtud de las cuales – el terreno del sujeto circunscribirá su propia pretensión a la autonomía y a la vida. En este sentido, pues, el sujeto se constituye a través de la fuerza de la exclusión y la abyección, una fuerza que produce un exterior constitutivo del sujeto, un exterior abyecto que, después de todo, es “interior” al sujeto como su propio repudio fundacional.” (BUTLER, 2002, p. 19-20).

³ Resolução nº. 8, de 7 de maio de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Psicologia.

epistemológicas e de expressões de atuação e intervenção para além do diagnóstico e do “tratamento”? Há **uma** identidade psi?

Para cumprir tal percurso de problematizações, partimos com a apresentação dos bastidores desse estudo; a partir da nossa posição na formação de psicólog@s, da nossa posição teórico-metodológica e algumas pesquisas já feitas nessa temática. Quanto ao que chamamos de bastidores da pesquisa, já de início problematizamos a partir da experiência, o cenário de nossa inquietação acerca de uma dita identidade na formação profissional d@s psicólog@s, apresentamos o incomodo da docência que se distancia dos ensinamentos sobre diagnósticos, enquadres identitários e respostas prontas sobre as vidas e os modos de viver. Neste capítulo apresentamos também nossas ferramentas de análise e produção conceitual, destacando cartografias, narrativas, análise do discurso e processos de textualização e transcrição⁴ das entrevistas a serem trazidas e dos dispositivos que dela anunciam-se.

Estas escolhas conceituais e metodológicas não foram sem intenção, já de início a tese mostra seu caráter político de desnaturalização e desconstrução de um lugar identitário de uma Psicologia, que agencia específicos tipos de profissionais psi, que produz escassos conhecimentos inéditos nos temas de gêneros e sexualidades dissidentes, e que para nós precisa ser problematizado tendo em vista os efeitos dessa formação na atuação junto as populações marginalizadas pela estigmatização dos marcadores sociais de raça/cor, gêneros, sexualidades, etnias, religiões, etc.

No segundo capítulo apresentamos @s sete professor@s colaborador@s dessa pesquisa, cada apresentação enuncia dispositivos de análise e de problematizações acerca da *parresia* nos corredores universitários, dos lugares que ocupam ou não ocupam em seus espaços de trabalho e o tom vital de suas narrativas. Neste momento a política enquanto expressão de vida e de trabalho se embaralharam, anunciando que a *parresia* por vezes só acontece na própria “morte” de quem anuncia a coragem de problematizar verdades instituídas, que desestabilizam os templos inatingíveis das universidades e espaços de produção em Psicologia.

⁴ Ilustrando a definição dessa estratégia: A beleza da palavra composta por “trans” e “criação” sugere uma sabedoria que ativa o sentido íntimo do ato de transcriar. Fala-se de geração, mas não de cópia ou reprodução. Nem de paródia ou imitação. O senso estético encontra aí colo que abriga aproximações sempre evocadas entre literatura e história oral. Nesse sentido, aplica-se à prática da transformação do oral no escrito; a metáfora da água que transmuda do líquido para o gasoso. A palavra também varia na forma do oral para o escrito. É assim que se justificam as variantes de uma mesma fonte, a palavra, que ao perder sua condição etérea ganha dimensões plásticas, viram letras grafadas. (MEIHY&BOM MEIHY, 2007, p. 133)

Posteriormente, no capítulo três, partimos para a problematização sobre as verdades e a desconstrução da Psicologia como ciência da normatização e da adequação, configurando-se no que nomearemos como uma “certa” Psicologia que se diz e se acha certa, por vislumbrar acertar/consertar as vidas anormais. Esta desconstrução pode acontecer através da possibilidade de empoderar as psicologias parresiastas e as queerizadas⁵.

O trajeto teórico acompanha o processo genealógico proposto por Michel Foucault e o cartográfico sugerido por Gilles Deleuze e Félix Guattari, quando buscamos desconstruir e desnaturalizar alguns marcos identitários da atuação profissional psi, como o uso dos exames em suas diversas variações, a função dos estudos de caso, a normatização a partir dos ajustes nos modos de subjetivação das figuras do monstro humano, do sujeito a ser corrigido e da criança masturbadora.

Nossas problematizações acerca da argamassa de produção das verdades que alicerçam um certo jeito de ser psicólog@, nos levam a singularidade da identidade profissional no Brasil, esse percurso é apresentado a partir de dados e análises feitas de pesquisas nacionais e na própria história da nossa Psicologia.

Neste terceiro capítulo, ainda problematizamos a total falta de segurança de qualquer Psicologia produzida em se nomear, se objetivar ou mesmo se defender diante de uma simples pergunta: O que é a Psicologia? E diante de um silenciamento percebido, nos arriscamos a perguntar: para que serve a Psicologia e ainda que Psicologia estamos nós professr@s de formação, ensinando nas academias?

Validando a parresia⁶ na Psicologia nos encaminhamos ao capítulo quatro, para a desconstrução da lógica causa – efeito tão amplamente difundido pelas correntes teóricas clássicas da formação em Psicologia comprometidas com a perspectiva positivista, em ênfase as expressões de sexualidades, prazeres e gêneros. Neste capítulo somos acompanhad@s por

⁵ Thus, the queer is that which both partakes in the norm – one can be recognised *as* male or female – and destabilises that norm, for this male or female will not take on the desires of the heterosexual matrix. (COLEBROOK, 1988, p.15). Assim, o *queer* é aquele que participa tanto na norma - alguém pode ser reconhecido *como* homem ou mulher - e desestabiliza essa norma, naqueles casos em que o homem ou a mulher não assumirão os desejos da matrix heterossexual. (Tradução Fernando Teixeira Filho).

⁶ Para que haja *parresía* é preciso que, dizendo a verdade, se abra, se instaure e se enfrente o risco de ferir o outro, de irritá-lo, de deixá-lo com raiva e de suscitar de sua parte algumas condutas que podem ir até a mais extrema violência. É, portanto a verdade, no risco da violência. É, portanto a verdade, no risco da violência. (...). Em suma, para que haja *parresía* é necessário que, no ato de verdade, haja: primeiro, manifestação de um vínculo fundamental entre a verdade dita e o pensamento de quem a disse; (segundo), questionamento do vínculo entre os dois interlocutores (o que diz a verdade e aquele a quem esta verdade é endereçada). De onde essa nova característica da *parresía*: ela implica uma certa forma de coragem, coragem cuja forma mínima consiste em que o parresiasta se arrisque a desfazer, a deslindar essa relação com o outro que tornou possível precisamente seu discurso. De certo modo, o parresiasta sempre corre o risco de minar essa relação que é a condição de possibilidade de seu discurso. (FOUCAULT, 2011, p.12).

autores como Michel Foucault e suas histórias das sexualidades, Thomas Laqueur, Gayle Rubin, feministas latino americanas como Glória Careaga Pérez, Guacira Lopes Louro e Ana Maria Fernadèz.

Destacamos também o suporte teórico de Judith Butler, Joan Scott e Donna Haraway, que nos encaminharam para a finalização desse capítulo especificando a escassez do uso dessas referências e de pesquisas específicas na formação em Psicologia no Brasil.

Para que esse capítulo? Noss@s professor@s colaborador@s tem nos dispositivos de sexualidades e gêneros a força para estabelecer outras estratégias de ensino, pesquisa e extensão na produção de outras possibilidades de atuação em Psicologia, desconstruindo a unicidade identitária de uma Psicologia, e de um único jeito de ser (re)conhecid@ psicólog@ no Brasil.

No capítulo quinto problematizamos o incômodo que noss@s professor@s colaborador@s declararam em serem (re)conhecid@s como profissionais psi, para tanto buscamos dar visibilidade a produção de conceitos caros a Psicologia de pastoreio como a identidade, em detrimento da produção de subjetividades e singularidades.

Nos pautamos na adjetivação de uma certa Psicologia, com a agregação do pastoreio, baseada no conceito de poder pastoral definido em Foucault (2012) e inspirada por Peres (2014), que através de linhas e linhas de combate a certas PsicoLOGIAS sacerdotais, assim as definem:

A psicologia sacerdotal seria uma das grandes responsáveis pela transmutação de experiências concretas vividas em interioridades, tomando as teorias representacionais e os dogmas do cristianismo como fundantes de valores e princípios que enfraquecem as expressões de existências que criam novas possibilidades de vida, impondo a todo custo classificações, diagnósticos, tratamentos e curas das dissidências às normas e padrões estabelecidos como regimes de verdades; em conjunto e cumplicidade com outros dispositivos regulatórios é possível cartografar abismos e oposições nas conexões humanas que enfraquecem a vida e a tornam prisioneira da moral do escravo (PERES *In* MINELLA et al. (org), 2014. p. 340-341).

Neste percurso, demos ênfase também às teorias da Filosofia da Diferença e os Estudos Queer, com destaque aos europeus, na formação em Psicologia com claras intenções de desconstrução e problematização do *status quo* das teorias e das estratégias identitárias psi, utilizadas na produção de saberes e verdades e prazeres na formação de psicólog@s.

Finalizamos este trabalho, com problematizações acerca da produção das identidades psi em interfaces com a valoração da produção de multiplicidades de atuação e produção de

conhecimento na formação em Psicologia. Estas ampliações, se dariam através da desterritorialização das estratégias de formação psi ditas tradicionais, que acabam por agenciar um certo jeito de se apresentar psicólog@s.

Em uma analogia, problematizamos que a desestabilização dos territórios tradicionais da formação em Psicologia, agencia o que Deleuze (1997) chama de guagueira.

A guagueira faz minorar a língua instituída, padronizada, dada como hegemônica, tecendo outros modos de se falar e produzir linguagens. Conforme Deleuze (1997):

A questão se coloca da seguinte maneira, mesmo em função da ciência pura: pode-se progredir se não se entra em regiões *distantes do equilíbrio?* (...) São grandes à força de minorar: eles fazem a língua fugir, fazem-na deslizar numa linha de feitiçaria e não param de desequilibrá-la, de fazê-la bifurcar e variar em cada um de seus termos, segundo uma incessante modulação. Isso excede as possibilidades da fala e atinge o poder da língua e mesmo da linguagem. Equivale a dizer que um grande escritor sempre se encontra como um estrangeiro na língua em se exprime, mesmo quando é a sua língua natal (DELEUZE, 1997, p. 124).

Para nós, a gagueira nas Psicologias de pastoreio, através da parresia, queeriza os modos de sermos psi, possibilitando que nos desfaçamos de uma identidade profissional, e nos possibilita sermos devires.

As estratégias nomeadas metodológicas se misturam ao fazer a tese, pois ao desenharmos o projeto de pesquisa, analisar e se afetar pelas entrevistas, enquanto cartógraf@s, narrando a nossa própria trajetória, e principalmente, a partir das narrativas de noss@s professor@s colaborador@s, aprendemos a compor outros saberes e fazeres na formação em Psicologia, tornando desde já, a tese inacabada, em processo de amplificação as outras formas de atuação, de escrituras, de produção de saberes e prazeres. É o pensamento violentando a escrita, a ponto de deslocar as linhas duras do tesear, do inventar conceitos, de movimentar o já sabido e se permitir experimentar o descaminho do novo, do intempestivo advindo da pesquisa.

1. BASTIDORES DESSA PESQUISA

1.1 Para que entrei nesse caminho do doutorado afinal?

Em compensação, o motivo que me impulsionou é muito simples. Para alguns, espero que ele possa bastar por si só. É a curiosidade; o único tipo de curiosidade que, de qualquer forma vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que busca se assimilar ao que convém conhecer, mas a que permite desprender-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ela apenas garantisse a aquisição de conhecimentos, e não, de uma certa maneira e tanto quanto possível, o extravio daquele que conhece? Há momentos na vida em que a questão de saber se é possível pensar de forma diferente da que se pensa e perceber de forma diferente da que se vê é indispensável para continuar a ver ou a refletir. (FOUCAULT, 2012, p. 191).

As conversas iniciais para esta pesquisa sempre enfatizavam um incomodo vivido na minha relação de trabalho. Desde quando comecei a dar aulas em uma universidade privada no interior do Paraná, em 2002, sempre fui tida como “diferente” no modo de atuar em Psicologia.

A princípio acreditava tratar-se de um caso isolado, tendo em vista que vinha de outro estado e de outra formação, mas, ano após ano, em situações diversas, fui percebendo que a Psicologia que executava, ensinava e pesquisava, era sim de outro lugar, e no meu caso, era minoritária no campo de trabalho em que atuava.

Os estopins para a entrada no doutorado foram intensos debates vivenciados no nosso Núcleo Docente Estruturante, entre 2006 e 2011, para as modificações exigidas pelas Diretrizes Curriculares para a Formação de Psicólog@s, que exigem a formação em ênfases curriculares em detrimento de áreas de atuação e a amplificação de campos e saberes na formação profissional.

Durante as discussões para as mudanças curriculares, eu, que desde 2005 ocupo a coordenação didático pedagógica do Curso, fui me afetando por discursos de defesa de uma certa identidade profissional, que obrigatoriamente passava pela tradicional clínica, em suas facetas mais biomédicas, quais sejam: escuta clínica, diagnóstico e protocolos, e cura/acolhimento/acomodação. Havia discursos explícitos de colegas professoras/docentes que formar alun@s em outras vertentes teóricas, metodológicas e de campo profissional era subárea de atuação, pois sem a tal escuta clínica @s egress@s não seriam reconhecid@s como profissionais da Psicologia.

Isso se materializou, ou se profetizou, ano a ano através das discrepâncias na divisão de alun@s por ênfase, com claras manipulações discursivas sobre a não identidade da profissão para aquel@s que escolhessem a ênfase de prevenção e promoção da saúde em detrimento da ênfase em processos clínicos. Houve ano em que havia oito alun@s na ênfase de prevenção e quarenta na de processos clínicos.

Os campos de atuação nos estágios específicos e as disciplinas de ênfase em processos de prevenção dialogam com áreas de políticas públicas em desenvolvimento social, jurídico e políticas públicas de saúde; os conteúdos iam de Direitos Humanos à Psicologia Institucional de Saúde Mental, além das disciplinas do Núcleo Comum. A ênfase preparava @s alun@s para atuações em gestão de serviços e em rede psicossocial, além de desenvolver as habilidades e competências de problematização da realidade através da análise dos diversos marcadores sociais como classes, etnias/raças/cores, gêneros e sexualidades, sexos e prazeres.

Porém, segundo membr@s do nosso Núcleo Docente esse currículo estava descaracterizando a formação da profissão, e por alguma razão, a maioria d@s alun@s também acreditava que só seriam psicólog@s de fato se escolhessem e se formassem na ênfase de processos clínicos, através de estágios clássicos em atuação psicoterapêutica individual nas mais frequentes correntes teóricas da Psicologia no Brasil, quais sejam, Psicanálise, Análise do Comportamento e as de base Humanistas – Existencial.

As questões que não paravam de “martelar” a minha cabeça eram: Há uma única identidade profissional a ser formada na Psicologia? Por que quando não atuamos com os temas clássicos, como psicoterapia individual perdemos a visibilidade nos corredores e nos debates coletivos? Por que tenho sempre que justificar o não uso de instrumentos de mensuração para desenvolver meus planos de trabalho psi? Por que tenho que me justificar quando em orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso, utilizamos autores da Filosofia, ou da Antropologia para problematizarmos nossos temas? Por que sempre tenho que me justificar quando defendo a laicidade da atuação profissional em detrimento de um crescente aumento de discursos dogmáticos cristãos nas nossas salas de aula? Por que preciso provocar quase que diariamente as minhas e os meus colegas de trabalho para que problematizem em sala seus conteúdos e suas aplicabilidades nas realidades sociais de nosso país?

Essas questões podem se concentrar nas perguntas que me trouxeram até aqui: - *Para que estamos formando psicólog@s afinal? Que Psicologia ensinamos?*

1.2 Como fazer essa inquietação virar pesquisa?

Sempre achei complexa a pesquisa sem implicação, sem experiências, sem afetações. E justamente por ocupar esse lugar politicamente delegado para apaziguar conflitos – a coordenação de curso -, é que emergiu minha própria narrativa na composição da proposta da tese.

A pesquisa narrativa, segundo Clandinin & Connelly (2011), caracteriza-se justamente por esse entrelaçamento entre os modos de viver e os modos de trabalhar, fazendo com que essa pesquisa objetive justamente buscar pertencimentos, referências e trocas com outr@s colegas fora do meu universo acadêmico e pessoal para que a sensação de deslocada seja transformada em potência de vida.

Ao me encontrar com @s outr@s componentes dessa pesquisa, peguei-me várias vezes com a sensação de pertencimento, reconheci vários posicionamentos também tão arduamente defendidos ao longo desses vinte anos de formação, e essa territorialidade não precisava mais ser justificada, e sim preenchida de outras possibilidades de atuação, de composição e de proposições de atualizadas intervenções.

Ao sentir-me pertencente nestes agenciamentos⁷, que vislumbravam a emancipação e a autonomia na formação psi, eu não precisava mais temer não estar formando profissionais como deveria. Após esses quatro anos de encontros na pós-graduação, pude perceber que realmente não estava defendendo certo jeito de formar psicólog@s, estou propondo a politização urgente da formação em Psicologia como uma das possibilidades de atuação atenta às emergências psicossociais e que visem à autonomia e amplitude das pessoas, em seus mais diversos espaços de expressão social.

As vozes de outr@s professor@s de graduação em Psicologia autorizam e empoderam a minha voz, fazendo-nos multidão, audíveis, e propiciando assim a visibilidade da formação politizada e queerizada⁸ de noss@s alun@s.

⁷ A definição para agenciamento adotada é a seguinte: “(...) há linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação. As velocidades comparadas de escoamento, conforme estas linhas, acarretam fenômenos de retardamento relativo, de viscosidade ou, ao contrário, de precipitação e de ruptura. Tudo isto, as linhas e as velocidades mensuráveis, constitui um agenciamento.” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.10)

⁸ Ao aproximarmos os conceitos de política com a adjetivação ‘queerizada’ na formação em Psicologia, gostaríamos de nos aproximar da seguinte problematização feita por Silva (2009): “(...), os estudantes deveriam ser estimulados, nesta perspectiva, a explorar as possibilidades de perturbação, transgressão e subversão das identidades existentes. De que modo se pode desestabilizá-las, denunciando seu caráter construído e sua artificialidade? Um currículo e uma pedagogia da diferença deveriam ser capazes de abrir o campo da identidade

Eu não sabia que um dos métodos dessa pesquisa englobaria o método narrativo, aconteceu, e quando nos vimos, cá estávamos nos justificando já no início do percurso da escritura desse estudo.

Esse acontecimento vem ao encontro das problematizações sobre o fazer pesquisa em Psicologia trazida por Azeredo (2013) e Pocahy (2013), estas remetem a urgente necessidade da tomada de posição na produção científica em Psicologia, demonstrando assim, que os caminhos por nós traçados, indicam boas perspectivas de inovações na feitura dessa tese.

O posicionamento na pesquisa em Psicologia configura a desconstrução do lugar d@ pesquisador@ neutr@, e, para além dessa neutralidade do corpo que pesquisa, há uma necessária implicação no tema, no que e no para que estamos pesquisando em Psicologia? Porém, essas não ingênuas indagações, incomodam grande parte da comunidade científica ortodoxa na própria Psicologia e, principalmente, o posicionamento agencia demandas por outras formas de fazer ciência em Psicologia, menos capturadas pela objetividade e reprodução e mais conectadas às realidades sociais, de modo que, para Azeredo (2013):

Essa não é a ciência que queremos construir na psicologia. Queremos uma ciência que através do posicionamento tenha propostas para enfrentar esses problemas. É preciso uma ciência visionária, como diz Haraway, e não uma ciência sem proposta (AZEREDO, 2013, p.100).

O posicionamento incomoda, mobiliza e, por vezes, torna-se insuportável aos olhos e ouvidos da academia – universidade. Isso é facilmente constatado quando somos desqualificados publicamente ao apresentarmos nossos temas de pesquisa-implicação, ou quando questionamos a falta de problematização dos marcadores sociais que são constantemente esquecidos nas considerações, análises e problematizações de pesquisas em Psicologia. Azeredo (2013) defende o posicionamento tendo em vista que considera:

[...] importante discutir a noção de posicionamento na prática de pesquisa em psicologia porque ela possibilita romper uma série de dicotomias que, a meu ver, constituem obstáculos para uma transformação da realidade de dominação com a qual nós, profissionais psi, nos deparamos cotidianamente em nosso trabalho (AZEREDO, 2013, p. 90).

para as estratégias que tendem a colocar seu congelamento e sua estabilidade em xeque: hibridismo, nomadismo, travestismo, cruzamento de fronteiras. Estimular, em matéria de identidade, o impensado e o arriscado, o inexplorado e o ambíguo, em vez do consensual e do assegurado, do conhecido e do assentado. Favorecer, enfim, toda experimentação que torne difícil o retorno do eu e do nós ao idêntico.” (SILVA In SILVA, 2009, p. 100)

Saberes Localizados de Donna Haraway, publicado no Brasil pelos cadernos Pagu, em 1995, trata justamente dos efeitos do posicionamento na pesquisa e dos efeitos da ausência nas pesquisas dos atravessamentos dos marcadores sociais como gêneros, classes, raças/etnias nas produções dos saberes científicos. Esse olhar, segundo Haraway (1995b), pode nos tornar “responsáveis pelo que aprendemos a ver” (HARAWAY, 1995b, p. 21).

Há que se trazer à tona os efeitos dos sangues que escorreram através de nossos olhos e, principalmente, para que a pesquisa em Psicologia se ausente de determinadas empreitadas científicas? Ou como Haraway (1995b) nos pergunta na íntegra: “Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?” (p. 25). Complementamos com outra questão: Quais vozes e quais vidas que foram privilegiadas pelas Psicologias em sua constituição enquanto saber autônomo?

A nossa implicação com as políticas educacionais que compõem o campo a ser pesquisado viabiliza a experimentação do corpo no fazer pesquisa. Ao definir que seriam as experiências exitosas na docência na graduação em Psicologia que comporiam as tessituras da escrita da tese, imediatamente fui lançada em um deslocamento do lugar da docência para uma posição de ouvinte-aprendiz-cartógrafa.

Meu corpo, minha escuta, minhas questões, visaram trazer à tona a potência do ensino, da pesquisa e das estratégias de extensão que contemplem a amplitude dos dispositivos compostos pelas linhas de sexos, sexualidades, gêneros e prazeres, trazendo em tela as implicações dessas amplificações à formação de profissionais da Psicologia. PocaHY (2013), assim problematiza a questão:

Como consequência deste re/posicionamento tático na pesquisa, podemos considerar, então, que a produção do material de análise – a construção das entradas de análise para uma pesquisa qualquer envolvendo pessoas e feminismos, pessoas e sexualidade, pessoas e etnicidade, ou na transversalidade destes e outros marcadores sociais – podem ser mais bem compreendidas se levarmos em consideração em nossas práticas a própria forma de nos relacionar com o campo (plano de experiência, alteridade), nossas metodologias, uma vez que elas são produto e efeito de discursos de saber. Talvez possamos pensar a ideia de campo de pesquisa como território de experimentação, onde se produzem movimentos de (re)composições de cenas do cotidiano, reunindo as contradições, contestações, as continuidades e as discontinuidades que marcam as representações em torno do corpo e de suas performances de gênero, no exercício da sexualidade, como a possibilidade de uma atitude de análise ético-reflexiva, considerando-se que somos mais um na cena, pensando com e não sobre (POCAHY, 2013, p.163).

Destacando essa afinidade, entre o campo de pesquisa, o procedimento, a posição política do pesquisador e o território de subjetivação, podemos também relacionar o uso da minha narrativa na abertura dessa proposição de tese, enquanto dispositivo que agencia a territorialização do cartógrafo, que se posiciona e se afeta no terreno do experimentar-fazer-viver a pesquisa. Nesta perspectiva, o cartógrafo pode ser assim apresentado:

O que ele quer é participar, embarcar na constituição de territórios existenciais, constituição de realidade. Implicitamente, é óbvio que, pelo menos em seus momentos mais felizes, ele não teme o movimento. Deixa seu corpo vibrar todas as frequências possíveis e fica inventando posições a partir das quais essas vibrações encontrem sons, canais de passagem, carona para a existencialização. Ele aceita a vida e se entrega. De corpo e língua. Restaria saber quais são os procedimentos do cartógrafo. Ora, estes tampouco importam, pois ele sabe que deve “inventá-los” em função daquilo que pede o contexto em que se encontra. Por isso ele não segue nenhuma espécie de protocolo normalizado (ROLNIK, s/d, p. 02).

A cartografia desestabiliza as metodologias positivistas, compondo-se, enquanto outros possíveis, nos modos de se fazer pesquisa em Psicologia, pois um dos seus princípios é que através de seus múltiplos caminhos, entradas e saídas possam dar visibilidade aos rizomas⁹ produzidos e aos dispositivos enunciados para as problematizações que se anunciam. Passos & Barros (2009) assim nos apresentam a cartografia:

A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação. (...). O ponto de apoio é a experiência entendida como um saber-fazer, isto é, um saber que vem, que emerge do fazer. Tal primado da experiência direciona o trabalho da pesquisa do saber-fazer ao fazer-saber, do saber na experiência à experiência do saber. Eis aí o "caminho" metodológico (PASSOS & BARROS, 2009, p. 17-18).

Em consonância com um dos pontos tratados pelos autores acima citados, qual seja, - a experiência de saber que vem do fazer, justificamos a metodologia cartográfica adotada, tendo em vista que, ao longo do relato dessa pesquisa, mistura-se nossa própria experiência à

⁹ Definindo rizoma: “Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. Para onde vai você? De onde você vem? Aonde quer chegar? São questões inúteis. Fazer tabula rasa, partir ou repartir de zero, buscar um começo, ou um fundamento, implicam uma falsa concepção da viagem e do movimento (metódico, pedagógico, iniciático, simbólico...)” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 36).

formação de psicólog@s, nosso conhecimento das diretrizes curriculares desde o documento até a operacionalização destas na construção de Projeto Pedagógico e nas variadas atividades dele demandadas.

Minhas experiências transbordam em várias páginas desse estudo, às vezes em forma de reflexões sobre os universos vividos (universidade privada – interior) versus relatos de outras realidades (universidades públicas – capitais), às vezes em forma de narrativas das minhas experiências, das linhas que me compõem como mulher, branca, heterossexual, casada, pesquisadora, professora, “estudante” de pós-graduação.

Buscamos trazer a essa pesquisa as sensações que vivenciamos ao fazê-la e, talvez, criar um território que implique quem a ler, afetando-a, fazendo dessa vivência uma experiência política, definindo assim a posição do cartógrafo, pois:

De posse dessas informações, podemos tentar definir melhor a prática do cartógrafo. Afirmávamos que ela diz respeito, fundamentalmente, às estratégias das formações do desejo no campo social. Agora, podemos dizer que ela é, em si mesma, um espaço de exercício ativo de tais estratégias. Espaço de emergência de intensidades sem nome; espaço de incubação de novas sensibilidades e de novas línguas ao longo do tempo. A análise do desejo, desta perspectiva, diz respeito, em última instância, à escolha de como viver, à escolha dos critérios com os quais o social se inventa, o real social. Em outras palavras, ela diz respeito à escolha de novos mundos, sociedades novas. A prática do cartógrafo é, aqui, imediatamente política. (ROLNIK, s/d, p. 04).

Dessa posição teórica metodológica, baseia-se também o método narrativo em pesquisa, que se caracteriza pela participação de pesquisad@r e pesquisad@s e exige ampla implicação política d@ pesquisad@r onde ess@ não pode se ausentar das negociações junto a@s participantes convidad@s e nem se distanciar do para que e do que quer com o tema escolhido. Em contribuição à proposição acima, Clandinin & Connelly (2011) nos dizem:

Na pesquisa narrativa, as pessoas são vistas como a corporificação de histórias vividas. Mesmo quando os pesquisadores narrativos estudam narrativas institucionais, como as histórias da escola, as pessoas são encaradas como vidas compostas que constituem e são constituídas por narrativas sociais e culturais (CLANDININ & CONNELLY, 2011, p.77).

Ainda, segundo Teixeira-Filho (2013),

[...] a narrativa resgata o teor político da pesquisa dentro da pesquisa inserindo-a no que poderíamos chamar de práticas de subjetivação na medida em que além de dar voz ao resgate da diferença a partir da rememoração das histórias-afectos, discutirá com @ participante aquilo que é ou não relevante para a construção daquela narrativa (TEIXEIRA-FILHO, 2013, p. 90).

Desta forma, antes de negociar as entrevistas a serem elencadas nesta pesquisa, precisei me implicar no para que estou buscando outras histórias para compor a minha história como docente pesquisadora e como *devenir* mulher-feminista. Foi preciso implicar-me na minha experiência, demarcando-a como um dos campos a serem levados em consideração na composição dessa pesquisa, entendo-a como um território de subjetivação e escrita e invenção de si.

Rago (2013), em sua obra *A aventura de contar-se: feminismo, escrita de si e invenções subjetivas*, agencia essa possibilidade, vejamos:

Assim, seja no discurso autobiográfico publicado como livro, seja em entrevistas escritas e orais, nos relatos nos quais militantes narram suas vidas, nota-se que desfazem as linhas da continuidade histórica, questionam as identidades construídas e constituem-se relacionalmente como sujeitos múltiplos. Demonstam, assim, uma forte preocupação com a reinvenção de si e da relação com o outro, na perspectiva ética que abrem a partir das lutas feministas (RAGO, 2013, p.32).

Joan Scott (1999) problematiza a questão da experiência e a produção de conhecimento, em especial no campo da história. Para contribuições nas pesquisas e consequentemente produção de saberes em Psicologia, os estudos e problematizações sobre processos de subjetivação e produção de modos singulares de viver não podem afastar os efeitos das experiências d@ pesquisad@r.

Ao refletirmos sobre as problematizações, não deveríamos nos amparar em elementos técnicos, dos relatos das vidas e dos fazeres d@s pesquisad@s, como se estes não fossem implicad@s na nossa própria vida. As experiências não são simples contos, ou recontos de vidas, são efeitos nos processos de subjetivação e singularização, viabilizando outros cenários e outras possibilidades de vida, de práticas e de agenciamentos de outras linguagens na Psicologia e nos fazeres desta.

A pesquisa em Psicologia não pode se distanciar dessa implicação da experiência, pois, ao tomarmos determinadas ferramentas dos métodos validados como cientificamente

objetivados para dar visibilidades discursivas, podemos apenas estar sendo asséptic@s com a experiência que passa em nós, trazendo um distanciamento positivista na produção científica.

A Psicologia para estar em processo de problematização de seus paradigmas epistemológicos e abrir-se de fato para a problematização do que estamos fazendo com as vidas ditas abjetas, precisa da experiência para dar a diferença status de singularização, para além das identidades já demarcadas historicamente. Sendo assim:

Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressores, mas não seu funcionamento interno ou sua lógica; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída relacionalmente. Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas são os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (por que vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz. Esse tipo de historicização representa uma resposta aos/as muitos/as historiadores/as contemporâneos/as que argumentam que uma “experiência” sem problematização é o fundamento de suas práticas; é uma historicização que implica uma análise crítica de todas as categorias explicativas que normalmente não são questionadas, incluindo a categoria “experiência” (SCOTT, 1999, p. 27).

Tornar-me audível, tendo em vista a minha proveniência de uma universidade privada, localizada no interior do Paraná, foi e ainda é um processo, uma experiência em tornar-me possível em um campo bastante restrito no cenário universitário nacional.

Há uma clara hierarquização no ensino superior brasileiro, onde os investimentos na produção científica ficam claramente restritos a uma parcela bastante pequena do vasto número de cursos de Psicologia no Brasil.

Definir que vozes seriam trazidas na nossa tese implicava trazer em cena, a quem daríamos visibilidade. Confesso que pela minha invisibilidade, e por ouvir de outros membros de nosso Grupo de Estudos e Pesquisa sobre as Sexualidades (GEPS) sobre a falta de investimento e de reconhecimento experimentados, é que optamos por vozes extremamente potentes e engajadas, porém, por vezes, solitárias em suas universidades e especificamente nos departamentos de Psicologia. Neste sentido, esta pesquisa busca a produção de outros campos de expressão teórica conceitual e de existências.

Buscamos ações que favoreçam as vidas acadêmicas da subalternidade, o que implica em considerar as vozes, os modos de falas e dispositivos de escuta que facilitam ao subaltern@ ser levado a sério no que fala e com isso dar passagens para devires outros que afirmem a vida como potência e expansão.

Ilustrando essa possibilidade de potencialização de vidas subalternas, que são lançadas invariavelmente a margem dos territórios de verdades hegemônicas dos saberes psi, e não estão ausentes nos territórios formais de formação em Psicologia, em analogia, concordamos com Spivak (2010) ao afirmar que:

(...) não há nenhum sujeito subalterno irrepresentável que possa saber e falar por si mesmo. (...). O problema é que o itinerário do sujeito não foi traçado de maneira a oferecer um objeto de sedução ao intelectual representante (...). É o deslize entre tornar o mecanismo visível e tornar o indivíduo vocal. (SPIVAK, 2010, p. 61).

Donna Haraway (1995b) nos dá a indicativa da potência da localização dos saberes dessas vozes subjugadas, dessas estratégias adormecidas pelos grandes centros de produção de conhecimento psi, que simplesmente desconhecem as pluralidades das Psico-logias implicadas nas causas hoje nomeadas, parresias e queers¹⁰.

O recurso de abrir o capítulo posicionando minha inquietação agencia, talvez, multidões de inquietos com as atuais transformações vivenciadas na formação em Psicologia, pois:

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo" (HARAWAY, 1995b, p. 36).

1.3 Como vislumbramos dar contornos às histórias contadas: Sobre dispositivos e as análises emergentes

¹⁰ Segundo Miskolci (2012): “O que hoje chamamos de queer, em termos tanto políticos quanto teóricos, surgiu como um impulso crítico em relação à ordem sexual contemporânea, possivelmente associado à contracultura e às demandas daqueles que, na década de 1960, eram chamados de novos movimentos sociais. Os três principais “novos” movimentos sociais foram o movimento pelos direitos civis da população negra no Sul dos Estados Unidos, o movimento feminista da chamada segunda onda e o então movimento homossexual” (MISKOLCI, 2012, p. 21).

A pesquisa constituiu-se da análise crítica e genealógica dos discursos sobre as vidas e das estratégias de ensino, produzidos por docentes na graduação em Psicologia, os disparadores analisados em forma de capítulos foram efeitos rizomáticos das cartografias documentais e via análise dos dispositivos que se agenciaram, das sete entrevistas de docentes/pesquisador@s.

Interessou-nos os relatos das experiências de suas vidas e a conexão destas com os projetos de pesquisa, ensino ou extensão relativos aos dispositivos das sexualidades, dos prazeres e dos gêneros. Adotamos neste trabalho as problematizações sobre os discursos, tratados da seguinte forma por Michael Foucault (1988):

Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarita ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras (FOUCAULT. 1988, p. 96).

Foucault (1996a) em sua obra *A ordem do Discurso*, nos apresenta que ao analisarmos os processos estratégicos de produção de verdades, abre-se precedentes para perguntarmos de como e do para que os discursos são enunciados, e complementa que, para ele, o analista deve se atentar a quatro princípios básicos, quais sejam:

- 1) Princípio de inversão – que reconhece os jogos constitutivos do discurso, em sua negatividade e rarefação;
- 2) Princípio de descontinuidade – que trabalha com a produção dos enunciados e práticas discursivas sem continuidade, que podem se cruzar, mas também se ignorar ou se excluir.
- 3) Princípio de especificidade – que reconhece a potência do discurso enquanto produção de imposições nas práticas e construção de verdades discursivas;
- 4) Princípio de exterioridade – que visa não buscar o oculto no discurso, ou procurar um núcleo interior, mas a partir de sua exterioridade buscar as séries de acontecimentos aleatórios e as fronteiras da borda dos territórios de produção do desejo, que impõem a ordem da lei – do discurso de verdade.

A análise de nossa tese, se dispôs de dois conjuntos inseparáveis: O conjunto crítico e o conjunto genealógico.

O conjunto crítico visa à desconstrução dos eventos tidos como naturais e normatizados, gerando incômodos e inquietações daquilo que se encontra e se analisa, ou seja, do discurso institucional produzido sobre os saberes e práxis que fundamentam a formação profissional em Psicologia.

O conjunto genealógico atende ao papel do próprio genealogista, qual seja diferenciar e localizar as funções dos diferentes tipos de discursos. Para Foucault (1979),

A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso, uma forma delineada desde o início. Nada que se assemelhasse à evolução de uma espécie, ao destino de um povo. Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente (FOUCAULT, 1979, p. 21).

Esses dois conjuntos de análise agenciaram os rizomas, as problematizações a serem feitas, criando platôs¹¹ que apontaram várias saídas para: Sobre quais Psicologias problematizamos; como são os territórios em que estão sendo produzidos os nossos corpos, com metas de normalização; como as engrenagens alimentadas e mantidas na razão científica, como as tecnologias, as disciplinas e os dispositivos de sexualidades estão tornando assim as pessoas cada dia mais dóceis, úteis e submetidas aos discursos dogmáticos neo cristãos, através de práticas de controle e objetivação, encarcerando as vidas em identidades a serem desejadas pela intervenção/pesquisa dos saberes tradicionais de uma certa Psicologia.

Os dispositivos analisados, os que comporam os mapas dessa pesquisa, delinearão-se ao longo da mesma, pois o referencial metodológico, conforme já discutido, embasa-se no método cartográfico, defendido por Deleuze e Guattari (1995), que funciona como a produção de um mapa em (des) construção, vejamos:

¹¹ “Um platô está sempre no meio, nem início nem fim. Um rizoma é feito de platôs” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 32).

O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 22).

Deleuze (1990), a partir da problematização dos trabalhos de Foucault, assim discorre sobre o dispositivo:

Mas o que é um dispositivo? Em primeiro lugar, é uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras. Cada uma está quebrada e submetida a *variações de direção* (bifurcada, enforquilhada), submetida a *derivações*. Os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vetores ou tensores. Dessa maneira, as três grandes instâncias que Foucault distingue sucessivamente (Saber, Poder e Subjetividade) não possuem, de modo definitivo, contornos definitivos; são antes cadeias de variáveis relacionadas entre si (DELEUZE, 1990, s/p).

Noss@s companheir@s de caminhada nesta pesquisa, assim como nós, “escolheram” trabalhar, pesquisar e experimentar em si as linhas dos dispositivos das sexualidades, sexos, gêneros e prazeres. Essa posição, essa experiência de si como minoritária é política e tem ressonância nos modos como seus corpos transitam e são (des)conhecid@s no ambiente acadêmico.

1.4 Sobre a metodologia na produção de nossas ferramentas: as entrevistas:

Chamaremos noss@s entrevistad@s, de professor@s colaborador@s. Segundo Ferreira (1986), pode se definir colaborador como: “adj (colaborar+dor) Que colabora. sm 1 Aquele que colabora ou ajuda outro em suas funções; cooperador.”. Sendo assim, quem

colaborará para a feitura dessa tese de fato serão suas narrativas, suas contribuições para as problematizações por vir.

Tendo em vista o caráter de pesquisa inquietação – perturbação, do meu próprio lugar profissional, qual seja – professora de graduação em Psicologia, justifico a adição do lugar implicação d@s colaborador@s dessa pesquisa.

Ao localizarmos como também professor@s, inspiramo-nos em Deleuze, que em sua entrevista a Claire Parnet, nomeada “O Abecedário de Gilles Deleuze”, publicada no Brasil em vídeo e na forma de transcrição, em 2001, no verbete P de professor, define esses modos de trabalho nas vidas:

É preciso estar totalmente impregnado do assunto e amar o assunto do qual falamos. Isso não acontece sozinho. É preciso ensaiar, preparar. É preciso ensaiar na própria cabeça, encontrar o ponto em que... É muito divertido, é preciso encontrar... É como uma porta que não conseguimos atravessar em qualquer posição (DELEUZE & PARNET, 2001, p. 84).

E complementamos ainda com Deleuze, que nós@s professor@s corporificam esse conceito, pois são também inspirações, afinal: “O que faz parte do papel do professor é o que eu disse sobre o ensaio anterior é a inspiração. Esse é o papel do professor.” (DELEUZE & PARNET, 2001, p. 87).

Caminhamos nessa pesquisa com sete professor@s colaborador@s, estes nos concederam suas histórias na e pela Psicologia. A colaboração se deu, tanto narrando sobre suas vivências enquanto corpos formatados também pelas linhas de subjetivação dos discursos da Psicologia, quanto no lugar de (des)formadores de outr@s corpos psi, através do ensino, da pesquisa e da extensão nas instituições de ensino superior em que atuam ou atuavam.

As sete entrevistas passaram pelos processos de transcrição, textualização e transcrição. As transcrições visam à passagem da gravação, da linguagem oral para a escrita na íntegra, com todos os vícios de linguagem, erros de concordância verbal, barulhos externos ao contexto, risos, pausas etc.

Nas transcrições utilizadas no corpo da tese, foram feitas textualizações para que a leitura fosse mais fluída, na textualização há a retirada dos vícios de linguagem, das pausas e das interferências auditivas registradas na transcrição, para viabilizar uma leitura mais dinâmica da fala.

Essas estratégias de trato com as transcrições do material oral são utilizadas nas pesquisas em História Oral, buscando a validação da fidedignidade dos dados, buscando mais uma vez um lugar ao sol do campo dos saberes ditos científicos e reconhecidos. Vejamos a problematização abaixo:

Consagrando o princípio elementar de que existem diferenças entre uma situação (língua falada) e outra (língua escrita), nota-se que o mais importante na transposição de um discurso para o outro é o sentido que, por sua vez, implica intervenção e desvios capazes de sustentar os critérios decisivos. Por outro ângulo, a incorporação do indizível, do gestual, das emoções e do silêncio, convida à interferência que tenha como fundamento a clareza do texto e sua força expressiva. Em história oral, o reconhecimento do texto procedido pela conferência e pela autorização determina se o colaborador se identificou ou não com o resultado. É essa a grande prova da qualidade do texto final (MEIHY & BOM MEIHY, 2007, p.139).

Como estratégia teórico-metodológica, iniciamos nosso estudo já pelo que nos impulsionou a fazer a pesquisa, quais ferramentas utilizaremos – como as cartografias, os dispositivos, as análises críticas e genealógicas dos discursos da produção dos saberes em Psicologias sobre sexos, sexualidades e prazeres, assim como esses dispositivos se articulam nos fazeres de si de noss@s colaborador@s professor@s.

Para tanto, foram feitas as textualizações, e destas foram retiradas o que os autores Meihy & Bom Meihy chamam de “tom vital”, dessas textualizações produzimos as histórias de vidas transcritas, a serem disponibilizadas logo em capítulo a seguir, com intuito de já tornar noss@s colaborador@s professor@s, leitores e participantes ativ@s dessa pesquisa. Conceituando então textualização:

Nessa fase foram eliminadas as perguntas, tirados os erros gramaticais e reparadas as palavras sem peso semântico. Os sons e ruídos também foram eliminados em favor de um texto mais claro e liso. Uma frase guia, chamada “tom vital”, foi escolhida e extraída da entrevista como um todo. O “tom vital” é um processo usado para requalificar a entrevista segundo sua essência. Porque parte do princípio que cada fala tem um sentido geral mais importante, é tarefa de quem estabelece o texto entender o significado dessa mensagem e reordenar a entrevista segundo esse eixo. É o “tom vital” que diz o que pode e o que não pode ser eliminado do texto (MEIHY & BOM MEIHY, 2007, p.142).

Para manter o sigilo obrigatório demandado pelos trâmites da pesquisa, envolvendo outros seres humanos além desta pesquisadora, os nomes e outros possíveis dados

identificatórios como instituição em que estão lotados, cidades de origem, etc., foram suprimidos ao longo da tese, porém, espero que ao lerem esta produção, reconheçam-se em minha escrita, lendo suas vozes impressas neste trabalho, pois nenhuma vida pode ser em vão, e as contribuições dess@s participantes mereciam ser nomeadas em caixa alta, para que tod@s soubessem a implicação e a diferença que fazem na formação de psicólog@s, em tempos políticos tão estranhos quanto os que estamos vivendo no Brasil, como a retomada de discussões na Câmara Federal acerca da diminuição da maioria penal (de dezoito para dezesseis anos), de um provável processo de impeachment, a retirada, no Plano Decenal de Educação, da obrigatoriedade de temas sobre sexualidades e gêneros serem abordados no ensino fundamental, a diminuição expressiva dos investimentos estatais na Educação Superior pública e privada, através da redução de vagas nos programas PROUNI e FIES, entre tantas outros cenários sombrios na economia e na política de direita, que, a cada dia, ganham mais adeptos em apoio aos discursos de ódio às minorias no Brasil.

Para que esse reconhecimento se efetive, utilizamos outra estratégia de transformação da linguagem oral (entrevistas gravadas em áudio e transcritas) para a escrita – histórias de vidas – nós transcriamos suas falas para que se produzisse um relato, um fragmento sobre como e para que noss@s professor@s colaborador@s estão na Psicologia.

A transcrição é uma estratégia “roubada” da literatura e busca manter a performance vivida durante as entrevistas d@s professor@s colaborador@s, para que quem leia sinta também a intensidade de quem escutou, de quem entrevistou. É fazer poesia com o relato, é dar humanidade à pesquisa com seres humanos, é respeitar a voz e a intenção política dessas vozes colaboradoras. A definição de transcrição, segundo Meihy & Bom Meihy (2007), é:

É nessa direção que se assume o conceito de “transcrição”. Homologias: o poema é outro e o mesmo, a entrevista transcrita é outra e a mesma. A transcrição nos aproxima do sentido e da intenção original que o colaborador quer comunicar. E tudo vira ato de entendimento no sentido pretendido pelo emissor, que pode ser expresso tanto oralmente quando por escrito (MEIHY & BOM MEIHY, 2007, p.134-135).

A aproximação entre o método cartográfico e o cuidado com o material narrado, apresentado pela metodologia das pesquisas em História Oral, enriquece a própria pesquisa em Psicologia, trazendo o tema das lógicas rizomáticas para o campo, amplificando as entradas e saídas da problematização inicial da pesquisa.

A perspectiva do rizoma nos leva a problematizar o plano de imanência, ou seja, os modos pelas quais as forças são distribuídas sobre o território; no nosso caso, cada entrevista se compõe como um território existencial e prático no sentido de efetivar as afetações produzidas no encontro dos corpos de noss@s entrevistad@s com os dispositivos acadêmicos e seus modos de ensino, pesquisa e extensão universitária, o que não exclui a relação ampliada em outras esferas da vida e suas implicações políticas na construção das relações.

Os planos de imanência se configuram como territórios para a ocupação e composição de conceitos, de efeitos e de dispositivos. São pertencentes a um Uno-Todo, em velocidades e formações imensuráveis e indefiníveis. São enunciados que se agenciam em acontecimentos, únicos e infinitos em suas outras possibilidades. Num esforço de ilustração deste desafio de dizer sobre o Plano de imanência, destaco do livro *O que é a filosofia?* de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992), a seguinte problematização:

Os conceitos são como as vagas múltiplas que se erguem e que se abaixam, mas o plano de imanência é a vaga única que os enrola e desenrola. O plano envolve movimentos infinitos que o percorrem e retornam, mas os conceitos são velocidades infinitas de movimentos finitos, que percorrem cada vez somente seus próprios componentes (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p.51).

Os encontros agenciados seriam nossos planos, e os dispositivos problematizados os conceitos que os compõem nesse instante, gerando pensamentos, devires, potência de vida. Ainda com Deleuze e Guattari (1992):

Mas, na realidade, os elementos do plano são *traços diagramáticos*, enquanto os conceitos são *traços intensivos*. Os primeiros são movimentos do infinito, enquanto os segundos são as ordenadas intensivas desses movimentos, como cortes originais ou posições diferenciais: movimentos finitos, cujo infinito só é de velocidade, e que constituem cada vez mais uma superfície ou um volume, um contorno irregular marcando uma parada no grau de proliferação. Os primeiros são *direções* absolutas de natureza fractal, ao passo que os segundos são *dimensões* absolutas, superfícies ou volumes sempre fragmentários, definidos intensivamente. Os primeiros são *intuições*, os segundos, *intensões* (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p.56).

Essa pesquisa fez-se com caráter de pesquisa implicação – *intuição*, vislumbrando sim novas posições políticas, teóricas e conceituais para a produção de conhecimentos – *intensões*, na formação em Psicologia.

A ênfase hoje no Brasil está na pós-graduação, gerando, inclusive, diferenciações de tratamento entre professor@s engajad@s na graduação em detrimento dos que estão nas pesquisas de ponta, nas ruas, com investimento de recursos públicos nacionais. A implicação é essencial para a politização da pesquisa e também do fazer em Psicologia. Desta forma, concordamos com Passos & Barros (2009) que afirmam que:

Defender que toda pesquisa é intervenção exige do cartógrafo um mergulho no plano da experiência, lá onde conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito e de um objeto cognoscentes prévios à relação que os liga. Lançados num plano implicacional, os termos da relação de produção de conhecimento, mais do que articulados, aí se constituem. Conhecer é, portanto, fazer, criar uma realidade de si e do mundo, o que tem consequências políticas. Quando já não nos contentamos com a mera representação do objeto, quando apostamos que todo conhecimento é uma transformação da realidade, o processo de pesquisar ganha uma complexidade que nos obriga a forçar os limites de nossos procedimentos metodológicos. O método, assim, reverte seu sentido, dando primado ao caminho que vai sendo traçado sem determinações ou prescrições de antemão dadas (PASSOS & BARROS, 2009, p. 30).

1.5 Algumas pesquisas já feitas sobre a temática do ensino de sexualidades, prazeres e gêneros no ensino superior.

Algumas pesquisas têm sido organizadas na América Latina para o mapeamento do que se tem ensinado e pesquisado sobre gêneros e sexualidades nas universidades, como exemplo temos uma grande pesquisa realizada ao longo de cinco anos, com vários colaboradores e coordenada por PECHENY, M & ORTIZ-ORTEGA, A. Esta pesquisa objetivou mapear "como está o campo da educação superior em cada um dos países, em relação ao ensino (mais que a pesquisa) sobre gênero e sexualidades." (PECHENY, M & ORTIZ-ORTEGA, A., 2010, p.14-15). Os países pesquisados, através de convênios entre universidades e governos foram: Argentina, Chile, México e África do Sul.

Destacamos dessa pesquisa as dificuldades de implementação do ensino sobre gêneros e sexualidades no ensino superior chileno sob o ponto de vista d@s docentes e d@s acadêmic@s. Teresa Valdés; José Olavarria e Rodrigo Molina apresentam a herança da ditadura de Pinochet, as aposentadorias e as mortes de pesquisador@s, a forma de organização das disciplinas nos cursos e nas universidades.

Sobressai também o preconceito delatado aos pesquisadores e pesquisadoras, relacionando-se as vivências de suas próprias sexualidades, como se apenas militantes de causas voltadas às sexualidades e gêneros e/ou homossexuais, lésbicas e transexuais pudessem ser estudios@s dos gêneros e sexualidades. Há falta de investimentos nas pesquisas sobre gêneros e sexualidades, tendo um impacto negativo na produtividade e renovações de pesquisas e de ofertas de cursos optativos e do próprio corpo docente especializado nas universidades. As atividades das ONGS (Organizações não governamentais) e do próprio governo chileno buscam modificar o cenário vivido pelas universidades.

Na Argentina, um dos obstáculos mais complexos é o estigma dentro da própria academia em reconhecer a validade dos estudos de gêneros e sexualidades como sustentáveis e legítimos. Há uma recusa em validar e valorar a disseminação e inclusão destas temáticas na formação profissional em geral. Há uma tendência em especialismos e militância, o que pode tornar a inclusão destas discussões cada vez mais distantes.

Os autores da pesquisa na Argentina, Monica Gogna; Mario Pecheny e Daniel Lopes, dão-nos a ver a face política destes estudos, o quão pertinente é promover a desnaturalização das normatizações cotidianas que passamos.

A tendência de naturalizar todas as condutas humanas e patologizar todos os desvios constrói o cenário das relações sociais, sexuais, eróticas e de gêneros. Não somente os gêneros e as sexualidades são naturais ou anormais, como toda e qualquer diferença será discriminada e estigmatizada, e não problematizada e agenciada como possibilidade de existência-resistência.

No Brasil destacamos as pesquisas de Nuernberg (2005), Narvaz (2009) e de Sposito (2015), que em suas teses de doutorado buscaram tratar da formação em Psicologia e as linhas de gêneros, sexualidades e prazeres nestas.

Adriano Nuernberg buscou responder a duas questões especificamente, são elas: “Qual a relação dos estudos de gênero com a Psicologia brasileira? Quais posicionamentos teórico-metodológicos caracterizam a produção acadêmica das protagonistas dos estudos de gênero no contexto científico da Psicologia brasileira?” (NUERNBERG, 2005, p. 1).

Seu percurso na tese abarca desde o campo de estudos de gênero, passando pela história da Psicologia e da Psicologia no Brasil, assim como a entrada da temática de gênero em associações e encontros científicos da Psicologia no nosso país. O autor também se debruça na história das protagonistas/pesquisadoras dos estudos de gênero na Psicologia no Brasil e também trata dos aspectos institucionais dos estudos de gênero na Psicologia

brasileira, tanto em nível de grupos e núcleos de pesquisa na pós-graduação, quanto sobre a temática de gênero nas graduações em Psicologia.

A tese acontece antes da efetivação das Diretrizes Curriculares Nacionais para as graduações em Psicologia, e dá bastante ênfase às professoras/feministas engajadas no ensino de gêneros e sexualidades na formação em Psicologia, afirmando que seu “[...] objetivo é demonstrar que os estudos sobre mulher e gênero na Psicologia resultam de uma rede complexa de fatores subjetivos, sociais e culturais e tomam corpo a partir da lógica própria desse campo científico” (NUERNBERG, 2005, p. 3).

O autor entrevistou dezesseis mulheres, professoras dos cursos de graduação e especialização em Psicologia, e que tinha nos estudos de gênero sua matriz de problematizações. Estas mulheres também estavam alocadas nos estados do sudeste e sul do país e advinham tanto de universidades públicas estaduais e federais, como de instituições de ensino superior privadas.

O diferencial dessa tese é que por ser da área de Ciências Humanas, em um programa de pós-graduação interdisciplinar em Ciências Humanas, não lhe foi imputado pelo sistema da Plataforma Brasil a obrigatoriedade da omissão, ou troca de nomes das entrevistadas e nem seus respectivos lugares de trabalho, explicitando nesta tese, a força dos nomes das mulheres que fizeram a Psicologia se encontrar com os estudos de gênero.

Já Martha Narvaz (2009) tem como foco “investigar as possibilidades de enunciação, os lugares ocupados e as filiações dos discursos de gênero na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, em particular, no Instituto de Psicologia desta Universidade” (NARVAZ, 2009, p. xiv).

Foi um estudo regionalizado, eu diria mais, localizado e minucioso, pois estudou toda a base documental da graduação em Psicologia, desde currículo até estágios e extensões universitárias, assim como a produção nesta temática na iniciação científica e na pós-graduação, resultando na (in)visibilidade desses estudos na argamassa da formação ofertada naquela instituição de ensino. Narvaz (2009) afirma que:

No Instituto de Psicologia, os discursos de gênero também são periféricos, materializando-se em poucas disciplinas eletivas e em poucas Teses e Dissertações. Filiadas a diferentes discursos que fazem política na produção de subjetividades (en)gendradas, as teorias e práticas *psi* regulam as possibilidades de gêneros, podendo estar a serviço de manter a ordem hierárquica (NARVAZ, 2009, p.xiv).

Seu trajeto versou sobre estudos de gênero, história da Psicologia, Psicologia na universidade e a entrada dos estudos de gênero na formação em Psicologia. A metodologia trabalhou com a análise do discurso na vertente de Pêcheaux. Narvaz (2009) fez um árduo trabalho de analisar desde currículos da graduação, da licenciatura até os das pós-graduações do referido Instituto. Diferentemente do autor citado anteriormente, sua tese foi defendida na Psicologia.

Sandra Sposito (2015), minha colega de doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Psicologia e Sociedade da Unesp em Assis-SP, fez um levantamento através do estado da arte, de teses e dissertações que tinham como tema principal as homossexualidades e as Psicologias. Foram destacados inicialmente 100 trabalhos defendidos como dissertação ou tese, entre os anos de 1999 a 2010.

Tal recorte temporal buscou enunciações referentes aos impactos e efeitos da implementação da resolução do Conselho Federal de Psicologia 01/99¹², que normatiza a atuação d@s profissionais da Psicologia referente à orientação sexual de clientes, pacientes e/ou usuáři@s, e a não disseminação de práticas, conferências ou qualquer outra manifestação de estratégias nomeadas psi para a dita reversão, discriminação e patologização das sexualidades, ou como preferiram membros do legislativo brasileiro vinculado a Frente Parlamentar Evangélica, a resolução impede a promoção por parte de profissionais psi da *cura gay*.

Em sua tese, Sposito (2015) nos apresenta as fontes e os seguintes dados sobre a produção de dissertações e teses em Psicologia:

E tendo em vista a abrangência dos programas de pós-graduação em Psicologia no Brasil (71, na época da coleta dos dados), foram selecionadas 05 (cinco) universidades para pesquisas específicas nos seus bancos de teses e dissertações, a saber: USP, PUC/SP, UNESP, UFRGS e PUC/RS. A escolha dessas universidades baseou-se nos seguintes critérios: o indicativo da pesquisa da BDTD de que tais instituições possuem maior quantidade de teses e dissertações relacionadas ao tema e o reconhecimento de que nessas universidades há a presença de pesquisadores da área temática na pós-graduação em Psicologia. (...). Foram encontradas 100 (cem) teses e dissertações utilizando-se das palavras-chaves previamente definidas, nos sites de bancos de teses e dissertações, no período de 1999 a 2010. Destas, 29 são teses e 71 são dissertações (SPOSITO, 2015, p.86-88).

¹² Resolução CFP n. 001/99 de 22 de março de 1999. Disponível em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acessado em: 04/01/2016.

Em seu percurso metodológico, Sposito (2015) discriminou para a análise, através da leitura na íntegra e mais aprofundada, amostras que tratavam exclusivamente do tema homossexualidades. Ao todo foram 65 trabalhos, sendo 50 dissertações e 15 teses. Segundo a referida autora:

As teses e dissertações que apresentaram como tema central a homossexualidade corresponderam a 65% da amostra (a amostra é composta por 100 itens, que é igual a 100%), ou seja, sua maioria. Em segundo lugar, o tema foi a transexualidade com 08 (oito) trabalhos, seguido dos terceiros temas mais frequentes, a travestilidade e a sexualidade, com 03 (três) ocorrências cada um. Os outros 16 (dezesesseis) temas encontrados oscilaram em uma ou duas ocorrências (SPOSITO, 2015, p. 95).

O referido estudo apresenta também, que há sim um crescente interesse dos Programas de Pós-graduação em Psicologia no Brasil, em trazer novas problematizações acerca da temática em sexualidades, prazeres e gêneros, mas somos praticamente recém nascidos nesse território, pois:

É somente a partir de 2002 que as teses relacionadas às palavras-chaves emergiram no âmbito da pós-graduação, sugerindo que, cerca de 04 anos antes, isto é, em 1998, algumas das primeiras teses sobre tais temáticas foram iniciadas e que, anteriormente a essa datam há uma lacuna na produção de teses relacionadas às áreas pesquisadas. Pode-se inferir que, no período de 1995 a 1997, não houve o início de doutoramento na pós-graduação em Psicologia no Brasil com vínculo às questões da homossexualidade (SPOSITO, 2015, p.89).

Porém, segundo a pesquisadora, alguns temas são totalmente ignorados como as bissexualidades e as travestilidades (um estudo de cada tema), ilustrando ainda o caráter binário dos processos de produção de conhecimento nas Psicologias.

No nosso caso, buscaremos dar visibilidades ao ensino dito profissionalizante, porém em uma territorialidade específica, maior do que a da Narvaz (2009), mas menor do que a pesquisa coordenada por Pecheny (2010), localizada e com levantamento de dados diferenciados.

Interessa-nos saber como se agenciaram essas ações através de entrevistas semi estruturadas (roteiro anexo), de professor@s/pesquisador@s de graduação em Psicologia, pré-selecionad@s e que, através de seus trabalhos na formação, dão visibilidade e positividade a vidas ditas abjetas.

Os critérios para essa seleção foram: - nomes de professor@s que estivessem no ensino de graduação em Psicologia, - de preferência que fossem também psicólog@s; - estarem com projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão com temáticas nos dispositivos sexos, sexualidades, gêneros e prazeres; - que suas instituições de ensino se localizassem em Estados das regiões Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro). Os citados estados foram selecionados, tendo em vista a alta concentração na oferta de Cursos de Psicologia nestas regiões, segundo dados do INEP.

Algumas dificuldades se apresentaram já no momento da indicação dos nomes, que foram feitas por colegas do GEPS: - Professor@s que estivessem na graduação de Cursos de Psicologia e que trabalhassem com os dispositivos que nos interessava; - Além de núcleos e grupos de estudo em sexualidades, gêneros e prazeres, já bem reconhecidos no âmbito nacional, como o de Santa Catarina, tivemos dificuldade em levantar nomes de outr@s professores em territórios menos óbvios de produção de saberes sobre estas temáticas; - a excessiva burocracia do sistema Plataforma Brasil, que nos aprisiona em papéis de pré-autorização institucional, inviabilizou a execução de outras estratégias previstas no projeto inicial desta tese, como acompanhar as orientações e entrevistar alun@s envolvid@s nas atividades de noss@s entrevistad@s (CAAE 41327313.2.0000.5401. Protocolo de aprovação número 1.002.060).

Passaremos agora ao (re)conhecimento dos disparadores das nossas problematizações de pesquisa. A seguir nossas sete histórias de vida e de trabalho na e para a Psicologia.

2 - NARRATIVAS DE SI: PARRESIAS NA PRODUÇÃO DE SABERES E FAZERES NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

Voltar-se-para não implica somente se desviar, mas enfrentar, voltar-se, retornar-se, perder-se, apagar-se. (Deleuze & Guattari, 1992, p.55).

Ao longo das transcrições das entrevistas, destacaram-se alguns pontos que agenciaram os capítulos a serem apresentados na presente tese, e neste momento, destaco os dispositivos a serem analisados como: Formação profissional, ou como chegaram na graduação em Psicologia, sua política de vida e o lugar ocupado pel@s professor@s colaborador@s nas relações acadêmicas vividas, e as suas produções acadêmicas e o agenciamento das linhas de desterritorialização e produção de outras identidades psi.

Tod@s dessa análise se posicionaram na defesa da sua localização discursiva referente aos seus desejos sexuais, as suas posições políticas de serem homens e mulher, e faziam a relação dessa experimentação com as estratégias profissionais, e os embates comprados na atuação docente nas narrativas sobre o como se agencia o interesse pelas questões de gêneros e sexualidades como linhas de produção de políticas de viver e trabalhar, assim pode visualizar essa afirmativa, através do tom vital – *Sou homossexual e sou mulher*.

O transcorrer das atividades de entrevistas, pode ser sentido pela autora deste estudo, como um processo de experimentação ímpar, os deslocamentos vividos referentes à minha própria experiência docente para a de discente, propiciaram tanto, pensamentos e ideias inquietas, quanto, olhares e escutas seduzidas e encantadas com tantas experiências e resistências ofertadas por noss@s professor@s colaborador@s, foi um misturar-se, como define Deleuze (1997):

O trajeto se confunde não só com a subjetividade dos que percorrem um meio mas com a subjetividade do próprio meio, uma vez que este se reflete naqueles que o percorrem. O mapa exprime a identidade entre o percurso e o percorrido. Confunde-se com seu objeto quando o próprio objeto é movimento (DELEUZE, 1997, p.73).

Neste sentido, ter retornado à academia, através do doutorado, implicou em dar um norte a um estranhamento sentido durante minha vida profissional e pessoal. Durante as aulas e nos encontros vividos na pós-graduação, experimentei um pertencimento aos olhares e sentidos dos que convivi, porém, numa certa semana de julho de 2013, na disciplina intitulada

- *Configurações da diversidade sexual: propostas e reflexões*, algo se agenciou à constatação de que além de me sentir deslocada, uma ET nesse planeta, eu sou uma ET mulher - e isso me fez tornar inteligível algo que eu não sabia nomear, mas sentia ter um peso - *Ser mulher é estar sempre em situação de desigualdade*.

Essa constatação anunciada pelo Prof. Pichardo¹³, ensimesmou-me, pois eu achava que havia sido superada essa desigualdade, pois minha vida é composta de mulheres que se fizeram sozinhas ou com companheiros fiéis à equidade de gêneros. Na minha família, todas as mulheres que quisessem jogavam truco junto aos homens nas festas de final de semana.

Na minha família, os homens cozinham melhor, cuidam d@s filh@s, as mulheres trabalham e estudam. Há filh@s solteir@s e bem, há netas em seu terceiro casamento e bem, há efetivamente poder em nós mulheres, mas, ainda assim, somos mulheres, e isso, segundo as instituídas relações de gênero, torna-nos suscetíveis as vivências das violências, das desigualdades e das exclusões.

Talvez o topo da pirâmide da Rubin (s/d), seja somente para: homens - brancos - heterossexuais mesmo, as mulheres jamais estarão no topo, ou como retrata Spivak (2010): “O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio” (SPIVAK, 2010, p. 126).

Hoje, numa cidade do interior do Paraná, bastante tradicional, estou casada, monogâmica por escolha e negociações com meu amor, ainda me sinto uma ET na fronteira, pois, aos olhos d@s noss@s amig@s daqui eu falo sobre sexualidades e prazeres como poucas mulheres e isso, às vezes, gera tensão na minha relação, pois apesar de me aceitar e respeitar, as linhas de subjetivação do meu amor são de bases rurais e religiosas até os trinta anos.

Em 2004, ao invadir a sua pacata vida, eu, segundo suas próprias palavras: Detonei todos os paradigmas de relação, amor e relacionamento que ele tinha até então. Negociar novas fronteiras do que ele entende por mulher, por feminismo, por amor é pensar a diferença, é pensá-la processando-se num território nômade.

¹³ Refiro-me ao Dr. José Ignacio Pichardo Galán. Professor do Departamento de Antropologia da Universidad Complutense de Madri. Docente convidado do programa de Pós graduação em Psicologia da Unesp-Assis, para a disciplina Tópicos Especiais: configurações da diversidade sexual: propostas e reflexões, ofertada em módulo de dois créditos, no ano de 2013.

Porém, em toda fronteira há possibilidades de enunciação de policiamentos, aduanas, limites, taxas, idiomas, controles e capturas. Nesses onze anos de casamento, acabo extrapolando-as constantemente, tornando-me infratora aos olhos dos nativ@s da cidade em que vivo, por isso, concordo com Louro (2004), quando afirma:

O ilícito circula ao longo da fronteira. Ali os enfrentamentos costumam ser constantes, não apenas e tão somente através da luta ou do conflito cruento, mas também sob a forma da crítica, do contraste, da paródia. (...), a paródia que arremeda os "nativos" do "outro" lado, que embaralha seus códigos com os "desse lado", que mistura e confunde as regras, que combina e distorce as linguagens é tão perturbadora (LOURO, 2004, p. 20).

E foi justamente na constatação de que as binarizações inviabilizavam outros olhares na formação profissional, assim como em nossas diversas relações sociais, que fui lançada ao doutorado, que me atrevi a conhecer outr@s incomodad@s como eu, com a ascensão dos discursos pentecostais e neo cristãos na formação, para além do nosso antigo entendimento da vertente espiritualizada das vidas.

Esses discursos defendidos em sala de aula, nas redes sociais¹⁴, nas ruas e nos templos cristãos, vêm ano a ano me assustando imensamente, principalmente pelo alto grau de preconceitos e de manutenção das discriminações, e de alto investimento em estratégias de cura e controle de vidas abjetas.

Quando em tom de brincadeira me nomeio ET em sala de aula, ou entre amig@s, estou apenas suavizando os efeitos de anos e anos de investimentos de estratégias de capturas feitas pelas redes do controle em relação aos meus modos de viver e fazer viver a vida.

Atualmente, estou à frente da coordenação didática pedagógica de um curso em uma instituição privada no interior do Paraná, acabamos de passar em 2014, por mais uma reforma do currículo, onde incluímos mais disciplinas de cunho psicossocial, político, além de uma disciplina de núcleo comum intitulada Sexualidades, gêneros e modos de subjetivação, que terá sua primeira turma em 2018.

Desde 2011, meus projetos de pesquisa se debruçam na formação em Psicologia e os atravessamentos dos temas de sexualidades, prazeres, sexos e gêneros na formação e, no ano de 2015, comecei a orientar estágios supervisionados específicos. Neste momento, formamos seis alun@s do quinto ano da graduação, que cumpriram seus estágios junto ao Centro de

¹⁴ Anexo, um print da reclamação de uma consumidora à empresa Boticário, que lançou uma campanha no dia d@s namorado@s com diversos “tipos” de casais.

Referência em DST/AIDS, na temática de Oficinas, com pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS.

Estavámos em diversas frentes de atuação, como: rodas de conversa em bares com prostitutas, oficinas com adolescentes no centro de referência da juventude e escolas, visitas domiciliares a usuári@s do Centro de Referência em DST/AIDS que vivem com AIDS, aconselhamento e teste rápido. Como base teórica para as intervenções, utilizamos as ferramentas da Filosofia da Diferença, dos Estudos Queer, documentos de referência da política pública em HIV/AIDS, entre outros materiais de apoio.

Foi para essa empreita de viver e fazer viver a partir de princípios de respeito e de fazer viver vidas que se respeitem e se valorizem, é que entrei nesta pesquisa, que objetiva dar visibilidade às estratégias vida e de atuação de outr@s professor@s também engajad@s numa formação de psicólog@s para a vida e os viveres transcontemporâneos.

Essa estratégia metodológica não tem intenção de criar territórios de identificação, mas sim de mapear, cartografar as experiências de si, de suas atuações, do trânsito das linhas de subjetivação de estar professor@s na graduação em Psicologia. Em Rago (2013), ilustramos essa afirmativa:

(...) privilégio narrativas de si que evidenciam a luta contra a normatividade imposta sobre as mulheres, portanto como práticas discursivas efetivamente feministas, isto é, que enfatizam e se comprometem com as lutas contra as formas contemporâneas de controle biopolítico dos corpos e com as buscas de afirmação de novos modos de expressão subjetiva, política e social. Instaladas em novos territórios, apontam para a exposição de vivências que são grafadas, ditas e esclarecidas como atitude crítica aos valores morais e às verdades instituídas, apontando tanto para um trabalho sobre si quanto para a luta em defesa da dignidade, da justiça social e da ética. Escrever-se é, portanto, um modo de transforma o vivido em experiência, marcando sua própria temporalidade e afirmando sua diferença como atualidade. (RAGO, 2013, p. 56).

Em uma anotação feita no texto Experiência de Joan W. Scott (1999), Wiliam Peres (s/d) nos esclarece que essa sensação de pertencimento, “não é descobrir-se em uma identidade, mas em um senso de movimento, de trânsito, de fluidez, em processo de desterritorialização”. Essa experimentação de si dá-se num campo complexo de produção de subjetividades, que serão problematizadas ao longo da tese, pois logo adiante vamos nos debruçar no cenário da transcontemporaneidade e suas tecnologias de subjetivação e produção

de modos de viver os sexos, as sexualidades e os prazeres, e a própria produção dos modos de fazer Psicologias, e de sermos psicólog@s.

A construção do roteiro das entrevistas se deu de forma coletiva, com sugestões de colegas docentes, em busca de atender aos objetivos da pesquisa e dar visibilidade as estratégias que deslocassem e desconstruíssem as já instituídas metodologias e atuações na formação em Psicologia.

O nosso roteiro contém nove perguntas disparadoras, que agenciaram oito grandes eixos temáticos, são eles: Formação profissional d@ entrevistad@; entrada na graduação em Psicologia; atuação na formação em Psicologia; relação da atuação com o projeto político pedagógico do curso; autores de referência na atuação; pesquisas e extensões em andamento; métodos e anti métodos na graduação; resistências e posicionamentos éticos/políticos na graduação.

Foram feitas sete entrevistas, sendo tod@s @s noss@s professor@s colaborador@s branc@s – Máximo, Maria Clementina, Ivan, Vitor, Lorenzo, Dom e Beija-flor, apenas uma mulher – Maria Clementina; seis vinculad@s efetivamente no momento da entrevista a universidades públicas - Máximo, Maria Clementina, Ivan, Vitor, Lorenzo, Dom, apenas dois entrevistad@s estavam em cidades interioranas – Dom e Beija-flor, estando @s outr@s cinco em capitais. Foram feitas quatro entrevistas de modo presencial – Máximo, Vitor, Dom e Beija-flor e três via Skype, todas gravadas em modo digitalizado, transcritas, textualizadas e transcriadas para o presente capítulo.

Buscaremos em seus discursos, os agenciamentos de dispositivos disparadores, que deem visibilidade aos conjuntos críticos e genealógicos que discutiram as problemáticas da produção dos saberes e das verdades sobre as Psicologias hegemônicas, os dispositivos dos sexos, das sexualidades e dos prazeres como linhas de captura e de emancipação de vidas abjetas e subjugadas por vezes anuladas pelas atuações e saberes psi e a produção das identidades psi e as possibilidades de desconstruções e desnaturalizações desse (re)conhecimento profissional, como já definido na metodologia em capítulo inicial desta tese.

As histórias de vidas textualizadas e transcriadas a seguir buscam elucidar as narrativas de cada professor@ colaborador@ desde sua própria graduação em Psicologia até a atuação na formação de psicólog@s, atravessada pela ética e estéticas dos modos de politizarem suas próprias existências. Os trechos foram, antes de serem inseridos na tese, enviados para que cada um d@s professor@s colaborador@s escolhessem seus nomes

sociais, assim como caso quisessem, interferissem na feitura da história, acrescentando ou suprimindo trechos nas composições das transcrições feitas.

A ordem dessa apresentação segue a ordem de Regiões (Sudeste e Sul) e seus Estados (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná respectivamente) em que estão vivendo e trabalhando. Nem todas as narrativas contemplaram todos os eixos/capítulos destacados acima, mas todas agenciaram dispositivos parresíastas de análise que queerizam as Psicologias de pastoreio.

2.1 Fragmentos e histórias de vidas:

Da Região Sudeste – Minas Gerais

2.1.1 Um pouco de Máximo

Não me reconheço psicólogo.

“Máximo começa nossa conversa apresentando sua formação na Psicologia, é a minha primeira entrevista, não o conhecia de nenhum outro lugar, nem de congressos, nem de publicações, seu nome foi sugerido pelo GEPS. O encontro foi feito no hotel em que estava hospedado para um evento, eu realmente estava ansiosa para que tudo desse certo, que o roteiro da entrevista funcionasse, e gravador funcionasse, enfim sentia que finalmente estava fazendo uma tese. Máximo é formado e pós-graduado em Psicologia, destacando-se na sua formação a interdisciplinaridade, com ênfase as interfaces da política, dos movimentos sociais e de sua própria militância. Neste aspecto, Máximo logo se adianta em afirmar que não se sente psicólogo, relata nunca ter trabalhado como psicólogo, afirma que faz Psicologia, em conexões com outros campos de saber como sociologia e a filosofia. Essa afirmativa me incomoda, justamente pelo fato de problematizar os lugares identitários da profissão psi. Ao se negar a identidade de profissional - psicólogo, Máximo se distancia da possibilidade de problematizar a própria Psicologia. Procuo problematizar com ele o sentido do ser psicólogo, se ele define essa identidade como a do diagnosticador, ele imediatamente confirma que ele está muito longe disso, que sente que desde sua formação, até suas pesquisas atuais está na fronteira da Psicologia. Acredita que chegou ao tema dos gêneros e das sexualidades através da política, da militância e dos movimentos sociais. Seu

percurso de pesquisas sempre esteve composto por temas vinculados a esses campos e a experiência do sujeito na política, os conflitos, o desentendimento das relações de poder, a partir da ótica do sujeito, da experiência e de seu cotidiano. Máximo tem em seu corpo o atravessamento e os efeitos desses conflitos, desses desentendimentos das relações de poder, tendo em vista que sua militância política se inicia a partir de sua própria experiência, se nomeia gay e atuante nos movimentos LGBT. Afirma que a entrada no campo dos estudos de gêneros e sexualidades se deu por várias confluências, tendo relação com a experiência de campo com mulheres, com interesse na política, com um debate maior sobre a política a partir da experiência do sujeito particular, contextualizado, marcado por questões de gênero, raça, sexualidades, geração. Para Máximo, sua formação esteve dentro de uma forte crise do mundo, crise entre a política universal e a política dos particulares, e essa crise não estava sendo problematizada e muito menos ensinada na formação em Psicologia que viveu, segundo Máximo na época da sua formação ser psicólogo era estar atuando somente nas três grandes áreas de identidade profissional, quais sejam organização, clínica e educação. O dispositivo da crise foi agenciado nas articulações e amplificações teóricas-metodológicas que foi buscar em outros saberes. Máximo relata que sempre deu aula na formação em Psicologia, começou em instituições de ensino superior privadas até chegar à universidade federal. Problematizo com Máximo como é não se reconhecer psicólogo e estar a tanto tempo envolvido na formação de psicólogos. Máximo discute que sempre acreditou que a formação deveria ser mais ampla, mais politizada, ainda mantém seu desinteresse pelo que nomeia pacote todo da Psicologia, em suas implicações na formação acredita que fez muita coisa importante com as instituições da Psicologia, sempre em uma perspectiva de arejá-la, o que lhe interessa na Psicologia é a forma de falar do sujeito, da subjetividade, das teorias de sujeito. Máximo está na graduação e na pós-graduação em Psicologia, tem como cadeira de concurso a Psicologia Social, e na reforma curricular introduziram a disciplina optativa de Psicologia e Diversidade Sexual, diz gostar de atuar em ambas, e que a disciplina optativa está sempre lotada de alunos da Psicologia e de outras graduações. Problematizo com Máximo o conforto em trabalhar o tema das sexualidades e suas ampliações através de disciplinas optativas em detrimento a necessidade de criarmos campos de embates no núcleo comum de formação, tendo em vista o aumento de discursos homofóbicos, misóginos e transfóbicos nas graduações e nas práticas profissionais. Máximo alega que não gostaria que a disciplina fosse obrigatória porque acredita que o recorte da disciplina não é para todo mundo, acha que é para aquelas pessoas que tem algum interesse pessoal, profissional ou

político ideológico. A disciplina foi pensada e implementada para pessoas que tem inclinações para pensar gênero e sexualidades a luz dos direitos e a lógica emancipatória do sujeito. Máximo problematiza que seria acreditar demais no poder de uma disciplina colocá-la em núcleo comum, acredita que o conjunto do curso tem que ter uma posição de discussão dos gêneros e das sexualidades a luz dos direitos humanos, posição essa espalhada em várias disciplinas, estágios, extensões e pesquisas, e não na obrigatoriedade de uma disciplina, que pode ser usada como desculpa para que não se trabalhe essas temáticas em outros saberes disciplinares e obrigatórios do currículo. Máximo acha a política e a estrutura de formação em graduação no Brasil bastante problemática, pois não valora a experiência do fazer através de estágios e extensões. Percebe a diferença dos alunos em sala de aula na disciplina optativa e os alunos em atividades práticas, operando os conceitos. Máximo desabaça que o Brasil tem uma ideia de formação totalmente bancária, auto centrada na aula, na figura do professor, e para ele isso não existe em nenhum país em que a educação é importante, afinal todo mundo sabe que educação tem a ver com um conjunto de experiências, das mais heterogêneas que deveriam ser todas valorizadas de maneira igual. Atualmente Máximo além de dar aulas, orientar pós-graduandos, pesquisar, também coordena um Núcleo de Pesquisa, ensino e extensão, que oferece cursos, especializações, ações extensionistas a comunidade local, como formação continuada em direitos humanos e comunidades LGBT e a experiência das cidades com as travestis e a prostituição. Esse núcleo capacita estudantes de graduação da Psicologia, além dos pós-graduandos em nível de mestrado e doutorado, porém Máximo não vê relação entre as atividades do Núcleo com o Projeto Pedagógico do Curso, sabe de sua existência, participou das comissões de reestruturação curricular, porém não percebe a interface sugerida, acredita por estar numa unidade de ensino federal – pública essas amarras não são fixadas em um único documento norteador. Suas experiências em sala de aula são atravessadas por problematizações acerca das temáticas religiosas, temas esses que não se nega a debater e esclarecer, e entende que as práticas irregulares na atuação em Psicologia devem ser tratadas junto aos conselhos profissionais. Máximo em suas pesquisas, aulas e cursos trabalham com autores conhecidos nos estudos de gêneros e sexualidades, como Judith Butler e Michel Foucault, e com os teóricos da filosofia política Jacques Rancière, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Se acha um professor à moda antiga, gosta de aulas expositivas, com leituras pré-indicadas, utiliza filmes, e produzem documentários. Gosta também das estratégias de debates orientados, com a apresentação dos alunos. Atualmente está envolvido em pesquisas com homens trans e, com o trauma e política, lhe

interessando o ponto de vista das experiências das transexualidades, onde as pessoas vivem verdadeiras formas de violência, exclusão, e necessariamente traumáticas. A questão que lhe move é como é que isso vira no discurso uma ação política, porque para ele essas pessoas podem muito bem parar no lugar de vítima, ficar ali vitimada o resto da vida, porque a própria experiência da transexualidade já está fora da inteligibilidade do possível no corpo, nessa cultura, nesse momento, com essa violência. Este cenário para Máximo produz uma série de discursos de vitimização, e ele está interessado em como isso tudo vai para a política, como é que esse corpo fala na política, como é que essa fala se constitui como uma fala audível, escutada, racionalizada. Máximo busca através de seus estudos e militância anunciar as legitimidades desses corpos nos espaços públicos, que essas vidas ocupem a política com diretos. Para atingir esses objetivos, Máximo sabe que não há receitas de bolo, não há protocolos prontos, há sim ótimas experiências sendo feitas à luz dos direitos humanos, sabe que essa falta de estratégias prontas frustra os alunos que entram em contato com as demandas de seus estudos, mas entende que hoje as estratégias de atuação estão mais libertárias, com possibilidades de construir e reconstruir metodologias, intervenções nos seus contextos de trabalho. Costuma não responder o como fazer intervenções, mas sempre exige que estas estejam atentas aos diretos humanos e as resoluções que normatizam a profissão. Encerro nossa conversa perguntando a Máximo qual diferença que ele acredita fazer na formação de psicólogos, e ele responde assim: - Não sei te responder isso. Eu gosto das experiências que estão na fronteira. Nas teorias, nas experiências, na história das pessoas que estão na fronteira, que não foram escutadas. A minha formação ética nesse sentido me possibilita escutar as pessoas que estão descartadas nesse mundo, eu sou muito disponível para isso entendeu, e talvez isso seja um aprendizado ético importante para eles, mas não sei se eu faço tanta diferença assim, mas para os alunos LGBT acho que faço, porque eles encontram um lugar relativamente seguro no meu núcleo, para ir lá beijar na boca, namorar, fazer o que eles quiserem lá, e é um espaço seguro para isso, e eu quero que seja para isso também entendeu. Nosso campo de estudo tem a ver com uma experiência corpórea, isso é importante, agora não sei na formação geral, acho que do ponto de vista de uma formação ética, de uma certa ética do cuidado com o outro, eu acho que eu faço alguma diferença e isso já está bom”.

Minas Gerais:

2.1.2 Um pouco de Maria Clementina

Não peguei em armas, peguei livros.

“Maria Clementina foi uma escolha minha. Já havia lido seus trabalhos, ouvido sua fala e me encantei com sua potência, somos mulheres. Ao fazer o contato para convidá-la a participar da pesquisa, ela gentilmente agradeceu, mas achava que não poderia me ajudar, pois estava encerrando sua carreira e já estava afastada de algumas atividades. Insisti, e ela desconfiada, mas curiosa, aceitou. Esse encontro foi virtual, pelo programa Skype, e de tão fascinante que foi em alguns momentos Clementina parava de falar e me perguntava: - Danielle ainda está aí? Sua imagem parece congelada. E eu sorria e me delatava fascinada por cada uma das palavras proferidas nessa entrevista. Clementina, primeiro queria fazer Filosofia, pensava em alguma coisa mais ligada a humanas, mas não a Psicologia, pois principalmente quando entrou, era uma formação de muito laboratório. Sempre pensou a Psicologia ligada a Letras, a Filosofia, as humanas, a História, e nunca muito ligada a experimental e ao campo positivista. Mas Clementina achava que a Psicologia tinha alguma coisa específica que pudesse ajudar, por quê? Porque desde, quando entrou na faculdade aos dezoito anos, já estava metida de alguma forma com o movimento de esquerda, contra as coisas que estavam acontecendo, e foi justamente em 64, em 65. Maria Clementina conta que não foi ligada a nenhum grupo de resistência política, nunca foi presa, não teve essa trajetória dos guerrilheiros de pegar em armas, diz ter pego nos livros. Costumava dizer aos seus alunos, que estava preparando guerrilheiros, desde o início, estava preparando guerrilheiros e guerrilheiras, mas de outra forma. Durante sua formação transitou na Psicologia Social, na Psicopatologia. Ela crê que a Psicologia tem essa possibilidade de lidar com o sujeito, ela tem esse conceito de subjetividade, e desde quando tinha dezoito anos, há cinquenta anos atrás, achava que essa coisa do sujeito era importante. A sua turma foi a terceira turma e seus professores e professoras eram da Psiquiatria, eram da Pedagogia, eram da Filosofia, seus professores eram de outros departamentos, não existia ainda psicólogo e psicóloga. Quando estava no quarto ano entrou em um concurso e começou a dar aula. Quando se formou em mil novecentos e sessenta e nove, imediatamente já se candidatou ao mestrado na PUC do Rio, já pensando então numa carreira acadêmica.

No meio desse tempo, seu marido foi fazer o doutorado nos Estados Unidos e foi com ele para Michigan, lá conheceu uma antropóloga magnífica, e ela foi uma figura muito importante para essa virada para o gênero. Volta em setenta e três já grávida, seu tema de mestrado é sobre campo jurídico e o relaciona ao movimento da anti - psiquiatria, não entra muito em gênero, mas já entrava com uma crítica. Nesse momento Clementina percebe que ainda seu estudo não tinha entrado em questões de gênero até aquele momento da sua trajetória, mas alega que estava na vida, estava ali, mas não tinha visão de como que a Psicologia ia entrar nesse tema. Clementina diz que já era feminista, já tinha um grupo de reflexão, escreveram um livro que Clementina considera importante, mas tinha mulheres e não tinha gênero, tinha sexualidade, era um livro onde estavam querendo estudar como que é a primeira menstruação, como tem a primeira relação sexual, a sexualidade bem física, o defloramento, a gravidez, o aleitamento, isso tudo está lá, e era o que segundo Clementina se perguntava a essas mulheres, como se sexualidade fosse muito restrita ainda, e ironicamente Clementina nos conta que criticou esse posicionamento na sua tese de doutorado. Clementina alega que nunca teve essa coisa muito formal da academia como doutorado, pós doutorado, mas se inscreve em um programa nos Estados Unidos, em um programa de ponta muito ligado a teoria feminista, sendo o único programa, que teve uma cadeira dedicada a teoria feminista. Quando volta dos Estados Unidos em oitenta e seis, já volta divorciada, e o divórcio a marcou bastante, e mesmo já em outra relação bastante prazerosa, se sente muito sozinha no Brasil, sua vida estava inteiramente diferente, não era mais a vida de casada com filhos, era de uma mulher divorciada sem casa, sem emprego, e então resolve sair do Rio e voltar para o colo da mãe, assumidamente mineirona. Clementina busca recomeçar dando aulas, era o que sabia fazer, pesquisar, a coisa acadêmica, e agora que está querendo mudar isso, pois está aposentada, nos diz que vai aprender outras coisas. Sem conseguir trabalho em universidades, Clementina é convidada para a Fundação Carlos Chagas, achou muito difícil, muito complicado, e detestou morar em São Paulo, pois não tinha carro, não dirige, e São Paulo é aquela coisa que todo mundo sabe, se chove você volta para casa do trabalho a pé numa enchente. Entre um e outro trabalho em pesquisas com mulheres prostitutas, em noventa e quatro faz concurso para a área de Psicologia social, começando assim sua trajetória na universidade federal, que se encerrou em fevereiro de dois mil e quinze. Clementina foi professora de Psicologia Social na graduação em Psicologia e orientadora do programa de pós-graduação em Psicologia, sempre vinculada as temáticas de gêneros e suas interfaces como raça/cor/etnia. No momento da entrevista estava dando a última disciplina, e

fez questão de ler Casa Grande Senzala do Gilberto Freire, e relata que realmente essa obra influenciou todas nós e todos nós falando da democracia racial. Ela suspira: - A gente acreditou nesse cara. Clementina gosta muito de usar literatura nas aulas da graduação, já teve embates sérios em sala de aula, e durante a nossa entrevista percebeu que houve resistências e reticências aos seus trabalhos dentro da própria universidade que estudou e trabalhou. Clementina acredita que esses discursos reacionários sempre estiveram presentes, pois em um país que viveu um golpe isso não se apaga, o que nos assusta segundo Clementina é eles poderem falar o que quiserem e da forma como as coisas estão sendo ditas e disseminadas, exemplifica colocando a frase dita por um deputado federal, que afirmou que não estuprava outra colega de congresso porque ela não merecia. Suas frustrações com o universo acadêmico, começaram com a capitalização da universidade pública e da pós-graduação brasileira, com a exigência dos órgãos superiores por quantidade de publicação e não necessariamente qualidade. Ao perguntar sobre as resistências ao seu trabalho, Clementina começa contando que sempre foi respeitada, era chamada de doidinha, mas sentia-se respeitada, tanto que no final da carreira, já fora da pós-graduação, aceitou o desafio de fazer o concurso de livre docente, tendo como material suas experiências com mulheres ao longo de sua trajetória. Na defesa, Clementina única candidata percebe que a batalha não seria simples, teve início às dez horas da manhã e acabou às vinte e duas horas da noite, a composição da banca foi de uma psicóloga da experimental – que já de início de sua arguição bate na mesa três vezes ao som de: - Sou psicóloga, sou psicóloga, sou psicóloga, duas psicólogas clínicas ortodoxas, uma cientista política e um filósofo, que segundo Clementina a salvou. Clementina nesse momento da entrevista confessa que nunca tinha percebido que seu trabalho gerou tanta resistência, somente agora contando como foi sua defesa, a defesa das obras de sua vida acadêmica e de militância é que se viu nesse lugar de alguém que incomodou tanto. Nesta fase da sua vida, de quase aposentada Clementina relata que não vai mais dar aula, não vai mais orientar ninguém. Ela relata que outra feminista fez uma trajetória muito diferente nesse sentido, o que é muito importante para nós que ela continuou na universidade, ela não, ela vai sair, vai aproveitar sua escrita, vai escrever, já está fazendo contatos no Mato Grosso do Sul, que tem algumas comunidades indígenas que estão sendo trabalhadas. Pergunto a Clementina qual diferença ela fez na formação de psicólogos e psicólogas, e ela me responde assim: - Eu sou importante, eu fui importante, a despedida dessa disciplina que terminou agora nesse ano, foi uma choradeira, eles falaram: - Quem vai falar de gênero e raça para nós agora Maria Clementina? O que

não é só falar Danielle, - sobre gênero, raça. É você entrar, ali entra o posicionamento, e o posicionamento incomoda. Assim como Donna Haraway e Jean Clifford me constituíram enquanto um ser diferente, porque estavam nelas também isso, elas não só deram aula, elas foram amigas, há uma coisa de amizade no meio. Então eu falei: - Gente depende de vocês, façam alguma coisa entendeu, é muito triste, se eu não saio um dia eu vou morrer, eu não vou ficar para sempre, e isso é outra coisa que você tem que pensar na sua tese, é como continuar isso sem a pessoa que estava lá dando aula, como continuar. Isso é uma coisa importante, todo mundo traz depoimentos sobre a própria vida, em todas as aulas, saía gente chorando da aula entendeu, eu saía com ódio às vezes, com alegria, implica colocar o afeto né, é Deleuze, é Deleuze e Guattari mesmo”.

Rio de Janeiro:

2.1.3 Um pouco de Ivan

Se eu fizesse um Curso de Psicologia, eu seria um melhor professor e entenderia melhor os meus alunos.

“Ivan foi minha última entrevista também feita pelo Skype. Foi o mais curto dos encontros, mas extremamente potente. A Psicologia foi sua segunda graduação, é formado também em Meteorologia, se graduou muito novo e com vinte anos já era meteorologista, logo passou em um concurso público e foi trabalhar em uma empresa chamada Infraero. Era meteorologista do aeroporto, controlava a possibilidade deste ficar aberto ou fechado para pousos ou decolagens. Era uma carreira de sucesso, como se gradou muito cedo continuou querendo estudar. Ivan acaba desejando fazer um curso de Psicologia, por acreditar que seria um curso menos chato do que foi o primeiro curso, mas em momento algum pensou em fazer Psicologia para se profissionalizar como psicólogo. Acreditava que ia fazer Psicologia para estudar coisas interessantes, coisas legais. Essa decisão alega Ivan, foi por influência, pois na época havia sido convidado pela Infraero para ser instrutor de treinamento, e neste cenário começa a experimentar a prática docente, e acreditava na época que se fizesse um Curso de Psicologia, seria um melhor professor e entenderia melhor os seus alunos. Entrou em uma universidade diferente da que cursou Meteorologia, e a sua graduação em Psicologia é descrita como muito peculiar, porque a Universidade em que a fez é conhecida

por ser uma universidade com formação política muito forte, uma influência muito grande com estudos de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, e há vinte anos ela não era só forte, ela era a única, então foi uma formação muito especial por ter estudado com pessoas que de fato entendiam a Psicologia, a partir de um outro parâmetro epistemológico. Ivan acaba gostando muito do curso, e se graduou em Psicologia ao mesmo tempo em que estava entrando no mestrado, e isso tudo como meteorologista do aeroporto. Foi por nove anos meteorologista, e por meio do mestrado que experimentou a prática docente de um outro lugar, até então se percebia como instrutor de treinamento e só dava aulas de meteorologia, e quando passou em um concurso de professor substituto de Psicologia e quando começou a lecionar Psicologia percebeu a diferença na docência das áreas, e assim que eu entrou no doutorado, resolveu abandonar a carreira de meteorologista, contrariando toda a família, afinal ele era funcionário público, de uma empresa estatal, tinha uma estabilidade, tinha um certo reconhecimento no campo da Meteorologia, mas segundo Ivan abandonou tudo porque não suportava mais estar nestes dois lugares. Quando estava começando o doutorado, Ivan resolve prestar concurso na polícia militar, e se torna psicólogo da polícia, contrariando seus projetos iniciais de não trabalhar na área psi. Justifica seu interesse por conta do edital do concurso, muito Foucault e muita Análise Institucional, ou seja, era um concurso que apesar dele estar em um lugar estranhíssimo – a polícia, ele tinha uma bibliografia maravilhosa. Passou, e então se tornou um tenente da polícia militar, ficou lá durante quatro anos, foi exatamente o tempo do doutorado. Ivan pesquisa durante seu doutorado, sobre segurança pública e toda questão relacionada à abordagem policial e a construção subjetiva da categoria de suspeito, relacionando essas questões com direitos humanos. Logo ao término do doutorado Ivan passa em um concurso para professor em uma universidade federal, para assumir uma nova cadeira, que estava sendo criada na época, por conta da mudança curricular, que era a cadeira de criminologia. Nada mais confortável para Ivan do que ter sido um psicólogo da polícia, que tinha estudado subjetividades e abordagem policial, então parecia que ele cabia exatamente para aquela vaga que estava se abrindo. Ivan destaca que uma das suas questões mais caras, é pensar para além dos processos de incriminação, os processos que tornam alguém criminoso, são os processos de criminalização, que não tornam alguém criminoso, tornam alguém criminalizado, ou seja, critérios que são eleitos historicamente para tornar humanos menos humanos. Para Ivan nessa discussão sobre criminalização, aparecem de uma forma muito intensa as discussões sobre gênero e sobre a sexualidade, tendo em vista que as orientações

sexuais não heteronormativas, e toda discussão sobre identidade de gênero para além da discussão cis normativa, elas são questões criminalizadas, ou seja, nos tornamos esses outros menos outros, em função dos critérios da orientação sexual e da identidade de gênero. Desta forma resolve então se dedicar aos estudos de gênero e sexualidade pelo viés da criminologia, que é algo um tanto quanto diferente, tendo em vista outros teóricos, outros profissionais que cuidam dessa área a partir de outras discussões teóricas. Os seus teóricos primordiais são aqueles que vêm da Filosofia da Diferença, e dos estudos foucaultianos, acrescidos dos autores da criminologia crítica como o italiano Alessandro Barata, o argentino Eugenio Zafaroni e a venezuelana Rosa Perlonger. Ivan esclarece que no Brasil é muito pouco estudada a criminologia crítica, tanto que o nosso Direito é um Direito extremamente dogmático, ou seja, se interessa por uma instrução sobre a existência da lei e do modo como ela é executada, não há uma discussão teórica crítica no Direito de uma forma mais hegemônica no Brasil e por outro lado a Psicologia não se detém sobre os estudos da criminologia, Ivan é o único professor de criminologia em um curso de Psicologia do país, tendo uma disciplina de núcleo comum nesse tema. Sua discussão é toda no campo da Psicologia Jurídica, mas tomando a Psicologia Jurídica não no campo da execução das leis, mas dos modos como as leis são subjetivamente criadas e executadas, ou seja, a partir dos chamados processos de criminalização. Problematizo com Ivan sobre a relação entre currículo e projeto pedagógico da graduação, ele esclarece que não há discussão entre essas articulações, que na verdade quem pode explicar o Curso de Psicologia ao qual ele está vinculado são os alunos que o cursa, pois percebe que não se articula com ninguém, de modo geral são planos de carreira muito solos na universidade, e Ivan acha que isso tem a ver com a própria formação da universidade muito voltada para a pós-graduação. O curso conta com setenta professores, têm três programas de pós-graduação, todos três com mestrado e doutorado, então muito poucos professores não estão na pós-graduação, dos setenta professores, cinquenta e nove são doutores. Então para Ivan a sua universidade é muito mais voltada para a pós-graduação do que para a formação de psicólogos, então a graduação ela é vista como um lugar menor, e como um lugar menor é um lugar que não se problematiza, não se discute, não contempla proposta pedagógica porque na verdade todos estão preocupados com a formação de mestres, doutores e pós-doutores, para ele infelizmente acaba sendo assim. Ivan além de professor na graduação das séries iniciais e de núcleo comum da formação, da disciplina específica e orientador na pós-graduação, é também coordenador de um curso de extensão na universidade, que é o Gênero e diversidade na

escola. Hoje é uma atividade que vem funcionando bem na universidade, atende a mais ou menos uns duzentos alunos por ano, através de estágios e intervenções de extensão, são a cada ano cerca de mil e oitocentas inscrições, o projeto tem quase dez anos de existência. As estratégias de intervenção desse grande projeto envolvem oficinas para escolas, comunidades do Complexo da Maré, alunos da universidade, equipes pedagógicas e técnicas, etc. Ao problematizar com Ivan sobre dificuldades que encontrava para a abordagem desses temas com os alunos, ele relata não perceber, pois justifica que o processo seletivo da universidade em que trabalha é muito rigoroso, o curso é integral, sendo que a faixa etária também é bem baixa – são quase adolescentes, fazendo com que o marcador – “reacionário” não esteja tão evidente nesses estudantes, ele afirma saber que há, mas não presenciou nenhum enfrentamento, utiliza como metodologia em sala de aula, oficinas de gêneros e sexualidades e direitos humanos no primeiro semestre da graduação, já para problematizações e desconstruções de verdades essencialistas, seminários para a teorização de livros como *Filha, mãe, avó e puta da Gabriela Leite*, *Viagem Solitária do João Nery* nas disciplinas de semestres mais avançados. Os conteúdos de gêneros e sexualidades não são abordados em nenhuma disciplina específica no currículo do curso, mas são tratados em duas pelo menos, segundo Ivan uma já no primeiro semestre, e na disciplina de criminologia. Ivan ressalta que o avanço de religiosos e a Psicologia são inclusive vistos na politização da Psicologia pela via dos conselhos com esse público, destacando que no Rio de Janeiro já houve chapa de evangélicos concorrendo ao CRP, não ganharam, mas só o fato deles constituírem uma chapa articulada em torno da religião, para Ivan isso já é um analisador para pensarmos que as coisas podem um dia, serem completamente opostas do que elas são hoje, ou seja, a maioria política começar a ditar as regras da profissão completamente opostas do modo como são ditas hoje. Ivan acha que isso não é um acaso, acredita que é uma estratégia mesmo de entendimento de que a Psicologia ela é um importante operador na construção de subjetividade, de produção do desejo, e enquanto um vetor crítico em relação a tudo isso, acha que tem uma estratégia de ocupar esse lugar, essa escolha não é uma escolha aleatória, mas acha que há uma direção para que isso aconteça, para que a profissão, ou esse lugar de pessoas que constroem o desejo, de um modo geral a representação social da Psicologia vem por aí, ela acaba sendo um chamariz para esse tipo de intenções pondera. Ivan também nos esclarece que em sua universidade não há uma conexão clara ou consciente entre o projeto pedagógico e as demandas que ele trabalha, ele brinca afirmando que em sua universidade não há nem briga entre departamentos ou professores, pelo simples fato de que não há

nenhum tipo de discussão, de troca entre o que fazem. Ivan se destaca por participar da comissão de direitos humanos do Conselho Federal de Psicologia na época em que a Frente Parlamentar Evangélica buscou modificar os artigos da resolução CFP 01/99; seu trabalho junto a Comissão promoveu o arquivamento do processo, mas Ivan alerta que até o momento do nosso encontro a bancada evangélica já havia protocolado cinco projetos de lei para derrubar a resolução do Conselho Nacional LGBT, ou seja, dias piores virão. Ao ser perguntado sobre quais diferenças contribuí na formação em Psicologia, Ivan me responde da seguinte forma: - Eu acho que fundamentalmente, que eles reconheçam que a Psicologia ela é um poderoso construtor de subjetividade, e que por conta disso, por conta desse lugar privilegiado que nós temos na construção de modos de ver, de viver e de permitir ver a vida, que nós também sejamos privilegiados na condição de problematizar as condições subjetivas que se dão nas vias das criminalizações, ou seja, os critérios que são pautados em relações históricas, em relação com o poder que se estabelece historicamente e que vão construindo humanos menos humanos que outros, por conta de alguma condição que é eleita para tal. Se os alunos entenderem que esse processo é um processo construído historicamente não é uma natureza, ou seja, que existe hoje toda uma discussão relacionada à criminalização da população LGBT, por conta de uma construção histórica de poder, a partir daí eu já vou estar satisfeito. Ou seja, que eles reconheçam as criminalizações, mas que reconheçam junto com elas os processos históricos que as constroem, e da possibilidade que nós temos de problematizá-las e ao interrogar essas construções que nós tenhamos também a possibilidade de modificá-las”.

Da Região Sul – Rio Grande do Sul

2.1.4 Um pouco de Vitor

Minhas escolhas são sempre engajadas.

“Vitor foi entrevistado durante um evento de gêneros e sexualidades, com muita história para contar e com muito gosto por sua própria trajetória. Dos nossos professores colaboradores Vitor é o único que não tem Psicologia como formação, mas por estar a muito tempo na graduação e na pós-graduação em Psicologia e pela força de suas pesquisas, foi um consenso sua indicação para fazer parte dessa tese. O encontro com Vitor foi o mais

longo, e um dos mais difíceis de transcriar, pois tive medo de não dar a sua história o tom vital que destacamos, sua trajetória na Psicologia se mistura o tempo todo com sua (re)existência, não tive como não enfatizar esse modo de se fazer, de explicitar sua ética e estética de viver. Vitor é médico de formação, foi fazer Medicina mas tinha uma dúvida com a Sociologia, começou os dois cursos, mas depois não deu para segurar, e a ideia de Vitor foi sempre uma escolha engajada, alegando ser de uma geração que não é a geração que viveu a ditadura do ponto de vista de ser adulto, mas como nasceu em sessenta e cinco, e nascer em sessenta e cinco quer dizer nascer depois do golpe militar, e ter vivido, e ter uma certa história política na família, isso tudo faz então o contorno da sua política de existência. Vitor problematiza já de início, que as vezes pensa, que há uma questão que a homossexualidade produz uma certa claudicação na forma como vê o mundo, como o mundo está construído de uma determinada forma, onde não existimos. A forma de ver as instituições funcionando, isso tudo diz Vitor: - opa tem uma coisa aqui que não fecha, e que o fato da norma claudicar, porque ela só silencia-nos no sentido dessas possibilidades de expressão, ela faz com que a gente possa olhar para o mundo de um jeito diferente, justamente por sermos fora da norma. Quando entrou na Medicina, já tinha uma trajetória política de um certo engajamento, antes de começar o curso, foi morar nos Estados Unidos, com uma bolsa de intercâmbio que ganhou na época. Vitor diz que voltou diferente, pois para ele sair do país tinha a ver também com a ideia de poder viver em um outro espaço, ou seja, o que o Michel Foucault vai chamar de uma heterotopia, ir para um outro lugar e suspender um pouco todas essas regras que no nosso espaço são coercitivas. Para Vitor, no seu caso ser homossexual era uma coisa muito complicada do ponto de vista familiar. Não que ninguém precisasse lhe dizer isso explicitamente, mas justifica ser de uma família italiana, católica, uma família grande, são oito mulheres e um homem que era ele, que tinha no caso a responsabilidade da transmissão do nome. Quando chegou ao exterior sentia-se revolucionário, resgatando lembranças do campus da universidade, com estudantes do mundo inteiro. Participou na articulação de um abaixo-assinado contra a invasão dos Estados Unidos a Granada, para Vitor a militância significava que aquele mundo não era o que ele queria viver e que tinha muita energia e podia usar aquela energia para transformar o mundo. Além disso, tinha ainda a experimentação dos anos oitenta, anos pouco preocupados até a AIDS. Segundo Vitor, foi muito interessante esse período, porque viu que o mundo não era só aquele seu pequeno espaço, na família, no Brasil, eram muitas outras coisas, tanto que quando voltou se perguntou: - será que quero fazer mesmo Medicina? Vitor problematiza que não era só a

questão da homossexualidade, mas tinha também o fato de estar fazendo um percurso que a família não tinha feito de fazer o ensino superior, de frequentar outros espaços, consumir outras culturas. Vitor tinha uma oportunidade naquele momento de transgressão, e tinha espaço na cidade para isso, havia um bairro, boêmio, politicamente muito engajado, e Vitor morava na borda desse bairro, e tinha uma série de bares gays e de lésbicas, alguns eram separados alguns misturados, e havia muita circulação, só que Vitor não havia dito para todos que era homossexual. Vitor ainda separava os mundos, tinha o mundo da faculdade, e tinha o mundo dos amigos, e dentro desse mundo dos amigos tinha então aqueles com os quais saía, e iam para a balada gay, era uma coisa meio escondida, mas tinha algo de transgressão, que era física não era racional, não era pensado. Durante um bom tempo Vitor levava essas duas coisas, e tinha um engajamento político na medicina também, fazia saúde do trabalhador, que naquele momento tinha caráter mais transgressor possível na faculdade. Hoje pensando, Vitor alega que naquele tempo de início da epidemia, alguns namorados daquele momento morreram, presenciando situações nesse começo tanto na vida pessoal como na profissional. Resgata a lembrança do seu primeiro estágio, acompanhando um médico residente e ele estava cuidando de um paciente que estava lá com uma diarreia; que não resolvia, e de repente o médico residente resolve pedir o anti HIV e dá positivo, e o tal do médico residente fala para a família, fala para todo mundo. O paciente em questão era o mecânico deste médico sem ética. Na época o estigma estava no apogeu, o cara era casado, quando o diagnóstico foi confirmado, Vitor se lembra que o paciente fora abandonado e colocaram-no com outro paciente com leptospirose e deixaram a janela aberta, do sexto andar e colocaram a cama dele do lado. Sadicamente pediram para Vitor fazer uma avaliação de suicídio, de risco de suicídio, como se isso fosse um problema depois de toda a exposição e abandono. Vitor termina a faculdade em noventa e começa a residência em noventa e um em psiquiatria, num projeto multidisciplinar no campo da reforma psiquiátrica. Vitor relata que a psiquiatria é muito violenta, exemplificando se lembra que um professor de psicopatologia dizia que homossexual não podia ser psiquiatra, isso que na turma que estava fazendo residência tinha pelo menos uns três gays, ele dizia na época que era doença, que pouco importava se tinha saído do DSM desde setenta e três, e esse entendimento se mantém até hoje segundo Vitor. Depois de um embate com os supervisores (por razões políticas relativas à reforma e não em relação à homossexualidade), Vitor resolve que aquele não era o lugar de fazer a sua formação, voltando para a medicina social, que era o seu chão. Terminou a residência e começou a trabalhar no sindicato dos metalúrgicos e foi fazer

mestrado em Sociologia para responder às questões que estava enfrentando. O tema do mestrado foi à relação médico-paciente, numa perspectiva foucaultiana, tentando entender porque que a realização do trabalho atravessava essa relação de maneira tal, onde o paciente deixava de ser paciente e o médico deixava de ser médico, o que estava ali colocado era a questão conflito capital trabalho e as identificações dos médicos das empresas e da previdência era com o capital. Ao mesmo tempo, era época de nascimento da saúde do trabalhador com a qual os médicos do SUS se identificavam o que chamou de duas formações discursivas concorrentes. Ao término do mestrado Vitor começa a dar aulas, ironicamente, de Psicopatologia em um curso de Psicologia numa universidade privada, e posteriormente passa para as disciplinas vinculadas a saúde do trabalhador. Nesse momento Vitor se aproxima do Grupo Nuances, iniciando sua entrada na temática de sexualidades e gêneros, faz doutorado ainda na Sociologia e nas relações de trabalho e capitalismo. Em 2002 é aprovado no concurso para docência no curso de Psicologia em uma universidade federal, deixando suas atividades engajadas junto à classe trabalhadora via sindicato como médico do trabalho, passando a dedicação exclusiva na docência. Sua entrada efetiva nos estudos de sexualidades e gêneros se deu através das orientações na pós-graduação, sendo seduzido por Butler e a relação que ela fazia naquele momento com Foucault e a psicanálise. Vitor articula e coordena um núcleo de pesquisa em direitos humanos e sexualidade. O núcleo desenvolve atividades de extensão, pesquisa e é articulador de campos de estágios na Psicologia tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação. Vitor criou uma disciplina optativa vinculada a um outro curso de graduação nomeada Gênero e sexualidade nos modos de subjetivação contemporâneos, tendo como base metodológica além da leitura de autores clássicos dessa temática, o uso de filmes para análises e enriquecimento didático. Com a mudança no projeto pedagógico demandada pelas Diretrizes Curriculares, são criadas ênfases para a formação em Psicologia, entre elas a em Políticas Públicas e Vitor batalhou pela implementação da disciplina ainda como específica de ênfase para a Psicologia. A partir dessa mudança curricular é criado no curso de Psicologia um braço do Núcleo de pesquisa - o Centro de Referência em Direitos Humanos Gênero e Sexualidade, que atua de forma extensionistas na atenção a comunidade, na capacitação de equipes SUAS e SUS, nos convênios de estágios e no desenvolvimento de pesquisas em nível de graduação e pós-graduação. O Centro mantém uma equipe multidisciplinar e busca articular ONGS e as redes públicas para resolução e encaminhamentos diversos, tanto em nível da saúde, da atenção social, jurídica, etc. Quando perguntado sobre suas contribuições para a formação de

psicólogos e psicólogas, Vitor nos responde assim: - Agora o que fica como desafio, e eu acho que é esse desafio que a gente trabalha, que é a ideia de que mais do que executar, esse campo de intervenção ele é um campo que tem que ser inventado, porque as ferramentas que até ali estavam presentes, elas são insuficientes para dar conta da demanda que está presente, e há pressupostos da clínica que influenciam muito na concepção do sujeito, que ainda estão baseados na lógica edipiana, falocentrica. A grande questão é: - como é que a gente desmancha isso? Então seria o efeito de desnaturalização e poder pensar intervenções que até podem usar de ferramentas clínicas, usarem ferramentas que a formação mais tradicional oferece, mas elas tem que ser pensadas de uma outra forma, tem que ser colocadas em suspenso e tentar pensar esses efeitos, até porque essa maciça entrada da Psicologia no campo da políticas públicas foi muito recente, e eu digo assim: - olha gente tem três gerações, a que preparou o retorno da democracia, a que lutou pela democracia, e a minha que conseguiu de alguma forma consolidar essas políticas pelo menos do ponto de vista formal, legal, e vocês que tem que trabalhar nelas e dar conta de cumprir essa promessa, ou até criar outras, ou não prometer nada para se fazer. Então tem um desafio que é eminente, e o que a gente tem feito é tentar pensar que tipo de contribuição é essa e sair de um plano, eu não tenho como, até porque eu não me considero legítimo de dizer olha tem que pensar a Psicologia, eu não penso a partir da lógica disciplinar, claro que eu levo em consideração o campo em que eu estou situado óbvio. Mas eu sempre fui assim, quando eu estava na Medicina não era diferente, quando eu estava na Sociologia não era diferente, ninguém discutia Foucault na Sociologia lá quando eu fui fazer, e muito pouco ou quase nada de subjetividade, então foi uma coisa de tentar pensar. Foucault é muito forte na afirmação de que os discursos constroem os objetos dos quais eles falam, e se eu quero desnaturalizar os objetos eu tenho que desconstruir os discursos, e esses discursos são tão disciplinares, porque eles estão sustentados numa máquina que é disciplinar, institucional, então claro que volta e meio explode uma certa insegurança assim, do ponto de vista de onde é que eu estou”.

Santa Catarina

2.1.5 Um pouco de Lorenzo

Fui me autorizando a ser psicólogo.

“Conheci Lorenzo em um evento sobre Gêneros e sexualidades, e pelo seu tema de pesquisa ser masculinidades achamos muito importante trazê-lo para a tessitura da tese. Lorenzo nos diz que não entrou diretamente na Psicologia, entrou em Relações Internacionais, e em seguida passou em Psicologia, na mesma época, e a princípio fez junto os dois, mas o seu interesse na Psicologia vem já no âmbito de entender algumas coisas de sexualidade. Depois de tentar levar os dois cursos, e de desistir de Relações Internacionais, Lorenzo passa a se envolver pouco a pouco com a Psicologia e autorizar-se a entrar efetivamente nesse campo, ainda custou um pouco porque tentava fazer conexões com Relações Internacionais, e na medida em que foi se autorizando foi descobrindo grupos que estavam iniciando trabalhos relacionados ao tema de gêneros e sexualidades. Lorenzo acaba entrando na extensão e em um estágio, um estágio curricular em escolar com enfoque em sexualidades e depois com uma extensão universitária partindo no mesmo âmbito, o trabalho era sobre direitos sexuais reprodutivos para jovens. Lorenzo resgata que tudo isso foi em dois mil e três, foi no final do curso e acabou estendendo o curso para Licenciatura ficando mais tempo, e mantendo a extensão universitária que era um trabalho de estágio de licenciatura também nos territórios de sexualidades. Lorenzo nos diz que havia na época uma disciplina que depois foi extinta, que virou tema transversal, em que faziam dinâmicas diversas para trabalhar temas, entre eles o uso da camisinha, doenças sexualmente transmissíveis, outras coisas relacionadas, gravidez na adolescência, paternidade adolescente, e é nessa época que Lorenzo começa a se aproximar do Instituto Papai e do Promundo que também eram ONGS que trabalhavam com essas temáticas nas camadas populares. Foi quando, acabou entrando no mestrado, continuou trabalhando com alguns projetos relacionados à paternidade e depois violência masculina, violência contra a mulher e o seu mestrado então, foi relacionado à masculinidade e paternidade com os jovens em diferentes gerações em trabalhos populares. Lorenzo então nesse tempo foi se especializando mais na temática e logo se especializou na área de violência masculina, ganhando este tema mais espaço que no próprio mestrado. Lorenzo afirma que foi nessa época que se designou

depois o tema para o doutorado. O doutorado foi iniciado numa universidade estadual, e estava pautado na Lei Maria da Penha, a lei contra a violência doméstica, mas Lorenzo foi aprovado com uma bolsa na Universidade Autônoma de Barcelona, em Psicologia Social, era um doutorado pleno e teve que optar entre um e outro, e acabou indo para a Espanha. Em Barcelona continuou com a violência masculina, mas saindo da Psicologia Jurídica e entrando mais na Psicologia Social, do Construcionismo Social, estudo das narrativas, e de alguma forma, cada vez mais foi permeando o âmbito das sexualidades, que voltou a ser tema, porque uma das epistemologias dentro do feminismo do pós-estruturalismo é a Teoria Queer. Essas teorias e esses cenários começaram a ser provocados e de alguma forma tensionados a própria Teoria Queer, então pareceu muito pertinente a Lorenzo trazer o tema para tese. Lorenzo finaliza o doutorado e acaba se aprofundando mais, voltando às teorias de gênero e sexualidade, trazendo a sexualidade para o campo da violência contra a mulher e das teorias feministas pós-estruturalistas, mas segundo ele, ainda usando de uma forma incipiente, de uma forma mais epistemológica. Depois da sua formação voltou para o Brasil, para uma bolsa de Pós-doutorado Junior do CNPQ, foi o momento que voltou para Santa Catarina e com atividades em Granada na Espanha, nesse projeto, quis pensar a questão teórica e epistemológica da Teoria Queer para os serviços com homens e violência, mas agora no contexto brasileiro. Na época da entrevista Lorenzo estava recém concursado numa universidade federal, estava dando aulas em Psicologia aplicada ao curso de Serviço Social e também começou a dar aulas de Psicologia Social no Curso de Psicologia, além de ministrar disciplinas em Tópicos especiais na pós-graduação, Lorenzo também orienta iniciações científicas, supervisiona estágios vinculados as temáticas de gêneros e sexualidades. Lorenzo nos diz que o interesse dos alunos ainda não é satisfatório no campo em que está atuando, ele percebe que os alunos preferem estagiar ou participar de pesquisas e extensões nas áreas de saúde, há discursos de docentes que desqualificam a ênfase em social, dizendo que a mesma não é Psicologia, não é ciência, é política ideológica, etc. Ele acredita, que a ênfase de social crítica precisa de mais espaço no curso em que está inserido. Segundo Lorenzo há na graduação em Psicologia uma disciplina optativa que trata especificamente do tema corporeidade, sexualidades e gêneros, e ele iria ministrá-la a partir de 2015. Referente a embates experimentados nas graduações, relata que há interesse, mas experimentou a tensão do discurso dogmático, vejamos o relato: - Havia interesse e perguntas dos alunos do Serviço Social, e houve uma aula diretamente desse tema, eu passei um vídeo de um trans homem, que é um vídeo de arte queer de Barcelona, e trabalhei com a Judith Butler, em um dos

temas, e outros textos meus em que eu trabalho Psicologia e estudos de gênero da terceira geração, justamente discutindo que na terceira geração na Psicologia passa a se discutir a Teoria Queer. Mas eu tinha uma turma muito peculiar, porque havia uma evangélica muito convicta, no que ela chamava de cristã verdadeira e havia um trans homem na sala, então as discussões eram muito quentes, não só nessa aula como nas outras, mas essa em especial foi bastante intensa, porque essa evangélica, por exemplo, saiu da sala na hora que estava passando o vídeo e depois voltou e disse que se sentiu oprimida porque eu passei aquele vídeo, eu tive que discutir com ela o que era opressão, e porque que não estava sendo oprimida e porque que eu tinha pensado inclusive nela em relação a aquele vídeo, mas que eu estava autorizando ela a sair, que ela estava preocupada se ela iria ter falta ou não, porque ela entendia que como cristã verdadeira ela tem algumas limitações e questões que ela não pode ver. O vídeo era uma agressão a ela. Mas qual é o teu problema em ver o vídeo se os textos também tratam dessa questão diretamente? Era para refletir essas questões, e ao mesmo tempo refletir que havia outros lugares, outras linhas evangélicas que também traziam progressismos, diálogos de sexualidades, e que às vezes, de um modo geral a sociedade coloca tudo como uma farinha do mesmo saco. Eu acho que a aula mais difícil foi à aula diretamente de gêneros e sexualidades porque eu tive que me posicionar, quando ela começou a colocar algumas questões que eu via que ela estava usando, talvez de uma maneira equivocada como era o conceito de opressão, eu tive que me posicionar e explicar o que que era aquela aula, e o que que era o âmbito do respeito a religião e o que era o âmbito do respeito de uma teoria que estava sendo colocada ali. Pergunto a Lorenzo qual diferença ele acredita estar produzindo na formação de profissionais para a Psicologia, e ele docemente se posiciona da seguinte forma: - Que tipo de diferença? Uma pergunta difícil de certa forma. Eu acho que o que eu tento fazer de diferente é produzir reflexão crítica, isso sempre é colocado. Eu aprendi na minha formação tanto clínica quanto social, a importância desse lugar de reflexão, de perguntas reflexivas, eu faço isso na própria clínica, de fazer pensar, e de trazer mais o Construcionismo Social, o Sócio Construcionismo para a universidade, para esse âmbito daqui, isso também tem a ver com a minha formação lá na Autônoma, e na clínica, quando eu fiz o concurso eu já apontava isso, mas também uma coisa que eu tenho diferente dos outros professores de certa forma, é que eu não me fixo em uma área, eu aprofundo em alguns temas, mas eu amplio o lugar dela, então eu estou na Psicologia Social, mas eu também estou na Psicologia Social jurídica, também estou na clínica, e estou procurando fazer uma clínica social crítica, uma saúde coletiva crítica, então

eu pontuo o meu caminho nesse lugar e gostaria de continuar a fazer isso, que agora eu vou ter um estagiário de clínica curricular, porque lá os que eu tinha até agora não eram curriculares, mas eu sou da área de social, eu entrei numa vaga de Psicologia Social, então eu acho que as coisas não precisam ser tão fechadas e com o nosso novo currículo que é separado em ênfases a partir do terceiro ano, o quarto e o quinto ano é ênfase, isso acaba ficando mais marcado, não eu faço a ênfase essa ou aquela e acabo ficando especializado nisso e legal, e eu acho que para mim sempre foi uma dificuldade de fechar em uma ênfase. Eu tenho uma prioridade numa ênfase Social hoje, mas eu não me fecho a ela, e eu acho que isso envolve tensões políticas, envolvem argumentos, questões que eu preciso cuidar eventualmente, ou quase que uma promiscuidade que em alguns lugares parece assim complicado, que eu acho que na realidade há que se discutir esse conceito, porque eu acho que não é por aí. Porque isso me possibilita um olhar mais sistêmico, um olhar mais ampliado, um olhar de complexidade que também tem a ver com a minha formação clínica, minha formação de sistêmica, e que eu não deixo de ter esse olhar não só na clínica como em outros lugares também, então é esse lugar que eu estou tentando colocar e que seja respeitado também, sem ser entendido como algo que não se aprofunde, eu acho que eu tenho, eu estou me aprofundando no âmbito de violência, no âmbito de família, de um modo geral, de diferentes tradições e possibilidades, no âmbito de geração e de gênero, mas eles escapam, escapam na saúde, escapam na social, escapam na jurídica, e eu preciso saber circular entre esses diversos saberes interdisciplinares e isso eu tenho tentado fazer de certa forma e também tem uma coisa de continuar esse lugar do Margens, na medida em que as professoras começam a se aposentar, continuar o âmbito do trabalho de gênero e sexualidade dos gays, lésbicas e das masculinidades, que eu acho muito importante porque tem muito o que fazer ainda dentro da própria Psicologia, acho que esse seria um lugar possível de fazer uma diferença dentro das teorias que eu venho estudando”.

Paraná

2.1.6 Um pouco de Dom

A minha vida e o meu trabalho não se separam.

“O nome de Dom foi uma sugestão direta do GEPS, atendia a todos os critérios, e estava em um Estado de pouca tradição na produção em Psicologia nesse campo de sexualidades e gêneros. Foi um encontro presencial, numa manhã quente de dezembro. Dom é paranaense, filho de pai professor universitário, mas foi para outro estado para estudar, fazer a formação em Psicologia, foi em noventa e sete, o interesse de ir para outro estado era a possibilidade de estudar fora, morar sozinho, mas era também pelo reconhecimento do local de formação. Logo no começo já da graduação, se insere na pesquisa, a Universidade tem muito esse tom de pesquisa, investia no aspecto da formação dos alunos, então fez duas iniciações científicas durante a formação, e assim que terminou a graduação e já estava no mestrado. No mestrado estudou a conjugalidade de homens homossexuais, fez um trabalho entrevistando casais. Dom se lembra que na semana da nossa entrevista sua mãe apareceu com um papel toda emocionada, que era a capa da dissertação, que ele havia imprimido e no verso escreveu para os pais um convite, que mandou pelo correio para eles irem à defesa da sua dissertação. Esse evento foi em dois mil e quatro, o tema da dissertação era bem marginal, mas essa carta que escreveu para os seus pais, ela é linda, muito bonita, porque - Dom - o filho que tinha saído para morar fora, que tinha decidido fazer uma dissertação sobre casais homossexuais, dizendo para os seus pais: - Oh! A minha vida e o meu trabalho não se separam, preciso fazer isso por várias razões, mas, para vocês posso dizer que tem uma razão vital para mim. Dom termina o mestrado e não estava mais aguentando estudar, aquele ambiente universitário estava saturado para ele, e ao mesmo tempo estava trabalhando com consultório, tinha umas atividades de consultorias, coisas que fazia, decidi dar um tempo da academia. Durante essa pausa, foi contratado por uma faculdade municipal próxima a cidade em que estava morando e essa experiência foi muito importante, pois tinha as duas experiências profissionais, a acadêmica e a de consultório, clínica, e foi notando em si um interesse cada vez maior pela atividade acadêmica. E essa atividade acadêmica, por ser uma instituição muito pequena e engolida pela lógica de mercado, era muito precarizada, e Dom teve que tomar uma decisão: - se queria continuar como professor teria que fazer isso

direito, e fazer direito para ele era fazer doutorado e pleitear uma posição numa universidade pública, que no seu entendimento era onde se podia trabalhar com dignidade, nesse campo da educação. Depois de quatro anos de afastamento, isso era dois mil e oito, Dom resolve fazer o doutorado, e o faz com o mesmo orientador do mestrado, só que com sanduiche nos Estados Unidos. Então fica um ano no Brasil, um ano nos Estados Unidos, quando volta, já tinha fechado consultório, já tinha pedido demissão de tudo que era trabalho que tinha, estava com um companheiro na época muito parceiro e resolvem voltar para sua cidade de origem, para finalizar a tese e esperar um concurso numa universidade pública. Dom via pouca possibilidade de abrir vaga lá onde morava, o que foi um equívoco porque desde quando saiu, já houve três concursos. Dois deles com forte indicação na sua área de pesquisa e atuação, mas não prestou nenhum deles. Na tese Dom trabalhou com uma unidade básica de saúde, tinha acabado de publicar a política de atenção à saúde integral a população LGBT, que era resultado da I Conferência LGBT. Dom fez a proposta de um trabalho de educação permanente em saúde que qualificasse o trabalho daquela equipe com os usuários LGBT, e meio que a pedido da própria UBS, que trabalhava com muitas travestis na época, porque estava localizada num bairro que tem pontos de comércio sexual e repúblicas de travestis que usavam a unidade de saúde. Então já na cidade de origem em um ano Dom terminou de escrever a tese, fez o doutorado em três anos, já com a qualificação aprovada abriu o primeiro concurso que podia prestar, e era justamente onde estava morando com os pais e o companheiro, e o que gerou uma certa aflição, porque a sua ideia era de estar lá de passagem, nunca se viu voltando para a cidade em que escolheu sair. Então Dom não tinha ideia de ficar, mas apareceu, o primeiro concurso foi lá que apareceu, e era para mestre, e ele podia prestar, era na sua área, conseguia defender um currículo para aquela vaga, e não tinha muito que pensar, claro prestou. Arrumou as suas coisas, prestou e passou. E aí ficou numa certa crise: - passei, mas vou ficar? Eu quero mesmo? Se questionava Dom. E por um tempo, ainda continuou olhando vagas para outros lugares, e o concurso demorou e para ser finalmente convocado levou um ano. Dom relata que entrou um pouco nessa crise, procurando outros lugares, mas que foi trabalhando e vivendo, e foi gostando, e foi achando que estava bom. Dom estava feliz, estava gostando de viver novamente na sua cidade de origem, a sua relação com a cidade, com os amigos que construiu, porque para Dom não foi um regresso, foi uma outra coisa, porque a pessoa que saiu não tem nada a ver com a que voltou, citando-o na íntegra Dom era como a personagem de Jorge Amado - Tieta. Dom ilustra essa fase como Tieta, segundo ele porque

quando morava lá, era outro período da sua vida, seus pais são evangélicos e ele vivia na igreja com eles e tudo mais, quando voltou era outra coisa, então não podia, ele não tinha como regressar, àquele conjunto de amigos, àquela vida que tinha não lhe interessava, não tinha como retomar aquilo, tanto que nem foi atrás dos seus amigos daquele momento anterior na cidade. Para Dom deixaram de serem amigos, foi outra fase da sua vida, então teve que reconquistar amizades, conhecer outras pessoas, outros espaços e isso foi ficando muito bom para ele. Dom relata que o início dos trabalhos na universidade foi um ponto de estranhamento, porque era muito diferente daquilo que tinha conhecido como universidade, então isso foi lhe deixando um pouco em dúvida, se era ali que gostaria de ficar. Os ritmos das pesquisas e dos trabalhos eram totalmente diferentes, lá na universidade de formação pesquisa na graduação e as atividades extensionistas da pós-graduação, eram o carro chefe, ali onde estava tudo era mais focado numa profissionalização bem tradicional, nem todos os docentes desenvolviam pesquisas ou tinham alunos de iniciação científica etc. Mas Dom pode ver possibilidades, aberturas e espaços que para ele sinalizam uma boa perspectiva de construção de carreira, por exemplo, um movimento de crescimento, pois naquela semana da entrevista, havia sido aprovado doutorado e isso o anima muito, porque olha a realidade dos seus colegas em outras instituições que estão lutando para começar a implementar e construir um programa de pós nas universidades onde eles estão e diz ter amigos muito bons, que ainda não estão no doutorado, e tem ainda amigos em instituições excelentes, o qual tem programa de pós e a postura do departamento é assim, calma você ainda tem que provar que você dá conta, então calma você ainda está no probatório, calma, ou seja, a entrada deles no programa de pós é regulada, é amarrada dentro dessas instituições. A experiência de Dom foi o contrário, já de início está no corpo docente da pós-graduação, e irá compor também o corpo docente do doutorado. Atualmente Dom está envolvido com as atividades da graduação, com aulas, pesquisas em convenio com Ministério da Saúde e para mapeamento das características dos alunos do próprio campus, em nível de iniciação, mestrado e projetos de extensão, todos voltados para gêneros e sexualidades e políticas públicas do SUS e SUAS. Dom inova com seus temas de pesquisa, estratégias de preparação para campos de estágio e nas metodologias de ensino, e apesar de potente, ainda enfrenta alguns desconfortos com docentes mais velhos da casa que não reconhecem sua leitura teórica – Construcionismo Social – como referência validada para a Psicologia. Esse incomodo da identidade da abordagem e do lugar psi não é novo para Dom. Durante o seu mestrado, Dom nos traz uma inquietação com a não localização do lugar do fazer psi com as Teorias que estava

estudando – a Queer por exemplo. Naquela época Dom não tinha problema com a identidade do psicólogo, até gostava dela. Quando vê o Construcionismo diz se encontrar, pois ele compunha essa identidade, o mantinha, é claro que hoje Dom vê que dá para desconstruí-la também a partir do Construcionismo. Dom sorri e diz não estar mais incomodado com a identidade de psicólogo, então hoje, se não quiserem o chamar de psicólogo não o chamem, quando as pessoas lhe perguntam: - O que que faz? Ele responde: - Sou professor. Nunca fala: - Sou psicólogo. Do que? - De Psicologia, ou de sexualidade, ou de outra coisa. Mas a identidade: – eu sou psicólogo - ficou completamente desimportante para Dom atualmente e problemática até. Problematizo com Dom que lugar ela resgata, no que esse psicólogo o incomoda? Dom responde que o incomoda o lugar muito normativo, de um lugar muito regulador, de dizer como que as coisas são ou como deveriam ser, então quando se vê fazendo coisas que gosta na Psicologia a partir do Construcionismo, vê que não são coisas imediatamente reconhecidas como coisa de psicólogo. Dom percebe que quando no seu departamento aparece uma tensão nas discussões sobre o currículo, sobre o que que tem que compor o currículo de psicólogo, esse o que tem que compor, porque não somos nós que estamos decidindo, mas vem lá do que foi determinado pelas diretrizes como núcleo básico, como núcleo mínimo, que os cursos de Psicologia têm que ter, é chato, é normativo, é ter de aprender a aplicar testes, é ter de aprender a medir, e é esse lugar de Psicologia que Dom não gosta e não se identifica, e é desse lugar que está se afastando. Em seu departamento, os colegas já o enquadram mais como alguém que trabalha no campo da saúde, então tudo aquilo que vai falar de UBS, de SUS, de Atenção Básica, de CRAS, de saúde, mas também de política pública. Nas discussões das mudanças curriculares que estão por vir na universidade em que trabalha, Dom está batalhando por uma formação de psicólogos comprometidos com a injustiça, com a pobreza, com a opressão, com a discriminação, com o preconceito. Dom acredita que se pode desenhar uma atuação em Psicologia e, portanto na formação desses alunos que seja assim, crítica nesse sentido. Dom problematiza: Mas o que é ser crítico? Que é uma conversa que estão fazendo no departamento. Crítico a que? Crítico como? Crítico para que? Dom acha que é definir o contorno ético do que é crítico, dessa palavra está sendo posta no currículo, então é desse compromisso ético que está falando. Dom pondera que o crítico é crítico com as formas de dominação, e para ele as formas de dominação importantes são: pobreza, ou classe social, gênero. E por isso quer que apareça no currículo, acredita que será um avanço. Dom ao ser perguntado sobre que diferenças acha que produz na formação em Psicologia, nos responde da seguinte forma: - Se os meus alunos, futuros

psicólogos puderem olhar para o trabalho deles, seja lá onde eles tiverem, para a vida, para si mesmos inclusive, com menos necessidade de corrigir as coisas, com mais apreciação, com mais disponibilidade para aceitar aquilo que é diferente, aquilo que está fugindo do que já está aí, com mais sensibilidade para o cultivo de possibilidades inusitadas, desconhecidas de vida, se eles souberem fazer isso acho que vai ser legal. Acho que já é uma diferença bem boa numa disciplina, num campo muito ortopédico, pois quando eu converso com os meus colegas e sei lá, não estou bem, estou falando de alguma coisa que está incomodando na vida, aí meus colegas falam: - Porque você não faz uma terapia? Então assim, essa resposta fácil né, de que nossos mal estares advém dos nossos conflitos psíquicos, que podem ser resolvidos numa única modalidade de intervenção, de ajustamento, se os meus alunos puderem não pensar assim eu acho que vai ser bom, e daí talvez eles inventem terapias, terapias de cultivo e não terapias de correção, terapias de inspiração, porque não é também que eu ache que a terapia enquanto uma prática é totalmente inválida, ela pode ser válida, mas ela poderia ter essa cara de cultivo, de inspiração, de abertura e não de autoconhecimento”.

Paraná

2.1.7 Um pouco de Beija-Flor

Marginal atrai marginal.

“Beija-flor também foi meu colega de programa na pós-graduação, estava dois anos mais adiantado que eu, erámos do mesmo núcleo de pesquisa. Me interessava o fato dele estar numa universidade privada e de vertente religiosa, e mesmo assim resistir e ensinar estudos de gêneros e sexualidades na graduação em Psicologia. Beija-flor entrou na Psicologia em mil novecentos e noventa e sete no Paraná, essa especificidade é destacada por Beija-flor porque é um curso locado nas Ciências Biológicas, e isso diz respeito a um curso voltado a área da saúde, então nesse período em um curso de cinco anos integral, teve algumas disciplinas que poderiam flertar com as discussões de sexualidades e gênero, mas grande parte ainda era Freud, educação sexual no sentido de uma ideia mais biológica do corpo, e tinha umas poucas leituras da disciplina de Psicologia Social sobre Foucault, fora isso Beija-Flor não teve mais nada sobre sexualidades e gêneros. Quando se forma foi fazer

uma especialização em Análise do Comportamento, mais especificamente em Terapia de casal e conjugal e de adultos, nesse período Beija-Flor ficou bem descontente, porque começa a perceber que pela condição da sua própria homossexualidade, não ia dar conta de falar que a homossexualidade era um comportamento, pela sua experiência de vida, pela sua condição de estar ali se ligando com as questões das homossexualidades. Então, Beija-Flor fala com um professor que havia dado aula para ele sobre onde e quem poderia orientá-lo para um mestrado na área de sexualidade. O professor sugeriu que Beija-Flor procurasse uma ONG que trabalha com travestis, e havia um professor desenvolvendo oficinas de cidadania lá e que poderia ajudá-lo. Beija-Flor então procura o professor, ele foi bastante receptivo, tiveram um encontro feliz nesse momento, e ele estava no fim do doutorado dele, e nesse fim de doutorado ele falou: - Olha que legal, eu tenho que terminar meu doutorado, estou trabalhando sobre travestis, e preciso que alguém mantenha as oficinas de cidadania e direitos humanos com as travestis, que conclua o trabalho lá na ONG. Beija-Flor que nunca tinha trabalhado com nenhum tipo de população em relação à diversidade sexual, topou, mas ponderou que precisava saber se daria conta, e o professor em concordância o colocou no campo para analisar sua implicação. E lá se foram a campo, encheram uma sacola de camisinha, e foram para todos os pontos de batalha das travestis, lá ele ia apresentar Beija-Flor. Beija-Flor se lembra que na época tinha uma travesti negra, alta, do candomblé, HIV positiva, e que era extremamente romântica, e ela os acompanhou a todos os pontos de batalha, coisa que Beija-Flor nunca tinha feito antes, tinha uma disposição, uma potência para trabalhar com isso, lhe interessava o diferente, e como dizia seu orientador: - Marginal atrai marginal. Beija-Flor foi atraído por essa população e percebe que era um campo que tinha interesse. Segundo Beija-Flor, todas as suas pesquisas são voltadas para algum assunto polêmico, já tratou do trabalho com redução de danos, do trabalho carcerário seja de adolescentes ou de adultos, com pessoas com HIV positivo, sobre a questão das homossexualidades e os preconceitos, as homofobias e agora no seu doutorado trabalha com a questão da corporalidade modificada, com body modification. A travestilidade aconteceu na vida de Beija-Flor, e ao conduzir as oficinas percebeu que teria que estudar muito. O professor o auxiliou e como estava desempregado nessa época, tinha tempo ocioso para ler, e ia à tarde à casa do professor que estava escrevendo a tese dele, e aproveitava e lia com ele os textos dele, e ia pedindo para ele explicar, então o pouquinho de aula que teve sobre Foucault na faculdade foi alimentado dentro dessa discussão, e dessa relação surgiu o desejo de fazer mesmo o mestrado. Seu projeto foi feito a partir da sua vivência, que era relacionado

à como um homossexual entra nos espaços de socialização. O campo na época era duas áreas que tinham um diferencial dos outros pontos de socialização, porque realmente eram guetos, naquela época não tinha especificação de classe social e econômica de lugar para homossexuais, todos eram ligados naquele espaço, então a diferença de raça, etnia, geração, classe social e econômica se misturavam nesses ambientes, se suportasse ou não a bicha pompom, você tinha que ir à mesma boate que ela. Beija-Flor esclarece que hoje existem boates de ricos e pobres, naquela época não tinha e começou a perceber que tinha relações de preconceito muito constantes que poderia virar um tema de mestrado. Beija-Flor passa no mestrado, e começa a trabalhar nesse período, e ainda destaca que nos fala tudo isso porque a sua participação na docência tem a ver com a prática profissional na militância. Nesse período estava na militância LGBT, coadunado junto a todos os movimentos sociais do Brasil, então Beija-Flor começa pela militância, pela parte prática, a pensar à docência por vir. Nesse período Beija-Flor estava em um educandário, e começa a perceber como ser homossexual no sistema sócio educativo era extremamente perigoso, primeiro porque eles não podiam saber que ele era homossexual, porque corria risco de morte para ele ou com algum tipo de retaliação, assim como, os adolescentes homossexuais que estavam lá apreendidos eram chamados de seguros, e na primeira rebelião que tinha eram as primeiras pessoas que apanhavam ou tinham também risco extremamente grande de morte. Beija-Flor percebe que tinha uma tolerância à homofobia e também uma invisibilidade das discussões das homossexualidades lá dentro inclusive da equipe técnica, que são psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, direção, educador social. Segundo Beija-Flor, sexualidade e prazeres eram temas tabus ali, então resolveu problematizar e percebeu que nenhum técnico de qualquer nível havia estudado discutido ou se capacitado nesses temas, em nível de escolarização nenhum. Deduziu que então na Psicologia as pessoas também não discutiam, no Serviço Social não se discutia, na Pedagogia também não se discutia o que se discutia quando se perguntava para eles era a questão tipo: - Pipi para homem, meninas tem vagina, e era muito pouco, e começa a perceber que existia um déficit nos currículos acadêmicos, primeiramente pela sua própria experiência na graduação em Psicologia. Beija-Flor também trabalhou no CRAS, e nesse CRAS tinha muita demanda, por exemplo, tinha duas mães, e daí as assistentes sociais e a psicóloga achavam aquilo problemático porque não podia receber uma bolsa família porque não era uma família, poderia se fosse uma avó e um neto, mas duas mulheres não era um casal. Beija-Flor também começa a problematizar com essas profissionais da Psicologia e do Serviço Social que também faltava uma formação do que

seria essa diversidade, essa amplitude das sexualidades dissidentes ou singulares. Beija-Flor começa sua trajetória na docência como professor substituto na mesma universidade que se graduou, tem diversas disciplinas, mas destaca sua experiência numa nomeada Tópicos Especiais, que logo virou uma disciplina problemática, por Beija-Flor tratar somente de estudos de gêneros e sexualidades na vertente mais filosófica e sociológica, contrariando a vertente usada por anos no curso que era de matriz biológica e de cunho educacional. O período de substituição acaba, e Beija-Flor entra no doutorado, passa a pesquisar modificação corporal e prazeres. Quando nos encontramos, Beija-Flor estava dando aulas como horista (aquele professor que só recebe para dar aulas, não desenvolve projetos de extensão, pesquisa ou ensino), a universidade que ele trabalhava era privada e de vertente bastante tradicional, conforme o próprio Beija-Flor, ele era considerado o professor esquisito do curso. Durante a entrevista me contou entusiasmado sobre os estágios básicos que estava orientando junto a rede SUAS, sobre as disciplinas de Psicologia Social e Comunitária que era docente, estava também em Psicologia Institucional, ou seja tinha nas mãos disciplinas com muita potência para trabalhar as temáticas dos gêneros e das sexualidades, pois apesar de não serem temas previstos na ementa, os programas podem ser ampliados, e se vamos trabalhar com subjetividade, necessariamente podemos tratar de sexualidades, gêneros, cor/raça entre outros marcadores sociais como linhas de composições subjetivas. Tinha como metodologia leitura orientada de textos de Michel Foucault, dos teóricos queers como Guacira Lopes Louro, Gayle Rubin, além de Gilles Deleuze e Félix Guattari, orientação de produção de vídeos temáticos, uso de filmes e documentários. Beija-Flor já havia enfrentando algumas dificuldades referentes a conteúdos abordados em sala de aula contrários aos dogmas cristãos amplamente defendidos na universidade, diria até descaradamente. Beija-Flor conseguiu aos poucos, espaços nesse território bem marcado e diferente dos professores que eu havia ouvido até então, pois quase todos entrevistados ressaltaram a liberdade de trabalhar o que queriam e como queriam, Beija-Flor negociou cada tema, cada texto, cada estratégia didática para ensinar os atravessamentos das linhas dos sexos, das sexualidades e dos gêneros para a formação de seus alunos. Ao finalizar a entrevista, pergunto qual diferença acredita fazer na formação deles, Beija-Flor assim se posiciona: - Então eu acho que a diferença que eu posso fazer para esses alunos, é construir uma Psicologia de enfrentamento a todas essas mazelas que estão influenciando a Psicologia, essa forma de pensamento rígido, sedimentado, que empobrece o olhar da composição do humano de forma mais ampla, eu acho que eu trago, eu não sei se eles vão

sacar, ou se vai servir para alguma coisa para eles, mas eles não podem negar que a partir das minhas aulas, que eles não tiveram a oportunidade de dialogar com outras áreas, outros conhecimentos, e isso eu tenho certeza absoluta que eu faço. Tenho diversas deficiências como professor, às vezes gaguejo, sou bravo às vezes em sala de aula porque está fazendo barulho, enfim, mas isso eu tenho certeza que eu faço com muita paixão, eu acho que as pessoas com quem eu escolho estar junto, os meus pares, de pesquisa, meus amigos professores, quem eu tenho proximidade, também são assim, tem uma corrente de pessoas que são, eu sempre falo para os meus alunos: - Ah! Preciso ir num congresso. E eles: - Por que professor o senhor gosta tanto de congresso, não gasta tanto dinheiro assim? Eu falo: - Mas eu me sinto mais forte, quando estou com meus pares, porque eu venho conversar com vocês e eu tenho certeza que estou no caminho mais ético possível de trazer informações para vocês. E o que eu posso fazer pelos meus alunos é trazer um pouco da realidade, conectá-los com a realidade, descrever um pouquinho do que está acontecendo, por que que está discutindo isso? Fazer a ponte da Psicologia com os fatos sociais, com os acontecimentos, eu penso que tenho conseguido, às vezes não é fácil, mas eu não sei fazer diferente, se eu não fizer isso eu não faço, acho que é a única forma que eu consigo fazer. Pouco tempo depois desse encontro, Beija-Flor foi sumariamente despedido por não se submeter ao desejo de uma parcela de alunos e alunas, que pediram para que os temas tratados por Beija-Flor não fossem mais contemplados em sala de aula, ou nos estágios. A coordenação sugeriu a Beija-Flor que por ser ano de ENADE, todos deveriam evitar conflitos em sala ou em atividades do curso, e Beija-Flor trazia o conflito ao desnaturalizar as sexualidades e valorar toda e qualquer forma de existir. Porém, e ainda bem, a vida mais uma vez foi gentil com Beija-Flor e hoje ele já está concursado numa universidade federal, e lá, quem sabe, poderá voar livre, leve, marginal e potente como merece estar”.

A partir das afetações produzidas dessas e nessas histórias de vidas na e pela Psicologia, agenciam-se os capítulos que apresentaremos, claro que nem tudo foi problematizado, mas aquilo que nos mobilizou e nos inquietou, buscamos valorar na feitura desta tese.

3. APRESENTANDO NOSSO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA: A PSICOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIA E PROFISSÃO

3.1 Quais Psicologias estamos problematizando

Um dos primeiros dispositivos que se enunciam dos encontros e problematizações agenciadas durante as entrevistas é um declarado desconforto com a escolha profissional de noss@s professor@s colaborador@s. Para quase tod@s fazer um curso de Psicologia não era opção, ou se mostrou pouco atraente.

A Psicologia é descrita como uma profissão normatizadora, de enquadre e poucas possibilidades de amplificação de suas ferramentas. Mas afinal de que Psicologia e de quais instrumentos específicos desta, noss@s professor@s colaborador@s fugiam, temiam e resistiram experimentar?

Não temos a pretensão nesta tese de nos debruçarmos por muito tempo na clássica História da Psicologia no Brasil, essa empreita pode ser encontrada em livros já consagrados e em inúmeras teses já defendidas, como os trabalhos publicados e/ou coordenados por Ana Maria Jacó Vilella, Luiz Cláudio Figueiredo e Mitsuko Aparecida Makino Antunes, pretendemos agenciar uma linha de problematizações para a ausência de determinados marcadores psicossociais como os de gêneros, sexualidades, etnia/raça/cor e classe social, nas leituras teóricas e metodológicas utilizadas na formação de psicólog@s no Brasil, caracterizando e identificando ainda a nossa profissão como neutra em pleno século XXI, justificando o temor citado em se tornar profissional psi.

Foucault (1979) já nos alertava da falácia da História enquanto recurso de interpretação linear, lógica e harmônica. Ilustrando:

Saber, mesmo na ordem histórica, não significa “reencontrar” e, sobretudo não significa “reencontrar-nos”. A história será “efetiva” na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. (...). É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar (FOUCAULT, 1979, p. 27-28).

O que se agencia nesse mapeamento é a problematização da própria *inveja* da Psicologia por não se sentir e por não se fazer uma ciência singular – única, pura, como acredita serem as outras ciências parceiras. A Psicologia tem um complexo de inferioridade,

pois ao tentar se definir, ela busca uma resposta uniforme, definitiva e identitária. Georges Canguilhem (1999), em 1956, já esclarecia que o grande fantasma da Psicologia era como se posicionar ética/política e esteticamente diante da pergunta: *O que é a Psicologia?*

Aparentemente uma pergunta simplista, porém hoje basead@s nas diretrizes curriculares para formação acadêmica em Psicologia¹⁵ e no próprio código de Ética Profissional, responderíamos que o que nos faz psicólog@s é a autorização exclusiva de aplicação, análise e produção de documentos por meio do uso de testes psicológicos. Resumindo, nossa habilitação nos torna únic@s na autorização de compra e aplicação de instrumentos de mensuração de comportamentos e afetos. Destacando o início das problematizações, Canguilhem (1999) nos alerta:

A questão “Que é a Psicologia?” aparenta ser mais incômoda para o psicólogo do que a questão “Que é a filosofia?” para o filósofo. Porque para a filosofia a interrogação sobre o seu sentido e a sua essência serve mais para constituí-la do que a define uma resposta a esta pergunta. O fato de a questão renascer incessantemente, por falta de uma resposta satisfatória, é, para aquele que gostaria de poder dizer-se filósofo, uma situação de humildade e não de humilhação. Mas, para a Psicologia, a questão sobre sua essência, ou mais modestamente, sobre seu conceito, questiona ao mesmo tempo a existência do psicólogo, na medida em que sua incapacidade de responder exatamente sobre o que ela é torna-lhe bem mais difícil responder sobre o que ela faz. Só lhe resta, então, procurar em uma eficácia sempre discutível a justificativa de sua importância enquanto especialista, importância que ele não deploraria de nenhuma maneira com este ou aquele se ela engendrasses no filósofo um complexo de inferioridade (CANGUILHEM, 1999, p. 12).

Para além da busca identitária, ou da defesa de uma Psicologia cientificamente reconhecida, um dos objetivos dessa tese é empoderar as Psicologias que sequer se sentem como partes da Psicologia dita científica; não para nomeá-la, explicá-la ou sequer criar uma identidade, mas sim, para valorar suas características mais temidas e principalmente também desejadas por noss@s professor@s colaborador@s, quais sejam – a desestabilização das respostas identitárias, o agenciamento dos discursos parresistas e a visibilidade das heterotopias na Psicologia.

A heterotopia “tem como regra justapor, em um lugar real, vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis” (FOUCAULT, 2013, p. 24).

¹⁵ Documento anexo.

Ao nosso ver, esse outro lugar agencia um corpo teórico que sustenta a possibilidade de construção de territórios de saberes autônomos na Psicologia, que nesta tese nomeamos de territórios “queerizando as Psicologias”, desvinculando-as de uma única identidade e forma de produção de saberes, poderes e leituras sobre prazeres, para tanto, concordamos com Foucault (2013), ao afirmar que:

Não se vive em um espaço neutro e branco; não se vive, não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel. Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus de escadas, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas. Há regiões de passagem, ruas, trens, metrô; há regiões abertas de parada transitória, cafés, cinemas, praias, hotéis, e há regiões fechadas do repouso e da moradia. Ora, entre todos esses lugares que distinguem um dos outros, há os que são *absolutamente* diferentes: lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los. São como que *contraespaços*. As crianças conhecem perfeitamente esses contraespaços, essas utopias localizadas. É o fundo do jardim, com certeza o celeiro, ou melhor ainda, a tenda de índios erguida no meio do celeiro, ou é então – na quinta-feira a tarde – a grande cama dos pais (FOUCAULT, 2013, p. 19 - 20).

Para as Filosofias, as problematizações alimentam e mantêm as ciências filosóficas, somente novas perguntas agenciam novos saberes, formalizando assim o fazer da Filosofia. Para a Psicologia, a problematização sobre suas bases epistemológicas, agencia a angústia de não saber, de não ser enquanto objeto de investigação, definida em uma única resposta.

Essa crise agenciada pela pergunta *O que é a Psicologia?* materializa um espelho onde a imagem de si, enquanto discurso instituído e validado deveria ser a do que a definiria como aquela que: - cria identidades, - mantém a unidade, - busca otimização das habilidades e competências individualizadas, - mantém o mito do Eu autônomo e ainda tem o poder de curar.

Na argamassa das bases epistemológicas da Psicologia, não há elementos de resistência a nada, ou seja, ela se adequa e se reorganiza cientificamente, de acordo com interesses econômicos e políticos em voga. Os campos de saber da Psicologia que se ensina na atualidade, ainda transitam entre as bases biologistas e da física, ficando clara, dessa forma, a obrigatoriedade da manutenção de conteúdos de ciências exatas na formação, via diretrizes curriculares, como objetivos de produção de habilidades e competências, buscando

manter esse lugar de ciência, enquanto indiscutivelmente reconhecida, desde o século XIX.

Dessa forma:

O século XIX assiste à constituição – ao lado da Psicologia como patologia nervosa e mental, como física do sentido externo, como ciência do sentido interno e do sentido íntimo – de uma biologia do comportamento humano. As razões desse evento nos parecem ser as seguintes. Inicialmente, as razões científicas, a saber, a constituição de uma biologia como teoria geral das relações entre os organismos e os meios, o que marca o fim da crença na existência de um reino humano separado: em seguida, razões técnicas e econômicas, ou seja, o desenvolvimento de um regime industrial que dirige a atenção para o caráter industrioso da espécie humana, o que marcará o fim na crença na dignidade do pensamento especulativo; por fim, razões políticas que se resumem no fim da crença em valores de privilégio social e na difusão do igualitarismo: o alistamento e a instrução pública tornam-se questão de Estado, a reivindicação de igualdade em relação às tarefas militares e às funções civis (a cada um de acordo com seu trabalho, suas obras ou seus méritos) é o fundamento real, ainda que frequentemente despercebido, de um fenômeno próprio das sociedades modernas: a prática generalizada da especialização, entendida em sentido amplo enquanto determinação da competência e revelação da simulação (CANGUILHEM, 1999, p. 21-22).

Esse terreno de produção de especificações e especializações de saberes e fazeres ditos *psi* agencia-se num campo nada tranquilo. Foucault (1979) nos aponta que a verdade da ciência agencia-se dos conflitos, das contradições, das irregularidades dos discursos, da luta árdua dos saberes e dos poderes que desenham o octógono da batalha estabelecida, sendo assim, as Psicologias com suas contradições não escapam do status clássico de ser Ciência, que produz verdades e relações de poder e saber. Conforme Foucault (1991):

Esta relação que funda filosoficamente toda Psicologia possível só pode ser definida a partir de um momento preciso na história de nossa civilização: o momento em que o grande confronto da Razão e da Desrazão deixou de se fazer na dimensão da liberdade e em que a razão deixou de ser para o/a homem/mulher uma ética para tornar-se uma natureza. Então a loucura tornou-se natureza da natureza, isto é, processo alienando a natureza e encadeando-a no seu determinismo, enquanto que a liberdade tornava-se, ela também, natureza da natureza, mas no sentido de alma secreta, de essência inalienável e da natureza. E o/a homem/mulher¹⁶, em vez de ser colocado diante da grande divisão do Insano e na dimensão que ele imagina, tornou-se no nível de seu ser natural, isto é, aquilo, loucura e liberdade, recolhendo, pelo privilégio de sua essência, o direito de ser natureza da natureza e verdade da verdade (FOUCAULT, 1991, p. 98).

¹⁶ Atualização feita pela autora tendo em vista às políticas de emancipação e empoderamento do feminino. Acreditamos que se o autor escrevesse atualmente não deixaria de pontuar a mulher em seus escritos.

As Psicologias enquanto campos de produção de verdades, e, conseqüentemente, de relações de poder, dá-nos ver quais são as formas dos corpos teóricos, filosóficos e políticos destes saberes psi.

As Psicologias da e para a tradição são meros campos de procedimentos sobre as categorizadas psicopatologias, ou sobre as relações de trabalho, as formas de aprender e de ensinar, ou sobre as estratégias de qualificação da saúde e da saúde mental dos novos objetos e objetivos da ciência, quais sejam – o homem e a mulher; as Psicologias são nada mais nada menos que engendramentos discursivos normativos, meticulosamente agenciados com fins de produção de saberes sobre as vidas e os modos de viver contemporâneos, sendo assim:

O campo epistemológico que percorrem as ciências humanas não foi prescrito de antemão: nenhuma filosofia, nenhuma opção política ou moral, nenhuma ciência empírica, qualquer que fosse, nenhuma observação do corpo humano, nenhuma análise da sensação, da imaginação ou das paixões, jamais encontrou, nos séculos XVII e XVIII, alguma coisa como o homem/*mulher*; pois o homem *e a mulher* não existia (assim como a vida, a linguagem e o trabalho) e as ciências humanas não apareceram quando, sob o efeito de algum racionalismo premente, de algum problema científico não-resolvido, de algum interesse prático, decidiu-se fazer passar o homem/*mulher* (por bem ou por mal, e com maior ou menor êxito) para o campo dos objetos científicos [...]; elas apareceram no dia em que o homem/*mulher* se constituiu na cultura ocidental, ao mesmo tempo como o que é necessário pensar e o que se deve saber (FOUCAULT, 1992, p. 361-362).

Ao afirmarmos que as Psicologias em geral têm a norma como meta, vislumbramo-las como uma ciência no sentido de produção de saberes que delimitam as vidas em agenciamento de verdades capitalizadas, e amplamente publicizadas.

A verdade como dispositivo de poder, vem sendo arduamente debatida e disseminada, tendo Michel Foucault como um dos grandes percussores; toda relação de saber/verdade é também uma relação de poder, e as lutas diárias para a permanência e amadurecimento de determinados saberes/verdades em detrimentos a outros se dá via micro relações de poder, ou seja, nos discursos cotidianos, casuais, do senso comum.

A produção de verdades no cenário capitalístico é agenciada em princípios binários, as práticas discursivas sobre os modos de vida e de viver são permeadas pelo imperativo do OU. Este imperativo articula modos de saberes que se encapsulam em unidades, em universalidades, em generalizações, resumindo: - em normatividades e em produção de identidades cristalizadas.

O que é a norma afinal? A princípio Canguilhem (1990) assim a define:

Não existe fato que seja normal ou patológico em si. A anomalia e a mutação não são, em si mesmas, patológicas. Elas exprimem outras normas de vida possíveis. Se essas normas forem inferiores – quanto à estabilidade, à fecundidade e à variabilidade da vida – às normas específicas anteriores, serão chamadas patológicas. Se, eventualmente, se revelarem equivalentes – no mesmo meio – serão chamadas normais. Sua normalidade advirá de sua normatividade. O patológico não é ausência de norma biológica, é uma norma diferente, mas comparativamente repelida pela vida (CANGUILHEM, 1990, p. 113).

Ou seja, a natureza não produz a norma, esta é uma invenção discursiva agenciada nas relações de poder, que elencam os discursos de saber a serem publicizados, a serem validados como referência de vidas normais ou anormais.

Donna Haraway, bióloga e pesquisadora feminista americana, tem uma importante contribuição na Filosofia da Ciência no que tange aos discursos científicos publicáveis e disseminados, e em sob quais jogos de poder eles se agenciam, localizam-se e se destacam, articulando a produção da realidade a partir das relações de poder e autoridade para publicizar determinados saberes em detrimento a outros, ilustrando:

La unidad de análisis era la persona, transformada por el concepto científico de la personalidad, que englobaba a la fisiología, a la medicina, a la psicología, a la antropología y a la sociología dentro del servicio de gestión. Más aun, «la persona» y la «personalidad» mantenían una fuerte significación antimaterialista y, al mismo tiempo, la ideología asociada permitiría la reducción científica por medio de métodos objetivos, como las pruebas de inteligencia, la investigación motivacional y la psicobiología sexual. El matrimonio entre el idealismo filosófico y la ciencia natural produciría niños modernos de buen comportamiento en las fábricas y en el hogar (HARAWAY, 1995a, p. 93).

Sendo a pessoa agora o ponto de partida para a produção dos discursos das ciências da vida, há uma chamada “escolha” de quais vidas e sobre quais humanos haveria investimentos para a produção de saberes e verdades a serem validados como referências de vida normatizada, neste sentido, podemos afirmar que as três figuras discursivas que agenciam até hoje, pleno século XXI, as bases de investigação científica sobre a normalidade ou não dos modos de viver e de fazer viver são o monstro humano, o sujeito a ser corrigido e o masturbador (Foucault, 2002 a).

As variações sobre a exploração científica mais acentuada de uma ou de outra figura se relacionam com os embates das relações de poderes existentes nos enunciados históricos, que os fazem emergirem como a figura a ser normalizada ou patologizada; são os sujeitos efeitos – os anormais do momento.

Esses enunciados discursivos, segundo Foucault (2002 a), têm no poder judicial um forte impacto na produção dessas três figuras, que se tornam atemporais, e, por vezes, em alguns territórios de produção de saber, indissociáveis.

Foucault (2002 b), para fins didáticos e esclarecimentos sobre as conexões do campo jurídico com a medicina legal, assim desmembra e nos apresenta as três figuras, começamos pela apresentação do monstro humano:

O contexto de referência do monstro humano é a lei, é claro. A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica – jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da natureza. Ele é, num registro duplo, infração às leis em sua existência mesma (FOUCAULT, 2002 b, p. 69).

A definição do que era o monstro passava pela própria avaliação em forma de exame do que se nomeava saberes médicos da época, o corpo aparentemente não humano de pessoas com deficiências físicas das mais variadas, como o nanismo, corpos e vidas siamesas, e, posteriormente, as pessoas chamadas hermafroditas, passam a ser examinadas, classificadas e posteriormente legisladas e normatizadas para fins de controle e definição de convivência social com os ditos normais.

A medicina legal nasce nesse cenário de classificação dos monstros, que até o século XVIII eram impossibilitadas de viver ao seu nascimento, e caso não fossem assassinadas logo após o parto, seriam ao serem descobertas, ou com muita sorte, seriam atrações dos circos das bizarrices humanas.

Ao se configurar um saber médico que serviria de auxílio e validação de decisões judiciais sobre o que fazer com essas vidas já abjetas, os saberes/verdades sobre quais corpos são normais e anormais, passa pela enunciação dos conceitos médico-legais do que compõe o monstro humano. Foucault (2002 b) nos alerta que:

Descobrir qual o fundo de monstruosidade que existe por trás das pequenas anomalias, dos pequenos desvios, das pequenas irregularidades é o problema que vamos encontrar ao longo de todo o século XIX. (...). Digamos numa

palavra que o anormal (e isso até o fim do século XIX, talvez XX; lembrem-se dos exames que li para vocês no início) é, no fundo um monstro cotidiano, um monstro banalizado (FOUCAULT, 2002 b, p. 71).

A segunda figura que se enuncia, diferentemente do monstro humano, não teve sua procedência tão pública, e nem modelada discursivamente como bizarra, esta figura se agencia nos territórios de subjetivação familiares e escolares; foi nomeada de indivíduo a ser corrigido, vejamos sua definição:

O indivíduo a ser corrigido é, no fundo, um indivíduo bem específico dos séculos XVII e XVIII – digamos da Idade Clássica. O contexto de referência do monstro era a natureza e a sociedade, o conjunto das leis do mundo: o monstro era um ser cosmológico ou anticosmológico. O contexto de referência do indivíduo a ser corrigido é muito mais limitado: é a família mesma, no exercício do seu poder interno, ou na gestão da sua economia; ou, no máximo, é a família em sua relação com as instituições que lhe são vizinhas ou que as apoiam. (...). Ora, o indivíduo a ser corrigido também tem em comum com o monstro esta outra diferença: sua taxa de frequência é evidentemente muito mais elevada. O monstro é, por definição, uma exceção; o indivíduo a ser corrigido é um fenômeno corrente. (...). O que define o indivíduo a ser corrigido, portanto, é que ele é incorrigível. (...). De modo que vocês vêem desenhar-se em torno desse indivíduo a ser corrigido a espécie de jogo entre a incorrigibilidade e a corrigibilidade, em que vamos entrar mais tarde, no século XIX, o indivíduo anormal, precisamente. O eixo da corrigibilidade incorrigível vai servir de suporte a todas as instituições específicas para anormais que vão se desenvolver no século XIX (FOUCAULT, 2002 b, p. 72-73).

A produção das estratégias de atuação e intervenção ditas psicológicas sob o *indivíduo a ser corrigido* é o enunciado que mais aproxima a exclusividade do saber e do fazer das Psicologias clássicas, e que se defendem como a identidade da atuação e da pesquisa da dita ciência psicológica.

A invenção dos instrumentos de mensuração dos comportamentos “anormais” e a crença na correção fazem do indivíduo a ser corrigido a base fundamental da produção dos saberes psi, além dos equipamentos institucionais correcionais, produzidos e utilizados até os dias atuais. Interessante seria se ao se articular nessa linha discursiva de produção de normas de indivíduos de condutas esperadas e corrigíveis, a Psicologia se perguntasse, afinal, quem era e para que foi criado esse indivíduo tanto ontologicamente quanto epistemologicamente?

Contrariamente à busca dos saberes psi pela neutralidade, a Filosofia Antiga, por exemplo, distingue-se da ciência positivista devido à indissociabilidade da prática e do modo de viver, “o ocidente sempre admitiu que a filosofia não é dissociável de uma existência

filosófica, e que a prática filosófica deve sempre ser, mais ou menos uma espécie de exercício de vida” (FOUCAULT, 2011, p. 206).

Talvez essa ausência de problematizações acerca do próprio objeto e dos objetivos de produção de saberes seja à base da vergonha em não saber *O que é afinal a Psicologia?* Ironicamente, Canguilhem alertava, já em 1956:

Enquanto, a despeito das aparências, é mais pelo objeto do que por seu método que uma Psicologia é dita clínica, psicanalítica, social, etnóloga. Todos esses adjetivos são indicativos de um único e mesmo objeto: o/a homem/mulher, ser loquaz ou taciturno, ser social ou insocial. (...). Porém, nesse caso, a Psicologia não pode, para definir-se, prejudicar o que ela é chamada a julgar. Sem o que, é inevitável que a Psicologia, ao propor a si mesma como teoria geral da conduta, tome como sua ideia sobre o/a homem/mulher. Então é preciso permitir à filosofia interrogar a Psicologia de que lugar ela retira essa ideia e não seria, no fundo, de alguma filosofia. (CANGUILHEM, 1999, p. 13).

Ao localizarmos a segunda figura da anormalidade teorizada por Foucault, visualizamos o indivíduo a ser corrigido como a peça fundamental da validação dos discursos de verdades sobre o normal e o patológico, e, para além destes, os discursos sobre as vidas que possam ser corrigidas e curadas. Vidas-efeitos de subjetivação, das redes de relação de saber e de poder.

A terceira e não menos importante figura da produção das anormalidades é a criança masturbadora ou onanista. A criança masturbadora é, ao mesmo tempo, um conceito do campo da intimidade e de uma dada localização (sua cama, sob seus cobertores) universal, além de alimentar até os dias atuais um falso segredo, uma falsa ideia de que tod@s nós fazemos algo que só nós sabemos e que não contamos a ninguém, conforme Foucault (2002 b):

O masturbador, a criança masturbadora, é uma figura totalmente nova no século XIX (é na verdade própria do fim do século XVIII), e cujo campo de aparecimento é a família. É, inclusive, podemos dizer, algo mais estreito que a família: seu contexto de referência não é mais a natureza e a sociedade como (no caso de) o monstro, não é mais a família e seu entorno (como no caso de) o indivíduo a ser corrigido. É um espaço muito mais estreito. É o quarto, a cama, o corpo; são os pais, os tomadores de conta imediatos, os irmãos e irmãs; é o médico – toda uma espécie de microcélula em torno do indivíduo e de seu corpo. (...). Temos, na organização do saber e das técnicas antropológicas do século XIX, algo de absolutamente decisivo. Esse segredo, que ao mesmo tempo todo mundo compartilha e que ninguém comunica, é colocado em sua quase-universalidade como a raiz possível, ou

mesmo a raiz real, de quase todos os males possíveis (FOUCAULT, 2002b, p. 73-74).

As três figuras da anormalidade passam a ter um efeito na produção de verdades de normalização quando se tornam intrínsecas e naturalizadas no corpo do anormal. A junção dos saberes jurídicos e dos saberes médicos, com a instrumentação de mensurações psicofísicas e fisiológicas da nova ciência psicológica, agencia o que comumente classifica-se de *Os anormais*:

O indivíduo “anormal”, que é considerado desde o final do século XIX por tantas instituições, discursos e saberes, deriva ao mesmo tempo da exceção jurídico-natural do monstro das multidões, dos incorrigíveis, detidos nos aparelhos de adestramento e do universal secreto das sexualidades infantis (FOUCAULT, 1997, p. 65-66).

O conceito de normal agencia a produção de saberes/verdades que tem como meta criar estratégias de manter ou retomar as vidas nesse lugar identificável e nomeável. Agencia discursos normativos. Definindo discursos para fins ilustrativos, pode-se defini-los como: “(...) uma série de acontecimentos, como acontecimentos políticos, por meio dos quais o poder é vinculado e orientado” (FOUCAULT, 2006, p. 254).

As normas criam vidas possíveis, não necessariamente desejáveis e, para tanto, os territórios de produção destas são em geral equipamentos sociais de contenção, controle e ajustamento, ou melhor, dizendo, de assujeitamento, como as famílias, as escolas, os quartéis, os seminários, os asilos, os hospitais, são alguns exemplos, e obviamente, as academias de formação profissional – as chamadas Instituições de Ensino Superior. A tudo isso podemos nomear de biopolíticas que facilitam subjetivações normatizadoras reduzidas ao viés identitário.

A manutenção da eficácia dos equipamentos de produção, controle e manutenção das vidas normatizadas se deu pelo pleno desenvolvimento entre os séculos XVI e XIX das estratégias de disciplinamento nesses equipamentos e em outros mencionados acima, pois:

A disciplina normaliza, pois analisa, decompõe os indivíduos, os lugares, o tempo. Normaliza porque classifica os termos decompostos, estabelece sequências e ordenações entre eles, fixa procedimentos de adestramento e de controle e, a partir daí, estabelece uma separação entre o “normal” e o “anormal”. A normalização disciplinar, portanto, consistiria em se definir um modelo ótimo (a norma) e tentar tornar as pessoas, gestos, atos, conformes a este modelo. O fundamental neste tipo de normalização é a

anterioridade da norma em relação ao que será definido posteriormente como normal e anormal. Por isso diz, no caso da disciplina, tratar-se de um processo de “normação” ao invés de um processo de “normalização” propriamente dito (FONSECA, *In* BRANCO, & PORTOCARRERO, 2000, p. 227).

As disciplinas enquanto estratégias de produção de territórios de subjetivação dos séculos XVI até os dias atuais se mantêm e se atualizam por meio de três instrumentos muito bem delimitados, porém totalmente ligados, como numa tríade aliança: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame, ou mais especificamente, a observação, a lei e o procedimento.

Sendo as Psicologias em suas diferentes vertentes entendidas muito mais como disciplina de apoio, submetida às grandes áreas de saber como as biomédicas ou filosóficas, baseia-se também no desenvolvimento de estratégias reguladas por esses três instrumentos.

Michel Foucault (2002), em *Vigiar e Punir* apresenta-nos as minúcias dos equipamentos de correção, ensino e cura, criados entre os séculos XVI e XIX, com intuitos totalmente diferenciados dos que havia até então na Europa, que eram espaços para morrer, seja de doença, seja de enclausuramento, ou seja, por suplícios e punições públicas.

O conceito de recuperar, educar e curar emerge das necessidades econômicas de produção de mão de obra e de corpos para guerra, que até então eram dadas como vidas matáveis, incuráveis ou irrecuperáveis.

Os instrumentos de aperfeiçoamento e de manutenção das estratégias de disciplinamento dos espaços médicos, escolares, militares e de trabalho, foram se aprimorando ao tempo que seus efeitos de normalização transformavam vidas em indivíduos normais ou pela (*in*)disciplina em indivíduos anormais, ambos passíveis de controle e recuperação respectivamente.

O olhar hierárquico, ou conforme nomeação foucaultiana, vigilância hierárquica é exercida por meio da produção tanto de espaços arquitetônicos funcionais, quanto da produção de subjetividades vigilantes, olho do poder em qualquer corpo a ser executado em qualquer lugar.

Os espaços arquitetônicos de vigilância hierárquica, como os conceituados por Bentham - Panópticos foram explorados por Foucault para analisar e problematizar as relações de poder e saber que se agenciam sobre esses sistemas e seus efeitos nos processos de subjetivação, o ponto de diferenciação se caracteriza pelo princípio de visibilidade, ou seja:

O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 2002 a, p. 166).

O fato de estarmos em lugares, seja para lazer, seja para estudar, seja para cuidados médicos, entre outros, que se baseiam nesta armadilha da visibilidade, agencia em nós efeitos nos modos como também olhamos as outras vidas que utilizam esses mesmos espaços e equipamentos coletivos de enunciação, que serão disciplinadamente produzidos para funções específicas, com fins específicos, para modelar pessoas inespecíficas, com intuito de torná-las aptas ao final do processo.

Os controles produzidos pelos olhares do outro, que são constituídos de saberes/verdades/imagens/figurações sobre os nossos corpos, produzem as hierarquias, produzem as vigilâncias hierárquicas. Sempre haverá alguém com a função de instruir de modo binário e absoluto o como, o quanto, o quando e o para que estamos naqueles espaços, ou mais amplamente, naquelas relações. Ilustrando:

O estatuto desse outro, tão necessário para que eu possa dizer a verdade sobre mim mesmo, sua presença levanta evidentemente alguns problemas. Não é tão fácil de analisar, porque se é verdade que conhecemos relativamente bem esse outro tão necessário ao dizer-a-verdade sobre si mesmo na cultura cristã, em que adquire a forma institucional do confessor ou do diretor de consciência, se podemos identificar facilmente na cultura moderna esse outro, cujo estatuto e cujas funções seria sem dúvida necessário analisar mais precisamente – esse outro indispensável para que eu possa dizer – a verdade sobre mim mesmo, seja ele o médico, o psicólogo ou o psicanalista -, em compensação, na cultura antiga, em que no entanto sua presença é perfeitamente atestada, é preciso reconhecer que seu estatuto é muito mais variável, muito mais vago, muito menos nitidamente recortado e institucionalizado (FOUCAULT, 2011, p. 06 - 07).

E a partir do momento que somos lançad@s nessas relações estaremos sob a tutela do olhar que vigia, que corrige, que designa, que nos cria expectativas, que nos comanda, que nos produz subjetivamente; que nos sujeita, pois sempre haverá alguém que mandará em alguém, não necessariamente verbalmente. Vejamos como Foucault (2002a) a define:

O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um “chefe”, é o

aparelho inteiro que produz “poder” e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda a parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. A disciplina faz “funcionar” um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. Graças às técnicas de vigilância, a “física” do poder, o domínio sobre o corpo se efetuam segundo as leis da ótica e de mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência ainda menos “corporal” por ser mais sabiamente “físico” (FOUCAULT, 2002a, p.148).

O custo desse instrumento é irrisório para o sistema capitalístico de produção de subjetividade, porém extremamente eficaz na manutenção e na captura dos corpos normais e anormais respectivamente, pois involuntariamente, por vezes, “cuidamos e vigiamos” d@s outr@s e permitimo-nos sermos “cuidad@s e vigiad@s” por meio do olhar biológico ou virtual d@ outr@.

A denúncia de que somos normais se dá por meio dessa vigilância hierárquica que valoriza, premia, visibiliza, torna audível as vozes, ou somos delatados em nossa anormalidade, por meio de desclassificações, das desvalorizações, das invisibilidades múltiplas e da nossa perda total de voz e vontades.

A normalidade e a anormalidade estão diretamente relacionadas aos graus de vigilância necessários para manter-nos na linha mais barata do processo capitalístico de produção de subjetividades. Quanto mais recursos de normalização são utilizados em nossos corpos, mais propensos à patologização por meio dos exames e à sanção normalizadora estão às vidas dissidentes dessa rede, chamada sociedade capitalística.

A sanção normalizadora rege nossos modos de vida por meio das regras inventadas pelos próprios recursos disciplinares, em geral se baseiam na lei materializada via judicialização das vidas, mas são autônomas em alguns casos, tendo em vista que estão diretamente relacionadas ao regime disciplinar aos quais as pessoas estão submetidas. Exemplificando:

A ordem que os castigos disciplinares devem fazer respeitar é de natureza mista: é uma ordem “artificial”, colocada de maneira explícita por uma lei, um programa, um regulamento. Mas é também uma ordem, definida por processos naturais e observáveis: a duração de um aprendizado, o tempo de um exercício, o nível de aptidão têm por referência uma regularidade, que é

também uma regra. As crianças das escolas cristãs nunca devem ser colocadas numa “lição” de que ainda não são capazes, pois estariam correndo o perigo de não poder aprender nada; entretanto a duração de cada estágio é fixada de maneira regulamentar e quem, no fim de três meses, não houver passado para a ordem superior deve ser colocado, bem em evidência, no banco dos “ignorantes”. A punição em regime disciplinar comporta uma dupla referência jurídico-natural (FOUCAULT, 2002a, p.150).

Esse instrumento, a sanção normalizadora, que agencia punições e regulações dentro da própria regulação da vida, por meio do detalhe, produz uma linha de subjetivação bastante perigosa e tão eficaz quanto às outras vistas até aqui, que é a linha da binarização da vida e dos modos de se produzir viveres.

3.1.2 Binarização e segmentaridade dos viveres

Os processos de normalização pressupõem que, para se fazer o certo, há anteriormente o modo errado, e pelo modo errado de proceder dentro as relações de saber e poder – disciplinarizadas há que se criar normas de conduta, correção, aprendizagem e cura, para que tenhamos os resultados esperados, e evitar as anomalias, que por serem, por vezes, imperceptíveis desencadeiam efeitos na produção das verdades ditas científicas. Canguilhem (1990), assim trata a questão:

Em resumo, nem toda anomalia é patológica, mas só a existência de anomalias patológicas é que criou uma ciência especial das anomalias que tende normalmente – pelo fato de ser ciência – a banir, da definição da anomalia, qualquer implicação normativa. Quando se fala em anomalias, não se pensa nas simples variedades que são apenas desvios estatísticos; mas nas deformidades nocivas, ou mesmo incompatíveis com a vida, ao nos referirmos à forma viva ou ao comportamento do ser vivo, não como a um fato estatístico, mas como a um tipo normativo de vida (CANGUILHEM, 1990, p.106).

A ontologia binária dessas sanções normalizadoras, mais uma vez fortalece a vida em OU, qual seja, **ou** somos bons **ou** maus, **ou** somos homens **ou** mulheres, **ou** somos inteligentes **ou** inaptos, e assim infinitamente **ou** somos isso **ou** aquilo. Fortalecendo a produção de saberes binários que validam e transformam as sanções em leis, o que era uma das possibilidades de transitar nos espaços relacionais disciplinares, do campo do viver, passa a se tornar as leis do COMO se deve viver nos espaços sociais e privados.

Os campos de força agenciados por meio dos dispositivos de controle, modulação e modelagem das relações em suas amplificações, visavam alguns fins bem delimitados, vejamos:

Em suma, a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relações uns aos outros e em função dessa regra de conjunto – que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar os termos de valor, as capacidades, o nível, a “natureza” dos indivíduos. Fazer funcionar por meio dessa medida “valorizada”, a coação de uma conformidade a realizar. Enfim, traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal (a “classe vergonhosa” da Escola Militar). A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza* (FOUCAULT, 2002a, p.152-153).

O instrumento de validação das binaridades, das verdades sobre as vidas e os modos de viver que se tornaram públicos e publicáveis a partir da sociedade disciplinar é o exame em suas diferentes facetas.

A força de veracidade sobre a sua idoneidade e necessidade é tamanha, que até hoje, em pleno século XXI, não nos desfizemos dos modelos clássicos de averiguação, mensuração, classificação e validação de hipóteses diagnósticas e/ou interventivas que não fossem por meio de variados modelos de exames – ou avaliações.

Sofremos avaliações desde nosso nascimento – Teste Apgar, até a nossa morte – Causa mortis – por meio das autópsias. Para além do nascimento, estamos submetidos às sanções normalizadoras de como engravidar, como gestar, testes e mais testes para controle do nascimento e depois vacinas, consultas, controle dos corpos.

Nosso sistema educacional inicia as avaliações desde a tenra idade, por meio de boletins sobre comportamento esperado dos bebês, até as avaliações no doutorado, pós-doutorado etc. Fazemos exame para tudo, e não sabemos imaginar outra forma de avaliação que não seja de mensuração e comparativa.

Somos subjetivados para sermos avaliados, constantemente, até que os que nos estão avaliando encontrem as respostas procuradas. E ao final de cada exame temos os resultados,

que nos classificam, diagnosticam-nos, comparam-nos, hierarquizam-nos, normalizam-nos ou nos anormalizam; afinal, subjetivam-nos mais uma vez.

Os exames para as Psicologias clássicas estão como o fuzil para o soldado, sem eles as Psicologias não têm funções, não tem respostas objetivas sobre os problemas demandados, não é Ciência. Como já afirmado no início desta problematização, o reconhecimento profissional do psicólogo passa pela exclusividade do uso e análise dos chamados testes psicológicos, que podem ser de vertente mais objetiva, com respostas previstas nos crivos ou projetiva, que levam a análises menos previsíveis, porém pré estabelecidas também.

As entrevistas, as anamneses, os roteiros de diagnóstico, os planos individuais de trabalho, as triagens, as visitas domiciliares, os testes, tudo isso faz parte do rol dos exames de qualquer profissional psi, de qualquer abordagem, de qualquer área, e são justamente dessas ferramentas que nossos professores colaboradores se esquivam, problematizam e se recusam a ser identificadas.

Interessante destacar que alguns desses instrumentos/procedimentos de exames acompanham as estratégias de produção dos dispositivos chamados científicos de produção e validação de hipóteses/problemas.

Nas Psicologias clássicas, a transição de uso exclusivo de testes para diagnóstico e agregação de outros recursos para a produção do Documento de Avaliação Psicológica, passa pelos enunciados do modelo confessional até o biomédico, tornando-nos peritos psi, com funções e restrições bem particulares, vejamos:

Em linhas gerais, podemos dizer o seguinte: o exame contemporâneo substituiu a exclusão recíproca entre o discurso médico e o discurso judiciário por um jogo que poderíamos chamar de jogo da dupla qualificação médica e judiciária. Essa prática, essa técnica da dupla qualificação organiza o que poderíamos chamar de domínio da “perversidade”, uma noção curiosíssima que começa a aparecer na segunda metade do século XIX e que vai dominar todo o campo da dupla determinação e autorizar o aparecimento, no discurso dos peritos, e de peritos que são cientistas, de toda uma série de termos ou de elementos manifestadamente caducos, ridículos ou pueris. (...). Na verdade essa puerilidade mesma dos termos das noções de análise, que está no âmago do exame médico-legal contemporâneo, tem uma função muito precisa: é ela que vai servir de ponte entre as categorias jurídicas, que são definidas pelo próprio Código e que pretendem que só se pode punir se houver verdadeiramente a intenção de causar dolo, e noções médicas, como as de “imaturidade”, de “debilidade do Eu”, de “não-desenvolvimento do superego”, de “estrutura de caráter” etc. Como vocês estão vendo, noções como todas as que, *a grosso modo*, estão ligadas à perversidade permitem costurar, uma a outra, a série de categorias mais ou

menos constituídas no interior de um discurso médico ou, em todo caso, psiquiátrico, psicopatológico, psicológico (FOUCAULT, 2002a, p. 41- 42).

Todo o aparato de examinação das vidas cria um objeto muito caro às ciências psicológicas, qual seja – O caso. A descrição minuciosa do desenvolvimento do tratamento, dos procedimentos, dos diagnósticos, dos prognósticos faz desaparecer as pessoas e cria-se O caso. Trata-se de posicionamento político diante da vida que se traduz naquilo que já discutimos anteriormente: o procedimento.

O caso é um efeito das relações de poder, agenciadas em forma de saberes compostos, a se comporem em torno desse objeto-objetivo, delineando os chamados saberes *psi*.

Todas as ciências, análises ou práticas com radical “psico”, têm seu lugar nessa troca histórica dos processos de individualização. O momento em que passamos de mecanismos histórico-rituais de formação da individualidade a mecanismos científico-disciplinares, em que o normal tomou o lugar do ancestral, e a medida o lugar do status, substituindo assim a individualidade do/a homem/*mulher* memorável pela do/a homem/*mulher* calculável, esse momento em que as ciências do/a homem/*mulher* se tornaram possíveis, é aquele em que foram postas em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma outra anatomia política do corpo (FOUCAULT, 2002a, p.161).

O caso pode ser reexaminado, pode ser utilizado como um novo recurso avaliativo, qual seja – O estudo de caso; que pode ser publicizado como exemplo de como proceder em – outro caso similar, e assim, as vidas das pessoas relatadas, interpretadas, examinadas, diagnosticadas se tornam um manual, fixo e reutilizável em outros – casos. Vejamos:

O exame, cercado de todas as suas técnicas documentárias, faz de cada indivíduo um “caso”: um caso que ao mesmo tempo constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder. O caso não é mais, como na casuística ou na jurisprudência, um conjunto de circunstâncias que qualificam um ato e podem modificar a aplicação de uma regra, é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído etc. (FOUCAULT, 2002a, p.159).

Interessante notar, a partir dessa apropriação pelos saberes psicológicos em relação aos casos clínicos, que a problematização tratada por Canguilhem, referente à nossa síndrome de inferioridade é pertinente ainda hoje, pois ora somos confesores de segredos sigilosos, ora somos perit@s do sistema jurídico, ora somos avaliadores de competências e habilidades para

encontrar as pessoas certas para os cargos certos, pautando-nos, muitas vezes, em casos – jurisprudência das vidas sob intervenções dos saberes psi, sendo assim, ora somos vilões ora somos salvadores.

Neste sentido, já nos avisou Canguilhem (1999) ao afirmar que:

Por conseguinte, é de forma muito vulgar que a filosofia interroga a Psicologia e diz: para onde ides, para que eu saiba quem sois? Mas o filósofo também pode dirigir-se ao psicólogo sob a forma de um conselho – uma única vez não cria o hábito – e dizer: quando se sai da Soborne pela Rua Saint-Jacques pode-se subí-la ou descê-la; quando se sobe, chega-se ao Panteão, o *Conservatoire* de alguns grandes homens, mas quando se desce, certamente se chega à delegacia de polícia (CANGUILHEM, 1999, p. 26).

A discussão feita até aqui, dá-nos a visibilidade da árdua tarefa de injetar elementos de desconstrução na formação em Psicologia, tendo em vista a própria formatação das diretrizes curriculares que trazem dois recursos do disciplinamento clássico, quais sejam: o exame e a sanção normalizadora (por meio dos objetivos e das habilidades e competências esperadas).

3.1.3 Transpondo as binaridades via parresias

A proposta de infectar a formação declarada por noss@s professor@s colaborador@s, por meio das desconstruções e das problematizações acerca das teorias clássicas e do uso dos instrumentos de mensuração e de investigação como os testes psicológicos, as entrevistas – anamneses, o sentido confessional do trabalho clínico tradicional, ativaram uma face da atuação e produção de conhecimentos bem pouco explorada nas nossas academias, quais sejam, a pedagogia dos monstros, dos sujeitos a serem corrigidos e d@s onanistas e seus efeitos nos territórios de subjetivação, pois como nos afirma Silva (2000):

A “pedagogia dos monstros” recorre aos monstros para mostrar que o processo de formação da subjetividade é muito mais complicado do que nos fazem crer os pressupostos sobre o “sujeito” que constituem o núcleo das teorias pedagógicas – críticas ou não (SILVA *In* COHEN, 2000, p. 20).

A formação d@ profissional psi estaria voltada para a atenção, problematização e implicação política nas estratégias de empoderamento e valoração das diferenças, por meio de intervenções - territórios de singularização, em detrimento dos grandes objetivos da

Psicologia enquanto ciência e profissão, quais sejam: apreender, mensurar e adequar – resumindo – normalizar as vidas.

Ao problematizar a pedagogia dos monstros, Tomás Tadeu explicita a complexidade da manutenção das teorias universalizantes e que unificam as formas de entendimento e atuação da produção de subjetividades e sua normatização por meio da produção de um único tipo de sujeito normalizado, segundo Silva (2000):

No fundo, a questão da subjetividade diz respeito, sobretudo, ao cruzamento de fronteiras: entre o humano e o não – humano, entre cultura e natureza, entre diferentes tipos de subjetividade. O monstro, “pura cultura”, como diz Cohen, em seu ensaio neste livro, expressa nossa preocupação com a diferença, a alteridade e a limiaridade. A “existência” dos monstros é a demonstração de que a subjetividade não é, nunca, aquele lugar seguro e estável que a “teoria do sujeito” nos levou a crer. As “pegadas” do monstro não são a prova de que o monstro existe, mas de que o “sujeito” não existe (SILVA *In* COHEN, 2000, p. 19).

Podemos problematizar, dessa forma, que nesse sistema de produção da norma, a produção da dita ciência psicológica é justamente a concepção de que a base nascente das intervenções e instrumentos da Psicologia tradicional é pautada nas hierarquias, nas sanções normalizadoras e nos exames mensuradores, permitindo a ela nomear-se neutra, e manter conexões com doutrinas dogmáticas incoerentes com os preceitos éticos que regem a profissão e as estéticas das vidas possíveis, agenciando-se numa Psicologia apolítica.

Por isso, a manutenção nas diretrizes curriculares, de habilidades e competências claramente vinculadas às ciências positivas, ditas ciências duras, para assim, manter a formação e a atuação do psi longe da vida associada ao discurso de minorias, à defesa dos direitos humanos, à emancipação psicossocial, inviabilizando a politização da Psicologia, tornando-a primordialmente área e não base autônoma de produção de saberes, ou seja, as perguntas que se agenciam nesse momento são: as Psicologias podem ser políticas e estéticas sendo ciências? As Psicologias podem ser potentes desvinculadas das ciências e afirmar-se como queering?

Para tal empreita, é preciso disponibilidade para se despirmos dos velhos e desgastados sapatos que usamos até aqui no caminhar dessa estrada, fazendo-nos, enquanto pesquisador@s e profissionais psi, para uma reinvenção deste caminhar, destes lugares, seria o nosso encontro do que chamam a tal liberdade, que só pode ser experimentada com pitadas de coragem, desapego e inventividades; ilustrando:

Trata-se de mostrar que aquilo que somos é arbitrário, específico e contingente; de colocar em questão o habitual, aquilo que é o mais difícil de ver como problemático porque se converteu em hábito para nós, em costume, em identidade. É preciso converter aquilo que somos em problema, o habitual em insuportável, o conhecido em desconhecido, o próprio em estranho, o familiar em inquietante. E não lamentar-se pela perda daquilo que somos e já estamos deixando de ser, pela crise de nossos saberes, de nossas práticas ou de nossos valores, mas interrogar-se por que necessitamos conhecer dessa maneira, atuar dessa maneira, acreditar em tudo (LARROSA, *In* BRANCO, & PORTOCARRERO, 2000, p. 330).

Sendo assim, interessou-nos nessa tese, os saberes psi que se agenciam enquanto resistência, enquanto coragem, enquanto estética e estilística de viver e fazer viver. As narrativas tratadas nesta tese foram colhidas a partir de um ponto em comum, que tratassem de estratégias que visibilizassem vidas abjetas, que dessem ênfase aos marcadores psicossociais que além de sofrimento também contornassem vidas alegres, vidas potentes.

As experiências profissionais de noss@s professor@s colaborador@s se misturavam aos seus próprios modos de vida e de viver, caracterizando o viés político de suas atuações psi, e isso no campo das Psicologias da tradição nos pareceu claramente resistência dentro da ciência.

Fazem de seu trabalho de pesquisadores e intelectuais a manifestação de suas próprias vidas, fazem seus jardins, suas heterotopias, dentro dos mausoléus da velha e cansada Psicologia de manual. Não falam apenas de autores que os representam, falam de suas próprias ações militantes, de vida; Gilles Deleuze em conversa com Foucault (1979), assim analisa essas resistências:

Para nós, o intelectual teórico deixou de ser um sujeito, uma consciência representante ou representativa. Aqueles que agem e lutam deixaram de ser representados, seja por um partido ou um sindicato que arrogaria o direito de ser consciência deles. Quem fala e age? Sempre uma multiplicidade, mesmo que seja na pessoa que fala ou age. Nós somos todos pequenos grupos. Não existe mais representação, só existe ação: ação da teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede (DELEUZE, *In* FOUCAULT, 1979, p. 70).

Para a produção de saberes psi, para além da sujeição, diagnóstico e controle, teríamos que dar vozes aos objetos do poder, quais sejam aqueles e aquelas de vidas infames, de vidas cínicas, estilistas de vidas outras e corajosos em proferir outras verdades dentro do sagrado saber de uma Psicologia. Sobre as vidas infames, Foucault (2006) nos fala:

Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retomam pelo efeito de múltiplos acasos, eis aí as infâmias das quais eu quis, aqui, juntar alguns restos. (...). Sua infâmia não é senão uma modalidade da universal fama. Mas o recoleto apóstata, mas os pobres espíritos perdidos pelos caminhos desconhecidos, estes são infames com a máxima exatidão; eles não mais existem senão por meio das poucas palavras terríveis que eram destinadas a tomá-los indignos para sempre da memória dos homens. E o acaso quis que fossem essas palavras, essas palavras somente, que subsistissem. Seu retomo agora no real se faz na própria forma segundo a qual os expulsaram do mundo. Inútil buscar neles um outro rosto, ou conjecturar uma outra grandeza; eles não são mais do que aquilo por meio do que se quis abatê-los: nem mais nem menos. Assim é a infâmia estrita, aquela que, não sendo misturada nem de escândalo ambíguo nem de uma surda admiração, não compõe com nenhuma espécie de glória (FOUCAULT, 2006, p. 210).

Para a possibilidade dessas vidas destinadas a lugares de destaque nos manuais das psicopatologias, e necessariamente vidas em sofrimento psicológico estrutural, a *parresia* como estratégia nas academias, pareceu-nos um interessante dispositivo para a criação das heterotopias nos campos de produção dos saberes/verdades das Psicologia, pois:

É a atitude parresiástica, a que tenta, justa, obstinadamente e sempre recomeçando, reconduzir a propósito da questão da verdade, a das suas condições políticas e a da diferenciação ética que abre seu acesso a ela; que perpetuamente e sempre traz, a propósito da questão do poder, a da sua relação com a verdade e com o saber, por um lado, e com a diferenciação ética, por outro; é, enfim, a que, a propósito do sujeito moral, traz sem cessar a questão do discurso verdadeiro em que esse sujeito moral se constitui e das relações de poder em que esse sujeito se forma. São esses o discurso e a atitude parresiástica em filosofia: é o discurso ao mesmo tempo da irredutibilidade da verdade, do poder e do *éthos*, e ao mesmo tempo o discurso da sua necessária relação, da impossibilidade onde estamos de pensar a verdade (*alétheia*), o poder (*politeía*) e o *éthos* sem relação essencial, fundamental uns com os outros (FOUCAULT, 2011, p. 61).

Dizer outras verdades dentro do jogo já enrijecido das Psicologia nos pareceu tanto uma possibilidade de desestabilização dos saberes instituídos e identificadores bastante interessante, quanto perigosa, pois o jogo de saber e poder continua a emaranhar outras redes de fazeres da Psicologia que podem cair na falácia de se tornarem a verdade, tão imperativa, tão massacrante e tão estável quanto as que nós e os noss@s professor@s colaborador@s combatem.

Para que haja *parresia*, é preciso correr riscos de ser enfrentado em seus campos de produção de saberes, de permitir-se à crítica e de defender-se sabendo que poderás morrer no

final, seja pela opressão das sanções normalizadoras, seja pelas vigilâncias hierárquicas no grande templo dos saberes/verdades, o território da Universidade/academia.

Morre-se muitas vezes nesse meio quando seus projetos são reprovados nas comissões e colegiados superiores, morrem-se quando seus artigos são recusados em seu país por revistas com os tais Qualis A por tratarem de temas não reconhecidos pelos pares como relevantes para a ciência psi, morrem-se aos poucos quando só nos ouvem em congressos temáticos, morrem-se quando ao defendermos nossas teses, somos esquecid@s nas prateleiras das bibliotecas, morre-se aos poucos quando só falamos a alun@s que nos escolhem em disciplinas optativas e poucas vagas em estágios. Se não houver parresia nas Psicologias, não haverá resistências e nem existências potentes, o que por sua vez limita a Psicologia a esse lugar da normatização e adequação dos corpos para a produção capitalista.

Sendo assim, ao identificarmos e trazermos à cena noss@s parresiastas, necessariamente devemos manter as problematizações e análises dos jogos de relações de poder e saber, sempre em busca de outras resistências, uma vez que são essas que compõem outros saberes e outras estratégias de leitura das relações psicossociais.

Pensar é um ato violento, pois nos desloca de um campo confortável, de receptores de saberes e procedimentos já determinados e nos violenta em forma de movimentos, de instabilidades, de incertezas, de não saberes. Como já nos dizia Deleuze & Parnet (1998):

O que é primeiro no pensamento é o arrombamento, a violência, é o inimigo, e nada supõe a Filosofia; tudo parte de uma misosofia. Não contemos com o pensamento para fundar a necessidade relativa do que ele pensa; contemos, ao contrário, com a contingência de um encontro com aquilo que força a pensar, a fim de erguer e estabelecer a necessidade absoluta de um ato de pensar, de uma paixão de pensar. As condições de uma verdadeira crítica e de uma verdadeira criação são as mesmas: destruição da imagem de um pensamento que pressupõe a si próprio, gênese do ato de pensar no próprio pensamento (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 230-231).

Ao fazermos uma relação entre a parresia de Foucault e a necessidade do pensamento como violência, já problematizado em Deleuze, mais uma vez demandamos a coragem, onde nos arriscamos a trazer à cena problematizações na formação sem restrições e assumimos o risco de enfrentamentos, para a produção de uma certa Psicologia corajosa, que se permite ouvir sobre si mesma, mesmo que se ofenda.

Ao nos colocarmos neste lugar político, corremos o risco de arranharmos nossa relação com a Psicologia, quem ler a tese há que ter coragem também em aceitar a verdade de

que as vidas dadas como abjetas são potentes, são agenciadoras de vidas e que a Psicologia corajosa garante a essas vidas acesso ao direito a singularidade, aos prazeres e ao direito a ter direitos. Convidamos a leitura dessa proposta como participar de um jogo arriscado, pois:

Para que haja *parresía* é preciso que, dizendo a verdade, se abra, se instaure e se enfrente o risco de ferir o outro, de irritá-lo, de deixá-lo com raiva e de suscitar de sua parte algumas condutas que podem ir até a mais extrema violência. É, portanto a verdade, no risco da violência. (...). Em suma, para que haja *parresía* é necessário o ato da verdade haja: primeiro, manifestação de um vínculo fundamental entre a verdade dita e o pensamento de quem a disse; (em segundo lugar), questionamento do vínculo entre os dois interlocutores (o que diz a verdade e aquele a quem está endereçada). De onde essa nova característica da *parresía*: ela implica uma certa forma de coragem, coragem cuja forma mínima consiste em que o parresiasta se arrisque a desfazer, a deslindar essa relação com o outro que tornou possível precisamente seu discurso. De certo modo, o parresiasta sempre corre o risco de minar essa relação que é a condição de possibilidade de seu discurso (FOUCAULT, 2011, p.12).

A parresia problematiza as Psicologias que buscam dizer a verdade, por meio de três grandes modalidades: a profecia, a sabedoria, a educação-técnico. Estaremos enfatizando não mais os saberes clássicos dos profetas das sexualidades da Psicologia, nem as escolhas e liberdades ontológicas e muito menos a natureza dos comportamentos e seus contingentes sociais. Foucault (2011), assim define:

Digamos, portanto, muito esquematicamente, que o parresiasta não é o profeta que diz a verdade desvelando, em nome de outro e enigmaticamente, o destino. O parresiasta não é um sábio, que, em nome da sabedoria, diz, quando quer e sobre fundo de seu próprio silêncio, o ser e a natureza (*la physis*). O parresiasta não é o professor, o instrutor, o homem do *know-how* que diz, em nome de uma tradição, a *tekhne*. Ele não diz, portanto nem o destino nem o ser nem a *tekhne*. Ao contrário, na medida em que assume o risco de entrar em guerra com os outros, em vez de solidificar, como o professor, o vínculo tradicional (falando) em seu próprio nome e com toda clareza, (ao contrário) do profeta que fala em nome do outro, (na medida) enfim, (em que ele diz) a verdade do que é – verdade do que é na forma singular dos indivíduos e das situações e não a verdade do ser e da natureza das coisas, pois bem, o parresiasta põe em jogo o discurso verdadeiro do que os gregos chamam de *ethos* (ética) (FOUCAULT, 2011, p. 24 - 25).

Foi muito interessante acompanhar o percurso que Foucault fez entre dizer a verdade nas escolas filosóficas – destacando da parresia ao cinismo, que ele define como modo de vida relacionado a dizer a verdade e, nos dicionários, cinismo é atribuído a adjetivos

negativados como descaramento, desavergonhado, imprudência. Na vida cínica não cabe abjeções, vejamos:

El cínico va a retomar el tema de la verdadera vida como vida recta, vida conforme. Con una precisión: lo hará de tal manera que esa vida recta va a convertirse en una vida totalmente otra. En efecto, la vida recta, sólo se apoya [en], sólo concierne al ámbito de la ley natural. Únicamente lo que es del orden de la naturaleza puede ser un principio de conformidad para definir la vida recta según los cínicos. En la vida cínica no puede aceptarse ninguna convención, ninguna prescripción humana, si no se ajustan exactamente a lo que se encuentra en la naturaleza, y sólo en la naturaleza. De tal modo, los cínicos rechazan, desde ya, el matrimonio, rechazan la familia y practican o pretenden practicar la unión libre. Y del mismo modo, rechazan todos los tabúes y convenciones alimentarias (FOUCAULT, 2010, p. 276).

Da análise da produção de verdades/saberes e poderes do campo das Psicologias das tradições, para a busca pelas estratégias de produção de contra espaços, heterotopias nas relações de poder e saber na formação em Psicologia, por meio de atitudes parresiasistas, corajosas, em vistas à busca de éticas e estéticas de si, que buscamos visibilizar nesta tese, foi o objetivo dessas discussões expostas até aqui.

Retomando Canguilhem (1999) e finalizando essa fase da problematização, as Psicologias queerizadas querem mais é descer a “Saint Jacques”, querem se distanciar das assépticas escolas/saberes de formação psi para servir de instrumento e se agenciar enquanto formação para a guerrilha, para a autonomia, para os direitos humanos, para intervenções de inspiração e não de autoconhecimento e para as expressões múltiplas de viver e fazer viver. As Psicologias queerizadas se agenciam com parresiasistas para serem marginais, no sentido pleno do termo, porém para tanto, no Brasil, os caminhos ainda estão por vir.

3.2 Enquanto isso no Brasil

Na luta em se estabelecer como ciência e profissão, a Psicologia no Brasil também adotou, no momento de sua inserção no território brasileiro, modelos identitários diferenciados, dicotômicos, sendo como principais: um modelo de pragmatismo na produção de saberes em laboratórios de experimentação e outro na formação teórica e de base nas ciências humanas e biomédicas clássicas.

Esta dicotomia dá os contornos da formação acadêmica ao longo de toda história da profissão no Brasil e não está desacompanhada da própria dicotomia das questões econômicas

e políticas que compõem a realidade social contemporânea. Como pontua Gilles Deleuze em sua conversa com Michel Foucault, imortalizada na publicação intitulada – *Os intelectuais e o poder: Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze*, no livro *Microfísica do poder*, de 1979:

As relações teoria-prática são muito mais parciais e fragmentárias. Por um lado, uma teoria é sempre local, relativa a um outro domínio, mais ou menos afastado. A relação de aplicação nunca é de semelhança. Por outro lado, desde que uma teoria penetre em seu próprio domínio encontra obstáculos que tornam necessário que seja revezada por outro tipo de discurso (é este outro tipo que permite eventualmente passar a um domínio diferente). A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro (DELEUZE, *In* FOUCAULT, 1979, p.69).

Este processo materializa-se epistemologicamente num primeiro momento, por uma prática antecipada ao conhecimento, ou seja, a Psicologia no Brasil, em seus primórdios, é articulada por meio de estratégias interventivas no campo da divisão social do trabalho, que ainda determina e estabelece agenciamentos meritocráticos e tecnicistas.

De forma ilustrativa, baseados na publicação comemorativa feita em 2015 pelo Conselho Federal de Psicologia, sobre os cem anos da Psicologia no Brasil, podemos resumir, por meio do quadro abaixo, a implementação dos saberes/verdades e seus engendramentos na produção das relações de poder das Psicologias no Brasil:

Tabela 01 – História das Psicologias no Brasil.

1854	Ferreira França autor do primeiro livro publicado no Brasil, com uso da terminologia Psicologia. "Investigações em Psicologia".	1938	I Congresso Paulista de Psicologia, Neurologia, Psiquiatria, Endocrinologia, Identificação, Medicina Legal e Criminologia.
1890	Introdução do ensino de Psicologia através do desmembramento dos conteúdos de Psicologia Lógica nas disciplinas de Filosofia e Pedagogia e Psicologia na Pedagogia. Essa inclusão se deve a reforma do ensino promovida por Benjamim Constant.	1941	Há a determinação do ensino de Psicologia Experimental no Curso de Filosofia, esta ação é orientada pela Companhia de Jesus.
1903	A lei federal de assistência aos alienados é aprovada.	1947	No Rio de Janeiro, Emilio Mira y Lopes dirige o recém criado Instituto de Seleção e Orientação Profissional, vinculado a Fundação Getúlio Vargas.
1906	Alfred Binet organiza e inaugura o Laboratório de Psicologia Pedagógica.	1949	A associação Brasileira de Psicologia é fundada com a nomenclatura de Associação Brasileira de Psicotécnica, inspirada pela atuação maciça de Emilio Mira y Lopes
1914	Na Escola Normal de São Paulo nasce o Laboratório de Psicologia Experimental, que posteriormente será transferido como cátedra de Psicologia na Faculdade de Filosofia e Letras.	1949	Nascimento do primeiro periódico de circulação nacional, que atualmente se intitula "Arquivos Brasileiros de Psicologia", porém como advém da Associação Brasileira de Psicotécnica teve seu nome original de Arquivos Brasileiros de Psicotécnica.
1921	Nos cursos Normais a disciplina Psicologia para a ser optativa.	1950	Nesta década forma criados inúmeros institutos de Psicologia aplicada
1923	A Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro - RJ passa a ter um Laboratório de Psicologia.	1954	Nasce a Associação Brasileira de Psicólogos.
1924	Uso de praxiterapias em detrimento do uso da camisa de força, prática iniciada por Ulysses Pernambucano.	1962	A formação em Psicologia através de cursos e a regulamentação da profissão se dá através da Lei 4119.
1924	Primeira publicação sobre psicometria - livro Os testes, de Medeiros e Albuquerque.	1971	O Conselho Federal de Psicologia é criado através da Lei 5766.
1926	Sistematização da Biblioteca da Educação, com inúmeros títulos em Psicologia, ação executada por Lourenço Filho, e solicitada pela editora Melhoramentos.	1971	Nasce a Sociedade Brasileira de Psicologia, originalmente fundada como Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto.
1929	Idealizado por Chaparede, Th Simon e Léon Walter e coordenado por Helena Antipoff, a Escola de Aperfeiçoamento de professores é criado em Minas Gerais.	1982	A Associação Nacional de Pesquisas e Pós Graduação em Psicologia é fundada.
1932	Após nove anos da criação do Laboratório de Psicologia em Engenho de Dentro, é a partir deste, a implementação oficial do primeiro curso de formação profissionalizante de psicólogos, com duração de quatro anos, através do Instituto de Psicologia.	1999	Fundação da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia -ABEPP.
1936	Com a finalidade de identificar, classificar e modificar as causas da delinquência infantil, é criado o Laboratório de Biologia Infantil, com um setor de Psicologia.		

Visualizamos claramente a relação saber biomédico, técnico e positivista na caracterização identitária das Psicologias no Brasil, a prática antecipada é materializada nas atividades de exame e de seleção feitas em instituições como o Instituto de Seleção e Orientação Profissional – ISOP, em plena década de cinquenta do século XX, onde a Psicologia dita prática era ensinada em cursos de curta duração, com a finalidade de formar psicotécnicos.

Em um caminho outro, a Psicologia aplicada e ensinada na formação de professores e de médicos, buscava por meio da implementação de Laboratórios de experimentação nas faculdades, uma autonomia e uma desvinculação dos cursos de curta duração e dos pragmatismos das técnicas psicotécnicas. Porém, ambas tinham nos preceitos conceituais capitalistas e liberais, seus alimentos e materiais de produção dos contornos ideológicos e políticos de atuação e de contenção. Neste sentido:

Deve-se lembrar que a ideologia burguesa tinha no indivíduo o fundamento de uma sociedade baseada na propriedade privada, impondo a necessidade de se compreender o homem nessa perspectiva. Mais do que isso, as condições de exploração da classe trabalhadora precisavam ser justificadas e legitimadas por uma sociedade que afirmava a igualdade de direitos e a mobilidade social, que encontrava nas diferenças individuais a explicação para a desigualdade e para a exploração de uma classe por outra. Faz-se necessário também lembrar que uma sociedade alicerçada na divisão social do trabalho e no avanço técnico caminhava para a especialização do conhecimento. Estavam dadas, assim, as condições para que a Psicologia pudesse delimitar-se como área específica de conhecimento, conquistando, dessa forma, o estatuto de ciência autônoma (ANTUNES, 2012, p. 51).

As Psicologias no Brasil, tanto as de ordem prática, quanto as executadas em laboratórios e produtoras de saberes locais – nacionais, acompanham desde sempre, os interesses econômicos e sociais em voga no país. Sua caracterização de ciência branca, heteronormativas, burguesa e para a manutenção do *status quo* nacional, agenciaram a tal imparcialidade e neutralidade do saber e do fazer psicológico, tão em voga em dias atuais e extremamente problemáticos conforme bem salientam noss@s professor@s colaborador@s.

Essa dicotomia, tanto ética quanto política dos saberes em Psicologia e do fazer Psicologias no campo de relações brasileiras, alinhava a tessitura da identidade profissional, as linhas de composição da regulamentação da formação em Psicologia, independente da educação e da medicina, deu-se por meio do primeiro curso de Psicologia fundado em 1953, na Pontifícia Universidade Católica no Rio de Janeiro.

O curso de formação, desde sua inauguração, articula as duas características das Psicologias desenvolvidas no Brasil desde o século XIX, quais sejam: o ensino das bases filosóficas e epistemológicas das verdades e dos saberes de produção da dita ciência psicológica – chamado campo teórico, geralmente trazido de autores estrangeiros e europeus e o ensino dos instrumentos de mensuração, avaliação e produção de diagnósticos por meio das disciplinas práticas e dos estágios curriculares obrigatórios básicos e específicos.

Luiz Claudio Figueiredo, em sua obra de 1992 - *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação*, cartografa os enunciados históricos, artísticos, religiosos e da *nouveau* ciência que assentam o território de produção da subjetividade institucionalizada e normatizada que experimentamos até os dias atuais. Essa obra é amplamente utilizada na formação em Psicologia, criando um caminho para a efetivação desse campo teórico das verdades em Psicologia.

O autor supracitado fez um árduo trabalho de resgate do possível "nascimento" do saber psi, passando pelos séculos XVI a XX, dando-nos a ver o engendramento da dicotomização dos saberes psi, já enrijecido e institucionalizado.

Desta obra destacamos a cartografia do século XVIII e XIX, que tratam da cisão público-privado e das relações entre liberalismo, romantismo e disciplinamento respectivamente. Para Figueiredo (1992) o lugar do psicológico que reconhecemos na atualidade, agencia-se nestes territórios que por serem conflituosos, são articulados, agenciando uma produção subjetiva disciplinável, individualista e em busca da felicidade e do encantamento idealizado pelo movimento do romantismo.

Toda a articulação do conhecimento psi, produz-se no cerne da ruptura inerente a essas três instâncias. A fragmentação da visão, mapeamento e problematização sobre as três figuras da anormalidade, produzida nas diferentes abordagens das Psicologias, pode ser delegada à fonte de produção desses saberes.

Na não linearidade dos agenciamentos de saberes ditos psi, cenários incoerentes, mas coexistentes agenciam o terreno de teorias que tomam os corpos como matérias de intervenção, para, invariavelmente, atenderem a alguma demanda sócio, política e econômica. Podemos pensar nestas três instâncias - Liberalismo (L); Romantismo (R) e Disciplinamento (D) - articuladas como um triângulo segundo Figueiredo (1992), e entre as vértices que se ligam temos as seguintes articulações e suas internas variações: L - R = Projeto do individualismo com investimento da leitura romântica do viver, agenciam saberes da psicanálise norte americana e do humanismo rogeriano - aliás numa leitura atenta a Carl

Rogers, visualizamos a política norte americana do faça você mesmo sua felicidade, sendo o Estado (analista) apenas o facilitador do seu processo de crescimento pessoal.

Da articulação R - D, o autor destaca a vinculação da força e da vontade (instinto de bondade) interior com a modelagem a ser produzida pelas estratégias do disciplinamento, criando os já explicitados em Foucault (2002a), corpos dóceis (românticos) e úteis (disciplinados). Do encontro entre L e D, advêm as estratégias do comportamentalismo - indivíduos a serviço do disciplinamento social (FIGUEIREDO, 1992), anunciando que todo monstro, indivíduo, a ser corrigido ou onanista, é passível de mudança, que atenda obviamente aos desígnios do capital.

As três vertentes teóricas tratadas como as principais abordagens de leitura feita pelas Psicologias, da produção de subjetividades, caracterizam a chamada pluralização da Psicologia e, ainda hoje, são as que se mantêm como principais no ensino e pesquisa em Psicologia no Brasil, explicitando, ainda, reduzida visão teórica das questões subjetivas da contemporaneidade. São teorias agenciadas em séculos anteriores e ainda tratadas como princípios identificadores do ser psicólogo@ no Brasil. Vejamos os dados relatados:

Ao considerar a presença de orientações teóricas, em combinação com outras ou isoladamente, a abordagem psicanalítica se destaca como a mais utilizada pelos psicólogos brasileiros (20,2%). As abordagens humanista (14,9%), comportamental (13,6%), sócio-histórica (12,8%) e cognitivista (12,7%) vêm em sequência. Na tentativa de simplificar a apresentação dos dados e torná-los mais claros, uniram-se algumas abordagens afins e as porcentagens foram recalculadas. Desse modo, a abordagem psicanalítica uniu-se à abordagem analítica, o mesmo ocorreu com a humanista e a existencialista, e também com a cognitivista e a comportamental (GODIM, et al em BASTOS; GONDIN, 2010, p. 189).

Essa manutenção de saberes e verdades produzidos para e na formação em Psicologia, agencia um certo modo de ser profissional da Psicologia, e esse modo é que tem inviabilizado, por vezes, a entrada de outras referências teórico-metodológicas, outras estratégias de intervenção psi e, até mesmo, outras formas de vida e de viver, que não as já conhecidas formas de atuação sob as enquadradas nas figuras das anormalidades.

3.3 Características do perfil do profissional da Psicologia em cem anos de história

Em uma ampla pesquisa coordenada pelo Grupo de Trabalho (GT) de Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) (GT1), pertencente à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), com apoio do CNPQ e do Conselho Federal de Psicologia, durante o ano de 2010, pôde-se fazer um perfil d@s profissionais da Psicologia no Brasil, sendo assim resumido, para fins de encaminhamentos da presente problematização:

A área clínica indiscutivelmente possui o maior peso, pois as inserções profissionais relacionadas às atividades clínicas representam 39,9% para 53,9% dos psicólogos que atuam nela de modo exclusivo ou não. Em outras palavras, mesmo que o psicólogo atue na clínica e em outra área ao mesmo tempo, os seus trabalhos (ou empregos) demandam, de modo mais expressivo, atividades de natureza clínica. Em segundo lugar, desponta a área de saúde, pois dos 27% que atuam nessa área de modo exclusivo ou não, 20,2% dos trabalhos ou inserções (empregos) estão a ela relacionados. Na terceira posição, encontra-se a área organizacional e do trabalho, com peso de 18,1% (inserções ou trabalhos) para 25,1% dos psicólogos que mantêm alguma inserção nessa área (GODIM, et al em BASTOS; GONDIN, 2010, p. 181).

Fica bastante clara a manutenção do viés clínico da atuação profissional, caracterizando, assim, nossa principal identidade profissional, qual seja aquele que atende em consultório. Quem de nós, docentes ou pesquisadores nunca ouviu de alun@s: Professor@ você atende ou só dá aula?

Esses discursos de reconhecimento da profissão invisibilizam inclusive outras práticas profissionais para além da clínica, e que são também, campo de produção de pertencimentos às práticas psi, como por exemplo, Psicologia comunitária, com programas de ONGs, em ações da educação continuada em saúde, etc.

Essa questão não é nem ingênua e nem destituída de poder, o lugar de saber e consequentemente de poder de psicólog@ está na clínica, em suas diversas abordagens. A identidade profissional, ainda na atualidade, está no espaço reservado da sala de atendimento, com seus móveis próprios e os instrumentos de avaliação e diagnóstico clássicos. Quem não atende na clínica não é reconhecido como um@ genuíno@ espécime da Psicologia.

A clínica, a clássica clínica, mantém o caráter dos primórdios do saber psi, baseada no modelo médico de intervenção e nos modelos clássicos de investigação, quais sejam, a confissão descritiva de todos os pensamentos, pensados ou ainda no plano das intenções de vir a pensar, os atos, suas tentativas de agir. O lugar d@ psicólog@ é diferenciado do paciente/cliente/usuário, seja por meio do divã, seja por meio da poltrona, das mesas ou das

cadeiras. Os exames são feitos por meio de anamneses, de entrevistas, de testes projetivos ou psicométricos, em triagens e as “consultas”, agendadas semanalmente, tem duração em média de cinquenta minutos nos consultórios privados e trinta do Sistema Único de Saúde, sendo registradas como procedimentos.

Cem anos de Psicologia no Brasil e o que mudou de fato desde as primeiras legislações para a formação, até as diretrizes curriculares de 2004? A princípio um primeiro dado é o enorme contingente de profissionais por regiões, vejamos:

Primeiro, houve um expressivo crescimento de mais de 400% nesse período. Além disso, esse aumento significou uma melhor distribuição dos psicólogos pelos diferentes estados e regiões do país. Embora o Sudeste mantenha-se como a região que possui o maior número de profissionais inscritos no Brasil (60,4%), observa-se que essa proporção é inferior à de 1987 (74,2%), em decorrência do crescimento das demais regiões. São Paulo continua sendo o Estado com o maior contingente de psicólogos, ultrapassando, em 2009, a marca de 83 mil. Mesmo assim, o número de psicólogos que atuava em São Paulo recuou de 43,3% (1987) para 35,2% (2009). Essa queda é também observada no Rio de Janeiro e, menos fortemente, em Minas Gerais. A região Sul quase dobrou sua participação percentual em relação ao total de psicólogos brasileiros (de 10,3 para 20,2%). Embora esse crescimento seja observado nos três Estados da Região Sul, é em Santa Catarina o salto maior, de apenas 0,8% dos psicólogos brasileiros em 1987 para 7,1% em 2009. Essa evolução ocorre também nas demais regiões, embora de forma mais modesta, indicando como a categoria profissional foi aumentando em outros Estados e diminuindo a concentração no Sudeste. Na região Norte/ Centro-Oeste, consideradas juntas, o aumento foi de 6,7 para 9,9%, e no Nordeste, de 8,8 para 9,6%. No Nordeste, o crescimento mais expressivo acontece nos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão (atual CRP11), seguidos da Bahia (CRP3). A participação do Estado de Pernambuco caiu nesse período, revelando que a expansão de cursos de Psicologia naquele Estado teve um ritmo menor do que em outras unidades nordestinas (BASTOS, et al em BASTOS; GONDIN, 2010, p. 34).

Esse deslocamento dos centros de formação em Psicologia é característica das novas políticas educacionais e econômicas, com vistas à qualificação profissional em todas as regiões do Brasil. Vejamos, por meio da longa, mas imprescindível citação sobre os dados tratados por Bastos (2010):

No período de 15 anos, cresceu no país como um todo, e com percentuais sempre acima de 100%, o total de cursos, de vagas oferecidas, de demanda no vestibular, de ingressos nos cursos e de concluintes. (...) o crescimento, embora generalizado em todas as regiões, é bem mais expressivo nas regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sul. Tais dados guardam estreita relação com o perfil de crescimento do número de psicólogos nas referidas regiões, o

que fez com que o Sudeste, apesar do seu crescimento, perdesse peso no conjunto do país. A região Norte apresenta os mais elevados percentuais em todas as dimensões de crescimento ao se comparar com a sua situação no início dos anos de 1990. Em seguida, vem a região Centro-Oeste, especialmente pelo crescimento do número de vagas ofertadas e de concluintes. O Nordeste também apresenta elevados níveis de crescimento, sempre superiores às médias nacionais em todas as dimensões. No caso do Nordeste, vale destacar a situação do Estado da Bahia. Até 1997, existia apenas um curso de Psicologia que oferecia 80 vagas. Desde então, a Bahia é responsável pelo maior crescimento do número de ingressos (1,745%), sendo muito elevado o número de concluintes (557,5%) e da própria demanda nos vestibulares (516,2%). Ainda no Nordeste, Rio Grande do Norte (1,022.9%) e Sergipe (960%) distanciam-se da média nacional e dos demais Estados da região no número de ingressos nos cursos de Psicologia. Embora no Sudeste sejam encontradas médias de crescimento menores que a média nacional (nessa região ocorreu o primeiro grande ciclo de expansão dos cursos de Psicologia nos anos de 1970-1980), deve ser destacada a situação do Estado do Espírito Santo, que apresenta um crescimento de 593,9% da demanda no vestibular, 1.553% no número de ingressos no curso e 527,6% no número de concluintes. Os dados sobre a expansão do sistema de ensino guardam, portanto, estreita relação tanto com o crescimento observado no número de psicólogos no Brasil quanto com as mudanças que estão ocorrendo na distribuição pelas diversas regiões, com o crescimento mais acentuado das outras regiões em comparação com o sudeste do país que, apesar de todas as alterações, ainda continua concentrando o maior contingente da categoria (BASTOS, et al em BASTOS; GONDIN, 2010, p. 35-36).

Há uma crescente preocupação dos academicistas com a expansão do ensino de Psicologia no setor privado no Brasil, em especial nos últimos 15 anos. Em pesquisa realizada por Barbosa e Lisboa (2009), foi averiguado que a oferta de cursos de Psicologia tem aumentado consideravelmente, em destaque há três momentos: primeiro na década de 70, efeito da regulamentação da profissão em 1962, por meio de da Lei nº 4119 e com a emissão do parecer CFE 404/62, além da própria Reforma Universitária, de 1968, que define um currículo mínimo.

O segundo *boom* de criação de cursos se deu na década de 90, mais expressivamente a partir de 1997, com o advento da nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996), que impulsiona o setor privado em detrimento da necessidade da criação com o aumento significativo de abertura de vagas no ensino superior no Brasil.

O último grande crescimento na criação dos Cursos de Psicologia se deu em 2006 e os autores o relacionam ainda à LDB, porém problematizam que há também uma forte influência das políticas educacionais neoliberais adotadas pelo atual governo por meio dos parâmetros adotados pela Reforma Universitária.

Mancebo; Maués; e Chaves (2006) apresentam um panorama da relação da crise econômica mundial, leia-se crise do capitalismo contemporâneo e os efeitos por meio de ações imediatistas nas políticas sul americanas de Estado relacionadas à educação, com ênfase na educação superior. No Brasil, o efeito destas relações produzidas neste cenário, é materializado por meio da Reforma Universitária.

O censo da Educação Superior 2012, publicado por meio de um resumo técnico,¹⁷ apresenta-nos a discrepância do acesso ao ensino superior público em detrimento da expansão do ensino superior privado no Brasil, em todas as suas regiões. Na região norte tem 28 instituições de ensino superior pública e 126 instituições de ensino superior privadas, na região centro oeste, 19 instituições de ensino superior pública e 217 instituições de ensino superior privadas; na região nordeste são 65 instituições de ensino superior públicas e 379 instituições de ensino superior privadas, na região Sul são 49 instituições de ensino superior públicas e 360 instituições de ensino superior privadas. E a maior discrepância entre as já apresentadas se encontra na Região Sudeste, onde temos 143 instituições de ensino superior públicas e 1030 instituições de ensino superior privadas. (BRASIL, 2014)

Outro dado importante, levantado pelo relatório, é sobre as modalidades de oferta nas instituições privadas e públicas, vejamos:

Analisando o ano mais recente (2012) quanto ao turno, observa-se pelo gráfico 2.6 que, nas instituições privadas, a maioria dos alunos prevalece matriculada em cursos de graduação presencial no turno noturno (73,2%). Tendência contrária é demonstrada na rede federal, em que cerca de 70% das matrículas estão concentradas em cursos presenciais no turno diurno. As IES públicas estaduais têm mais da metade (58,6%) de suas matrículas nos cursos presenciais no turno diurno e as IES públicas municipais têm uma composição parecida com as privadas, no que se refere à participação de suas matrículas por turno (BRASIL, 2014, p. 61).

No livro organizado por Maria Helena Souza Patto, nomeado *Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da Psicologia* de 2012, a organizadora justifica a publicação como uma forma de denúncia de uma Psicologia produzida em série no país, a qual, pautada em manuais, não se compromete com o caráter político da atuação psi.

¹⁷Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf. Acesso em 22/04/2015.

Reforçando e dando os contornos da crítica feita pela autora supracitada, especificamente a formação no Brasil de psicólog@s, segundo relatório ENADE 2012,¹⁸ publicado pelo INEP, assim se configura:

Considerando-se a Categoria Administrativa da IES, destaca-se a predominância das instituições privadas de ensino, que concentraram 302 dos 371 cursos¹⁹ de Psicologia, número correspondente a 81,4% dos cursos avaliados (Tabela 2.1). Como mostra a Tabela 2.1, a região Sudeste foi a de maior representação, concentrando 163 dos cursos, ou 43,9% do total nacional. As regiões Sul e Nordeste tiveram representação, respectivamente, de 23,5% e de 17,5% do total de cursos. A região de menor representação foi a Norte, com 27 cursos ou 7,3% do total, seguida de perto pela região Centro-Oeste com 29 cursos (7,8%). Considerando-se a distribuição dos cursos por Categoria Administrativa em cada Grande Região, a região Centro-Oeste é a que apresenta a maior proporção de cursos em instituições públicas (34,5%). Em contrapartida, a região Sudeste é a que apresenta a maior proporção de cursos em instituições privadas (86,5%). Nesta região encontra-se a maior quantidade de cursos em instituições privadas do país, com 141 dentre os 302 desta categoria. Quanto aos cursos em instituições públicas, a região Sudeste também apresentou o maior quantitativo nacional, 22 dos 69 nesta categoria (BRASIL, 2012, p. 20).

O livro de Patto (2012), nos leva à problematização dessa característica privatizada da formação em Psicologia a partir da crítica enquanto anúncio das práticas notadamente antiéticas e de total falta de critério formativo, capítulo a capítulo vamos nos deparando com processos e com procedimentos completamente equivocados de profissionais que se nomeiam psicólog@s.

A partir de um caso verídico sobre o assassinato de duas crianças cometido pelo pai e pela madrasta, que tiveram a guarda das crianças garantida a partir de um laudo psicológico frágil e preconceituoso, as autoras problematizam a fragilidade da formação d@ profissional da Psicologia em detrimento de uma sociedade de consumo que exige e produz respostas rápidas, protocolares e estigmatizadas pelas questões sociais, tornando-as questões individuais e psicopatológicas.

Os capítulos revelam a preocupação d@s autores, em sua maioria professores universitários, que trabalham diretamente na formação de psicólog@s, com a crescente

¹⁸ Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2012/201-2_rel_Psicologia.pdf. Acesso em 22/04/2014.

¹⁹ “Curso é a unidade de análise para o Conceito ENADE e é caracterizado pela combinação de Área, IES e município de habilitação. Somente cursos com pelo menos um concluinte presente foram considerados neste capítulo.” (BRASIL, 2012, p. 22).

mercantilização do ensino e com a falta de espaços na formação para conteúdos e exercícios reflexivos da produção de pensamentos e de procedimentos.

Uma análise ampliada pelas questões de gêneros, ausentes nas análises do livro supracitado, poderia expandir a discussão sobre a ação de assassinatos, que tudo leva a crer, foi idealizada e executada pelo homem macho dominador da esposa e dos filhos, que se sente no direito de matar, lembrando o modelo de poder do soberano tão bem descrito por Foucault (2006), que, ao mesmo tempo, colocaria em tela o poder do patriarcado que ainda é exercido pelo pátrio poder e a violências interligadas por interseccionalidades de classes, raça/cor, sexos, etc.

Após 12 anos de publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação em Psicologia, pouca coisa mudou de fato nos projetos pedagógicos, e sabemos disso, pelo perfil profissionalístico clínico, apresentado acima e pela nossa própria experiência na docência e na coordenação didático pedagógica de Curso.

Ainda hoje, após a profissionalização da formação, as mais expressivas leituras da Psicologia contemporânea, utilizadas de modo predominante na nossa formação no Brasil até os dias atuais são: a psicanálise, a análise do comportamento e o existencialismo e o humanismo, que construíram, ao longo do século XX, um saber sobre os modos de existir totalmente capturados pelos discursos da economia e do liberalismo.

Em pesquisa na pós-graduação, Sposito (2015), expõe que nossas pesquisas em nível de pós-graduação acompanham esse cenário, pois das leituras tradicionais e consideradas psi, Sposito assim nos apresenta:

No que tange aos referenciais teóricos, podemos, outrossim, realizar agrupamentos ancorados em uma compreensão histórica e epistemológica das teorias citadas nas pesquisas. Por isso, é possível visualizar as seguintes aproximações: (...). Outras Teorias em Psicologia: Psicanálise (09), Fenomenologia (03), Sistêmica (02), Comportamental (01), Psicodrama (01). Totalizando-se dezesseis (16) trabalhos (SPOSITO, 2015, p.102).

As outras teorias utilizadas nas teses e dissertações com tema em homossexualidades foram agrupadas como:

Teorias da Psicologia Social ou oriundas das Ciências Sociais e afins: Construtivista-Construcionista (09), Representações Sociais (05), Psicologia Social (03), Teoria da Identidade Social (02), Pettigrew e Meertens (02), Psicologia Política (01), Psicologia Sócio-Histórica (01), Sociologia das Relações de Gênero (01), Sociocultural (01), Teorias Psicossociais (01),

Teoria Histórico-Cultural (01), Teoria do Racismo Aversivo (01), Psicologia Discursiva (01), no total de vinte e nove (29) pesquisas. Teorias decorrentes do Pós-Estruturalismo e dos estudos de Gênero: M. Foucault (09), Pós-Estruturalista (06), Teorias Feministas (03), Teoria Queer (02), Estudos Culturais e de Gênero (02), J. Butler (02), Políticas do Armário (01), Cartografia (01), Deleuze e Guattari (01). Totalizando-se vinte e sete estudos (27) com esses referenciais (Ibidem).

Todas estas leituras psi conversam com o território político – e, por incrível que pareça, ao formarmos profissionais da Psicologia, não há neste processo a cartografia dessa articulação, pois:

A noção de responsabilidade individuada é uma noção tardia, assim como as noções de erro e de culpabilidade interiorizada. Num certo momento, se assistiu a um confinamento generalizado das subjetividades, a uma separação dos espaços sociais e a uma ruptura de todos os antigos modos de dependência. Com a Revolução Francesa, não só todos os indivíduos tornaram-se de direito, e não de fato, livres, iguais e irmãos (...), mas também tiveram que prestar contas a leis transcendentais, leis da subjetividade capitalística. Nessas condições, foi necessário fundar o sujeito e suas relações em outras bases: a relação do sujeito com o pensamento (o *cogito* cartesiano), a relação do sujeito com a lei moral (o *numen* kantiano), a relação do sujeito com a natureza (...), a relação com o outro (a concepção do outro como objeto). É nessa deriva geral dos modos territorializados da subjetividade que se desenvolveram não só as teorias psicológicas referentes às faculdades da alma, como também a reescrita permanentemente dos procedimentos de subjetivação no campo geral das transformações sociais (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p. 44 - 45).

O resultado dessa suposta falha na formação é a absorção destes saberes como verdades distintas, não relacionadas e fragmentadas. E mais ainda, @ futur@ psicólog@ deve ainda adotar como a única verdade sobre os modos de viver de uma única vertente teórica, que jamais deverá ser problematizada ou sequer questionada e ainda ser percebida como plenamente satisfatória - são as famosas *Igrejas Independentes* da Psicologia, que posicionam politicamente @s profissionais psi. Ironicamente:

Na verdade, essas teorias servem para justificar e legitimar a existência dessas profissões especializadas, desses equipamentos segregativos e, portanto, da própria marginalização de alguns setores da população. As pessoas que, nos sistemas terapêuticos ou na universidade, se consideram simples depositárias ou canais de transmissão de um saber científico, só por isso já fizeram uma opção reacionária. Seja qual for sua inocência ou boa vontade, elas ocupam efetivamente uma posição de reforço dos sistemas de produção da subjetividade dominante. E não se trata de um destino de sua profissão. “Na França, em 68, debatia-se essa questão e tratava-se

sistematicamente os “psi” (psicólogos, psiquiatras, psicanalistas) e os trabalhadores sociais em geral de ‘tiras’” (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p. 38).

Os efeitos dessa plenitude e conversão dogmática são uma série de amputações teóricas e metodológicas sobre os modos de vida e de viver, e ainda a contínua individuação e patologização das diferenças. Esse massacre é assumido e mantido por uma Psicologia de manual, com o crescente afastamento da Filosofia e da própria reavaliação de si - enquanto ciência e profissão, sendo assim:

(...) escolher entre as Psicologias hoje disponíveis é um ato de pura arbitrariedade enquanto não entendermos a *proveniência* de nossos "objetos", enquanto não compreendermos a história do "psicológico" e, portanto, a pré-história das posições da própria Psicologia do século XX (...) (FIGUEIREDO, 1992, p. 168).

Invariavelmente as teorias psi se pautam no entendimento de corpos individualizados e únicos, com um único aparelho psíquico a ser desvendado, uma inerente potência positiva interior a ser facilitada, uma liberdade de escolha ontológica ou uma contingência e repertórios a serem modelados, entre outras unificações das abordagens psi.

Temos uma Psicologia da homogeneização para um determinado corpo, que obviamente não pode, ou melhor, até pode, mas não deve ser múltiplo. Isto é retro-alimentado pelas crenças essencialistas reduzidas à existência de um corpo único, um sexo único, um gênero único, um aparelho mental único (PRECIADO, 2008; PERES, 2013).

3.4 Pela parresia na formação em Psicologia

Foram problematizações e resistências de pessoas, estudios@s, pesquisadores e grupos de estudos diversos em Psicologia Social, em estudos feministas, em gêneros e sexualidades, entre tantos cadastrados no CNPQ, que em territórios de resistências, por vezes isolados nas diversas regiões do Brasil, fizeram e fazem emergir novos campos de saberes e fazeres dentro da Formação em Psicologia.

Porém, no cotidiano acadêmico, o que percebemos ainda é que as diretrizes de formação, reificam em vários artigos e definições reducionistas de apenas uma identidade d@ profissional psi e um diálogo com as bases reacionárias da sociedade, fazendo-nos perceber o aumento significativo de alun@s vinculados às bases religiosas mais tradicionais e aversivas a

qualquer forma de variação nas experiências sexuais ou performáticas de expressões de gêneros e sexualidades, aos bancos das faculdades e universidades na graduação em Psicologia.

É como se a profissão validasse ações reparatórias dessas expressões e vidas, por meio de disseminação de conceitos arraigados de racismos, misoginias, machismos, transfobias, lesbofobias e homofobias, que autorizam preconceitos e discriminações diversas, porém mascarados em pedestais de uma ciência nomeada – Psicologia, como bem nos destacou Ivan, um d@s noss@s professor@s colaborador@s dessa pesquisa.

Essas teorias ditas clássicas (psicanálise-analítica; existencialismo-humanismo; comportamental-cognitivismo) ao serem disseminadas na formação em Psicologia, sem as devidas cartografias que as compõem, tendem a agenciar profissionais despreparados e completamente alhei@s ao compromisso político, ético e estético com as existências em resistências parresias.

No Brasil, @s profissionais psi estão sendo formad@s para garantir um bom psicodiagnóstico pautados em teorias psicológicas produzidas no século passado e que ao longo dos anos, tem sido disseminada com pouquíssimas atualizações, mas com altíssimo grau de publicização, fazendo da Psicanálise ainda conteúdo primordial nos cursos de formação nos cinquenta e dois anos do reconhecimento da Psicologia como ciência e profissão no Brasil.

Exemplificando esse afastamento das diretrizes de formação psi da realidade social referente às questões de dissidências sexuais e de gêneros, por meio de um recorte amostral, numa brevíssima pesquisa no site do MEC/INEP, feita no ano de 2013, consultando o universo de trezentos e setenta e um cursos de Psicologia, avaliados pelo ENADE 2012, destacamos os quinze cursos avaliados com nota máxima no ENADE – nota Cinco.

Destes quinze cursos considerados pelos critérios do Ministério da Educação como os melhores cursos de formação de psicólog@s do Brasil, quatro cursos são de instituições de ensino privadas, sendo apenas uma delas Centro Universitário e as outras três restantes, universidades. Os outros onze cursos estão alocados em instituições de ensino públicos, abrangendo universidades estaduais e federais de quatro regiões do Brasil, excetuando-se apenas a região Norte (BRASIL, 2012).

Em suas matrizes curriculares, disponibilizadas sob domínio público, em suas páginas online, pudemos verificar a maciça presença de conteúdos teóricos da Psicanálise, em suas vertentes tradicionais, enfatizando as obras de Sigmund Freud e Jacques Lacan, em

diversos conteúdos programáticos das disciplinas de psicopatologias, teorias da personalidade, teorias de desenvolvimento, entre outras, e vinculadas a estratégias clínicas e psicoterápicas.

Nestes mesmos cursos, analisando todas as matrizes, destacamos que em apenas um deles há uma disciplina optativa de sexualidade e em outro há uma disciplina de núcleo comum nomeada de Relações étnico-raciais no Brasil, dando-nos a ver a total ausência de discussões sobre sexualidades, gêneros, raças/cores e etnias na formação em núcleo comum, de profissionais da Psicologia, nos supostos melhores cursos do Brasil.

Nos cursos de noss@s professor@s colaborador@s, em apenas um, o curso do Vitor, há uma disciplina focada nos estudos de gênero e de sexualidades dissidentes, porém esta está em disciplina específica de ênfase, não sendo contemplada em núcleo comum de formação. Nos outros cursos esses conteúdos são abordados ou através de disciplinas optativas ou como temas transversais em pesquisas, extensões ou em disciplinas de Psicologia social ou institucional. Há uma posição contrária a institucionalização dessa obrigatoriedade do ensino de estudos de gênero e sexualidade por parte de alguns de noss@s professor@s colaborador@s, por entenderem ser inócuo ou pouco efetivo os efeitos desses conteúdos na forma obrigatória. Alguns acreditam que há um certo tipo de alun@ que se interessaria e se engajaria nos temas, e isso é mais interessante do que ter que dar a disciplina para qualquer tipo de alun@.

Todas as profissões da saúde e as licenciaturas, por determinação de suas diretrizes curriculares, ensinam as fases do desenvolvimento psicosssexual de Freud, e isso gera um efeito devastador na produção de conhecimento e nas relações sobre os modos de viver das pessoas. Há inúmeros relatos, tanto via mídia de massa, quanto em pesquisas de danos aos atendimentos, educação, tratamentos e cuidados de mulheres e de homens, que são tratados como menos humanos por expressarem suas sexualidades e seus gêneros de forma inventiva e dita não normativa em ambientes como hospitais, escolas, empresas, bares, restaurantes, universidades etc.

Essa escassez de conteúdos e discussões de temáticas vinculadas às linhas de sexualidades e gêneros, raças/cores e etnias e as violências por elas sofridas, como pertencentes aos processos de subjetivação na contemporaneidade na formação de psicolog@s no Brasil, é facilmente verificada também, por meio de uma busca simples em sites de artigos científicos, que acessam as principais revistas específicas da Psicologia, como a Scientific Electronic Library Online – Scielo - www.scielo.br; e a Biblioteca Virtual em

Saúde (BVS) – <http://www.bvs-psi.org.br/php/index.php>, e no próprio recorte feito por Sposito (2015), já visto anteriormente.

Esta ausência de “interesse” da Psicologia para temas vinculados às sexualidades e expressões de gêneros ditos dissidentes e as implicações das expressões de raça/cor e etnia na maquinaria subjetiva contemporânea vem sendo denunciada por pouquíssimos pesquisadores psicólog@s, sendo umas das precursoras a pesquisadora e professora universitária Sandra Azeredo. Em seu artigo intitulado O político e público e a alteridade como desafios para a Psicologia, publicado na Revista Ciência e Profissão, em 2002, a pesquisadora já anunciava, o longo trajeto que havíamos que percorrer para incluir em nosso campo de discussão marcadores de gêneros, sexualidades, raça/cor e etnias e os efeitos das violências em suas diversas facetas e cores. Além de denunciar, já em 2002, a emergência de discursos discentes fortemente articulados à religiosidade cristã aos discursos patologizantes de gêneros, sexualidades e prazeres.

Ao fazermos a afirmação de que a formação em Psicologia está ainda hoje, mesmo após a denúncia da Sandra Azeredo, em 2002, apolítica e não vem acompanhando as demandas de atenção à pluralidade dos sofrimentos psicossociais, não temos medo de sermos generalistas, afinal as Diretrizes de Formação do Profissional da Psicologia nos garante a referida afirmação, tendo em vista que os cursos de formação desde 2004 trabalham com a lógica de competências e habilidades.

Destacamos as seguintes competências e habilidades previstas e bastante enfatizadas pelos projetos pedagógicos de formação em Psicologia:

Art. 8º As *competências* reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia, e devem garantir ao profissional o domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida. São elas:

III - identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e agir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo;

VI - avaliar fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, em diferentes contextos;

VII - realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações;

XII - realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia;

Art. 9º As *competências*, básicas, devem se apoiar nas *habilidades* de:

- I - levantar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais técnicos e outras fontes especializadas por meio de meios convencionais e eletrônicos;
- II - ler e interpretar comunicações científicas e relatórios na área da Psicologia;
- III - utilizar o método experimental, de observação e outros métodos de investigação científica;
- IV - planejar e realizar várias formas de entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos;
- V - analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais;
- VI - descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos;
- VII - utilizar os recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia (BRASIL, 2011, p. 3- 4).

A formação pautada na lógica das competências e habilidades previstas e bastante enfatizadas pelos projetos pedagógicos de formação em Psicologia, talvez justifiquem a escassez de pesquisas, na atuação e na invenção da formação psi junto às temáticas de gêneros, sexualidades, raça/cor e etnias e suas dissidências e as potencialidades das vidas e/ou as violências por elas sofridas, ou seja, as Psicologias se ausentam de versar com as resistências, porém:

O deslocamento de perspectiva realizado por Foucault, observe-se, não é desprezível. O campo desses afrontamentos e resistências ao poder e aos seus excessos é claramente identificado por ele: as lutas contra a dominação (étnicas, sociais, religiosas), as lutas contra as formas de exploração (que separam o indivíduo do que ele produz), e, finalmente, as lutas que levantam a questão do estatuto do indivíduo (lutas contra o assujeitamento, contra as diversas formas de subjetividade e submissão). A perspectiva foucaultiana privilegia este último campo de resistência, porque ele tem, do ponto de vista estratégico, na atualidade, mais possibilidades de êxito, em função da multiplicidade de forma possíveis que a resistência contra o assujeitamento comporta (BRANCO, *In* BRANCO, & PORTOCARRERO, 2000, p. 315).

Portanto, a escolha da temática dessa tese, não é ingênua e nem neutra. Escolhemos dar visibilidade as docências *parresiastas*, que insistem e persistem dentro da formação de psicólog@s com muitas habilidades e competências tecnicistas, porém com pouquíssimos formand@s guerrilheiros, mas tendo em vista o campo teórico que margeia essa tese, é por meio da resistência e das micropolíticas que a *parresia* se fará ouvida, enfrentada e, quiça, agenciará outras Psicologias.

A formação de psicólog@s está pautada em uma diretriz curricular que valoriza a prática de uma Psicologia de manual restrita ao indivíduo, quando recomenda a formação de profissionais com habilidades e competências para diagnosticar e produzir estratégias para o desenvolvimento de "corpos" ditos saudáveis.

Há diferenças gritantes entre protocolos de avaliação psicológica, função exclusiva d@s profissionais da Psicologia. Exemplificando, hoje no Brasil, há a necessidade de um longo acompanhamento psicológico, de em média dois anos e laudos extremamente rigorosos para a mudança de sexo em corpos transexuais em contraponto ao imediatismo de um laudo de perda ou devolução de guarda de crianças em situação de ditas vulnerabilidades sociais, ou vítimas de violência doméstica ou sexual, que em média são feitos em dois dias. O argumento para essa diferença: Princípio Moral.

Para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma, são realizados investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades. As normas regulatórias voltam-se para os corpos para indicar-lhes limite de sanidade, de legitimidade, de moralidade ou de coerência (LOURO, 2004, p. 82).

Anunciaremos, ao longo da nossa discussão, a invisibilidade dos corpos em resistência para a Psicologia, pois entendemos visibilidade como pleno direito à singularidade, à possibilidade de existir, de ir e vir, de ser e de se manifestar em diferentes expressões, sejam elas sexuais, corporais, religiosas, conjugais, étnicas, estando a Psicologia queezirada e a favor destas expressões, sendo esta a agenciadora da emergência de territórios de subjetivação que produzam fluxos de diferenças, sem nomes, sem identidades, sem diagnósticos ou prognósticos.

Para quem está no território do ensino superior, é sabido que alguns temas, como Direitos Humanos, Raça, Gênero e Educação Ambiental²⁰ tem sido implementados nas matrizes curriculares e/ou nos temas transversais dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de graduação em nível técnico, licenciatura ou bacharelado em todo país, o que torna o tema mais inquietante ainda, pois foi preciso uma determinação via diretriz MEC para que a

²⁰ Disciplinas que contemplam conteúdos referentes às Relações Étnico-raciais (Resolução CNE/CP n.º 01, de 17 de junho de 2004). Disciplinas que contemplam conteúdos referentes às Políticas de Educação Ambiental (Resolução CNE/CP n.º 2, de 15 de junho de 2012, em conformidade com a Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto n.º 4.281/2002). Disciplinas que contemplam conteúdos referentes à Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP n.º 1, de 30 de maio de 2012).

Psicologia tomasse o tema Raça e Gênero como obrigatório na formação, e obviamente, não tomado, em relação à temática dos gêneros, apenas como *sintoma* ou desvio de conduta psicopatológico. Resta-nos ainda a pergunta: apesar das recomendações das diretrizes do MEC, há de fato a presença destas temáticas sobre, sexualidades, classes, raças/cores e expressões de gêneros na formação em Psicologia? Há que se averiguar.

O empobrecimento dos territórios de formação é visível, devido à mercantilização das relações de produção de conhecimento, tanto em nível público quanto nas entidades educacionais privadas. O saber sobre a diferença em muitos espaços está sendo produzido como procedimentos técnicos para atuar no mercado de trabalho estabelecido ou em emergência, criando o que já chamamos de Psicologia de Manual.

Cumprir assinalar que, a partir de tais reflexões, a Psicologia como ciência, área de atuação e território de produções de saberes, precisa urgentemente se revisar e reavaliar suas práticas dentro de um contexto epistemológico de formação, numa busca de ampliação e constituição de práticas e saberes que abarquem a emergência das variações nos modos de viver em situações reais, engendrados por redes rizomáticas comunitárias, sócio-dinâmicas e institucionais. Isso, de certa forma, demanda tanto do profissional, bem como do processo de formação em Psicologia, uma urgência em politização e produção e da emancipação nos modos de viver. Peres (2011) nos alerta:

Mais do que necessário se faz urgente uma revisão crítica dos postulados teóricos “psi”, no sentido de ampliar a visão sobre os sujeitos do sistema sexo/gênero/desejo de modo a abandonar a ideia de patologia e ou perversão que se abate sobre as expressões sexuais e de gêneros para nos aproximar da ideia de estética da existência proposta por Michael Foucault, e quem sabe, assim, promover mais respeito para com as diferenças e as dissidências do sistema heteronormativo falocentrado (PERES, 2011, p. 103).

As relações de saber e poder agenciam dispositivos especializados de produção de discursos, que respaldam vários projetos de formação profissional, incluindo aqui a própria Psicologia. Se o corpo historicamente é objeto do conhecimento e do controle, é preciso constituir um domínio científico sobre ele, buscar leis que possam facilitar o pleno aproveitamento de sua capacidade produtiva, agenciando discursos de verdade, que podem manter os estados de existência instituídos, os quais, teoricamente, a Psicologia poderia em tese problematizá-los e (des) institucionalizá-los, caracterizando-se no que emerge como Psicologia *Parresiasta Queerizada*, e não para uma Psicologia *Queer*, ou para o *Queer*.

[...] a promoção de uma Psicologia Política Queer comprometida com a emancipação psicossocial e cultural das pessoas, sem classificação, sem patologização e sem reducionismos teóricos, rompendo de vez com paradigmas binários, universais e essencialistas de manutenção ao sistema sexo/gênero/desejo que tanto impede o direito de ser, estar e circular no mundo das pessoas que não se filiam aos modelos heteronormativos, racistas e misógenos diante da vida (PERES, 2011, p.104).

Pensar nas Psicologias na atualidade é pensar no que estes campos de saberes estão fazendo com a emergência das variações das duas grandes instituições sociais: os gêneros e as sexualidades. E uma das questões a serem problematizadas é a busca pela unidade dos saberes psi em detrimento da multiplicidade dos modos de viver.

Acreditamos que foi justamente pelo saber das Psicologias estarem em sua maioria enraizados ou na primeira estação como saber em ascensão e tendendo ao instituído, demarcado aqui como saberes enrijecidos para a manutenção dos estados fixos de atuação e produção de conhecimento, ou já agonizando no final do que acredita ser o percurso ideal de uma abordagem psicológica, que podemos dizer que as Psicologias que (re)conhecemos não estão em movimento - não estão se alimentando, ou melhor, atualizando-se pelos acontecimentos concretos do agora.

Afirmamos que algumas Psicologias até mesmo negam os efeitos deste movimento, mantendo, a todo custo, a sua condição de normatizar e controlar as vidas e suas multiplicidades, mantendo sua contínua função biopolítica, de controle dos aspectos orgânicos e lineamentos das subjetivações disciplinarizadas, dóceis e úteis, ainda na atualidade.

Baseamo-nos nesta afirmação na defesa de Guattari sobre os dois efeitos que os processos de singularização agenciam a chamada: *atitude normalizadora*:

(...) que se traduz de duas maneiras diferentes, mas complementares: ignorar sistematicamente tais agenciamentos. “Considerando-os meros problemas secundários ou arcaicos, ou então resgatá-los e integrá-los”, e a *atitude reconhecadora*: “que considera tais agenciamentos em seu caráter específico e em seu traço comum, de modo a possibilitar sua articulação. Só essa articulação é que vai permitir uma mudança efetiva da situação (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p.59).

Mas em toda relação de controle e/ou dominação do biopoder, há linhas de escape, de vazamento. Na formação em Psicologias também há a emergência de fazeres e pensamentos que buscam a visibilidade e a emancipação dos corpos, e noss@s professor@s colaborador@s trazem isso claramente em suas histórias transcritas. Sabe-se que o jogo de forças dos

discursos instituídos tende à construção de currículos de formação de profissionais psi chamados tradicionais, construindo saberes normatizadores, em leituras teóricas já reconhecidas e referendadas como cientificamente das Psicologias.

Diretriz etiologicamente significa *lat.tar. directrix, ícis* 'linha diretriz, conjunto de princípios e normas'. Desta forma, podemos afirmar que mudanças nas linhas de formação, significam mudança nos princípios do sistema de produção do pensamento – verdades em Psicologia.

Porém, Deleuze e Guattari (1995) afirmam que temos uma “árvore na cabeça” (p. 24) e estas representam como o mundo das palavras e das coisas se constituem na contemporaneidade.

Toda lógica da árvore é uma lógica do decalque e da reprodução. Tanto na Lingüística quanto na Psicanálise, ela tem como objeto um inconsciente ele mesmo representante, cristalizado em complexos codificados, repartido sobre um eixo genético ou distribuído numa estrutura sintagmática. Ela tem como finalidade a descrição de um estado de fato, o reequilíbrio de correlações intersubjetivas, ou a exploração de um inconsciente já dado camuflado, nos recantos obscuros da memória e da linguagem. Ela consiste em decalcar algo que se dá já feito, a partir de uma estrutura que sobrecodifica ou de um eixo que suporta. A árvore articula e hierarquiza os decalques, os decalques são como folhas da árvore (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 20).

Pensar então, na formação em Psicologia, demanda não mais desassociarmos a produção de subjetividades e seus agenciamentos, dos dispositivos relacionais que emergem das práticas, das implicações políticas, dos saberes e das expressões de gêneros, sexualidades e prazeres constituintes nos modos de viver, dessa forma embates travados em Núcleos Docentes Estruturantes como os relatados por Dom, e por mim mesma, são extremamente importantes.

Essas reflexões, de certo modo, trazem incômodos e desconfortos devido a toda contextualização histórica da ciência psicológica, mas, ao mesmo tempo, fazem-se pertinentes, pois ao se tratar da formação dentro das academias a partir das suas Matrizes Curriculares e de seus Projetos Pedagógicos, faz-se necessário pensar “a formação da Psicologia a partir de suas implicações culturais e políticas é que se pode pensar o quanto a formação e as práticas psicológicas organizam, produzem ou desorganizam o modo de viver dos sujeitos” (GUARESCHI & DHEIN, 2009, p. 69).

Mantemos ainda uma formação pautada em áreas de atuação, com encontros previamente planejados por protocolos/dinâmicas ou cronogramas de atuação para situações ainda desconhecidas, mas sobre o território duro da formação começa a escapar outras formas de se fazer Psicologia. É preciso dar materialidade a estas experimentações/vazamentos dentro de um currículo duro, para quiça, fortalecermos currículos da diferença para a formação de psicólog@s,

Pensar o currículo com a diferença deleuziana é tirar o foco da identidade: tanto do pensamento identitário (que tem como critério a reunião) como do conceito de identidade (que procura o comum sobre a diversidade ou que identifica pessoas e grupos para, em seguida, agrupá-los como diferentes). Se a reunião é o critério da generalidade e da identidade, o acontecimento é o critério da diferença. Então a diferença é comportar-se em relação a algo que não tem semelhante ou equivalente. A diferença é o que vem primeiro; é o motor da criação; é a possibilidade de no meio, no espaço-entre, começar a brotar hastes de rizoma. Diz respeito àquilo que está ainda em vias de se formar: de currículos que são "realidade em potencial", que ainda não foram formados (PARAÍSO, 2010, p. 592).

As desconstruções micropolíticas dos principais alicerces teóricos das Psico-logias, quais sejam, o exame, as naturalizações e a assepsia (escuta/acolhimento/tratamento/intervenção) psicológica e as identidades seriam estratégias guerrilheiras na formação.

Um exercício de apresentação da estagnação da produção de saberes da Psicologia se fez necessário quando nos encontramos com a Filosofia da Diferença - de Gilles Deleuze e Félix Guattari, e mais precisamente, com filósofas contemporâneas como Beatriz Preciado, Rosi Braidotti e Donna Haraway, além dos teóricos espanhóis Suzana Lopes Penedo, Javier Saez, entre outros, que avançam nos estudos da Filosofia da Diferença e nas proposições de Michel Foucault e problematizam as violências, mas também os movimentos das instituições fundantes da subjetivação contemporânea, atravessadas pelas linhas dos sexos, das sexualidades, dos gêneros e dos prazeres.

4. OS SEXOS, AS SEXUALIDADES, OS PRAZERES, OS GÊNEROS E O DISCURSO HEGEMÔNICO DE UMA CERTA PSICOLOGIA

(...), é que o importante não é a verdade, mas a força do conhecimento. E como a força não se encontra no grau de verdade, a análise do conhecimento em termos de forças que realiza a genealogia deve determinar se ele é a expressão de um excesso ou de uma indigência vital, de uma afirmação ou de uma negação da vida. Que tipo de existência tem quem diz tal tipo de coisa? Pergunta o genealogista remetendo os valores à potência daqueles que institui os valores. Em suma, a questão nietzscheana do conhecimento pode ser enunciada nos seguintes termos: se existe um tipo de vida ativa e um tipo de vida reativa, a serviço de que tipo de vida se coloca o conhecimento? (MACHADO, 1985, p. 63-64).

O sexo é político, e as sexualidades e seus prazeres funcionam como ferramentas para noss@s professor@s colaborador@s na formação em Psicologia, suas narrativas destacam que primeiro veio a política, a ética e estética de si, e da composição com outros espaços de socialização, seja este de âmbito familiar, de escolarização e de trabalho.

Seus projetos de pesquisa, envolvimento na militância para a garantia dos direitos humanos a todos os humanos e suas estratégias de implicação no ensino dos modos de produção dos discursos de captura, marginalização, exclusão e de criminalização de certos modos de vida e de viver, agenciam a enunciação da problematização dos dispositivos a serem tratados nesse capítulo.

Neste momento destacamos os dispositivos das sexualidades, dos gêneros e dos prazeres, que ao encarnarem nos corpos de noss@s professor@s colaborador@s, fazem-@s pavonear (FOUCAULT, 1988) pelos corredores e salas de aula das universidades, tornado-@s parresistas em seus territórios de atuação, tendo por vezes o silenciamento através de demissões sumárias, desqualificações e resistências públicas de outros modos de produzir saberes e fazeres na Psicologia, disfarçadas em bancas de progressão acadêmica, e/ou o reconhecimento através de salas de aula cheias, relatos de pertencimento a um espaço libertário e respeitoso e a valoração de todas as formas de vida e de fazer viver.

As problematizações tratadas nesse capítulo buscam também elucidar, que não há um acaso em termos apenas uma mulher entre noss@s professor@s colaborador@s que produzem *parresia* na formação psi e queerizam as Psicologias. Como enunciado pela professora e pesquisadora Neuza Guareschi, em seu parecer de avaliação na qualificação da presente tese, é preciso sempre resgatar a força do legado de Foucault para a desnaturalização

e desconstrução do “como nos tornamos quem somos? ”, e não somos mulheres naturalmente e essencialmente, e por e para isso que não estamos em todos os lugares possíveis na sociedade falocentrada.

Os dispositivos das sexualidades atravessam os discursos e seus efeitos, e nos explicita como cada um e cada uma se fizeram profess@r universitário, desta forma, faz-se necessário resgatar, de uma forma quase que didática, os principais temas e problematizações pesquisados por noss@s professor@s colaborador@s, para mais uma vez, agenciar a potência de vida dos dispositivos dos sexos, sexualidades, gêneros e prazeres em detrimento da patologização e enquadre dos mesmos pelas clássicas Psicologias.

Complementando a conceituação de dispositivo de Deleuze (1990), já apresentada, no tocante dos dispositivos - sexualidades, Foucault (1979) anunciava que este é primeiramente:

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Esta posição discursiva sobre o que fazemos dos sexos, dos gêneros, das sexualidades e dos prazeres não é produto de uma natureza humana, mas sim efeitos das relações, das relações de humanos e todos os entre possíveis: entre ecológicos, entre tecnológicos, entre planetários, entre místicos, entre animais, entre químicas e entre outr@s human@s.

O método genealógico vislumbra justamente desnaturalizar e visualizar os jogos de poder e saber que agenciam as verdades sobre os sexos, os prazeres e seus efeitos em evidências, na forma de enunciados, e esses constituem o tom de nossas ações, pensamentos, intervenções sobre os modos de viver e de fazer viver. A genealogia supera as interpretações, retomando esta definição com Foucault (1979):

Mas se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser a sua história: história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, história do conceito de liberdade ou da vida ascética, como emergências de interpretações diferentes. Trata-se de fazê-las aparecer como acontecimentos no teatro dos procedimentos (FOUCAULT, 1979, p. 26).

Ao desnaturalizarmos certos discursos sobre os sexos, os prazeres, as sexualidades e as expressões de gêneros em um território de formação universitária, estamos nos posicionando teoricamente, essa posição evidencia que valoramos os discursos das ciências que tem os sexos, os prazeres e as sexualidades, como vieses de análises possíveis, assim como as expressões de gêneros, como elementos das políticas e das éticas que compõem as máquinas de produção de subjetividades.

Pluralizamos - o sexo, o prazer, o gênero e a sexualidade -, pois destacamos suas composições e possibilidades como múltiplas, e esse destaque é político, assim como o são os sexos, as sexualidades, os gêneros e as produções dos prazeres.

Seguindo Michel Foucault (1996b), apostamos nas insígnias que nos situam como pluralistas, pois conforme o autor afirma:

Soy pluralista: el problema que se me há planteadoes el de la individualización de los discursos. Para individualizar los discursos hay criterios que son conocidos y praticamente seguros: el sistema lingüístico al que pertenecen, la identidad del sujeto que los há articulado” (FOUCAULT, 1996b, p. 18)

Há todo um reducionismo a ideia de unidade, de uma verdade única, sendo complementado pelo autor:

(...) (extraña unidad la de la sociologia o la Psicologia que, no han dejado de volver a empezar). Unidades que se mantienen obstinadamente, depues de tantos errores, tantos olvidos, tantas novedades, tantas metamorfoses, pero que sufren, a veces, mutaciones tan radicales que tendríamos dificultades para consideralas idénticas a si mesmas. (FOUCAULT, 1996b, p.19).

Essas pluralizações implicam em posições políticas e éticas, pois apesar da biologia, chegamos a um tempo em que as corporeidades e os territórios de subjetivação produzem outros sexos, outras sexualidades e outros prazeres, sendo a unificação conceitual quase que uma inatingível meta de algumas ditas ciências duras. Thomas Laqueur (2001), já nos alertava dessa árdua meta, na apresentação do seu *Inventando o Sexo: dos gregos a Freud*, vejamos:

Parece perfeitamente óbvio que a biologia defina os sexos – o que mais o sexo poderia significar? Assim, os historiadores não teriam muito mais a dizer sobre o assunto. Ter ou não ter um pênis diz tudo em quase todas as circunstâncias, e várias outras diferenças podem ser acrescentadas à vontade: as mulheres têm um ventre onde os fetos se desenvolvem, os homens não

têm esse órgão nem essa capacidade. Eu não discordo de nenhum desses fatos, mas se insistirmos um pouco podemos ver que eles não são tão conclusivos como se pensa. (O homem supostamente continua a ser homem mesmo sem o pênis, e as tentativas científicas para determinar o sexo definitivamente, como no teste do Comitê Olímpico de configuração cromossômica das células da cavidade bucal, levam a resultados ridículos) (LAQUEUR, 2001, p. 8).

Mas afinal, há uma verdade sobre os sexos, as sexualidades e os prazeres? Bem, o que podemos afirmar é que há escolhas políticas e morais sobre a quais sexos, de quais sexualidades e de que tipo de prazeres poderemos e devemos ensinar, fazer e estudar tanto na formação em Psicologia, quanto nos discursos publicizados, são os ditos manuais biomédicos de prevenção e promoção de um tipo de sexo seguro e de uma sexualidade saudável.

Como chegamos nessa unificação de experimentações dos corpos e das corporeidades tão plurais? Vejamos um breve resgate dos caminhos que enunciaram os dispositivos das sexualidades e as invenções do sexo.

Iniciemos nosso percurso com intuito de produzir, artesanalmente, uma cara do que gostamos (nós e @s professor@s colaborador@s) e potencializamos nas teorias das sexualidades, dos sexos e dos prazeres. E essas escolhas não são ingênuas, tão pouco inocentes e muito menos neutras, são escolhas para a valoração de políticas, éticas e estéticas que produzem vidas em abundância.

Os sexos, as sexualidades e os prazeres, como linhas de produção de políticas e de definição de modos de vida em sociedade, agenciam problematizações e desestabilizações da própria identidade dos saberes hegemônicos disseminados na formação em Psicologia.

Apresentamos, em capítulos anteriores, que os discursos de poder agenciam saberes e modos de vida e de viver e esses configuram as multifacetadas políticas e conseqüentemente os nossos territórios de subjetivação na transcontemporaneidade.

Para Foucault (1979): “Resta estudar de que corpo necessita a sociedade atual” (FOUCAULT, 1979, p. 148) e, para a formação em Psicologia, interessa-nos problematizar, além da ausência dos debates sobre a produção discursiva dos sexos, sexualidades e prazeres, que é preciso trazer em cena as interfaces com os dispositivos de gêneros, raça/cor, etnia e classes.

Estas interfaces entre marcadores sociais e seus efeitos sobre os corpos e suas expressões, são efeitos que agem como atravessamentos de afetos nos territórios de

subjetivação e singularização. Estes se elucidam nos corpos e em suas expressões, o que Deleuze & Parnet (1998) conceituam como a diferença da diferença.

Platero Méndez (2014) define assim a interseccionalidade que produz as linhas dos corpos abjetos:

Para definir la interseccionalidad sencillamente, se podría decir que hace consciente cómo diferentes fuentes estructurales de desigualdad (u “organizadores sociales”) mantienen relaciones recíprocas. Es un enfoque que subraya que el género, la etnia, la clase, u orientación sexual, como otras categorías sociales, lejos de ser “naturales” o “biológicas” son construidas y están interrelacionadas. (...). La interseccionalidad se puede entender como un estudio sobre las relaciones de poder, que incluyen también vivencias que pueden ser señaladas como “abyectas”, o “pertenecientes a los márgenes”, o “disidentes”. Sin embargo, también sirve para teorizar el privilegio y cómo los grupos dominantes organizan estrategias de poder (conscientes o no) para preservar su posición de supremacía (PLATERO MÉNDEZ, 2014, p.56).

Desta forma, ao problematizarmos e analisarmos as linhas de produção dos discursos sobre os sexos, as sexualidades, os gêneros e os prazeres, devemos também trazer as linhas de outros efeitos discursivos das relações de poder que reificam e diferenciam as estratégias de exclusão e de subjugamento que as vidas ditas abjetas suportam cotidianamente.

Num belíssimo poema de Audre Lord (1982), evidenciado no artigo “Gênero” para um Dicionário Marxista de Donna Haraway (2004), pode-se literalmente sentir as linhas das interseccionalidades funcionando na produção de vidas potentes, apesar dos insistentes discursos e estratégias de exclusão. Vejamos:

Ser mulheres juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser garotas gays juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser mulheres negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser negras sapatonas juntas não era suficiente. Éramos diferentes... Levou algum tempo para percebermos que nosso lugar era a própria casa da diferença e não a segurança de alguma diferença em particular (LORD In HARAWAY, 2004, p. 227).

Os modos de viver e de vida ditos normatizados e os chamados manuais para uma certa prática sexual não são elementos de composição nem dos modos de vida e de pesquisa de noss@s professor@s colaborador@s e, muito menos, d@s pesquisador@s/autor@s dessa tese, interessa-nos a genealogia dos sexos, das sexualidades e dos prazeres, que desmistificam e potencializam as inventividades das vivências sexuais, na produção das expressões de gêneros e nos prazeres produzidos e vividos.

O que nos interessará nessa tese é a análise da dimensão das forças – efeitos dos jogos de saber e poder sobre as sexualidades, os sexos e os prazeres e suas interseccionalidades, que agenciam-se através d@s estratégias executadas na formação em Psicologia de vidas potentes, pois:

Por um lado, a vida deseja fundamentalmente um máximo de potência; não propriamente uma conservação ou uma adaptação, mas um aumento, um acúmulo, uma expansão, uma intensificação de potência. Alguns textos enunciam explicitamente essa importante tese da filosofia de Nietzsche. “E eis o segredo que a vida me confiou: ‘Vê, disse ela, eu sou o que deve superar a si mesmo indefinidamente’. Todo corpo “... deverá ser uma vontade de potência encarnada, quererá crescer, se estender, açambarcar, dominar, não por moralidade ou imoralidade, mas porque *vive* e a vida é vontade de potência” (MACHADO, 1985, p. 79-80).

Em sua obra *História da sexualidade*, que a princípio, segundo o próprio Michel Foucault, seria composta de cinco volumes, mas se encerrou em três, e que aqui no Brasil foram assim publicadas: - *História da Sexualidade I – A vontade de saber*; *História da Sexualidade II – O uso dos Prazeres e, finalizando, História da Sexualidade III – O cuidado de si*, o autor se debruça para nos apresentar uma genealogia das sexualidades e dos prazeres na cultura Ocidental, partindo da Filosofia Antiga até o advento dos saberes e verdades biológicas da Modernidade, nesse caminho, o processo de desnaturalização das binaridades dos sexos, das sexualidades e dos prazeres colaboram, e muito, para a problematização dos saberes elencados como referências para a abordagem dessa temática junto às demandas psi. Ilustrando essa intencionalidade de Foucault (2012):

Em suma, a ideia era a de pesquisar nessa genealogia o modo pelo qual os indivíduos foram levados a exercer sobre eles mesmos, e sobre os outros, uma hermenêutica do desejo, propiciada, sem dúvida, por seu comportamento sexual, sem, no entanto, constituir seu domínio exclusivo. Em suma, para compreender como o indivíduo moderno podia fazer a experiência de si próprio como sujeito de uma “sexualidade” seria útil distinguir previamente a maneira pela qual outrora, e durante séculos, o homem ocidental havia sido levado a reconhecer-se como sujeito de desejo (FOUCAULT, 2012, p.189).

Interessa-nos então, problematizar no cenário brasileiro de formação em Psicologia como, apesar do intenso trabalho teórico e de publicização da desnaturalização dos sexos, das sexualidades e dos prazeres, ainda hoje, em pleno século XXI, mantém-se a lógica biomédica normativa de um único sexo (ou vagina, ou pênis), de uma única sexualidade saudável

(heterossexual) e de um prazer reduzido e restrito à penetração com mera finalidade procriativa (pênis dentro da vagina).

A disseminação dogmática de como devemos nos relacionar sexualmente é totalmente dominada pelos princípios do pastor e nós, psicólog@s, somos formados profissionalmente para sermos bons pastores na condução de uma boa sexualidade. As estratégias para essa forma de ser baseiam-se, segundo Foucault (1979), sob a égide da:

(...) confissão, o exame de consciência, toda uma insistência sobre os segredos e a importância da carne não foram somente um meio de proibir o sexo ou de afastá-lo o mais possível da consciência; foi uma forma de colocar a sexualidade no centro da existência e de ligar a salvação ao domínio de seus movimentos obscuros. O sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso (FOUCAULT, 1979, p. 230).

Ao equipararmos certa forma de atuação psicológica ao pastoreio, agenciamos uma identidade política d@s profissionais psi, ao mesmo tempo em que nos perguntamos: Qual o papel político do pastor referente ao domínio das sexualidades, dos sexos e dos prazeres?

Foucault (2012) nos alerta que o pastoreio como estratégia de controle das sexualidades, dos sexos e dos prazeres é uma base de produção de estratégias de atuação dos especialistas sobre as vidas e os modos de viver. Esta estratégia tem como objetivo a exploração dos discursos individuais dos rebanhos (vidas em comunidade) sobre o que fazem o que pensam, e o que gostariam de fazer e pensar sobre desejos e práticas sexuais.

Quanto mais se sabe sobre seu rebanho, mais domínio um pastor tem, as experiências sexuais são contabilizadas e tabuladas e chega-se a um roteiro de como, de quanto e de para que os rebanhos/pessoas devem se relacionar sexualmente.

O bom pastor conhece intimamente cada membr@ de seu rebanho e aquel@s que dele se destacarem, independente do polo (negativamente ou positivamente falando), devem ser modulad@s, moldad@s e adequad@s a uma homogeneidade das práticas e dos prazeres sexuais.

Essa estratégia agencia uma atuação eficaz e múltipla, em detrimento da intenção de controle da territorialidade do Estado. Agora o que importa é a salvação transcendente do indivíduo, que responde por uma multidão, definindo e reificando a segmentarização e a normatização das vidas. Sendo assim, conforme Foucault (2012):

(...) o poder pastoral se opõe a um poder político tradicional habitual, pelo fato de ele não se exercer sobre um território: o pastor não reina sobre um território; ele reina sobre uma multiplicidade de indivíduos. Ele reina sobre ovelhas, bois, animais. Reina sobre um rebanho, um rebanho em deslocamento. Reinar sobre uma multiplicidade em deslocamento é o que caracteriza o pastor. Esse será o poder pastoral típico. Sua principal função não é tanto assegurar a vitória, uma vez que ela não se exerce sobre um território. Sua manifestação essencial não é a conquista, ou ainda outro montante de riquezas ou de escravos que é possível conseguir na guerra. Em outras palavras, o poder pastoral não tem por função principal fazer mal aos inimigos; sua principal função é fazer o bem em relação àqueles de que cuida. Fazer o bem no sentido mais material do termo significa alimentá-lo, garantir sua subsistência, oferecer-lhe um pasto, conduzi-lo às fontes, permitir-lhe beber, encontrar boas pradarias. Consequentemente o poder pastoral é um poder que garante ao mesmo tempo a subsistência dos indivíduos e a subsistência do grupo, diferentemente do poder tradicional, que se manifesta essencialmente pelo triunfo sobre os dominados. Não é um poder triunfante, mas um poder benfazejo. (...) o poder pastoral é um poder individualista, ou seja, enquanto o rei ou magistrado tem essencialmente como função salvar a totalidade do Estado, o território, a cidade, os cidadãos em sua totalidade, o bom condutor, o bom pastor, é capaz de cuidar dos indivíduos em particular, dos indivíduos tomados um a um. Não se trata de um poder global. É evidente que o pastor deve garantir a salvação do rebanho, porém deve garantir a salvação de todos os indivíduos (FOUCAULT, 2012, p. 65-66).

O investimento na salvação das almas através do controle dos desejos e da normatização das práticas sexuais e dos prazeres não perdeu sua intensidade até os dias atuais. Ao cartografar os discursos do que os homens e as mulheres estavam fazendo de si, através dos dispositivos das sexualidades e dos prazeres, Foucault, em suas *Histórias das Sexualidades*, dá visibilidade ao jogo de forças que define quais saberes e protocolos de uso irão se elencar como normais e desejáveis, assim como, dará as formas, os nomes e os sinais e sintomas dos corpos e o uso de práticas nomeadas dissidentes destes mesmos dispositivos de sexualidades e prazeres. Ilustrando:

Em primeira análise, parece possível distinguir, a partir do século XVIII, quatro grandes conjuntos estratégicos, que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo: - *histerização do corpo da mulher*; - *Pedagogização do sexo da criança*; - *Socialização das condutas de procriação*; - *Psiquiatrização do prazer perverso* (FOUCAULT, 1988, p. 99).

Estes dispositivos são um a um colocados em cena por Foucault ao longo de suas *Histórias* em seus jogos discursivos, viabilizando a visibilidade da potência de cada efeito enunciado e o agenciamento de poucos modelos de modos de produção subjetiva.

Os territórios da saúde mental, da educação, da saúde das populações e da farmacologia se consolidam, ainda nos dias de hoje, na institucionalização desses efeitos discursivos das sexualidades como normas de certa sexualidade a ser vivida pelas pessoas.

Segundo Foucault (1988), em seus estudos o que se destaca não são as repressões supostamente agenciadas contra as sexualidades, mas sim as muitas estratégias criadas para a verbalização, confissão, produção textual e artística sobre as práticas vividas e os desejos desejosos latentes.

Para o referido autor, os sexos e os prazeres sempre foram temas livres para debates na sociedade ocidental, muito menos pela erotização da vida e muito mais para a produção de certa ciência de viver e procriar, desta forma:

Nos gregos, os mesmos temas de inquietação (violência, dispêndio e morte) tomaram forma numa reflexão que não visa uma decodificação dos atos, nem a constituição de uma arte erótica, mas a instauração de uma técnica de vida. Esta não postula que se retire aos atos sua naturalidade de princípio; ela também não se propôs a majorar seus efeitos de prazer: procura distribuí-los o mais próximo possível do que a natureza demanda. O que ela procura elaborar não é, como numa arte erótica, o desenrolar do ato; também não são as condições de sua legitimação institucional, como será o caso do cristianismo; é muito mais a relação de si mesmo com essa atividade “considerada em bloco”, a capacidade de dominá-la, limitá-la e parti-la como convém; trata-se, nessa techné, da possibilidade de se constituir como sujeito, mestre de sua própria conduta, isto é, de tornar-se – como médico em relação à cidade – o hábil e prudente guia de si mesmo, apto a conjecturar como convém sobre a medida e o momento (FOUCAULT, 1984, p.125).

A retirada do prazer como elemento constituinte da função do sexo no Ocidente cristão, vai, pouco a pouco, mecanizando as práticas sexuais, tornando-as protocolares.

4.1 Protocolos do prazer heterossexual: Um brinde ao papai-mamãe

Os tais protocolos da prática sexual, em geral, destinam-se à boa procriação, sendo o sexo pênis-vagina o ápice da mecânica reprodutiva. Num exercício lúdico, casais ainda hoje buscam estratégias para incrementar os protocolos, mas nada muito além do que algumas chupadas nos seios (peitos), poucas lambidinhas nos órgãos sexuais e de seis a dez bombadinhas pênis orifício, até o gozo de quem penetra. Visualizamos nesse cenário o tal

essencialismo sexual, conforme define Rubin (s/d), vejamos:

Um tal axioma é o essencialismo sexual – a ideia de que o sexo é uma força natural que existe anteriormente à vida social e que molda as instituições. O essencialismo sexual é incorporado no saber popular das sociedades ocidentais, as quais consideram o sexo como eternamente imutável, a social e trans histórico. Dominado por mais de um século pela medicina, psiquiatria e Psicologia, o estudo acadêmico do sexo tem reproduzido o essencialismo. Estes campos classificam o sexo como propriedade dos indivíduos. Talvez seja inerente aos hormônios ou a psique. Talvez seja construído como fisiológico ou psicológico. Mas dentre essas categorias etno científicas, a sexualidade não tem história e tampouco tem determinantes sociais significativos (RUBIN, s/d, p.11-12).

Neste processo de naturalização e normatização das sexualidades e prazeres, a mulher ainda é vista como mero receptáculo da capacidade reprodutora do macho, a dificuldade da ciência em produzir saberes a partir do corpo mesmo da mulher agencia discursos de verdade sobre as “faltas” da mulher que acompanham toda a produção discursiva da ciência biológica e psicológica da diferença sexual, delegando ao pênis a superioridade orgânica e ao minúsculo clitóris a possibilidade de prazer, porém sendo dispensável para a função do sexo, qual seja, a procriação.

As práticas do sexo protocolar, apesar e por causa das pesquisas sobre o corpo da mulher buscarem o inóspito e pequeno clitóris, não se desligam da penetração binária e da legitimidade de ser mulher a partir da capacidade procriativa de seus recém descobertos aparelhos de reprodução exclusivamente femininos. Assim, conforme Laqueur (1994):

Lo indigesto de este pasaje, su evidente giro sobre sí mismo, el testimonio de la extraordinaria carga cultural que la naturaleza física de las mujeres – el ciclo menstrual y las funciones de los ovarios – llegó a sostener en el siglo XIX. Con independencia de lo que se piense sobre la mujer y su lugar legítimo en el mundo, podría interpretarse al parecer en términos de cuerpos indefinidamente abiertos a las exigencias de interpretación de la cultura. (...). Con todo, la teoría del ciclo menstrual, dominante desde 1840 hasta comienzos del siglo XX, integró hábilmente un conjunto de descubrimientos verdaderos en una biología imaginaria de la inconmensurabilidad. La menstruación, con las aberraciones que la acompañan, se convirtió en un proceso única y singularmente femenino. Los fenómenos cuya ausencia invalidaba la analogía con el celo de los animales ofrecían precisamente ahora, a través de su presencia velada pero no por ello menos real en los seres humanos, la prueba más convincente para una consideración de las mujeres radicalmente diferente de la de los hombres, con sus cuerpos y almas esclavizados por un ciclo exclusivamente femenino, temible e implacable. El comportamiento oculto de las mujeres, como oculta es la

ovulación, podía ponerse de manifiesto asociándolo al comportamiento más transparente de los animales. Pero mientras se elaboraba esta historia, se formaban también construcciones sociales muy diferentes. El cuerpo podía tener prácticamente cualquier significado y, en consecuencia, no tener ninguno (LAQUEUR, 1994, p. 368-369).

Os efeitos da penetração, como meta e fim mesmo das práticas sexuais com mulheres, criam funções às vidas; mulheres têm lugares, práticas e discursos definidos a partir dessa passividade discursiva do ovário e seus períodos obscuros de ovulação e os homens, a partir da sua atividade, ocupam lugares e funções sociais obrigatoriamente distintos da mulher ainda em pleno século XXI. Neste sentido:

Do lado das valorizações positivas, inicialmente a do sêmen, do esperma – preciosa substância para cuja formação a natureza tomou, na ordenação do corpo humano, tantas preocupações: ele reúne o que há de mais potente na vida, ele o transmite, e possibilita escapar à morte; é no macho que ele encontra toda sua força e a sua mais alta perfeição. E é ele que lhe dá sua superioridade. Ele contribui “para a saúde, para o vigor do corpo e da alma, para a geração”. A preeminência do macho é a de ser o animal espermático por excelência. Também valorização do ato para o qual os órgãos foram, nos dois sexos, dispostos com tanto cuidado. A conjunção sexual é coisa de natureza; ela não pode ser considerada má. Rufo de Éfeso traduz a opinião geral quando diz que a relação sexual é um ato natural e que, por conseguinte, não pode ser nociva em si mesma (FOUCAULT, 1985, p.116).

Os jogos de saber e poder não reprimem os saberes múltiplos sobre as práticas sexuais, eles elencam o para, o como, o quanto e o quando devemos fazer sexo através do agenciamento de inúmeros dispositivos discursivos, naturalizando-os, como bem enfatiza acima Foucault (1985).

Maio (2011), em sua obra *O nome da coisa*, ilustra muito bem os efeitos discursivos naturalizados dessa diferença sobre as sexualidades experimentadas e nomeadas. A pesquisadora tabulou e sistematizou a diversidade de sinônimos que homens e mulheres davam para quatro elementos que compõem as práticas e os prazeres sexuais: pênis (408 palavras diferentes); vulva (494 palavras diferentes); masturbação (177 palavras diferentes) e relação sexual (229 palavras diferentes).

Sua pesquisa teve uma amostra composta por 4916 homens e mulheres, genitores, professores e professoras, em idades variadas, assim como classe social de todas as regiões do país, sendo estes vinculados a escolas em que a autora deu cursos ao longo de três anos (MAIO, 2011).

Destacamos dessa pesquisa a notável diferença na variedade de nomeações para a masturbação feminina, pois dos 177 sinônimos atribuídos pel@s participantes da pesquisa, 157 eram relativos à masturbação masculina, indicando assim a ausência de problematizações sobre essas práticas tanto entre mulheres, quanto em pesquisas ou atividades de capacitação docente etc. Vejamos o que nos diz Maio (2011):

Em diversas vezes que a dinâmica foi aplicada não apareceram sinônimos para a masturbação feminina, e quando isto foi observado na leitura dos nomes, os próprios participantes se espantaram com o fato, principalmente algumas mulheres, que alegavam não ter sequer cogitado a possibilidade de escreverem sinônimos de masturbação para as mulheres (MAIO, 2011, p. 167).

Esses protocolos sobre o que devemos fazer e sobre o como ou o que devemos/podemos falar, foram sendo constituídos por discursos que vem desde a Filosofia Clássica até a Medicina Moderna, sendo, pouco a pouco, incrementados por pouquíssimas variações nos dias atuais. Essa falta de amplificação é uma intenção política, pois:

Sobre tal pano de fundo, pode-se compreender a importância assumida pelo sexo como foco de disputa política. É que ele se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição de forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todo um micropoder sobre o corpo; mas, também, dá margens a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. (...). É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la. Mas vemos também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização: é empregada como índice da força de uma sociedade, revelando tanto sua energia política como seu vigor biológico. De um pólo a outro dessa tecnologia do sexo, escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações (FOUCAULT, 1988, p.136-137).

O que nessa tese chamamos de protocolo, Michel Foucault (1984) em *História da sexualidade II* chama de dietética, pois para além dos saberes e das liberações das práticas, era preciso controlá-las e definir seu bom uso, através de receitas/regimes que deverão ser seguidos para a produção de uma arte sobre si.

A dietética das práticas e dos prazeres sexuais criam manuais de condutas, que vislumbram a prudência como meta máxima para que o uso dos prazeres atinja suas funções de preservação da vida humana. Definindo, Foucault (1984) assim sinaliza:

Enfim, a dietética é uma tática de existência no sentido de que ela não se contenta em transmitir os conselhos de um médico para um indivíduo que iria aplicá-los passivamente. Sem entrar aqui na história do debate em que se opuseram medicina e ginástica a propósito de suas respectivas competências para a determinação do regime, é necessário reter que a dieta não é concebida como uma obediência nua ao saber do outro; ela deveria ser, por parte do indivíduo, uma prática refletida de mesmo e de seu corpo. (...). A dieta do corpo, para ser razoável, para ajustar-se como convém as circunstâncias e ao momento, deve ser também questão de pensamento, de reflexão e de prudência. Enquanto os medicamentos ou as operações agem sobre o corpo, o regime se dirige a alma e lhe inculca princípios (FOUCAULT, 1984, p. 97).

Enquanto dispositivo de subjetivação, as sexualidades sob domínio da dieta cumprem agora sua meta de produção de discursos normativos sobre saúde do corpo e práticas sexuais adequadas. A masturbação, ou sexo solitário, a prostituição, as práticas sexuais homossexuais, o uso de objetos e a descoberta de outras zonas erógenas que não o clitóris e o pênis, entre outras possibilidades, não fazem parte das receitas biomédicas e filosóficas do bem fazer de si. Do mesmo modo que podemos dizer da existência de Psicologias que funcionam somente através das dietéticas e seus regimes de contenções.

A diferença corporal entre homens e mulheres, finalmente havia sentido, não somos todos homens, somos homens e mulheres, e essa diferença serve para que mantenhamos a humanidade sob a face da Terra. Outras possibilidades, porém, passam a ser aberrações na função orgânica dos tais seres ditos humanos e essa amplificação agencia a revisão constante dos paradigmas das ciências psicológicas.

Glória Careaga Pérez (2013) problematiza que as sexualidades ainda são um desafio para a Psicologia, pois:

La mayor parte de las sociedades han presenciado ya un esfuerzo sostenido de lesbianas y gays por articular y desarrollar identidades claras en el contexto de

subculturas y comunidades sociales más amplias. Incluso a medida que los modos de vida homosexual se han hecho más públicos y tienen más confianza en sí mismos, han surgido otras afirmaciones de identidad de minorías sexuales; y han proporcionado un repertorio de estrategias políticas y organizativas para la movilización de otros grupos eróticos, como de una amplia visibilidad de las representaciones de género. Así ha surgido la voz de travestis, transexuales, sadomasoquistas, bisexuales, swingers, trabajadoras sexuales y otros, exigiendo su derecho a la libre expresión y a su legitimidad social. Es decir, cada día más estas polémicas manifestaciones del sexo-género han dejado de ser del interés clínico para entrar en el escenario de la historia y de la cotidianidad, como pruebas vivas de la diversidad sexual (CAREAGA PÉREZ, *In* TEIXEIRA FILHO, 2013, p. 65-66).

O termo sexualidade ganha consistência e função política após a instauração e validação dos discursos científicos que defendem a anatomia como destino sócio cultural. Em sua análise, Foucault (2012) assim define esse cenário:

O próprio termo “sexualidade” não surgiu tardiamente, no início do século XIX? Esse fato não deve ser subestimado nem superinterpretado. Ele assinala algo diverso de um remanejamento de vocabulário; mas não assinala, evidentemente, a súbita emergência daquilo a que se refere. O uso desse termo se estabeleceu em relação a outros fenômenos: todo um recorte de áreas de conhecimentos diversos (abarcando tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais, em parte novas, e que se fundamentam em instituições religiosas, pedagógicas, médicas; mudanças também na maneira como os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, aos seus deveres, aos seus prazeres, aos seus sentimentos e sensações, aos seus sonhos (FOUCAULT, 2012, p.187-188).

Os modos de subjetivação atravessados pelos discursos das sexualidades agenciam-se em territórios empobrecidos, limitados e limitantes pelos regimes de verdades validadas dos dogmas cristãos, dos saberes médicos e pelos saberes psicológicos, que agenciam na atualidade tanto saberes que emancipam as vidas, quanto os que mantêm as correntes ideológicas da manutenção das patologizações e das criminalizações das vidas em dissidências. Segundo Foucault (1985):

Entre essas recomendações dietéticas e os preceitos que se poderá encontrar mais tarde na moral cristã e no pensamento médico, as analogias são numerosas: princípio de uma economia estrita visando à raridade; temor das desgraças individuais e dos males coletivos que podem ser suscitados por um desregramento da conduta sexual; necessidade de um domínio rigoroso dos desejos, de uma luta contra as imagens e de uma anulação do prazer como fim das relações sexuais. Essas analogias não são semelhanças longínquas.

Continuidades podem ser indicadas. Algumas delas são indiretas e passam pela mediação das doutrinas filosóficas: a regra do prazer que não deve ser um fim transitou, sem dúvida no cristianismo, mais pelos filósofos do que pelos médicos. Mas também há continuidades diretas; o tratado de Basílio de Ancira sobre a virgindade – seu autor, aliás, passa por ter sido médico – refere-se a considerações manifestadamente médicas. Santo Agostinho se serve de Soranos em sua polêmica contra Juliano de Ecbátana. Também não se deve esquecer os retornos explícitos à medicina latina e grega, que foram feitos no século XVIII e na primeira metade do século XIX, na época de um novo e grande desenvolvimento da patologia do sexo. (...). Considerando somente esses traços comuns pode-se ter a impressão que a ética sexual atribuída ao cristianismo, ou mesmo ao Ocidente moderno, já estava instaurada, pelo menos em relação a alguns de seus princípios essenciais, na época em que culminava a cultura greco-romana. Mas isso seria desconhecer diferenças fundamentais que dizem respeito ao tipo de relação consigo e, portanto, à forma de integração desses preceitos na experiência que o sujeito faz dele próprio (FOUCAULT, 1985, p. 145-146).

Os efeitos das dietéticas produzem corpos, corpos que se configuram em lógicas normativas, que podem ou não adquirirem a configuração de corpos monstruosos/abjetos, conforme já vimos no capítulo anterior, ou de corpos de desejo.

4.2. Corpos feitos – existências (im)possíveis

Os corpos que têm, segundo os discursos de verdade validados socialmente, a anatomia de seus destinos desejanter, traz também neles atravessadas as batalhas dos jogos de saber e poder que normatizam através de sua medicalização os sexos, as sexualidades e os prazeres, fazendo deles também campos de produção ideológica, de manutenção das condições necessárias para permanência dos sistemas econômicos e políticos hegemônicos no Ocidente. Em contrapartida, para Rubin (s/d):

O novo saber sobre o comportamento sexual deu ao sexo uma história e criou uma alternativa construtivista ao essencialismo. Subjacente a este corpo de trabalho está a assunção que a sexualidade é constituída na sociedade e na história, não ordenada biologicamente. Isso não significa que as capacidades biológicas não são pré-requisito para a sexualidade humana. Significa que a sexualidade humana não é compreensível em termos puramente biológicos. Organismos humanos com cérebros humanos são necessários para as culturas humanas, mas nenhum exame do corpo ou de suas partes pode explicar a natureza e variedade dos sistemas sociais humanos. A fome na barriga não dá pistas sobre a complexidade da culinária. O corpo, o cérebro, os genitais e a capacidade para a linguagem são necessários para a sexualidade humana. Mas eles não determinam seus conteúdos, suas experiências e suas formas institucionais. Além de que nós

nunca encontramos um corpo não mediado por significados conferidos pela cultura (RUBIN, s/d, p. 12-13).

Os corpos e suas expressões de gêneros, sexualidades e prazeres articulam a forma como podemos ser sentid@s em nossas formas de amar, de se relacionar e de se posicionar politicamente nas relações éticas e afetivas. Os corpos materializam os resultados dos atravessamentos dos dispositivos das sexualidades e suas possibilidades de experimentação dos prazeres. Sendo assim, Careaga Pérez (2013) nos alerta que a Psicologia deve se rever, pois:

Abordajes contemporáneos más recientes han buscado la incorporación de otra dimensión para su análisis, que es la social y que nos permite ver la influencia de la historia y de la cultura en la definición de las prácticas, así como de su impacto en la vida social toda. El análisis de la sexualidad para la psicología entonces no puede más estar restringido al campo de la clínica, sino que exige la mirada amplia de la psicología social que le dé cuerpo y sentido a sus expresiones (CAREAGA PÉREZ, *In* TEIXEIRA FILHO, 2013, p. 70).

Foucault (2013), poeticamente nos traz essa problematização da intencionalidade política do corpo-efeito, vejamos:

Meu corpo está, de fato, *sempre* em outro lugar, ligado a todos os outros lugares do mundo. Pois, é em torno dele que as coisas estão dispostas, é em relação a ele – que há um acima, um abaixo, uma direita, uma esquerda, um diante, um atrás, um próximo, um longínquo. O corpo é o ponto zero do mundo, lá onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, eu falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego pelo poder indefinido das utopias que imagino. Meu corpo é como a Cidade do Sol, não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos (FOUCAULT, 2013, p.14).

Como já dissemos também, subsidiados por Foucault (1988), “que lá onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 1988, p. 91) e nessa relação, além da produção de saberes sobre os corpos e seus prazeres na forma de manuais, de como viver certa sexualidade saudável, há a produção de outros saberes e práticas sexuais ditas abjetas, ditas indesejáveis, ditas patológicas. Problematizar essas outras expressões discursivas implica em propormos um deslocamento na nossa forma de olhar, de perceber e de sentir as experiências das pessoas em relação as suas sexualidades, seus gêneros, as suas práticas sexuais e aos seus prazeres.

Esse deslocamento modifica o lugar no mundo dos corpos e das vidas em abjeção, e isso pode vir a produzir uma ampliação nos modos de vida e de viver na multidão, com possivelmente menos violências e mais respeito, como desejam tod@s @s noss@s professor@s colaborador@s.

Encontros com autores pós Foucault, que têm na temática as sexualidades, os gêneros, os sexos e os prazeres, nos demonstram que há ainda com um vasto investimento na problematização dos discursos científicos biologistas em suas relações obscuras com a manutenção dos ideários sociais hegemônicos, indicando-nos que ainda há um longo percurso para a desnaturalização das sexualidades e seus possíveis.

Laqueur (1994) transita nessa problematização da produção ideológica de certos saberes em detrimento a outros referentes às possíveis formas de vivenciarmos nossas sexualidades e de produzirmos nossos prazeres. No rastro de Foucault, Laqueur (1994) se debruça nos discursos científicos, biologistas que definem a anatomia como destino reducionista de nossos corpos e de nossas existências.

As novas formas de interpretar o corpo não foram consequência de um maior conhecimento científico específico: resultaram de dois grandes desenvolvimentos distintos analíticos, mas não históricos: um epistemológico, o outro político. No final do século XVII em certos contextos específicos, o corpo não era mais visto como um microcosmo de uma ordem maior, na qual cada partícula da natureza é posicionada dentro de várias camadas de significação. A ciência não mais gerava as hierarquias das analogias, as semelhanças que levavam o mundo inteiro a tentativas científicas, mas criava um corpo de conhecimento ao mesmo tempo infinito e extremamente pobre, como argumenta Foucault. O sexo do Iluminismo – como fundamento biológico do que é ser masculino e feminino – foi tornado possível por essa mudança epistêmica. Mas a epistemologia sozinha não produziu os dois sexos opostos; isso ocorreu em certas circunstâncias políticas. A política, amplamente compreendida como competição de poder, criou novas formas de constituir o sujeito e as realidades sociais dentro das quais *o/a* homem/*mulher* vivia. Falar em tom sério sobre sexualidade era, inevitavelmente, falar sobre a ordem social que ela representava e legitimava. A “sociedade”, escreve Maurice Godelier, “persegue a sexualidade do corpo (LAQUEUR, 2001, p. 22).

A problematização das escolhas científicas acerca do tema dos sexos e das sexualidades também são tarefas da já citada em capítulos anteriores Donna Haraway (1995 a), que em suas problematizações do para que somos assim na vida em sociedade, temos em tela cenários com marcações muito bem definidas dos tais papéis/expressões sexuais e de

gêneros nas sociedades atuais. Seus ensaios são simultaneamente história da ciência, análise cultural, investigação feminista e postura política.

A autora supracitada se apropria do discurso científico tecnicista para expandir a leitura da produção subjetiva na contemporaneidade - fugindo do esperado essencialismo tecnicista, fazendo uma releitura das ciências da vida para problematizar e potencializar as novas vidas da pós-modernidade.

Essa releitura e apropriação das redes de conhecimentos produzem outras formas de pesquisar e de produzir pesquisador@s que vislumbram reposicionamentos diante da captura discursiva biopolítica sobre os corpos na pós-modernidade, propõem ainda, através de suas obras, o agenciamento da produção de saberes misturados à ciência da vida.

Não há a desqualificação de outros saberes, mas sim a chamada para a reavaliação e reposicionamento político destes. Há uma busca nas ciências da vida, da desnaturalização, da lógica dos sexos-gêneros-sexualidades e prazeres e das lutas raciais/étnicas e de classe. Ilustrando:

Parte de nuestra reconstrucción como seres humanos socialistas y feministas consiste en rehacer las ciencias que construyen la categoría «naturaleza» e inscribir sus definiciones en la tecnología. La ciencia se ocupa del conocimiento y del poder. En estos tiempos, ciencia natural define el lugar del ser humano en la naturaleza y en la historia y provee los instrumentos de dominación del cuerpo y de la comunidad. Al construir la categoría naturaleza, las ciencias naturales imponen límites a la historia y a la formación personal. Por lo tanto, la ciencia forma parte de la lucha por la naturaleza de nuestras vidas. Quisiera investigar de qué manera el campo de la moderna biología construye teorías sobre el cuerpo y la comunidad como máquinas y como mercados capitalistas y patriarcales: la máquina para la producción, el mercado para el intercambio y, ambos, para la reproducción (HARAWAY, 1995a, p.72).

Gayle Rubin (s/d), outra autora que problematiza os efeitos das políticas de controle e manutenção dos discursos de verdade sobre a natureza dos sexos, das sexualidades e dos prazeres, apresenta-nos, em sua obra *Pensando o sexo*, os efeitos das práticas discursivas em relação às expressões dissidentes à lógica sexos-gêneros-sexualidades e prazeres.

Estes efeitos se expressam em discursos e práticas carregadas de estigmatizações, marginalizações, hierarquizações, tendo como efeitos as abjeções de inúmeras pessoas e modos de viver. Vejamos:

Sociedades ocidentais modernas avaliam os atos sexuais de acordo com um sistema hierárquico de valores sexuais. Heterossexuais maritais e reprodutivos estão sozinhos no topo da pirâmide erótica. Clamando um pouco abaixo se encontram heterossexuais monogâmicos não casados em relação conjugal, seguidos pela maioria dos heterossexuais. O sexo solitário flutua ambigualmente. O estigma poderoso do século XIX sobre a masturbação hesita de formas menos potentes e modificadas, tal qual a ideia de que a masturbação é uma substituta inferior aos encontros em par. Casais lésbicos e gays estáveis, de longa duração, estão no limite da respeitabilidade, mas sapatões de bar e homens gays promíscuos estão pairando um pouco acima do limite daqueles grupos que estão na base da pirâmide. As castas sexuais mais desprezadas correntemente incluem transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores do sexo como as prostitutas e modelos pornográficos, e abaixo de todos, aqueles cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais. Indivíduos cujo comportamento está no topo desta hierarquia são recompensados com saúde mental certificada, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, suporte institucional e benefícios materiais. Na medida em que os comportamentos sexuais ou ocupações se movem para baixo da escala, os indivíduos que as praticam são sujeitos a presunções de doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas (RUBIN, s/d, p. 15-16).

Pelos trajetos tratados até aqui, fica claro que certa Psicologia ainda não saiu do território das ciências duras, das dietéticas normativas e da manutenção dos discursos que almejam o enquadre e as respostas objetivadas sobre o que fazer com as sexualidades das nossas crianças e adultos em suas práticas e em seus prazeres sexuais, ditos inadequados. E que, ainda se mostra bastante comprometida com a manutenção do sistema binarista e para unificação: - sexo/gênero/desejo/práticas sexuais -, e de sustentação para os reducionismos advindos da pirâmide erótica proposta por Rubin (s/d), o que equivale a linhas de subjetivação que produzem pessoas, corpos, sensações, desejos, prazeres que redundam na Psicologia do pastoreio, do ressentimento e da nosografia.

As Psicologias, que ainda se debatem para responder a inquietação tratada por Canguilhem (1999), sobre – O que és? desconsideram em suas análises e intervenções, ainda hoje, os efeitos desses jogos discursivos acerca das sexualidades e dos sexos materializadas nas performances de gêneros e as relações destas com os sofrimentos psicossociais e as relações em busca de emancipações.

Enquanto os temas sexualidades e prazeres são atraentes para as pesquisas e intervenções de certas Psicologias, o tema gênero, ou melhor, gêneros, para a pesquisa em Psicologia, enuncia-se a um campo espinhoso, de enfrentamentos entre pares que não percebem que o sistema instituído – “sexos-sexualidades-gêneros e prazeres”, compõe os

territórios de subjetivação junto a outras linhas ditas duras, ou seja, já institucionalizadas como as da família exclusivamente heterossexual de base patriarcal, da saúde, da educação, da economia capitalista, da localização geográfica, entre outras, não sendo uma “especialidade” de alguns pesquisadores, mas sim dispositivos de análises a serem considerados em interlocução com tantos outros validados pelos saberes psi.

Lembro-me, que logo ao iniciar essa pesquisa, em um encontro da Abrapso (Associação Brasileira de Psicologia Social) regional Sul, no Paraná, em 2011, apresentei minhas inquietações em uma mesa redonda e fui procurada por uma renomada professora universitária do mesmo estado, que me pediu para “sair dessa”, pois eu ia virar uma militante feminista chata, e que só conseguiria ser ouvida pelos pares especialistas em sexualidades dissidentes e gêneros.

Levei um susto, pois estava ouvindo aqueles “conselhos” de uma professora que eu admirava e que, de alguma forma, inquietou-se por eu estar questionando a falta de espaço na formação em Psicologia para as outras vertentes de estudos de sexualidades e gêneros, como imprescindíveis à atuação profissional ética e humanamente responsável.

Ao me permitir a estas inquietações, fui percebendo que estudos feministas, estudos de gêneros e de outras vertentes teóricas para as sexualidades e prazeres como os Estudos Culturais e os Estudos Queer eram praticamente de domínio da Sociologia, da Antropologia, da História e totalmente insipientes na Psicologia, como já dito anteriormente, por isso a afirmativa enfática da colega, que já em 2011 profetizava de que eu seria a única, entre pares distantes, psicólog@ a falar sobre, pesquisar sobre e trazer à baila da formação em Psicologia as necessárias atualizações e ampliações das leituras das Psicologias em relação às outras configurações subjetivas e experimentações de sexualidades, gêneros e prazeres.

Talvez ela não soubesse que apesar de pouc@s, temos uma rede de boas conexões, e apesar de estarmos mesmo solitári@s em vários cantos universitários, há uma potência na atuação que não se faz inaudível, há ecos, ressonâncias na formação em Psicologia da atuação dess@s professor@s colaborador@s que efetivamente fazem diferença nos efeitos materializados, nas atuações, intervenções e herdeir@s dessas vozes, e aqui me localizo enquanto cria desses “militantes” na formação engajada com os dispositivos de gêneros e sexualidades ditas dissidentes, quais sejam, para além das práticas tipo papai mamãe.

Os estudos de gêneros em suas diferentes “ondas” e fases, que passam dos estudos e efeitos do patriarcado da década de cinquenta aos estudos queer da década de noventa do século passado, enfatizam os jogos de poder que localizam e potencializam quais discursos

têm validade social e científica e, em momentos diversos, reifica e dá manutenção aos binarismos que tanto alimentam as ciências pragmáticas e duras.

Neste momento, vamos trabalhar com o conceito de gêneros como efeitos múltiplos dos jogos de poder e saber, dos instituídos binários sexo – sexualidade, vagina – passividade – mulher - pênis – atividade – homem, tendo os prazeres heterossexuais como práticas sexuais naturalizadas e conseqüentemente normalizadas e compulsórias, que são trazidos em cena como dispositivos de análises dependentes das variadas localizações políticas exclusivamente das chamadas cis²¹ mulheres, em diversos contextos sociais ocidentais principalmente.

Joan Scott (1989) enfatiza a necessidade de incluirmos a categoria gênero como marcador autônomo e que em si também enuncia outros marcadores de subjetivação como classe, raça, localização geográfica, língua etc.

Em sua teorização, Scott (1989) resgata os jogos de força das relações de poder e os saberes que se enunciam sobre e para as categorias de gêneros, dando-nos a ver que as binaridades articulam toda rede de relações sociais e conseqüentemente os marcadores sociais que levam as minoridades às fronteiras das políticas. Apesar de longa, a citação a seguir é de extrema relevância para o esclarecimento desse cenário:

Se as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, como é que as coisas mudam? De um pondo de vista geral responde-se que a mudança pode ter várias origens, transtornos políticos de massa que coloquem as ordens antigas em causa engendrem novas, podem revisar os termos (e, portanto, a organização) do gênero na sua procura de novas formas de legitimação. Mas eles podem não fazê-lo; noções antigas de gênero serviram igualmente para validar novos regimes. Crises demográficas causadas pela fome, pestes ou guerras, colocaram, às vezes, em questão as visões normativas do casamento heterossexual (quando foi o caso em certos meios de certos países no decorrer dos anos 20); mas também, provocaram políticas natalistas que insistiram na importância exclusiva das funções maternas e reprodutivas das mulheres. A transformação das estruturas de emprego pode modificar as estratégias de casamento. Ela pode oferecer novas possibilidades para a construção da subjetividade, mas elas podem também ser vividas como novo espaço de atividade para as filhas e as esposas obedientes. A emergência de novos tipos de símbolos culturais pode tornar possível a reinterpretação ou mesmo a reescritura da história Edipiana, mas ela pode servir para atualizar este drama terrível em termos ainda mais eloqüentes. São os processos políticos que vão determinar o resultado de quem vencerá – político no sentido de que vários atores e várias significações se enfrentam para conseguir o controle. A natureza desse processo, dos atores e das ações, só pode ser determinada especificamente se

²¹ O termo cis, que é diminutivo de cisgênero, que define a identificação das “pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento” (JESUS, 2012, p.10).

situada no espaço e no tempo. Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não tem nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contém ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas (SCOTT, 1989, p. 28).

Para a autora Donna Haraway, o conceito de gênero deve ser ultrapassado, pois este, em suas mais diversas etapas de elaboração, mantém os binarismos (mulher/homem; natureza/cultura, entre outros) que agenciam e mantêm exclusões e patologizações de humanos considerados menos humanos.

Sua proposta é de analisarmos as vidas humanas e não humanas em co - parcerias, em convivência e em processos de subjetivação cooperativos. Para ela:

A recusa em tornar-se ou permanecer homem ou mulher marcado/a pelo gênero é, então, uma insistência eminentemente política em sair do pesadelo da muito real narrativa imaginária de sexo e raça. Finalmente, e ironicamente, o poder político e explicativo da categoria “social” de gênero depende da historicização das categorias de sexo, carne, corpo, biologia, raça e natureza, de tal maneira que as oposições binárias, universalizantes, que geraram o conceito de sistema de sexo/gênero num momento e num lugar particular na teoria feminista sejam implodidas em teorias da corporificação articuladas, diferenciadas, responsáveis, localizadas e com conseqüências, nas quais a natureza não mais seja imaginada e representada como recurso para a cultura ou o sexo para o gênero (HARAWAY, 2004, p. 246).

Os estudos feministas são hoje praticamente uma área específica de conhecimento que, para além do seu campo historiográfico e epistemológico, interessa-nos retomar seus efeitos nas narrativas de noss@s professor@s colaborador@s e problematizar, ao longo desses capítulos, os efeitos na formação profissional, quando esses dispositivos são disponibilizados em forma de ensino, de pesquisa e de extensão na graduação em Psicologia.

Assim como nos debruçamos para cartografar à desconstrução das linhas dos sexos, das sexualidades e dos prazeres como naturalmente humanos, vislumbramos desenhar as linhas das experimentações do corpo através das performances de gêneros como efeitos materiais, de vidas subjugadas e muitas vezes tidas também como inviáveis para as Psicologias de manual, de pastoreio.

Desta forma, concordamos com Butler (2002), pois acompanhando a cartografia de que os sentidos, experimentações e políticas dos sexos e das sexualidades têm nas práticas discursivas seus jogos de saber e poder há sim a enunciação dos corpos e vidas que importam,

ao capitalismo, aos dogmas, aos controles e obviamente a certa Psicologia pastoral. Sendo assim:

Consideremos primero que la diferencia sexual se invoca frecuentemente como una cuestión de diferencias materiales. Sin embargo, la diferencia sexual nunca es sencillamente una función de diferencias materiales que no estén de algún modo marcadas y formadas por las prácticas discursivas. Además, afirmar que las diferencias sexuales son indisociables de las demarcaciones discursivas no es lo mismo que decir que el discurso causa la diferencia sexual. La categoría de “sexo” es, desde el comienzo, normativa; es lo que Foucault llamó un “ideal regulatorio”. (...). En otras palabras, el “sexo” es una construcción ideal que se materializa obligatoriamente a través del tempo. No es una realidad simple o una condición estática de un cuerpo, sino un proceso mediante el cual las normas reguladoras materializan el “sexo” y logran tal materialización en virtud de la reiteración forzada de esas normas (BUTLER, 2002, p. 71).

As expressões de gêneros se articulam com as redes de produção das normativas binárias de dois sexos (macho ou fêmea), dois genitais (pênis ou vagina) duas sexualidades (heterossexual ou homossexual) e dois gêneros (masculino ou feminino). As redes discursivas dos campos científicos, como as que vimos anteriormente articulam as verdades biosóciopsicológicas de como nossos corpos devem se apresentar nas redes de circulação social e sexual.

A diferença de gêneros e sexualidades pode ser entendida como uma transposição de fronteiras, como um vacilo nos códigos e regras da produção serializada da subjetividade heteronormativa, e esse vacilo nos indica o para que tais são inventadas e instituídas.

O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um "dado" anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse "dado" sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a lógica prevista. A afirmação "é um menino" ou "é uma menina" inaugura um processo de masculinização ou de feminização com o qual o sujeito se compromete (LOURO, 2004, p.15).

Como já vimos, as expressões do gênero feminino são validadas através da composição de um determinado tipo de lógica de corporeidade e de condutas “comportamentais”, quais sejam: Mulheres têm vagina, ovários, útero e seios, cabelos longos e uso de adereços como brincos, colares e anéis que caracterizam seu gênero, assim como a maquiagem em seus rostos. São dóceis, suaves, passivas, pacientes e tem habilidades para

escuta e oratória. A maternidade é como um desejo universal e os prazeres sexuais se concentram no clitóris, mas sua excitação não são componentes essenciais para a procriação.

As expressões de gêneros são demarcadas desde que estamos em processo de gestação, somos praticamente lançadas a um único modo de nos expressarmos enquanto mulheres, desde nossas cores prediletas (rosa e lilás é óbvio) até nossos prazeres (passivos e heterossexuais) são repetidos diariamente em discursos pel@s noss@s progenitor@s, familiares, professor@s, empregador@s, filh@s, net@s, desconhecid@s em geral, mídia, igrejas, ciências biológicas, Psicologia, leis etc. Afinal:

Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2007, p.11).

Os estudos feministas atuais, principalmente os vinculados a autores pós-estruturalistas como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault e Jacques Derrida buscam justamente a desconstrução desse imperativo da lógica sexo-sexualidade-gênero-prazer, agenciando ferramentas para outras leituras, a pluralização e a desconstrução desse sistema, buscando a sua desestabilização através da produção e da validação social de outras expressões de gêneros, de sexualidades e de prazeres, que necessariamente não utilizam os sexos e seus componentes como referência ou como elemento de partida para a construção destas outras expressões de vida. Conforme Butler (2002):

Problematizar la materia de los cuerpos puede implicar una pérdida inicial de certeza epistemológica, pero una pérdida de certeza no es lo mismo que el nihilismo político. Por el contrario, esa pérdida bien puede indicar un cambio significativo y prometedor en el pensamiento político. Esta deslocalización de la materia puede entenderse como una manera de abrir nuevas posibilidades, de hacer que los cuerpos importen de otro modo (BUTLER, 2002, p. 56-57).

São as vidas trans e inter, os gêneros trans e inter, as sexualidades dissidentes que necessariamente não seguem um sistema, uma lógica normativa e conseqüentemente binária.

São vidas que se agenciam no mesmo campo de batalha das relações de poder e saber, porém são vidas que estão na fronteira, com constantes resgates feitos pelos discursos da lei, da moral e dos saberes científicos para as patologizações e medicalização.

Em uma publicação de cunho orientador, Jaqueline de Jesus (2012) nos esclarece didaticamente como essas vidas podem ser reconhecidas e valoradas, vale à pena trazer na íntegra algumas das diferenças na diferença:

Cisgênero: Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento;

Transgênero: Conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento;

Intersexual: Pessoa cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis demasiado pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente), coexistência de tecidos testiculares e de ovários. A intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas. O grupo composto por pessoas intersexuais tem-se mobilizado cada vez mais, a nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas “reparadoras”, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais.

Crossdresser: Pessoa que frequentemente se veste, usa acessórios e/ou se maquia diferentemente do que é socialmente estabelecido para o seu gênero, sem se identificar como travesti ou transexual. Geralmente são homens heterossexuais, casados, que podem ou não ter o apoio de suas companheiras;

Transexual: Termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Evite utilizar o termo isoladamente, pois soa ofensivo para pessoas transexuais, pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única. Sempre se refira à pessoa como mulher transexual ou como homem transexual, de acordo com o gênero com o qual ela se identifica;

Travesti: Pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero. Referir-se a ela sempre no feminino, o artigo “a” é a forma respeitosa de tratamento (JESUS, 2012, p. 25-27).

Porém, para além dessa luta pela norma, há a resistência pela insistência em se proliferarem cotidianamente em vidas outras, em expressões sem nome e, por vezes, ainda sem lugar no sistema binarista, incluindo-se nos saberes e fazeres das Psicologias de

pastoreio. São corpos que materializam as lutas discursivas cotidianas, que resistem às vidas protocolares, dietéticas e reconhecíveis, pois os corpos, segundo Foucault (2013):

Não, verdadeiramente não há necessidade da mágica nem do feérico, não há necessidade de uma alma nem de uma morte para que eu seja ao mesmo tempo opaco e transparente, visível e invisível, vida e coisa: para que eu seja utopia basta que eu seja um *corpo*. Todas aquelas utopias pelas quais eu esquivava meu corpo encontravam muito simplesmente seu modelo e seu ponto primeiro de aplicação, encontravam seu lugar de origem no meu próprio corpo. Enganara-me, há pouco, ao dizer que as utopias eram voltadas contra o corpo e destinadas a apagá-lo: elas nascem do próprio corpo e, em seguida, talvez, retornem contra ele (FOUCAULT, 2013, p.11).

Essas vidas, essas expressões em vida, por vezes sequer chegam aos espaços acadêmicos, às formações profissionais como essa que estou a problematizar, qual seja a Psicologia. O sistema universitário e jurídico brasileiro, só há pouco tempo reconhece as vidas trans como possíveis de legalização, representação política e reconhecimento.

No Brasil, só a partir de 2013, a união estável entre pessoas do mesmo sexo foi reconhecida e legalizada como casamento²². O uso de nome social, reivindicado pelas travestis, homens e mulheres transexuais, nas escolas fundamentais e nas universidades do país foi regulamentado apenas em 2015, porém sem muito alarde da mídia²³ em que a relação órgão sexual – gênero, ainda é um imperativo para a troca oficial de documentos no país.

Essas posturas das mídias e das próprias instituições sociais em relação aos direitos de visibilidade e audição das minorias agenciam o que Sedgwick (2007) nomeia de armários. O conceito de armário, materialmente é assim explicitado:

Mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays, há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas. Além disso, a elasticidade mortífera da presunção heterossexista significa que, como Wendy em Peter Pan, as pessoas encontram novos muros que surgem à volta delas até quando cochilam. Cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição. Mesmo uma pessoa gay assumida lida diariamente com interlocutores que ela não sabe se sabem ou não. É igualmente difícil adivinhar, no caso de cada interlocutor, se, sabendo, considerariam a

²² Resolução nº.175, de 14 de maio de 2013.

²³ Resolução nº. 12, de 16 de janeiro de 2015.

informação importante. No nível mais básico, tampouco é inexplicável que alguém que queira um emprego, a guarda dos filhos ou direitos de visita, proteção contra violência, contra “terapia”, contra estereótipos distorcidos, contra o escrutínio insultuoso, contra a interpretação forçada de seu produto corporal, possa escolher deliberadamente entre ficar ou voltar para o armário em algum ou em todos os segmentos de sua vida. O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora (SEDGWICK, 2007, p. 22).

Há em nossas relações diversos armários, há o armário das igrejas em relação às práticas sexuais e expressões de gêneros de seus líderes e rebanhos, há os armários da política e dos políticos. A constante misoginia vivida pelas mulheres, os racismos maquiados/disfarçados e as homofobias, lésbofobias e transfobias gritadas nas assembleias legislativas de todo país, também agenciam novos armários.

Em um brilhante artigo intitulado *O armário da Universidade*, Henrique Nardi e colaboradores problematizam as relações de saber e poder no âmbito universitário, que legitimam e fazem enrijecer as já conhecidas hierarquias heterossexistas, misóginas e homofóbicas performadas e legitimadas socialmente, e que no ambiente universitário se disseminam através de hierarquias entre cursos, através das diferenciações violentas entre sexualidades, prazeres e gêneros.

Suas discussões trazem experiências coletadas no cotidiano universitário no Rio Grande do Sul, que apesar de serem territorializadas em um determinado estado e em um ambiente de educação superior pública federal, elitizado, predominantemente branco, de classe social privilegiada, podem sim serem levadas em consideração para uma generalização nos ambientes educacionais nacionais, ou seja, são cenas nada estranhas para quem vive e convive em ambientes universitários, pois segundo @s autores:

A universidade não apenas garante o monopólio do acesso a determinadas formas de conhecimento e a autorização para desempenhar determinadas funções, mas também articula redes de sociabilidade que circunscrevem as trocas sociais dentro de grupos relativamente homogêneos (ou que foram homogeneizados). Ao mesmo tempo, trata-se de uma instituição que se apresenta como o lugar da “razão”, como um destes espaços protegidos da violência (uma vez que a violência da “razão” não é levada em conta), da “ignorância” e da “irracionalidade”, responsável por fazer cumprir, e até mesmo aprofundar, os princípios democráticos e de cidadania. É nesse ponto de convergência — entre a adoção de uma série de normas como ferramenta para garantir a “racionalidade”, o controle e a regulação de um espaço que se

pretende protegido, e a imposição dessas mesmas normas como restritivas à diversidade e hierarquizadoras das relações sociais — que se inscreve nossa análise sobre a produção de violências cotidianas e espetacularizadas e a ritualização do preconceito no contexto da Universidade (NARDI, et all, 2013, p.181).

Cada um de nós já se deparou, seja na situação de estudante, seja como docente, seja como equipe técnica administrativa, seja nas gestões acadêmicas – administrativas com as violências relatadas pel@s autores. Destaco trotes sexistas e racistas, disputas eleitorais para Diretórios e Centros acadêmicos claramente machistas e homofóbicas, discursos de professores carregados de preconceitos maquiados de abordagem teórica, colegas estudantes com práticas violentas justificadas como ritos de iniciação à vida universitária, pessoas vivendo suas sexualidades e prazeres totalmente enrustidas, ou como já vimos, em armários, com fins claros de proteção, manutenção de certa ordem instituída, qual seja: - a universidade é um espaço de produção de poderes e de saberes heteronormatizados e higienistas.

A entrada na universidade demarca uma suposta transição de localização social, neste território destinado somente a uma pequena parcela da população, apesar das cotas e talvez por causa delas, a hierarquização de gêneros e de sexualidades mantém a luta de forças para a manutenção das normatizações já estabelecidas.

As problematizações destas hierarquias e da própria lógica heteronormativa, qual seja: um sexo = uma sexualidade = um gênero = uma forma de prazer é agenciada nos coletivos feministas, nos núcleos de pesquisa e extensão de diversas universidades do país, porém esses mesmos espaços ainda são vistos pela própria universidade como especialidades em forma de saberes sobre, e não como territórios de possibilidades, de agenciamentos de outras lutas, de outras forças, de transformar as referências e as performances das ações de violências, ainda tratados e punidos como algo do indivíduo, em detrimento da naturalização dos discursos hegemônicos sobre os sexos, os gêneros, as sexualidades e os prazeres como heterossexuais nos ambientes universitários, ou seja, as universidades mantêm as punições individuais em detrimento das discussões, problematizações e ações pedagógicas e legais coletivas e questionadoras destas naturalizações.

Visualizamos essas desconexões com o próprio desinteresse pelas graduações apontadas por Ivan, e o total desconhecimento e não validação de noss@s professor@s colaborador@es, com exceção de Dom e de Beija-Flor, da articulação dos seus Núcleos e/ou

projetos de pesquisa e extensão, com o Projeto Político Pedagógico executado na formação em Psicologia. Desta forma:

A Universidade, como uma instituição que reitera a produção dessas hierarquias, em sua larga tradição de reprodução das elites, vai se inscrever à epistemologia do armário ao firmar a linha divisória do público e do privado, sobretudo quando o privado remete às sexualidades não heterossexuais. O lema do feminismo “o pessoal é político” não adentrou à Universidade, já que segue relegando diferenças ao plano individual e às soluções técnicas. A partir do material que analisamos, destacamos que o “armário” se faz presente na produção da violência que atravessa as relações de gênero e as expressões da sexualidade pelo menos de duas formas: a) na violência espetacularizada dos “trotes” e; b) na violência no cotidiano (NARDI, et all, 2013, p.187-188).

Cotidianamente lemos nas mídias de massa²⁴ relatos de trotes racistas, discursos sexistas que desqualificam a presença de mulheres em ambientes de pesquisa historicamente dominados por homens, discursos homofóbicos sobre a presença de homens em formações profissionais também historicamente dominados por mulheres, entre outras notícias disseminadas também sobre a ascensão de pessoas trans a cargos notáveis na universidade como reitoria, direção e cargos no próprio Ministério da Educação, territórios dominados pela égide masculina e ativa.

A formação em Psicologia não se exime desse lugar triste e pouco afeito às diferenças e minorias, porém quando se trata de problematizar e dar novos rumos aos estudos e intervenções psi que tem os gêneros como argamassa, visualizamos que ainda temos um longo e árduo caminho a construir.

4.3 A (in)visibilidade dos estudos de gêneros na formação em Psicologia

Na formação em Psicologia, o que temos é um distanciamento dessas problematizações tão arduamente feitas pelos autores antes mencionados, agenciando uma

²⁴ Ver em:

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/01/1571140-estudantes-pressionam-pela-nomeacao-de-professora-trans-como-reitora-no-ce.shtml>

<http://vestibular.uol.com.br/noticias/redacao/2014/08/12/ufmg-decide-expulsar-estudante-que-praticou-trote-racista.htm>

http://www.brasilpost.com.br/2015/06/18/ranking-sexual-esalq_n_7612832.html

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2015/06/11/interna_mundo,486245/nobel-britanico-acusado-de-sexismo-anuncia-demissao-de-universidade.shtml

clara posição política de manutenção da naturalização dos discursos sobre sexos, sexualidades e prazeres. Infelizmente há corpos e modos de vida que simplesmente não importam a algumas Psicologias, e, caso importem, será para patologizar e excluir de direitos as singularidades de existências em diferenças. Essa constatação se faz palpável ao verificarmos os dados das pesquisas sobre formação e atuação, trazidas nos capítulos anteriores desse estudo.

As Psicologias, tal como as que temos contato na atualidade, têm, em alguns pontos feitos algumas conexões entre outros campos e agenciado algumas revisitas a saberes enrijecidos e descontextualizados, porém, apesar dos esforços de algumas Psicologias, referente à temática de gêneros e sexualidades, a despolitização, naturalização e patologização ainda se fazem com prioridade nas escolhas das linhas temáticas dos currículos, validadas e legalizadas pelas próprias Diretrizes Curriculares para Formação de Psicólog@s, como já visto anteriormente.

Narvaz (2009) faz um destaque esclarecedor sobre essa cara hegemônica de certa Psicologia (re) conhecida no Brasil:

Explicações sobre as origens psicológicas das diferenças de gênero com base no sexo biológico de homens e de mulheres são encontradas nas teorias psicanalíticas, na teoria da aprendizagem social e na teoria do desenvolvimento moral e cognitivo (ERICKSON, 1968; FREUD, 1967; KOHLBERG, 1966; PIAGET, 1994). Elaboradas tomando um único gênero, o masculino como referência (LASSANCE & MAGALHÃES, 1997; MONTENEGRO, 2003; SIQUEIRA, 1997b), nestas concepções, as diferenças de gênero são teorizadas como entidades psicológicas 'internas' e estáveis, operação característica do ideário individualista da Psicologia Experimental tal como pensada em sua fundação por Wundt (ARAUJO, 2006), o que aparece ainda hoje na Psicologia acadêmica contemporânea (DIMENSTEIN, 2000). Nas teorias de aprendizagem social, as identidades de gênero são aprendidas com base nas diferentes regras de socialização de meninos e meninas. Eles e elas processam as informações existentes na cultura quanto aos estereótipos dos papéis de gênero, desenvolvendo padrões de constância de gênero construídas sobre a percepção adequada de seu sexo biológico (OLIVEIRA, 1983). (NARVAZ, 2009, p. 114).

A pesquisadora também nos faz refletir sobre a intenção de manter a despolitização desses conceitos na formação em Psicologia, caracterizando a manutenção do critério medicalizado da formação, fazendo de conceitos plásticos e múltiplos como os de identidade, subjetividade, diferença, unidades mensuráveis, descritíveis, previsíveis e obviamente tratáveis.

Adriano Nuernberg (2005) também destaca em sua tese que os estudos de gêneros e a Psicologia fizeram um caminho a princípio de manutenção dos discursos instituídos de preservação das verdades biossociológicas acerca dos papéis de gênero, validando a passividade, fragilidade e maternagem características inerentes às cis mulheres e à agressividade, enrijecimento emocional, racionalidade e ânsia pelo sustento do lar, características naturalmente dos cis homens.

O afrouxamento desse laço ideológico liberal e tradicional entre sexismos, machismos, biologismos e Psicologias, deu-se no Brasil somente a partir da década de setenta e, através da formação de psicólog@s feministas e suas entradas nas universidades, sendo ainda hoje uma categoria nomeada como “especialistas” em sexualidades dissidentes e/ou gêneros. Vejamos:

Como será demonstrado posteriormente, a incorporação dos estudos de gênero na Psicologia brasileira foi realizada preferencialmente no campo da Psicologia social. Desde a década de 70 foi possível identificar os primeiros momentos em que, nesse campo, as questões sobre as diferenças sexuais, sobre mulher e sobre gênero começaram a ser enfocadas por parte de psicólogas sociais. As instituições universitárias (USP e PUC's) e de pesquisa (Fundação Carlos Chagas) são os contextos em que a maior parte destes estudos surgiram, através de publicações das revistas *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas* e, mais tarde, na revista *Psicologia e Sociedade*, da Associação Brasileira de Psicologia Social (NUERNBERG, 2005, p. 72-73).

Quanto a diversificação da temática pesquisada em nível de pós-graduação em Psicologia no Brasil, Sposito (2015) também nos explicita certo empobrecimento, vejamos:

(...), explicitaram-se algumas temáticas que corresponderam às preocupações dos estudos sobre as homossexualidades na Psicologia brasileira. Destacaram-se as pesquisas sobre a identidade do homossexual com 09 (nove) trabalhos produzidos. Em seguida, há um empate na quantidade de trabalhos, ou seja, 07 (sete) para cada um desses subtemas: preconceito, família e conjugalidade. Em terceiro lugar, o subtema mais relevante foi a Psicanálise, com 05 (cinco) produções. Em quarto lugar, empatados com 03 (três) trabalhos cada um, estão: trabalho e parentalidade (SPOSITO, 2015, p. 99-100).

A questão de Canguilhem (1999) – O que é a Psicologia? torna-se inevitável a amplificação desta como: O para que Psicólog@s? neste cenário de formação que faz questão de enunciar sobre qual política de vida quer manter seus tentáculos de atuação.

Essa questão não é nova, muito menos ingênua, porém esse questionamento epistemológico ainda é raro nas produções acadêmicas da Psicologia, pois ao fazê-lo somos, por vezes, levados a um lugar de traidores da ciência psicológica e isso não passa de mais uma estratégia para inviabilizar as necessárias atualizações dos saberes e fazeres das Psicologias. Dantas (2010) assim nos coloca:

Chegamos ao ponto de que toda prática psicológica bem como toda formação é um ato político entendendo o mesmo tanto como uma carência ou uma autêntica potência de uma prática psicológica envolvendo o humano. Cotidianamente, nossas práticas e nossos bancos escolares aceitam e endossam certas identidades ou receitas consideradas corretas e convenientes sobre a problemática humana. Essas práticas consideradas científicas e, por isso mesmo, percebidas como objetivas e neutras, produzidas pelos chamados especialistas são importantes e configuram essencialmente o conjunto a formação do profissional “psi”, a nossa questão versa sobre o reducionismo de uma formação apenas pautada num conjunto de obras fechadas em si mesmas ditas verdadeiras que acreditam dar conta das questões que envolvem nossa subjetividade. A importância destas teorias e de suas benesses é notória e se consolida ao longo dos anos apenas devemos ter a atenção de problematizar as fronteiras de nossas ações, ou seja, tornas nossas práticas concretas além de qualquer bibliografia ou conceito científico. Precisamos tornar nossa prática centrada naquilo que há de verdadeiramente humano: um efetivo exercício da cidadania. Faremos isso quando sairmos deste lugar de saber verdadeiro e nos colocarmos como formadores de opiniões, como pensadores do humano, como pensadores de nossas próprias práticas procurando desnaturalizar os discursos acerca do homem e do mundo (DANTAS, 2010, p. 623).

A formação em Psicologia prioriza a atuação e intervenção justamente sobre essas identidades produzidas, em geral, através de estratégias individuais em equipamentos assépticos nomeados - consultórios, sobre a hegemonia do pensamento psicanalítico, apesar dos amplos avanços das leituras cognitivas e comportamentais na atualidade, criando certo “jeito de ser” da Psicologia no Brasil.

Os dispositivos das sexualidades, dos gêneros e dos prazeres agenciam, através dos jogos de poder e saber, verdades e identidades materializadas nos corpos e nos modos de viver. Weeks (2007) assim problematiza essa questão:

(...), um modo característico de analisar isso como um processo de descoberta dos fatos “verdadeiros” sobre a sexualidade humana por uma nova ciência objetiva. Foucault, como outros que têm explorado a sexualidade da modernidade, está dizendo muito mais do que isso: que este processo é o resultado de uma nova configuração de poder que nos exige classificar uma pessoa pela definição de sua verdadeira identidade, uma

identidade que expressa plenamente a real verdade do corpo (WEEKS *In* LOURO, 2007, p. 50).

Esta forma de ser da atuação em Psicologia prioriza as identidades naturalizadas em detrimento aos riscos da diferença, das singularidades. As identidades fixam lugares, nomeiam modos de existir e nos localizam hierarquicamente, as diferenças inviabilizam a estabilidade e a própria atuação nos enquadres das ciências psicológicas, tão afeitas à mensuração e ao protocolo. Ana Fernandéz (2013) assim define essa instabilidade que assusta as ciências e produz as misérias humanas:

Una vez más, lo que está en discusión – aun hoy – es cómo pensar la diferencia. Qué hacer con los diferentes, o qué hacer como diferentes, según estemos, en una situación dada, del lado dominante o subalterno de la diferencia. Con respecto a qué hacer con los diferentes, puede observarse cómo en los últimos decenios las democracias occidentales se proponen las llamadas “políticas de la tolerancia”, el respeto a las diversidades culturales, lo políticamente correcto, etc. Con todos los impasses y complejidades imaginables, ya que los estilos políticamente correctos más de una vez no logran más que maquillar políticas y sentimientos racistas de todo tipo. Al mismo tiempo, a medida que se instalan en el plano discursivo las virtudes de las políticas de la tolerancia, se despliegan diversos dispositivos biopolíticos que sostienen y acrecientan, una y otra vez, las ferocidades del hambre, las pandemias y exclusiones de todo tipo en extensas regiones del planeta (FERNANDÉZ *In* TEIXEIRA FILHO, 2013, p. 29).

Os dispositivos de sexualidades, sexos, prazeres e gêneros articulam modos de vida e de viver que costumam desestabilizar a ciência psi, e em tese, sem estabilidades a serem buscadas, sem identidades a serem nomeadas, e sem cura a ser alcançada, sobra muito pouco para @s bons pastores psi, mas talvez se abram amplas e múltiplas saídas para a atuação e formação em outras Psicologias. Ainda com Fernández (2013):

Se busca entonces enfocar nuestras preocupaciones académicas hacia la construcción de un campo de problemas de la subjetividad, que desde los criterios que he expuesto, necesita hacerse a partir de abordajes transdisciplinarios. Habilitar en nuestros espacios académico – políticos áreas de estudios transdisciplinarios de la subjetividad donde seguramente ocuparán un lugar estratégico las frecuentemente impensadas relaciones entre la forma política – sociales y las producciones de subjetividades: aquellas que potencian las invenciones colectivas, aquellas que reproducen una y otra vez posicionamientos subalternos, aun en los movimientos sociales “alternativos”, etc. Áreas que trabajen en rede con modalidades organizativas lo más dúctiles y horizontales posibles, guiadas por –otra vez Derrida – políticas de la amistad (DERRIDA, 1998). Áreas que puedan

construir sus propios criterios epistemológicos, imprescindibles para hacer posibles los atravesamientos disciplinarios necesarios, articulados pero siempre con el mayor rigor epistémico (Idem, 2013, p. 40).

Nossos passos seguintes buscam essas problematizações da produção de subjetividades não hegemônicas, inventadas e singularizadas, que escapam muitas vezes das estratégias psi para a autonomia e que facilmente são encapsuladas em manuais da psicopatologia clássica, que valoram e inventam identidades fixas, mapeáveis e mensuráveis, inviabilizando, por vezes, a enunciação do que nomearemos de – Psicologias e psicólog@s *queering*.

5. SOBRE O CULTO ÀS IDENTIDADES PSI HEGEMÔNICAS E AS POTÊNCIAS DE FUGA.

"El género, la sexualidad, la encarnación, las capacidades, todo estaba reconstituido en esta historia. ¿Por qué nuestros cuerpos deberían terminar- se en la piel o incluir como mucho otros seres encapsulados por ésta?"
(HARAWAY, 1995a, p. 305)

Não sou psicólogo, - me autorizei a ser psicólogo, - não me identifico com o fazer do psicólogo, - não queria atuar como psicólogo, - não uso dos instrumentos utilizados por psicólogos. Esses foram alguns posicionamentos que emergiram durante os relatos de noss@s professor@s colaborador@s, e estes posicionamentos dizem de uma certa identidade profissional de psicólogos e psicólogas expressas atualmente no Brasil. Vimos anteriormente que há um modo hegemônico de atuação, e esse modo em nada aproxima os modos de se fazer psicólog@s de noss@s parresiasistas psi.

Os modos de vida e de viver singulares e estas intranquilidades com as Psicologias e os modos de sermos psicólog@s, relatados ao longo desse estudo, são efeito de um constante incômodo experimentado pela autora e pel@s professor@s colaborador@s, no ensino superior, nas atividades docentes e na formação de psicólog@s, especialmente ao debater sobre temas como gêneros, sexos, sexualidades e prazeres e suas intersecções com raças, classes e etnias em sala de aula, nas supervisões de estágios profissionalizantes, em pesquisas e em extensões universitárias.

O que se percebeu ao longo desses anos de experiências no ensino, pesquisa e extensão na formação de psicólog@s é que há modos de vida e de viver que são apresentados pel@s graduand@s, antes mesmo de ingressarem no ensino superior como naturalmente anormais e que como tal, ao se tornarem profissionais das Psicologias deverão diagnosticar, explicar e, se possível, curar estes modos de existir dissidentes para uma esperada harmonia social.

Perguntas recorrentes feitas pel@s alun@s sobre origem, cura, desenvolvimento e prognóstico de vidas em dissidências/resistências me levaram a pensar na invisibilidade de determinados discursos sobre sexualidades, eróticas, sexos, expressões de gêneros e prazeres, a formação e atuação d@ profissional da Psicologia, mesmo após a mudança nas diretrizes de formação profissional, sancionada em 2004 e atualizada em 2011.

Essas indagações obviamente não são discursos exclusivos de alun@s da Psicologia, são discursos que se enunciam quase que como clamor nas sociedades contemporâneas, em seus diversos segmentos - sejam religiosos, educacionais, vinculados à saúde pública e de segurança etc. Para essa constatação basta uma visita às redes sociais, aos blogs de pastores deputados e de psicól@s que se autodenominam - psicólog@s cristãos.

Beija-Flor, Clementina, Ivan e Lorenzo nos alertam sobre a emergência desses discursos como autorizados, naturalizados e que ainda são proferidos por serem alvos de opressão, heterofobia ou a nova violência anunciada: - cristofobia. E como bem Ivan nos lembra, é possível que esses discursos ganhem legalidade se um dia nossos conselhos de classe forem geridos por chapas cristãs, como já concorrida nas eleições do CRP do Rio de Janeiro.

Podemos afirmar que são discursos agenciados numa dada localização sócio econômica e cultural e que por serem referidos como efeitos desta, são em si discursos normatizadores, reacionários, segmentarizados e instituídos. Como já afirmara Guattari (2005):

A única observação que estou em condições de fazer é que me parece que os conceitos de cultura e de identidade cultural são profundamente reacionários: a cada vez que os utilizamos, veiculamos sem perceber modos de representação da subjetividade que a reificam e que com isso não nos permitem dar conta de seu caráter composto, elaborado, fabricado, da mesma forma que qualquer mercadoria no campo dos mercados capitalísticos (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p. 82).

Ainda sem podermos responder a questão de Canguilhem (1999) sobre *O que é a Psicologia?* nos atrevemos a problematizar também o campo de atuação que constitui um certo lugar de reconhecimento das Psicologias no cenário social, qual seja, a ciência – profissão que traça perfis de personalidade, define e estabelece identidades, traça desenvolvimentos, prevê e modifica comportamentos.

Os conceitos de identidades são muito caros às Psicologias e deles partem boa parte dos “instrumentos” de atuação psi, quais sejam os testes de avaliação psicológica em geral, as especialidades de atuação e os próprios campos de pesquisa de psicólog@s.

Ao problematizar as Psicologias através da *parresia*, colocamo-nos não apenas em posição de oposição às teorias e proposições que agenciam a fixação de nomeações, de diagnósticos e de perfis às formas de viver e de vida, mas sim de criadores de outras

estratégias na Psicologia que desconstruam as unificações e generalizações que estes instrumentos agenciam, ou seja, desnaturalizamos uma certa identidade d@s psicólog@s.

Nosso território de pesquisa busca as desconstruções desse lugar instituído das Psicologias de manual, tão bem estabelecidas em nossa sociedade. Como nos traz Jacques (1998):

Os estudos sobre identidade no âmbito psicológico passam, em geral, pela Psicologia Analítica do Eu e pela Psicologia Cognitiva. Em comum, caracterizam o desenvolvimento por estágios crescentes da autonomia, e consideram a identidade como gerada pela socialização e garantida pela individualização. Segundo a perspectiva de Erik Erikson (1972), um dos autores cujos estudos sobre o tema são bastante difundidos, a identidade tem como modelo o indivíduo em situação de competência e eficácia sociais; “crise de identidade”, “crise de identidade” são terminologias empregadas que sugerem uma forma abstrata, a-temporal e a-histórica de concebê-la (JACQUES *In* STREY, 1998, p. 160).

Essa afirmação citada de descontextualização histórica, social e econômica da objetivação dos modos de vida e de viver através do culto ao eu e do encapsulamento deste em identidades, sustenta-se e se retroalimenta também nas próprias habilidades esperadas para formand@s de Psicologia que definem assim uma identidade de atuação na Psicologia no Brasil, acentuando posições e procedimentos políticos diante da vida. Como podemos verificar, cabe, ao final do curso de graduação em Psicologia, ser capaz de:

Art. 9º As *competências*, básicas, devem se apoiar nas *habilidades* de:

I - levantar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais técnicos e outras fontes especializadas através de meios convencionais e eletrônicos;

II - ler e interpretar comunicações científicas e relatórios na área da Psicologia;

III - utilizar o método experimental, de observação e outros métodos de investigação científica;

IV - planejar e realizar várias formas de entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos;

V - analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais;

VI - descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos;

VII - utilizar os recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia (BRASIL, 2011, grifo nosso).

As relações entre metas do capitalismo, utilidade e servidão dos corpos e as habilidades e competências agenciadas através do ensino, das pesquisas e das extensões na formação em Psicologia, legalizadas através das Diretrizes Curriculares Nacionais agenciam territórios de contaminação e de produção de psicólog@s como efeitos deste capitalismo que a tod@s e a tudo afeta, são discursos/efeitos que atuam nos processos de subjetivação, agenciando corpos úteis e dóceis, argamassa de produção de profissionais psi especializados nas demandas capturadas pelos dogmas hegemônicos e para a ordem capitalista.

Sua subalternidade a regimes de verdades que não só @s reduzem a identidades psi limitadas e empobrecidas, como promovem os processos desejanter às subjetivações capitalistas, às práticas higienistas de cristalização e redução a um modo único de ser psicólog@.

Desta forma, registramos as práticas discursivas envoltas nas funções de habilidades e competências na formação em Psicologia como técnicas de subjetivação²⁵, e neste sentido, podemos sim relacionar as estratégias capitalísticas das técnicas de produção de habilidades e competências na formação em Psicologia como um espaço de sujeição, de enquadre e de modos de produção identificatórios, pois, segundo Deleuze (2001),

O indivíduo interior acha-se codificado, recodificado num saber “moral” e, acima de tudo, torna-se o que está em jogo no poder, é diagramatizado. A dobra parece então ser desdobrada, a subjetivação do homem/*mulher* livre se transforma em sujeição, por um lado é a “submissão ao outro pelo controle e pela dependência”, com todos os procedimentos de individuação e de modulação que o poder e a interioridade daqueles que ele/*ela* chama seus sujeitos (*as*); por outro lado, é “o apego (de cada um) à sua própria identidade mediante consciência e o conhecimento de si, com todas as técnicas das ciências morais e das ciências do homem/*mulher* que vão formar um saber do sujeito(*a*)” (DELEUZE, 2001, p.110).

A política de formação, sustentada por esse paradigma capitalizado, institui processos de individuação dos sujeitos, colando-os a uma identidade única, ao mesmo tempo em que a generaliza através dos mecanismos de comparação de competências profissionais. Como diz Salotti (1997),

²⁵ [...] a Técnica pela qual se impõem os corpos tarefas ao mesmo tempo repetitivas e diferentes, mas sempre graduados. Dirigindo o comportamento para um estado terminal, o exercício permite uma perpétua caracterização do indivíduo, seja em relação a esse termo, seja em relação aos outros indivíduos, seja em relação a um tipo de percurso (BELTRÃO, 2000, p. 49).

Inventando um sujeito à semelhança dos parâmetros que o definiram, ele pode ser considerado objeto da estrutura organizacional. Em verdade, buscase um sujeito pedagógico que espelhe essas expectativas. As multiplicidades são aprisionadas, as variedades desaparecem e o olhar institucional circula sempre sobre um mesmo objeto (SALOTTI, 1997, p. 58).

Conforme já visto, os crivos de definição do nosso lugar no mundo se constituem a partir dos jogos discursivos de saber e poder que elencam quais itens nos tornam normais ou anormais, e as três grandes figuras discursivas de produção das identidades, ainda nos tempos atuais e em suas múltiplas versões são: monstro humano; o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora.

Todos os vetores de produção das binaridades normal/anormal têm nessas figuras seus efeitos de subjetivação e suas nuances nas singularizações, pois conforme Silva (2009):

Na medida em que é uma operação de diferenciação, de produção de diferença, o anormal é inteiramente constitutivo do normal. Assim como a definição de identidade depende da diferença, a definição do normal depende da definição do anormal. Aquilo que é deixado de fora é sempre parte da definição e da constituição do “dentro”. A definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural é inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural. A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido. Como sabemos desde o início, a diferença é a parte ativa da formação da identidade (SILVA *In* SILVA, 2009, p. 84).

Os dispositivos das sexualidades, dos gêneros e dos prazeres e suas interseções com as raças/cor; etnias, classe e dogmas religiosos, conforme já visto, trazem em suas materialidades discursivas esses vetores, sendo estes, composições das linhas de subjetivação e matérias primas para a produção das identidades reconhecidas e validadas nas relações, as chamadas identidades hegemônicas. Conforme Butler (2002):

Lo que habrá de incluirse y lo que no habrá de incluirse dentro de las fronteras del “sexo” estará determinado por una operación más o menos tácita de exclusión. Si cuestionamos el carácter fijo de la ley estructuralista que divide y limita los “sexos” en virtud de su diferenciación diádica dentro de la matriz heterosexual, lo haremos desde las regiones exteriores de esa frontera (no desde una “posición”, sino desde las posibilidades discursivas que ofrece el exterior constitutivo de las posiciones hegemónicas) y ese cuestionamiento constituirá el retorno desbaratador de los excluidos desde el interior de la lógica misma del simbolismo heterosexual (BUTLER, 2002, p. 33).

Nossos campos conceituais nos lançam para aproximações com autores como Gilles Deleuze e Félix Guattari, assim como para as teorias pós-estruturalistas que desmistificam e multiplicam as possibilidades de experimentações de si no mundo, desfazendo as unificações das identidades esvaziadas, que vem sendo produzidas em modelagens empobrecidas de variações.

No tocante às linhas de subjetivação alimentadas pelos dispositivos das sexualidades, dos gêneros e dos prazeres, esse território nos parece mais empobrecido ainda, afinal o imperativo da lógica sexo-gênero-sexualidade-prazer em mão única e singular (não plural), ainda se faz bastante competente na manutenção dos modos heteronormatizados de viver, sendo assim: “A coerência e a continuidade supostas entre sexo-gênero-sexualidade servem para sustentar a normatização da vida dos indivíduos e da sociedade” (LOURO, 2004, p. 88).

Os discursos sobre identidades psi e a relação destes com processos de subjetivação, normatização, singularização e pertencimento a uma classe profissional, qualificam a problematização proposta nesta tese, afinal, os territórios de subjetivação na atualidade estão hoje inundados de tecnologias que não eram reconhecidas como elemento de composição na produção das subjetividades de massa e nos processos de singularização até meados dos anos 90 do século XX.

5.1 Produções de identidades: transições dos campos conceituais e de atuação psi

A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade (SILVA In SILVA, 2009, p. 83).

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Psicologia são parte dos documentos oficiais para a implementação, organização e validação da formação de psicolog@s no Brasil, e delas podemos problematizar a manutenção de determinados discursos que naturalizam e normatizam modos de vida e de viver, em detrimento da desumanização e abjeção de outras que escapam das identidades ditas humanas, emergentes dos discursos hegemônicos das Psicologias de manual.

Iniciaremos nossas problematizações acerca do conceito de identidade, destacando um dos artigos da Diretriz Curricular, vejamos:

Art. 3º O curso de graduação em Psicologia tem como meta central a formação do psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia, e deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos:

- I - construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia;
- II - *compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais*; (grifo nosso)
- III - *reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico*; (grifo nosso)
- IV - *compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão*; (grifo nosso)
- V - atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;
- VI - respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia;
- VII - aprimoramento e capacitação contínuos (BRASIL, 2011).

Deste recorte, problematizamos os parágrafos que grifamos em itálico como trechos que nos dão pistas de como os jogos e relações de poder e saber elencam quais pontos devem ser validados enquanto discursos de verdades para a criação do material humano sobre o qual as Psicologias e certos modos de ser psicólog@s, devem se debruçar.

Ao separar em um artigo independente, a chamada amplitude psicológica, de base biológica e social da própria complexidade humana, também fragmentada em outro artigo, as Diretrizes de Formação em Psicologia validam em território nacional, o ensino e a pesquisa para a demarcação da amplitude psicológica em dois únicos caminhos – o da natureza e o da cultura, sendo as identidades inerentes a psique.

Neste sentido, a psique se define naturalmente e em uma dada cultura da representação, ficando assim, esclarecida a manutenção, apesar das mudanças dos currículos, de conteúdos, com recortes identificatórios, os chamados eixos de formação clássicos como: Psicologia da personalidade, Psicologia do desenvolvimento humano, Psicologia das pessoas com necessidades especiais, Psicologia da infância e da adolescência, Psicologias adjetivadas

em detrimento das Psicologias dos encontros, ou como bem defende Dom da Psicologia para invenções. Conforme afirmam Bernardes & Hoenisch (2003):

Na Psicologia do desenvolvimento o mote central é a identidade e, segundo alguns autores, a escolha de uma identidade, tal como é o caso de Erikson. Em outras vertentes mais progressistas, tratar-se-ia da construção de uma identidade. Enfim, de qualquer forma, tratava-se de *uma* identidade e, marque-se bem, *uma*. Assim, temos uma perspectiva de identidade coadunada com o projeto moderno de sujeito uno, o Um, indivisível, que deve explicações à sua coerência interna e a sua suposta natureza (BERNARDES & HOENISCH, 2003, p.115).

O conceito de identidade como constituinte de um Eu unificado e interiorizado, como já dito é muito caro as Psicologias ditas tradicionais, dele enunciam estratégias de mapeamento de perfis de personalidade, de perfis profissiográficos, educacionais, entre outros crivos que as identidades fixadas promovem.

É justamente na validação das binaridades de discursos sobre normal e saudável em contrapartida aos sobre anormal e patológico, que os conceitos de identidade e diferença se enunciam nas Psicologias e n@s psicólog@s de pastoreio, visibilizando o campo de forças e quais discursos de verdade se articulam através dessas relações de saber e poder da academia.

Goffman (1998), em seu livro bastante conhecido “*Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, faz-nos revelações bastante pertinentes sobre os jogos de saber e poder e seus efeitos discursivos através da enunciação das identidades normais e das anormais e os efeitos destas relações nos modos de subjetivação dos corpos estigmatizados.

O livro já anunciava a fragilidade das teorias que buscavam as fixações conceituais em materialidades nomeadas de identidades-perfis-corpos, afirmando que o estigma é relacional, e só marca as identidades que não foram eleitas como as adequadas – normatizadas, afinal: “O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro” (GOFFMAN, 1988, p.117).

Com todas as ressalvas possíveis, a utilização inicial de referências como a de Goffman para problematizar as demandadas fixações identitárias na graduação em Psicologia e em seus efeitos na prática profissional, para fins de validação de testes de personalidade,

entre outros, de certa forma pode agenciar certa flexibilização nas dicotomias natureza/cultura, indivíduo/sociedade, pois, ao longo de sua obra, o autor supracitado problematiza justamente as relações que estabelecemos com as pessoas e com o que ele chama de identidades deterioradas.

Para Goffman (1998), a linha de produção das anormalidades é a mesma das normalidades, fazendo com que tod@s nós possamos, em algum momento, experimentar no corpo os efeitos de termos vidas e modos de viver inadequados, pois conforme o autor: “O doloroso de uma estigmatização repentina, então, pode ser resultado não da confusão do indivíduo sobre a sua identidade, mas do fato de ele conhecer suficientemente a sua nova situação” (GOFFMAN, 1998, p.113).

Ao trazer esse autor para problematizarmos as “escolhas” bibliográficas e de disciplinas para incluir os conceitos de identidade e diferença na formação em Psicologia, sabíamos do risco, uma vez que o referido autor se pauta em bases do século passado, em defesa de certa eugenia social norte americana, mas que ao problematizar a virtualidade das identidades em detrimento de suas materializações, gostamos de pensar que, ele, de certa forma, possibilita, em sala de aula, uma problematização sobre a duplicidade exigida na problematização dos componentes da psique (cultura/natureza), para nos indicar outras múltiplas saídas na problematização da eleição de certas identidades em detrimento de outras, como possibilidades de experimentação, ou seja, por problematizar o homem branco, heterossexual e burguês e, em escala ainda que inferior, a mulher branca, heterossexual submissa ao patriarcado. Ou em analogia @s psicólog@s tradicionais.

Em sua obra, Goffman (1988) traz em cena que as questões econômicas, sociais, além dos dispositivos de sexualidades e de gêneros e os componentes interseções como cor, classe e etnia. Também são primordiais na problematização dos sofrimentos psicossociais, pois para o referido autor:

Por exemplo, num sentido importante há só um tipo de homem que não tem nada do que se envergonhar: um homem jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do Norte, heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e com um sucesso recente nos esportes. Todo homem americano tende a encarar o mundo sob essa perspectiva, constituindo-se isso, num certo sentido, em que se pode falar de um sistema de valores comuns na América. Qualquer homem que não consegue preencher um desses requisitos ver-se-á, provavelmente - pelo menos em alguns momentos - como indigno, incompleto e inferior (GOFFMAN, 1988, p.110).

De modo atualizado sobre a emergência dos estigmas, Peter Aggleton & Richard Parker (2001) ampliam o conceito para pensá-lo como dispositivo de poder.

[...] o estigma desempenha um papel central nas relações de poder e de controle em todos os sistemas sociais. Faz com que alguns grupos sejam desvalorizados e que outros se sintam, de alguma forma, superiores. Em última análise, portanto, estamos falando de desigualdade social. Para confrontar e entender corretamente as questões de estigmatização e da discriminação [...] é necessário, portanto, que pensemos de maneira mais ampla sobre como alguns indivíduos e grupos vieram a se tornar socialmente excluídos, e sobre as forças que criam e reforçam a exclusão em diferentes ambientes (AGGLETON, PARKER; 2001, p. 11-12).

Os estigmas se fazem pela oposição binarista de valores, estéticas e sentidos dados como corretos e normais em uma sociedade, construídos a partir de jogos de poder e saber que autorizam que determinadas marcas ditas identitárias, sejam dadas como de menor valia, vergonhosas e passíveis de correções, curas ou ocultação.

As verdades binárias que alimentam os campos de intervenção em Psicologia têm nos conceitos de identidade sua fonte de alimentação conceitual, instrumental e poderíamos afirmar de sobrevivência como profissão reconhecida e destacada.

Os territórios capitalizados de produção das relações de saber e poder elencam quais identidades e consequentes modos de funcionamento serão objetos de intervenção e saneamento das Psicologias de pastoreio, através da busca incansável das causas de inadequações, improdutividades e psicopatologias. A isso se somam os procedimentos – ações práticas de regulações biopolíticas e de composições de resistências e atualizações de estilísticas de existências/singularizações.

As identidades quando vistas sobre o prisma reducionista das teorias psicobiológicas são definidas como fixações naturalizadas dos efeitos discursivos desses jogos de poder, são efeitos hegemônicos sob os modos de vida, esses efeitos têm nomeações, características, reconhecimentos, que segundo Córdoba (2005):

Toda enunciación performativa es la invocación y la puesta en práctica de una determinada autoridad o poder, y los efectos que pueden esperarse de esa invocación o puesta en escena, son los que ese contexto institucional de autoridad o poder ya contiene (CÓRDOBA *In* CORDOBA, SAÉZ & VIDARTE, 2005, p.57).

As identidades enquanto efeitos, nas vertentes essencialistas, são produzidas na natureza do corpo biológico e da cultura de tradição, que se tornam hegemônicas, e são assim consideradas válidas, pois são facilmente consumidas, são escutadas e são passíveis de aglutinações e descrições unificadas, conforme Woodward (2009):

Uma das discussões centrais sobre a identidade concentra-se na tensão entre o essencialismo e o não-essencialismo. O essencialismo pode fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia; por exemplo, certos movimentos políticos podem buscar alguma certeza na afirmação da identidade apelando seja à “verdade” fixa de um passado partilhado, seja a “verdade” biológica. O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade (WOODWARD *In* SILVA, 2009, p. 15).

Essa produção de discursos hegemônicos sobre as identidades, agenciadas como verdades sobre as vidas e os viveres, e no nosso caso nos fazeres, é subvertida a partir dos deslizamentos destes, pois como já afirmamos, onde há poder há resistências, e os discursos identitários hegemônicos nada mais são que as expressões nos corpos e de suas relações com as coisas do mundo, do poder discursivo de uma tradição científica e moral, que tendem à naturalização dos processos de construção das performatividades²⁶ de vida, em expressões de sexualidades e de gêneros e dos modos de como operam@s nossas profissões.

Nesse ringue há vestígios de outras possibilidades discursivas, outras possibilidades de corporeidades dos discursos que produzem as identidades – que neste caso ao vacilar, produz algo que não tem nome, não tem referência, não é identificável, consumível – a diferença. Para Silva (2009):

(...) a identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. O processo de adiamento e diferenciação linguísticos por meio do qual elas são produzidas está longe, entretanto, de ser simétrico. A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, *In* SILVA, 2009, p. 81).

²⁶ Judith Butler (2002) assim define esse conceito: “(...) la performatividad debe entenderse, no como un “acto” singular y deliberado, sino, antes bien, como la práctica reiterativa y referencial mediante la cual el discurso produce los efectos que nombra. Lo que, según espero, quedará claramente manifestado en lo que sigue es que las normas reguladoras del “sexo” obran de una manera performativa para constituir la materialidad de los cuerpos y, más específicamente, para materializar el sexo del cuerpo, para materializar la diferencia sexual en aras de consolidar el imperativo heterosexual” (BUTLER, 2002, p.18).

É justamente desses *vacilos* das linguagens, da produção das diferenças em detrimento das identidades, enquanto possibilidades de encontros e atuação, que as Psicologias e @s psicólog@s de pastoreio fogem. Essa fuga enviesa a própria possibilidade de atualização das teorias psicológicas clássicas, empobrecendo as estratégias de atuação e os temas de pesquisas, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, conforme já visto.

Teóric@s pós-estruturalistas, como Butler (2002), que está vinculada aos estudos das identidades enquanto vetores políticos, têm acenado para a necessária desconstrução das naturalizações e consequentes fixações de variações de modos de viver em identidades, em especial das expressões de gêneros e sexualidades, que para serem autorizadas negociam suas permanências nos circuitos sociais. Vejamos as problematizações que essa autora nos traz:

(...), la movilización de las categorías de sexo dentro del discurso político se caracterizará, de algún modo, por las inestabilidades mismas que tales categorías efectivamente producen y rechazan. Aunque los discursos políticos que movilizan las categorías de identidad tienden a cultivar las identificaciones en favor de un objetivo político, puede ocurrir que la persistencia de la desidentificación sea igualmente esencial para la rearticulación de la competencia democrática. En realidad, es posible que tanto la política feminista como la política queer (queer politics) se movilicen precisamente a través de prácticas que destacan la desidentificación con aquellas normas reguladoras mediante las cuales se materializa la diferencia sexual. Tales desidentificaciones colectivas pueden facilitar una reconceptualización de cuáles son los cuerpos que importan y qué cuerpos habrán de surgir aún como materia crítica de interés (BUTLER, 2002, p. 21).

A disseminação e publicização da necessidade de nos estabelecermos em identidades fixas para o (re)conhecimento social e plásticas para o capitalismo, agencia os mapas de circulação dos corpos, suas (in)capacidades e seus trânsitos múltiplos. As fronteiras das (des)identidades são (re)alinhadas constantemente, fazendo com que demandemos o desejo já capturado discursivamente, da estabilidade em detrimento das chamadas crises de identidade.

As chamadas minorias, e aqui destacamos as que têm nos dispositivos de sexualidades e de gêneros seus vetores de (in)visibilidades, rompem as binaridades identitárias, rompem as fronteiras alfandegárias, agenciam o constante policiamento, averiguações de vestígios humanóides nos corpos, pois as identidades essencializadas, fixadas e normatizadas servem para localizar os corpos dentro ou fora das fronteiras, servem para incluir ou excluir. Segundo Tomás Tadeu Silva (2009),

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir: Como vimos, dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. “Nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes “nós” e “eles” não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder (SILVA, *In SILVA*, 2009, p. 82).

As problematizações acerca das estratégias de fixações das identidades em modos normativos de viver e de trabalhar, agenciam a enunciação de outras possibilidades de olhares e composições de modos de vida que escapem aos enquadres identitários e vislumbrem o pertencimento às multiplicidades de existências.

Conceitos roubados de outros campos de saber, como devir, afinidade²⁷, hibridismo, ciborgues, espécies companheiras, corpos falantes, transformam-se em ferramentas importantes para subverter, transpor e, por vezes, romper o pragmatismo das teorias psi, que cultuam as identidades fixadas e homogeneizadas, pois afinal, conforme Rose Braidotti (2006) afirma:

Existe, portanto, pouco tempo ou espaço para nostalgia. Os eus híbridos nômades de Deleuze; a multiplicidade feminista operando o devir-mulher das mulheres; a mulher de Irigaray como não-um; ciborgues de Haraway, e não muito diferente, a nova Medusa Cixous (1975), muitas vezes são apresentados no antigo imaginário social como monstruosos, híbridos, desviantes assustadores. E se o que estava em falta aqui, no entanto, fosse o imaginário social que só pode registrar mudanças dessa magnitude no registro do pânico-ferido moralista do desvio? E se esses outros não programados para estas formas de subjetividade simplesmente minimizaram a sombra da lógica binária e da negatividade e se mudaram? O processo de transformação do sujeito continua e nós precisamos de ontologia de processo para prestar contas adequadas do mesmo (BRAIDOTTI, 2006, p.205. Tradução Danielle Milioli)²⁸.

²⁷ “El género, la raza y la conciencia de clase son logros alcanzados a través de la experiencia histórica de realidades sociales contradictorias como el patriarcado, el colonialismo, el racismo y el capitalismo. (...). Me interesa especialmente este planteamiento porque abre una ventana hacia una respuesta basada en la afinidad en lugar de la identidad, que compartimentaliza los movimientos sociales eliminando la posibilidad de una organización colectiva” (PENEDO, 2008, p.19).

²⁸ There is consequently little time or space for nostalgia. Deleuze’s hybrid nomadic selves; the multiple feminist-operated becoming-woman of women; Irigaray’s woman as not-one; Haraway’s cyborgs, not unlike Cixous’s new Medusa (1975), are often rendered in the old-fashioned social imaginary as monstrous, hybrid, scary deviants. What if what was at fault here, however, were the very social imaginary that can only register

Ao deslocarmos a enunciação do EU único, enquanto primordial objeto de disciplinamento e intervenção dos saberes psi, agenciamos novas rupturas nas cadeias discursivas de enunciação de identidades essencializadas e instituídas.

Esse deslocamento agencia-se ao colocarmos em tela ferramentas conceituais como devir, aqui teorizado por Guattari (2005) como: “(...), a ideia de “devir” está ligada à possibilidade ou não de um processo se singularizar. Singularidades femininas, poéticas, homossexuais ou negras podem entrar em ruptura com as estratificações dominantes” (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p. 86), ou hibridismo, conceito vinculado aos deslocamentos migratórios compulsórios ou não, que pode ser definido como:

Os processos de hibridização, propostos por Bhabha (1996), nos falam de composições a partir de migrações culturais que produzem novas combinações, nunca como a união das matrizes anteriores, mas como “um terceiro espaço”, diferente de qualquer outro, nem reduzido, como dissemos, a uma simples conexão de matrizes que o antecedem, mas como uma outra produção, como uma nova forma, como emergência de um novo, como uma descontinuidade em um processo de homogeneização (BERNARDES & HOENISCH, 2003, p.120).

Esses conceitos destacados, e seus fluxos de potências de desestabilização das hegemonias discursivas, abre possibilidades para problematizar a composição de outros territórios de produção discursiva. Estes se compõem neste campo descontínuo, desalinhado, inquieto, compõem outras possibilidades de conexões, outras positivities encarnadas como vidas, amplificando as margens de possibilidades de produções ditas identitárias, fazendo destes outros territórios fronteiras a serem experimentadas:

A possibilidade de “cruzar fronteiras” e de “estar na fronteira”, de ter uma identidade ambígua, indefinida, é uma demonstração do caráter “artificialmente” imposto das identidades fixas. O “cruzamento de fronteiras” e o cultivo propositado de identidades ambíguas é, entretanto, ao mesmo tempo uma poderosa estratégia política de questionamento das operações de fixação da identidade. A evidente artificialidade da identidade das pessoas travestidas e das que se apresentam como, por exemplo, denuncia a – menos evidente – artificialidade de *todas* as identidades (SILVA, *In* SILVA, 2009, p. 89).

changes of this magnitude on the panic-stricken moralistic register of deviancy? What if these unprogrammed-for others were forms of subjectivity that have simply shrugged off the shadow of binary logic and negativity and have moved on? The process of transformation of the subject goes on and we need process ontology to provide adequate accounts of it (BRAIDOTTI, 2006, p.205).

@s cultuador@s profissionais de manutenção dos discursos de verdades, como líderes religiosos, em especial cristãos, psicólog@s de pastoreio, médic@s, pedagog@s, entre outros campos de saberes e poderes disciplinadores, normatizadores e normalizadores²⁹, que mantém a produção em massa de identidades hegemônicas imutáveis, estão se deparando, cada vez mais, com dispositivos teóricos, conceituais e metodológicos de mídia e outras máquinas de produção de vidas que simplesmente não se encaixam nas caixas identitárias, que expressam em seus corpos e em suas vidas os vacilos da produção linguísticas que bagunçam as lógicas binárias e produzem o que Derrida (1973) nomeia de *difference*, vejamos:

A diferencia não resiste à apropriação, ela não lhe impõe um limite exterior. Começou por encetar a alienação e termina por deixar encetada a reapropriação. Até a morte. A morte é o movimento da diferencia enquanto necessariamente finito. Isto significa que a diferencia torna possível a oposição da presença e da ausência. Sem a possibilidade da diferencia, o desejo da presença como tal não encontraria sua respiração. Isto quer dizer ao mesmo tempo que este desejo traz nele o destino de sua insaciedade. A diferencia produz o que proíbe, torna possível aquilo mesmo que torna impossível. Reconhecendo-se a diferencia como a origem obliterada da ausência e da presença, formas maiores do desaparecer e do aparecer do ente, restaria saber se o ser, antes de sua determinação em ausência ou em presença, já está implicado no pensamento da diferencia (DERRIDA, 1973, p. 176).

Esses soluços da linguagem inventam incansavelmente corporeidades micropolíticas, ou seja, vidas em expressões com saídas e entradas múltiplas, que exigem o direito a ter direitos, garantem visibilidades através da disseminação de outros modos de compor com a

²⁹ “Além de ser instituída no, e a partir do, próprio grupo ao qual se refere, a norma é primária e fundamentalmente prescritiva. Foucault explica que tais tentativas de conformar as pessoas, segundo padrões prévios constituídos no próprio grupo ao qual tais pessoas pertencem, devem ser compreendidas “mais [como] uma normação do que uma normalização” (FOUCAULT, 2006, p. 76). Esta última palavra Foucault reserva para designar um processo inverso ao primeiro: ao invés de se partir da norma para, em seguida, distinguir-se o normal do anormal – normação –, na normalização parte-se do “assinalamento do normal e do anormal, um assinalamento das diferentes curvas de normalidade” (FOUCAULT, 2006, p. 83). A “operação de normalização consistirá em fazer interagir essas diferentes atribuições de normalidade e procurar que as mais desfavoráveis se assemelhem às mais favoráveis” (ibidem.). Assim, como que numa inversão epistemológica, o normal torna-se fundante, a partir do qual tanto se define o anormal – e, com este, a noção de “caso” – quanto se deduz a norma; esquece-se do caráter arbitrariamente construído da norma. É em decorrência disso que se fica com a impressão de que ela é natural, pois, na medida em que, nesse processo de normalização, aquele que já estava (naturalmente) aí é assumido como um (caso) normal, tudo o mais que dele se deriva parece ser também natural... Levando um pouco adiante essas distinções vocabulares e conceituais que gravitam em torno da norma, sugerimos acrescentar a palavra normatizar e suas derivadas para designar as operações de criar, estabelecer ou sistematizar as normas. Assim, por exemplo, podemos entender que os dispositivos normatizadores são “aqueles envolvidos com o estabelecimento das normas, ao passo que os normalizadores [são] aqueles que buscam colocar (todos) sob uma norma já estabelecida e, no limite, sob a faixa de normalidade (já definida por essa norma)” (VEIGA-NETO & LOPES, 2007, p. 35-36).

vida via afinidades entre vidas, em detrimento das já problematizadas identidades heterogêneas e heteronormativas.

Entendemos diferença como modo de estar no mundo em resistência às molaridades, aos discursos e expressões identitárias instituídas e hegemônicas. Para Deleuze e Guattari (1996), somos compostos – atravessados - capturados por três linhas de segmentação:

Linha molar – linha de segmentaridade dura ou molar; de forma alguma é uma linha de morte; já ocupa e atravessa nossa vida, e finalmente parecerá sempre triunfar. Ela comporta até mesmo muita ternura e amor; linha molecular – É nesta linha que se define um presente cuja própria forma é de um algo que já aconteceu, já passado (...), a matéria inapreensível desse algo está inteiramente molecularizado, em velocidades que ultrapassam os limiares ordinários de percepção e linha de fuga –igualmente real, linha que não admite qualquer segmento. Nem mesmo há forma – nada além de uma pura linha abstrata. É porque não temos mais nada a esconder que não podemos mais ser apreendidos (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 67-70).

As linhas agem e interagem consecutivamente, não há hierarquia nas linhas, mas agenciamentos de forças que fazem do corpo máquina de resistência ou de submissão às intensidades das afectações.

As experimentações de si não são estruturais, pré-determinadas, existimos em territórios, enquanto campo de forças onde ora somos paralisados na captura de um desejo produzido maquinicamente pelas linhas do controle - as linhas molares, ora vazamos, escorremos pelas rachaduras criadas pelas linhas de fuga e existimos em diferenças através da desterritorialização e reterritorialização propiciadas pelas linhas moleculares, agenciando vidas com múltiplas possibilidades, porém: “um corpo pode tudo aquilo que ele consiga suportar. Em uma linguagem mais simples: talvez tudo possa ser feito, mas talvez algumas coisas não devam ser feitas” (PERES et al, 2000, p.37-38).

Deleuze & Parnet (1998) apresentam-nos problematizações acerca dos fluxos das linhas nos campos de imanência e seus efeitos nos modos de vida e de viver. A vida pode tudo, mas, segundo @s autores, há que se ter prudência, ao colocarmos nossos corpos em conexão com as múltiplas possibilidades deles, pois há “perigos” nas linhas, podemos ser demitid@s ou silenciad@s, como foi Beija-Flor, ou cruelmente assassinad@s como foi Marcus Vinicius de Oliveira, em fevereiro de 2016. Vejamos os perigos destacados sob a linha molar:

Há tanto perigo, cada uma das três linhas tem seus perigos. O perigo da segmentaridade dura ou da linha de corte aparece em toda a parte. Pois esta não concerne apenas às nossas relações com o Estado, mas a todos os dispositivos de poder que trabalham nossos corpos, todas as máquinas abstratas que nos sobrecodificam; ela concerne à nossa maneira de perceber, de agir, de sentir, nossos regimes de signos. (...). Mas os segmentos que nos atravessam e pelos quais passamos, de toda maneira, são marcados por uma rigidez que nos assegura, fazendo de nós, ao mesmo tempo, as criaturas mais medrosas, mais impiedosas também, mais amargas. (...). A prudência com a qual devemos manejar essa linha, as precauções a serem tomadas para amolecê-la, suspendê-la, desviá-la, miná-la, testemunham um longo trabalho que não se faz apenas contra o Estado e os poderes, mas diretamente sobre si (DELEUZE & PARNET, 1998, p.160).

Para as linhas moleculares, os perigos agenciam experimentações de caos, de não territorialidade, de não lugar. Os perigos das linhas moleculares são justamente os enunciados de vidas em transição que nos atravessam, em possibilidades de vidas que sentimos medo e sedução ao mesmo tempo, pois segundo @s autores supracitados:

Deixou-se o campo da segmentaridade dura, mas se entrou em um regime não menos regulado, onde cada um se afunda em seu buraco negro e torna-se perigoso nesse buraco, dispondo de um seguro sobre seu caso, seu papel e sua missão, mais inquietante ainda que as certezas da primeira linha. (...). Os marginais sempre nos causaram medo, e um pouco de horror. Eles não são o bastante clandestinos. (...). Acontece, até mesmo, de as duas linhas se nutrirem uma à outra, e de a organização de uma segmentaridade, cada vez mais dura, ao nível dos grandes conjuntos molares, entrar em circuito com a gestão dos terrores e dos buracos negros, onde cada um mergulha em uma rede molecular (DELEUZE & PARNET, 1998, p.161).

Destacar a diferença nos modos de existir é anunciar que algo vazou. É visibilizar que houve um acontecimento que criou fissuras nos territórios de subjetivação capturados pelos sistemas consumo-controle-manutenção das relações capitalísticas que normalizam as existências, neste sentido:

A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade (SILVA, *In SILVA* 2009, p. 83).

Estas rupturas nas linhas são a passagem da linha de fuga, que desestabiliza e subverte os modos identitários de viver e possibilita inventividades múltiplas nos nossos corpos, pensamentos e relações, distanciando-nos das identidades hegemônicas e nos aproximando dos processos de singularização, de territórios maquínicos de desejo, de campos de imanência e de devir.

A linha de fuga, também se faz perigosa quando não é traçada e experimentada com respeito e prudência, enquanto fluxo de desestabilização e subversão das vidas reconhecidas como possíveis, consumíveis e consumidoras de identidades capturadas, neste sentido:

E seria um erro que basta tomar, enfim, a linha de fuga ou de ruptura. Antes de tudo, é preciso traçá-la, saber onde e como traçá-la. E depois ela própria tem seu perigo, que talvez seja o pior. Não apenas as linhas de fuga, de maior declive, correm o risco de serem barradas, segmentarizadas, precipitadas em buracos negros, mas elas têm um risco particular a mais: virar linhas de abolição, de destruição, dos outros e de si mesma. Paixão de abolição (DELEUZE & PARNET, 1998, p.162).

Ao nos posicionarmos politicamente e agenciarmos o deslocamento dos usos que as Psicologias de pastoreio fazem para produção de uma certa identidade psi, estaríamos em um ato *parresiasta*, pois, ao “abandonarmos” nossa principal *performance*³⁰ – qual seja, a de (atores) profissionais que diagnosticam, avaliam e dão os encaminhamentos e prognósticos de identidades, construímos outro lugar, ou melhor, encarnamos o não lugar, o não reconhecimento social de nossa própria chamada identidade profissional/social, ou seja, nós enfrentamos a verdade e o sentido hegemônico sobre o que é e para que serve a tal Psicologia.

5.2 Dos enquadres identitários e de subjetivação normativa aos processos de singularização: as Psicologias e @s psicólog@s para além dos diagnósticos, desenvolvimentos e perfis de personalidade

Em menos de 20 anos, a massificação dos meios de comunicação virtual, a capitalização dos prazeres via medicamentos para (im)potências sexuais, a pornografia

³⁰ Não estamos confundindo performance com performatividade, afinal concordamos com a problematização de Salih (2012) sobre o campo teórico de Butler, pois: “É importante frisar que Butler *não* está sugerindo que a identidade de gênero é uma *performance*, pois pressuporia a existência de um sujeito ou um ator que está *fazendo* tal performance. Butler rejeita essa noção ao afirmar que a *performance* preexiste ao *performer*, e esse argumento contraintuitivo, aparentemente impossível, levou muitas leitoras e leitores a confundir performatividade com *performance*” (SALIH, 2012, p. 22).

doméstica higienista e procriativa e a manutenção e refinamento da produção das estéticas corporais via intervenções cirúrgicas têm produzido o que @ filósofo@ espanhol@ Paul B. Preciado nomeia de *La era Farmacopornográfica*:

La sociedad contemporánea está habitada por subjetividades toxicopornográficas: subjetividades que se definen por la sustancia (o sustancias) que domina sus metabolismos, por las prótesis cibernéticas a través de las que se vuelven agentes, por los tipos de deseos farmacopornográficos que orientan sus acciones. Así hablaremos de sujetos Prozac, sujetos cannabis, sujetos cocaína, sujetos alcohol, sujetos ritalina, sujetos cortisona, sujetos silicona, sujetos heterovaginales, sujetos doblepenetración, sujetos Viagra etc. (PRECIADO, 2008, p. 33).

Os modos de subjetivação capitalísticos são produzidos para consumir compulsivamente tudo o que pode ser significado como identitário, como passível de reconhecimento, de pertencimento. Guattari e Rolnik (2005) defendem a produção de subjetivação num plano globalizado, massificado e desarticulado dos conceitos de cultura, ideologia ou utopia, pois os territórios de subjetivação para eles são produzidos por elementos reais, materiais, semióticos e não de representações ou de virtualidades como ideias.

Os territórios de subjetivação capitalísticos produzem muita massa individualizada-capturada e pouquíssimas singularidades em resistências-dissidências. Os efeitos desse modelo de fabricação nos modos de existir são os que experimentamos na atualidade, qual seja, muita gente pensando que a normalidade é a vida branca, burguesa, monogâmica e heterossexual em detrimento de poucas pessoas que se inventam e respeitam outras vidas em resistência a dita normalidade, como visto em Guattari (2005):

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se transa, como se fala, e não para por aí. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro - em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. Aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é "a" ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria ideia de vida social organizada (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p. 51).

Há um crescente movimento para a visibilidade e emancipação das pessoas que até então viviam "protegidas" em guetos e em segredo, ou como voga a linguagem marginal,

presos em armários - territórios seguros de manutenção das relações capitalísticas heteronormatizadas e segmentadas. Deleuze e Guattari (1996) afirmam que:

Existe aí, como para cada um de nós, uma linha de segmentaridade dura em que tudo parece contável e previsto, o início e o fim de um segmento, a passagem de um segmento a outro. Nossa vida é assim: não apenas os grandes conjuntos molares (Estados, instituições ou classes), mas as pessoas como elementos de um conjunto são segmentarizados, de um modo que não é feito para perturbar nem para dispersar, mas ao contrário para garantir e controlar a identidade de cada instância, incluindo-se aí a identidade pessoal (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 67).

É interessante trazer a este percurso Deleuze e Guattari (1996) e perceber como que a segmentarização da vida está em todos os lugares e se esparrama rizomaticamente por todos os lados, mas este território de subjetivação duro encampa, absorve e emanam outras possibilidades de comporem-se ora em fluxos ora em linhas, fluxos desejantes que variam dos modos reconhecíveis e capitalísticos de viver, ora em outros modos que não são capturados em identidades, nomes ou qualquer outra classificação.

Os discursos que compõem as linhas molares dos binarismos expressos nos corpos e nas vidas, ainda são produzidos intensamente nos territórios autorizados da subjetivação contemporânea normatizada, porém, como já antecipavam os autores supracitados: “[...] o sistema duro não detém o outro: o fluxo continua sob a linha, perpetuamente mutante, enquanto a linha totaliza.” (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 101), como já dito anteriormente, são os chamados perigos das linhas e de seus efeitos nas expressões de vida, que passam a ser violadas em seus direitos a ter direitos:

Em suma, a linha de fuga converte-se em linha de abolição, de destruição das outras e de si mesmas, a cada vez que ela é traçada por uma máquina de guerra. E é esse o perigo especial desse tipo de linha, que se mistura, mas não se confunde com os perigos precedentes. A ponto de, a cada vez que uma linha de fuga acaba em linha de morte, nós não invocarmos uma pulsão interior “instinto de morte”, invocamos ainda um agenciamento de desejo que põe em jogo uma máquina objetiva ou extrinsecamente definível. Não é, portanto, por metáfora que, a cada vez que alguém destrói os outros e destrói a si mesmo, ele inventou sobre sua linha de fuga sua própria máquina de guerra: (...) (DELEUZE & PARNET, 1998, p.165).

Os planos de imanência das linhas de subjetivação e singularização compõem-se em tempos e espaços transitórios, agenciando-se com vários marcadores subjetivos:

De certa maneira, pode-se dizer que em uma sociedade o que é primeiro são as linhas, os movimentos de fuga. Pois estes, longe de serem uma fuga fora do social, longe de serem utópicos ou até mesmo ideológicos, são constitutivos do campo social, cujo declive e fronteiras, todo o devir, eles traçam. (...). Não deve entender essa primazia das linhas de fuga cronologicamente, mas tampouco no sentido de uma eterna generalidade. É, antes, o fato e o direito intempestivo; um tempo não pulsado, uma hecceidade como um vento que se levanta, uma meia noite, um meio dia. Pois as reterritorializações se fazem ao mesmo tempo: monetária, sobre novos circuitos; rural, sobre novos modos de exploração; urbana, sobre novas funções etc. É quando se faz uma acumulação de todas essas reterritorializações, que se destaca, então, uma “classe” que dela se beneficia particularmente, capaz de homogeneizá-la e sobrecodificar todos seus segmentos (DELEUZE & PARNET, 1998, p.157-158).

Os cenários de enunciações discursivas, que agenciam os modos de subjetivação e de singularização na atualidade, são nomeados de trans contemporaneidade, definidos por Braidotti (2009) da seguinte forma:

El término “transposiciones” tiene una doble fuente de inspiración: la de la música y la de la genética. Indica una transferencia intertextual que atraviesa fronteras, transversa, en el sentido de un salto desde un código, un campo o un eje a otro, no meramente en el modo cuantitativo de multiplicaciones plurales sino, antes bien, en el sentido cualitativo de multiplicidades complejas. No se trata sólo de entretener diferentes hebras, las variaciones sobre un tema (textual o musical), sino también y más precisamente de interpretar la positividad de la diferencia como un tema específico en sí mismo. En el ámbito musical, la transposición indica las variaciones y cambios de escala dentro de un esquema discontinuo pero armonioso. Se crea así una especie de espacio intermedio de zigzag y cruce: no lineal pero tampoco caótico; nómada y, sin embargo, responsable y comprometido; creativo, pero también cognitivamente válido; discursivo y también materialmente corporizado en el conjunto: es coherente sin caer en la racionalidad instrumental (BRAIDOTTI, 2009, p. 20).

Nesta perspectiva, discursos como transformação, trânsitos, transgêneros, transexualidades, transgressões, mudanças ganham outros contornos, valores e significação afinados pela emergência de sua positivação, a emergência da diferença.

Esse *trânsito* agencia a produção de modos de subjetivação que em sua materialidade bagunçam as lógicas inteligíveis de agenciamentos identitários autorizados pelas normas instituídas, enunciando assim corpos ditos abjetos, os quais preferimos chamar de corpos falantes³¹, numa livre tradução nossa e como bem defende Preciado (2002).

³¹ En el marco del contrato contrasexual, los cuerpos se reconocen a sí mismos no como hombres o mujeres sino como cuerpos hablantes, y reconocen a los otros cuerpos hablantes. Se reconocen a sí mismos la posibilidad de

Esses outros corpos são invisíveis no ensino das Psicologias e nos levam a problematização do próprio saber autônomo das Psicologias, que em sua história buscou arduamente um lugar ao sol da elite científica moderna. Este mesmo saber, porém, na transcontemporaneidade tende à inanição, pois, ao problematizarmos a fonte de energia primeira - o psicodiagnóstico através de inúmeros estudos dos já citados - casos clínicos, tendemos a nos esbarrar nos atuais embates éticos, estéticos e políticos pelo direito pleno à singularidade também no modo de sermos psicólog@s, de nos singularizarmos, sendo assim:

O que vai caracterizar um processo de singularização (que durante certa época, eu chamei de "experiência de um grupo sujeito") é que ele seja automodelador. Isto é, que ele capte os elementos da situação, que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem ficar nessa posição constante de dependência em relação ao poder global, em nível econômico, em nível do saber, em nível técnico, em nível das segregações, dos tipos de prestígio que são difundidos. A partir do momento em que os grupos adquirem essa liberdade de viver seus processos, eles passam a ter uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo que se passa em torno deles. Essa capacidade é que vai lhes dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p. 55).

Ao se distanciar dos outros saberes como a Filosofia, as Psicologias, ao longo de sua história, acabam reduzindo sua identidade profissional às intervenções diagnósticas, curativas e de adequação dos corpos falantes ao *status quo* aceitável, seguindo o modelo de medicalização da vida, inviabilizando a valoração da diferença, desta forma:

Hoje, como antes, a determinação dos lugares sociais ou das posições dos sujeitos no interior de um grupo é referida a seus corpos. Ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões e referências das normas, valores e ideais da cultura. (...) Características dos corpos significadas como marcas pela cultura distinguem sujeitos e se constituem em marcas de poder (LOURO, 2004, p. 75-76).

No intento de atualizar os territórios de massificação capitalísticos das subjetividades, dos corpos, dos sexos e suas eróticas, temos assistido a enunciação de filósof@s que incendiam e mantêm a vertente desconstrucionista da crença das verdades essencialistas e hegemônicas disseminadas em chamados “templos” acadêmicos e religiosos. Neste intuito, as

acceder a todas las prácticas significantes, así como a todas las posiciones de enunciación, en tantos sujetos, que la historia ha determinado como masculinas, femeninas o perversas (PRECIADO, 2002, p. 13).

obras de Paul B. Preciado vêm de encontro aos acontecimentos, em seus múltiplos territórios contemporâneos, dos avanços da indústria farmacêutica, das tecnologias de modificação corporal e do amplo avanço das mídias pornográficas.

Destacamos que, apesar de Paul B. Preciado se apoiar pouco em autores como Félix Guattari e Gilles Deleuze para nos apresentar a *Era Farmacopornográfica*, arriscaremos fazer um mapeamento da leitura capitalística na produção dos modos de subjetivação feita pelos autores, que sem dúvida, permite-nos visualizar modos de singularização e de subjetivação inéditos nas experimentações dos corpos, reificando a urgência em nos desfazermos profissionalmente da lógica binária heteronormativa sexos- sexualidades – gêneros e prazeres, assim apresentada a nós por Louro (2004),

Essa sequência supõe e institui uma coerência e uma continuidade entre sexo-gênero e sexualidade. Ela supõe e institui uma consequência, ela afirma e repete uma norma, apostando numa lógica binária pela qual o corpo, identificado como macho ou como fêmea, determina o gênero (um de dois gêneros possíveis: masculino ou feminino) e leva a uma forma de desejo (especificamente, o desejo dirigido ao sexo/gênero oposto). Ainda que o corpo possa se transformar, ao longo da vida, espera-se que tal transformação se dê numa direção única e legítima, na medida em que esse corpo adquire e exhibe os atributos próprios do seu gênero e desenvolve sua sexualidade, tendo como alvo o polo oposto, ou seja, o corpo diferente do seu (LOURO, 2004, p. 81).

Há também certa urgência de deslocamento na produção de saberes e de reconhecimento de outras estratégias de produção de desejos, que há tempos não experienciávamos e os quais muitas escolas de formação em Psicologia ainda teimam em não reconhecer como potências em vida, ou como o que Preciado (2008) nomeia como *Potentia Gaudendi*.

Em nota, @ autor@ explica que esse termo é elaborado a partir de uma noção de força de existência, já tratado por Spinoza e analisado pelo filósofo Gilles Deleuze (1978-1980). Paul B. Preciado assim nos apresenta a *Potentia Gaudendi*:

Lo que caracteriza a la *potentia gaudendi* no es solo su carácter no permanente y altamente maleable, sino, y sobre todo, su imposibilidad de ser poseída o conservada. La *potentia gaudendi*, como fundamento energético del farmacopornismo, no se deja reducir a objeto ni puede transformarse en propiedad privada. No solo no puedo poseer ni conservar la *potentia gaudendi* de otro, sino que tampoco puedo poseer ni conservar aquella que aparece como mía. La *potentia gaudendi* existe únicamente como evento, relación, práctica, devenir (PRECIADO, 2008, p. 39).

A busca dos diversos campos da ciência para uma maior captura e minimização das discriminações sobre as sexualidades, os prazeres e os gêneros, vem trazendo, na atualidade, discussões no contexto tanto dos direitos humanos, da bioética, da inclusão social, da educação e de outros olhares e posicionamentos das políticas públicas em relação a tais modos de existir que emergem nas relações sociais, neste sentido, temos que concordar com Rolnik (1993), que afirma que “[...] cresce a cada dia o descompasso entre as matrizes teóricas, ainda hegemônicas, e a experiência subjetiva do contemporâneo” (s/p).

Nesse sentido, corpos, sexualidades, prazeres e produção de saberes/discursos agenciam modos de subjetivação que capturam o entendimento de si e do outro, outorgando desejos e territórios subjetivos de sexualidades e eroticidades e de prazeres cerceados pelas relações capitalísticas e de poder/saber/prazer e o sujeito ético/moral.

A partir da criação de espaços de visibilidades e de empoderamento para a emancipação social, erótica-sexual e afetiva de homens e mulheres, mas também, nas relações entre cis homens e cis homens, cis mulheres e cis mulheres, trans homens e trans mulheres, trans homens e trans homens, trans mulheres e trans mulheres, e todas as outras possibilidades entre cis e trans pessoas que passam a circular em veículos de disseminação e produção subjetivas antes renegados, quais sejam: meios de telecomunicações como TVs, rádios e mídias virtuais entre outras, fazendo a massa heteronormatizada acreditar que há uma "moda" dissidente, uma valorização excessiva dos meios de comunicação de "dar voz" aos anormais e, ainda mais, como ando ouvindo em sala de aula, ou lendo em comentários nas redes sociais, "ditadura gay" que quer calar ou convencer as pessoas que vivem dentro da normalidade social a deixarem que seus filhos ou futuros convivam com a "libertinagem" vendida pela televisão e outras mídias, podendo estes "virarem" corpos em resistência.

Como efeitos dessa histeria coletiva da direita política nacional, em 2015, testemunhamos, atônitos, a ampla retirada das diretrizes nacionais, estaduais e municipais em todo país, da obrigatoriedade dos temas gêneros, sexualidades, raças/cores e diversidades nas escolas em seus níveis básico e fundamental.

Ao estudarmos a Era farmacopornográfica, com Preciado (2008), somos praticamente igados dessa ingenuidade liberal de que as pessoas podem simplesmente virar algo por livre e espontânea vontade (livre arbítrio) ou por influência passiva dos meios de comunicação ou dos processos educacionais.

A cartografia proposta por el@ nos lança aos registros de que as relações capitalísticas capturaram os modos de produção do desejo, inventam máquinas desejantes bastante

potentes, porém que ao produzirem os inéditos modos de viver atravessados pela química dos gêneros e pelas práticas e eróticas sexuais dissidentes como a pornografia em suas divertidas variações, agenciam também as trincheiras bem fundas e delimitadas dos discursos da norma e das subjetivações capitalísticas, que buscam a inviabilização de produção de determinados prazeres, corpos e afetos.

Já constatamos que, tanto a formação em nível superior em Psicologia, quanto à definição de abordagem teórica para a prática profissional de psicólog@s têm a teoria psicanalítica como escolha majoritária, avançamos nesse capítulo nos perguntando: Como seriam as atividades de formação em Psicologia se o cu fosse reconhecido como espaço de prazer ao invés de perversão? Como seria o olhar e a atuação d@s profissionais da Psicologia, sobre as violências contra as mulheres, as homofobias em suas variações lesbo e trans e os racismos se a máquina de produção de subjetividades e desejos fosse atravessada pelas desconstruções sobre a lógica sexos-gêneros-sexualidades e prazeres ao invés dessa validação da heteronormatividade da vida? Como seriam@s psicólog@s neste cenário?

5.3 Por uma Psicologia da multiplicidade: Estudos queer e a desconstrução de práticas psi falocentricas

Ser activo o pasivo se asocia historicamente a una relación de poder binaria: dominador-dominado, amo-esclavo, ganador-perdedor, fuerte-débil, poderoso-sumiso, propietario-propiedad, sujeto-objeto, penetrador-penetrado, todo ello bajo outro esquema subyacente de género: masculino-femenino, hombre-muje. (SÁEZ, J & CARASCOSSA, S. 2011, s/p.)

O movimento queer advém das ruas, das manifestações e lutas por direitos à vida em diferenças de pessoas que não se encaixam nos crivos de vidas normatizadas pré-estabelecidos. O termo queer pode ser traduzido como estranho, abjeto, indesejável e poderíamos capitalizá-lo como inconsumível. As pessoas se automeiam queer, e por serem linhas de fuga, buscam sempre as saídas dos territórios de produção-registro-controle-consumo da sociedade.

Penedo (2008) abre a possibilidade de hipótese hierárquica da teoria queer como campo de estudo, identificando três ramos diferentes:

Los estudios que plantean una interpretación materialista de las desigualdades existentes entre diferentes sectores de la sociedad,

desigualdades que van más allá de la clase social, y que afectan también a otros aspectos como la raza, la etnia y la sexualidad. Los análisis de los discursos surgidos de la producción cultural, ajenos a las condiciones materiales de la opresión que sufren gays e lesbianas. Los estudios que intentan legitimar las sexualidades no normativas, mediante la teorización de un deseo y erotismo queer (PENEDO, 2008, p. 18).

Os estudos queer podem ser definidos como a sistematização e teorização desses modos de viver e acabam ganhando bastante destaque junto aos movimentos de emancipação feminista e outros movimentos tidos como identitários como os gays, lésbicas, pessoas trans, etc., mas as contribuições dos estudos e das vidas queer vão para além das minorias sexuais, eles se atentam também para a emancipação das minorias raciais e étnicas e tod@s @s considerad@s anomalias pelo sistema heterossexista moral e higienista contemporâneo.

O advento da AIDS e os movimentos emancipatórios feministas academicizaram as experiências individuais, tornando-as teorizações acerca das sexualidades - prazeres e suas inúmeras variações.

Os teóricos queer fazem uma releitura de Foucault, Derrida e Deleuze e Guattari, buscando amplificar e produzir novos estudos em gêneros, sexualidades e prazeres, vinculando essas temáticas à própria política - ética e estética de viver.

Os métodos adotados nos estudos queer, compõem-se através de ferramentas conceituais múltiplas e em afinidades, conforme Penedo (2008):

La metodología utilizada en la investigación de la Teoría Queer no se puede reducir a una sola, ya que es el conjunto de muchos marcos de trabajo y de diferentes estrategias: historiografía foucaultiana, psicoanálisis, narratividad, etnografía, narrativa experiencial. La preferencia por “queer” representa, sobre otras cosas, un impulso agresivo frente a generalización; rechaza una lógica minoritarizadora de tolerancia o desinterés. Es una concepción política a favor de una resistencia más transversal y generalizada de los regímenes de la normalidad (Idem, 2008 p.122).

Para os teóricos queer a produção de sexualidades é política, e como tal, deve desarticular as ideologias que capturam as vidas em diferença, resistir para existir.

Si algo han aprendido de Foucault las políticas queer es que el poder no es solamente algo negativo, que niega, suprime o limita, sino que es algo productivo: produce posibilidades de acción, de elección y de resistencia. Y siempre hay algo que escapa a las relaciones de poder, siempre hay fisuras, lugares inesperados, líneas de fuga, nuevos territorios, espacios raros. Por

ello, y dado que no hay un “afuera del poder”, las políticas queer no se basan en un discurso de liberación, sino de resistencia (SÁEZ, 2005, p. 76).

Porém, temos que amplificar as leituras para além das vivências/experiências individuais nomeadas como queer para que os conceitos desconstruam a lógica heteronormativa vigente, Penedo (2008) alerta:

Una de las cuestiones que planteo aquí es precisamente como los teóricos queer entran a formar parte de una interpretación y representación de la verdad que encarna la Teoría Queer. Porque mientras que sus trabajos desarrollan el concepto de juegos de verdad, ellos mismos participan en la elaboración de un saber, el campo de estudios denominado Teoría Queer que en sí mismo entra a formar parte de nuevos juegos de verdad, que establecen relaciones de poder especialmente en su interacción con los estudios gays, a partir del análisis de discurso – sobre todo en torno a la sexualidad – que, a su vez, generan nuevos discursos, los discursos queer que, a su vez, configuran al sujeto queer (PENEDO, 2008, p. 34-35).

A proposta de criação em detrimento da reprodução, de desconstrução e a própria genealogia agenciam a desnaturalização das dissidências sexuais, provocando assim a Psicologia enquanto ciência e profissão, para a problematização ao invés da patologização, e ao empoderamento das minorias, sejam elas de gêneros ou de sexualidades, somadas às expressões de classes, raças/cores, geração e estilos de vida criativos em detrimento da submissão a uma *psique* produzida em uma história mal resolvida na infância e reduzida a único modo de funcionamento mental universal.

Neste sentido, os estudos queer vêm sendo adotados na formação em Psicologia, a princípio vinculados a grupos de pesquisa, a disciplinas específicas de gêneros e sexualidades ou em estágios supervisionados com ênfase nas temáticas queers, mas a amplificação de algumas ideias poderia, talvez, queerizar as Psicologias, visando à quebra dos binarismos, dos enquadres e das patologizações dos modos de viver.

No Brasil, a Teoria Queer tem como seus primeiros precursores pesquisadores de áreas diversas, com publicações das problemáticas levantadas por Judith Butler no Cadernos Pagu, já em 1995, sendo que o primeiro artigo sobre o tema na Revista Estudos Feministas, da UFSC, foi publicado em 2000, pela autora Francine Masiello (Benetti, 2013).

Ainda segundo pesquisa feita pelo autor supracitado:

(...) a Teoria Queer no Brasil não se construiu de maneira óbvia, ou a partir de uma importação dos EUA. Busco demonstrar como autorxs como Peter

Fry, Néstor Perlongher ou o jornal *Lampião da Esquina*, já estavam no final dos anos 1970 e durante os anos 1980, constatando a construção social de sujeitos abjetos, questionando os binarismos sexuais, e enfatizando o caráter construído da heterossexualidade. Da mesma forma, ênfase como o movimento homossexual brasileiro, em especial o grupo *Somos*, primeiro grupo de luta homossexual do Brasil, já tinham como pauta política o questionamento dos binarismos sociais, a luta contra a autoridade desmedida, e o esvaziamento de termos pejorativos, da mesma forma como estava se fazendo nos EUA com o termo *queer*. Na análise dos anos 90, busco organizar fatos e fragmentos, para a compreensão da efervescência intelectual que estava se formando desde 1995 em torno da Teoria Queer, e a partir dos anos 2000, tenho como objetivo brincar com ideias e possibilidades sobre os deslocamentos destes estudos no Brasil (BENETTI, 2013, p. 29-30).

Especificamente no campo da Psicologia, não nos interessa quando os Estudos Queer começaram a ser trazidos à baila para as desconstruções conceituais e construções de outras intervenções psi, porém Peres (2013), em suas pesquisas, já define claramente quais seriam as prioridades da queerização da Psicologia, vejamos:

-desfazer o sexual e o gênero, heteronormatizado e falocentrico;
 -desterritorializar os territórios sexualizados e gendrados através da decodificação dos códigos que dão inteligibilidade para os estereótipos de classe, raça, sexualidade, gênero, orientação sexual, etc; e,
 -facilitar a passagem para que devires outros possam expressar novos modos de existencialização, fora dos binarismos e dos universais que até então se orientavam pelos processos de normatização impostos pelo bio-poder e suas regulações bio-políticas. (PERES, 2013, p. 63).

As prioridades dos estudos queers são as amplificações das fronteiras normativas, a multiplicação das referências nos processos de subjetivação e, conseqüentemente, a valoração das infinitas formas de viver a corporeidade na contemporaneidade, para Penedo (2008) “La Teoria Queer tiene la emancipación como objetivo” (PENEDO, 2008, p. 29).

Para que essa pluralidade do olhar aconteça, os teóricos da vida queer dialogam e se aproximam de saberes diversos por afinidades, como da psicanálise, do interacionismo simbólico, do Construcionismo social, do pós-positivismo e pós-estruturalismo, do pós-modernismo, dos Estudos Culturais e dos Estudos Feministas (PENEDO, 2008).

Os discursos molares das teorias e estratégias em Psicologia, disseminados ao vento, produzem subjetividades engessadas/cristalizadas/racializadas que valorizam, agenciam e aceitam as violências eróticas, sexuais e de gêneros, e a formação em Psicologia ainda está

ausente dessas problematizações atuais, pois, na formação em Psicologia, ainda reverberam os fatores de formação higienista do Eu, em seus únicos três fatores:

O primeiro desses fatores é o "rochedo" da castração; o rochedo com duas vertentes não simétricas, que introduz em nós uma cavidade incurável, na qual a análise deve se apoiar. O segundo é uma aptidão qualitativa ao conflito, que faz com que a quantidade de libido não se distribua por duas forças variáveis correspondentes à heterossexualidade e à homossexualidade, mas que cria, na maior parte das pessoas, oposições irreduzíveis entre as duas forças. Finalmente, o terceiro fator - cuja importância econômica é tal que afasta as considerações dinâmicas e tópicas - diz respeito a um gênero de resistências não localizáveis: dir-se-ia que certos sujeitos têm uma libido tão viscosa, ou então, ao contrário, tão líquida que nada consegue "agarrar" a eles (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 92).

As teorizações nomeadas políticas anais têm esclarecido a insistente manutenção do sistema falocentrico, misógino e homofóbico e suas consequências violentas, já elencadas por Freud quando afirmava ser a passividade o grande problema do homem, considerando que na sociedade patriarcal a passividade está intimamente relacionada ao feminino.

A interdição de práticas anais, subjetiva os modos de viver, lançando-nos às mazelas das violências de gêneros e em relação aos corpos dissidentes eróticos e sexuais, sendo assim:

A prática do sexo anal seja com picas, objetos, dedos e dildos foram capturadas pela lógica binária e universal que determina desqualificação, desvalorização e toda forma de injúria que um ser humano possa receber ao ser descoberto e/ou associado com essas formas de práticas e prazeres. Da mesma forma, a prática do sexo oral também será associada a uma negatividade que colocará seus praticantes em posição de abjeção e, juntamente com a prática de sexo anal, serão tomados como principais elementos de composição das expressões homossexuais, o que, por sua vez, se mostram presentes nas expressões e práticas trans-lesbo-homofóbicas tão presentes em nossos cotidianos, nas mídias, nas igrejas, nas ruas, no governo (PERES et al, 2014, p.6).

Vejamos o que também nos dizem Sáez e Carrascosa (2011) sobre a relação entre o sexo anal e a homofobia:

Hasta aquí hemos planteado la hipótesis de que el rechazo del sexo anal pasivo entre los hombres heteros tiene que ver con cierto ejercicio del poder, con ocupar un lugar de superioridad, de dominación. También hemos visto que el rechazo a ser penetrado es un elemento fundamental en la identidad masculina del varón heterosexual. Pero otro elemento clave de esta dinámica

compleja es el deseo. Un deseo del disfrute anal que ha quedado reprimido consciente o inconscientemente, y que, además, es castigado socialmente. En este sentido, podríamos decir que uno de los motores principales de este rechazo de lo anal es el miedo. El miedo en dos direcciones: a perder la identidad de género, de varón, con la amenaza a ser asimilado a una mujer, y el miedo a perder la identidad de la orientación sexual (de heterosexual, pasar a ser percibido como homosexual). Es decir, la relación de los varones heteros con lo anal explica muchas cosas sobre las causas del machismo y la homofobia (SÁEZ, & CARRASCOSA, 2011, s/p).

A desconstrução acadêmica do sexo anal como prática perversa, pecaminosa e marginal, dá-nos a ver que, infelizmente há a intenção ideológica - política da manutenção de determinados discursos teóricos dentro da formação em Psicologia, inviabilizando assim, por vezes, uma atuação psi localizada, ou seja, situada na realidade e na produção das linhas de subjetivação do machismo o que implica em considerar a emergência de resistências e invenções de novas estéticas de viver e as práticas de violências contra as mulheres e minorias sexuais - ou melhor, dizendo, violências contra os destituídos de poder.

Uma das formas de talvez quebrar essa rigidez identitária d@s profissionais da Psicologia seria uma formação menos tecnicista, especialista, determinista de habilidades e competências e mais multidisciplinar, política e emancipatória para que @s profissionais da Psicologia ao se depararem com a realidade tanto das alegrias e suavidades de vidas ditas abjetas, quanto das violências de gêneros, raças/cores e etnias e sexualidades, pudessem ter um olhar multifacetado, que amplificasse as possibilidades de vida respeitadas em suas singularidades e modos potentes de viver das pessoas envolvidas neste fazer das Psicologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Uso a palavra para compor meus silêncios. Não gosto das palavras fatigadas de informar.
 Dou mais respeito às que vivem de barriga no chão tipo água pedra sapo.
 Entendo bem o sotaque das águas. Dou respeito às coisas desimportantes e aos seres
 desimportantes.
 Prezo insetos mais que aviões. Prezo a velocidade das tartarugas mais que a dos mísseis.
 Tenho em mim um atraso de nascença.
 Eu fui aparelhado para gostar de passarinhos. Tenho abundância de ser feliz por isso.
 Meu quintal é maior do que o mundo.
 Sou um apanhador de desperdícios: Amo os restos como as boas moscas.
 Queria que a minha voz tivesse um formato de canto.
 Porque eu não sou da informática: eu sou da invencionática.
 Só uso a palavra para compor meus silêncios (O apanhador de desperdícios – Manoel de Barros,
 s/d).*

Infelizmente, e talvez por isso, a problematização tratada na presente tese, a Psicologia em suas diversas variações e @s psicólog@s, ainda alimentam-se e se retroalimentam conceitualmente e metodologicamente, pelas vidas em sofrimento, entendendo, muitas vezes, o próprio processo de singularização como expressão necessariamente de vidas angustiadas, amarguradas.

Essa identidade de profissão que "ajuda" as pessoas que sofrem, ao invés de uma profissão que se pensa e faz para a potencialização das vidas e a plena emancipação de viver, do respeito às singularidades e diversidades existenciais, das conquistas políticas emancipatórias advindas dos movimentos sociais em guerrilha, acaba por significar também a própria linha de produção de pesquisas, de conceitos e de fazeres das Psicologias na atualidade, dando-nos a ver a escassez já debatida nesse estudo.

Esse “jeitão” de ser psicólog@s, nos coloca numa situação delicada diante dos movimentos sociais e seus componentes, que demandam justamente a libertação das capturas capitalísticas que os limitam as marginalizações e suas vitimizações.

Como nos disse Máximo, a vitimização das minorias marginalizadas já é conhecida, diagnosticada e controlada pelo sistema, para isso que se torna preciso torná-l@s audíveis, respeitáveis e possíveis vidas potentes nos espaços públicos, validar a implicação da vida dita em sociedade.

Talvez, para que as Psicologias voltem pelo menos um olhar, enquanto ciência e as práticas enquanto profissão para as outras expressões de vida, que para além dos sofrimentos, das violências, das exclusões e das invisibilidades também almejem os discursos das vidas que enfatizem o reconhecimento das diferenças, enquanto possibilidades reais e positivas de

vidas, seria interessante o agenciamento da minoração das Psicologias, ou seja, promover o agenciamento de territórios de produção de saberes e fazeres, vinculados ao menor, ao devir, valorando as desterritorizações dos planos de produção desses jeitos instituídos – desconstruir os fixos modos de ser psicólog@s.

Os processos de desterritorialização podem ser ilustrados nessa tese como a criação, manutenção e insistência de estratégias de pesquisa, ensino e extensão nas temáticas dos sexos, dos gêneros, das sexualidades e dos prazeres, defendido por noss@s professor@s colaborador@s.

Arriscamos afirmar que suas estéticas e éticas de vida, seus corpos politizados inseridos na graduação em Psicologia, são, eles mesmos, dispositivos de desterritorialização das identidades psi. Os processos de desterritorialização são sempre em dupla, em conexões entre, vejamos:

Jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos: mão-objeto de uso, boca-seio, rosto-paisagem. E cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outro. De forma que não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga: ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro, que também perdeu a sua. Daí todo um sistema de reterritorializações horizontais e complementares, entre a mão e a ferramenta, a boca e o seio, o rosto e a paisagem (...) De dois elementos ou movimentos de desterritorialização, o mais rápido não é forçosamente o mais intenso ou o mais desterritorializado. A intensidade de desterritorialização não deve ser confundida com a velocidade de movimento ou de desenvolvimento (DELEUZE E GUATTARI, 1996, p. 37).

O currículo molar da formação em Psicologia, alimentado pela exigência de ter contornos teóricos e metodológicos para os protocolos das habilidades e competências esperadas e demandadas pelo “mercado”, são desfeitos, desnaturalizados de como deve ser profissional psi, ao trazermos as estratégias de desconstrução e desnaturalização das leituras feministas, pós-estruturalistas em gêneros, sexualidades e prazeres na formação.

Nossas obrigações molares de ensinar o manejo de testes psicométricos, de produção de protocolos avaliativos, de teorias psicológicas ultrapassadas, podem ser desmontados, com estágios e extensões nas ruas, nas casas de prostituição e nas políticas públicas em atenção as mulheres e populações de gays, lésbicas e pessoas trans, com vistas às suas emancipações e politizações.

Destacamos que ao utilizarem, como nos relataram alguns professor@s colaborador@s, a literatura e o cinema, como estratégias de teorização para a emancipação, o respeito, o (re)conhecimento e a criação de estratégias inovadoras psi, acerca de vidas ditas impossíveis como das prostitutas, d@s negr@s, dá-nos esperança de que alun@s de uma elite declarada das universidades públicas do Brasil, poderão sim desestabilizarem algumas certezas já coladas nos modos de subjetivação desses psicólog@s em formação, no que tange a não serem somente instrumento de solidariedade, mas sim de empoderamento e aprendizagem com vidas ditas abjetas, trazendo a arte para a formação, criando espaços para que os subalter@s possam de fato falar e serem ouvidos respeitosamente, mais uma vez agencia-se desterritorializações na formação em Psicologia.

Ao articularem seus núcleos de pesquisa e extensão nos cursos de Psicologia, apesar de declararem, e talvez por isso, não estarem necessariamente conectados ao Projeto pedagógico do Curso de graduação, noss@s professor@s colaborador@s nos dão as dicas de outros territórios de subjetivação e singularização de outros modos de identificar-se psicólog@s. Esses espaços seriam os contra-espços, as heterotopias no próprio território, no próprio plano de imanência da formação em Psicologia.

São espaços de liberdade de expressões de gêneros, de sexualidades e de afetos, são espaços de não métodos de intervenção, são espaços de emergência de problematizações vinculadas aos movimentos sociais e suas demandas, são espaços de desconstrução de modos de ser psicólog@s.

Problematizando as Psicologias, em contra espaços como estes, podemos agenciar sua minoração, pois como afirma Carneiro (2013), inspirado pelas obras de Deleuze & Guattari:

O fluxo minoritário proporcionado pela variação incessante é a potência de criação, que se contrapõe a um fluxo estabelecido que já não pode criar, mas apenas repetir o mesmo. Em outras palavras, o minoritário habita a fronteira, produz linhas de fuga; não está entre o plano individual e o coletivo, mas entre dois sistemas de referências distintos que os atravessam: a multiplicidade maior/molar e a menor/molecular. (...). Uma minoria, no entanto, não se mede pela quantidade, pelo número ou por qualquer outro método de separação, mensuração ou classificação. (...). Deste modo, a noção de minoria refere-se a traços de singularidades que se articulam num processo criador, rompendo com as estratificações predominantes. O minoritário está em movimento constante de potencialização frente a uma segmentaridade dura, molar; o menor está em processo, criação de novas formas de estar no mundo, que quebra a lógica tradicional de uma política majoritária; menor aqui é a própria linha de fuga frente à molaridade, quer seja, do Estado, da Igreja, do casamento, do sexo, etc. Menor é a

possibilidade de alcançar a linha de transformação na História, é a própria singularização (CARNEIRO, 2013, p. 57).

Ao minorar, *queerizamos* as Psicologias via as *parresias* anunciadas nesta tese, almeja-se profissionais psi capazes de se intrigar com o caminho, com os processos, com o meio, assim como já teorizara Deleuze (1997):

Uma concepção cartográfica é muito distinta da concepção arqueológica da psicanálise. Esta última vincula profundamente o inconsciente à memória; é uma concepção memorial, comemorativa ou monumental, que incide sobre pessoas e objetos, sendo os meios apenas terrenos capazes de conservá-los, identificá-los, autenticá-los. Desse ponto de vista, a superposição das camadas é necessariamente atravessada por uma flecha que vai de cima para baixo. E trata-se sempre de afundar-se. Os mapas, ao contrário, se superpõem de tal maneira que cada um encontra no seguinte um remanejamento, em vez de encontrar nos precedentes uma origem: de um mapa ao outro, não se trata da busca de uma origem, mas de uma avaliação dos *deslocamentos*. Cada mapa é uma redistribuição de impasses e aberturas, de limiares e clausuras, que necessariamente vai de baixo para cima. Não é só uma inversão de sentido, mas uma diferença de natureza: o inconsciente já não lida com pessoas e objetos, mas com trajetos e devires; já não é um inconsciente de comemoração, porém de mobilização, cujos objetos mais do que permanecerem afundados na terra, *levantam vôo* (DELEUZE, 1997, p.75).

Defendemos nessa tese a gagueira nas disciplinas e estratégias de formação em Psicologia, como também possibilidade de *queerizá-la*. A gagueira na própria língua e na linguagem agencia uma língua menor, outras estratégias, outros conceitos, outras expressões para o dizer-fazer das Psicologias, outras posições diante da profissão e da vida. Deleuze (1997) assim pensava a gagueira:

Parece, contudo que há uma terceira possibilidade: quando *dizer é fazer*. É o que acontece quando a gagueira já não incide sobre as palavras preexistentes, mas ela própria introduz as palavras que ela afeta; estas já não existem separadas da gagueira que as seleciona e as liga por conta própria. Não é mais o personagem que é gago de fala, é o escritor que se torna *gago da língua*: ele faz gaguejar a *língua enquanto tal*. Uma linguagem afetiva, intensiva, não mais uma afecção daquele que fala (Idem, 1997, p.122).

Ao nos posicionarmos nesta leitura crítica, a Psicologia de manual e de um modo de ser **psicólogo@**, temos clareza de que não estamos em uma batalha pelo fim de teorias e práticas psicológicas clássicas em detrimento de uma neo Psicologia. O que almejamos nessas

problematizações são a releitura dos conceitos e a invenção de novos conceitos com saberes outros na formação de outr@s profissionais da e na Psicologia.

Neste sentido, concordamos com a afirmação de Torres (2011) que: "Às vezes, os conceitos nascem da necessidade de impor normas. Em todo caso, a princípio se circunscreve a um âmbito determinado. Com o tempo, se entrincheiram até se diluírem no cotidiano." (TORRES, 2011, p. 12) (tradução nossa).

Essa diluição de conceitos produzidos por uma Psicologia *queerizada* faria gaguejar as línguas psi, fazendo com que as bases teóricas e já dadas como verdades de uma certa Psicologia e sua conseqüente produção de um único jeito de ser psicólog@, pudessem se fazer em outr@s, mais poéticas, mais ficcionais, para daí sim deixarmos de ser profissionais de uma Psicologia tecnicista e biopolítica que apenas diagnostica, enquadra, aprisiona, modifica e normatiza, para sermos profissionais *parresiastas*, de Psicologias inventivas, éticas e em favor de todas as formas de vida e de viver.

Em um dado momento, durante a entrevista com Maria Clementina, esta se pergunta e seu olhar me lançava a mesma pergunta: - Como é que fazemos tudo isso? Escrever e trabalhar, ter filh@s e cônjuges e fazer doutorado, livre-docência.

Fiz-me essa pergunta ao longo desses quatro anos, a cada semestre finalizado com as avaliações, as subjetivantes avaliações, bem realizadas, a cada resumo aceito e apresentado em Congressos Internacionais pelo país, em cada artigo submetido e aceito para publicações, na organização de eventos, nos pareceres dados em trabalhos em eventos e a revistas em Psicologia. Ao término de cada tarefa, eu me perguntava: - Como fiz? A resposta a essa pergunta: - Não faço à menor ideia.

Não havia dado ênfase ao fato de só ter homens docentes no nosso Grupo de pesquisa, nem mesmo me perguntei por que só tive professores homens nas disciplinas obrigatórias do doutorado vinculadas especificamente ao meu tema de pesquisa e atuação, nem mesmo me perguntei por que só há uma mulher na colaboração da tese.

Hoje, aqui dando os contornos finais ao texto, sinto o corpo trêmulo, emocionado, potente, feliz por saber que somos poucas, mas somos extremamente fortes. Deslocar-se dos lugares anunciados a nós mulheres como possíveis não contemplam a solidão de produzir uma tese, sem abandonar o trabalho, @s filh@s, @s cônjuges e as amizades valorosas, e principalmente, sem nos abandonarmos.

A pergunta que fiz ao final de cada entrevista: - Qual diferença acredita que faz na formação de psicólg@s?, eu me faço todo dia ao final de uma aula, de uma orientação de

estágio, ou durante os anos dos grupos de pesquisa e extensão. Fazia-me essa pergunta por que me sentia sozinha, me sentia diferente, me sentia pouco capacitada para dar conta do que problematizava, me sentia escassa, me sentia pouco psicóloga.

Cada declaração feita pel@s noss@s professor@s colaborador@s, deram materialidade um sentimento que ainda não havia tido – pertença. Pertencer significa fazer parte, não estar sozinha na busca por uma formação mais política, mais estética e mais ética com as minorias, significa vida em abundância, e hoje posso afirmar que a minha vida transborda pertencimento a múltiplos, inventivos e alegres modos de ser psicóloga e produzir Psicologias.

REFERÊNCIAS

AGGLETON, P. & PARKER, R. **Estigma, Discriminação e AIDS**. Coleção ABIA: Cidadania e Direitos 1. Rio de Janeiro: ABIA. 2001

ANTUNES, M.A.M. A Psicologia no Brasil: Um ensaio sobre suas contradições. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**: 50 anos de profissão, 2012, 32 (num. esp), 44-65

AZEREDO, S.M O político e o público e a alteridade como desafios para a Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2002, 22(4), 14-23.

AZEREDO, S.M Em defesa do posicionamento na pesquisa em Psicologia. In TEIXEIRA-FILHO, F et al (organizadores) **Queering**: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

BARBOSA, A. J. G.; LISBOA, F. S. Formação em Psicologia no Brasil: Um perfil dos Cursos de Psicologia do Brasil. **Psicologia Ciência e Profissão**, 2009, 29 (4), 718-738,

BARROS, M. **O apanhador de desperdícios**. Disponível em: <<http://www.revistabula.com/2680-os-10-melhores-poemas-de-manoel-de-barros/>> Acesso em: 03 set. 2015.

BASTOS, A. V. B et col Uma categoria profissional em expansão: quantos somos e onde estamos? Em BASTOS, A. V. B.; GONDIN, S. M. G. (orgs) **O trabalho do psicólogo no Brasil [recurso eletrônico]**: um exame à luz das categorias da Psicologia organizacional e do trabalho. Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

BELTRÃO, I. R. **Corpos Dóceis, Mentes Vazias, Corações Frios**. São Paulo: Imaginário, 2000.

BENETTI, F. J. **A bicha louca está fervendo**: uma reflexão sobre a emergência da teoria queer no Brasil (1980 – 2013). Trabalho de conclusão de curso. Orientador: Prof. Dr. Edgar Garcia Júnior; Co orientadora Dr^a Jimena Furlani. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2013.

BERNARDES, A. G & HOENISCH, J. C. D. Subjetividade e identidades: possibilidades de interlocução da Psicologia Social com os Estudos Culturais. In GUARESCHI, N & BRUSCHI, M. E. (orgs) **Psicologia Social nos estudos culturais**: perspectivas e desafios para uma nova Psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRAIDOTTI, R. Post-human, All Too Human Theory, **Culture & Society** (SAGE, London, Thousand Oaks and New Delhi), Vol. 23 (7–8): 197–208, 2006. Disponível em: <<http://tcs.sagepub.com/content/23/7-8/197.full.pdf+html>>. Acesso em: 13 de ago. de 2015.

_____. **Transposiciones:** sobre la ética nómada. Barcelona: Gedisa, 2009.

BRANCO, G. C Considerações sobre ética e política Em: BRANCO, G. C. & PORTOCARRERO, V (orgs) **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

BRASIL. **Resolução nº. 8, de 7 de maio de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Psicologia. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, 2004.

_____. **Resolução nº. 5, de 15 de março de 2011.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Psicologia. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, 2011.

_____. **Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Índice Geral dos Cursos. Boletim 2012. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>>. Acesso em: 22 de jan. de 2014.

_____. **Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** Relatório ENADE 2012. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2012/2012_rel_Psicologia.pdf> Acesso em: 22 de abr. de 2014.

_____. **Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Censo da Educação Superior. Resumo Técnico 2012. 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf> . Acesso em: 22 de abr. de 2014.

_____. **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013.** Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/resolu%C3%A7%C3%A3o_n_175.pdf> . Acesso em: 15 de jul. de 2015.

_____. **Resolução no - 12, de 16 de janeiro de 2015.** Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=12/03/2015>> Acesso em: 15 de jul. de 2015.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Tradução de Maria Thereza Redg de Carvalho Barrocas e Luiz Octávio Ferreira Barreto Leite – 3.ed.rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

_____. Que é a Psicologia? Tradução Osmyr Faria Gabbi Jr. **Impulso**: Revista de Ciências Sociais e Humanas. Piracicaba/SP. Volume 11. N.26, p.11 a 26, 1999. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/impulso26.pdf>> Acesso em: 16 de set. de 2015.

CAREAGA PÉREZ, G. La sexualidad, aún un desafío para la Psicología. Em TEIXEIRA-FILHO, F et al (organizadores) **Queering**: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

CARNEIRO, A. S. **Deleuze & Guattari**: uma ética dos devires. Dissertação de Mestrado. UNIOESTE/ Toledo. 2013

CLANDININ, D. J. & CONNELLY, F.M. **Pesquisa narrativa**: Experiência e história em pesquisa qualitativa. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COLEBROOCK, C. On the Very Possibility of Queer Theory. Em: NIGIANNI, & STORR, M. (orgs) **Deleuze and Queer Theory**. Edinburgh University Press, 1988.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP 001/1999 de 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a questão da orientação sexual. 1999.

CÓRDOBA, D. Teoria queer: reflexões sobre sexo, sexualidade e identidade. Em direção a uma politização da sexualidade In CORDOBA, D; SAÉZ, J & VIDARTE, P. **Teoria queer**: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Madri: Egales. 2005.

CORDOBA, D; SAÉZ, J & VIDARTE, P. **Teoria queer**: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Madri: Egales, 2005.

DANTAS, J.B. Formar psicólogos: por quê? Para quê? **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 22 – n. 3, p. 621-636, Set./Dez. 2010

DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder: Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze In FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

DELEUZE, G. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990. Disponível em: <<http://escolanomade.org/pensadores-textos-e-videos/deleuze-gilles/o-que-e-um-dispositivo>>. Acesso em: 25 de jun. de 2015.

_____. **Crítica e clínica**. Tradução Peter pal Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____. **O abecedário de Gilles de Deleuze**. Transcrição para fins didáticos. Editado no Brasil pelo Ministério da Educação, “TV Escola”, 2001.

DELEUZE, G.& GUATTARI, F. **O que é a Filosofia?** Tradução de Bento Pardo Junior e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

_____. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1; tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. —Rio de janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de janeiro: Ed. 34, 1996.

_____. **O abecedário de Gilles de Deleuze**. Transcrição para fins didáticos. Editado no Brasil pelo Ministério da Educação, “TV Escola”, 2001.

_____. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Tradução Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. Tradução Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro, São Paulo: Perspectiva, Ed, da Universidade de São Paulo, 1973.

FERNANDÉZ, A. M. Las diferencias desigualadas: multiplicidades, invenciones políticas y transdisciplina. Em TEIXEIRA-FILHO, F et al (organizadores) **Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1986

FIGUEIREDO, L. C. **A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900**. São Paulo: Educ, 1992.

FONSECA, M.A. Normalização e Direito Em: BRANCO, G. C. & PORTOCARRERO, V (orgs) **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade III: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Doença mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

_____. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humana; tradução Salma Tannus Muchil, 6ª Ed.**, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **A ordem do discurso**. Resumos dos Curso no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970-1982. São Paulo: Loyola, 1996 (a).

_____. **Las redes del poder**. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1996(b)

_____. **Resumos dos Curso no Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 2002a.

_____. **Os anormais** Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

_____. **Ditos e escritos IV.** Estratégias de saber e poder. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **El coraje de la verdad: el gobierno de sí y de los otros II.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

_____. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France;** tradução Eduardo Brandão. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias.** São Paulo: n-1 edições, 2013.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** Tradução Ramiro da Fonseca. Edição Livros do Brasil. Lisboa: s/d.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada,** trad. Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GUARESCHI, N.; DHEIN, G. Formação em Psicologia: história, cultura e política. Em TATSCH, D. T; GUARESCHI, N.M.F; BAUMKARTEN, S.T (org). **Tecendo relações e intervenções em Psicologia social.** Porto Alegre: ABRAPSO SUL, 2009.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica – Cartografias do desejo.** 7ª Edição Revisada. Petrópolis: Vozes, 2005.

HARAWAY, D. **Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinvencción de la naturaleza.** Ediciones Cátedra. Universitat de València - Instituto de la mujer. Madrid, 1995a.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução Mariza Corrêa. **Cadernos Pagu.** (5) 1995b: pp. 07-41.

_____. “Gênero” para um dicionário marxista. Tradução: Mariza Corrêa. **Cadernos Pagu** (22) 2004: pp.201-246. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/-n22a09.pdf>>. Acesso em: 14 de jul. de 2015.

JACQUES, M. da G. Identidade In STREY, M.N et al. **Psicologia Social Contemporânea**: livro-texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: EDA/FBN, 2012. Disponível em: <<http://issuu.com>> Acesso em: 14 de abr. de 2015.

LARROSA, J. A libertação da liberdade Em: BRANCO, G. C. & PORTOCARRERO, V (orgs) **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

LAQUEUR, T. **La construcción del sexo**: Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud: Madrid: Cátedra Universitat de València Instituto de la Mujer, 1994.

_____. **Inventando o sexo**: corpo e gênero, dos gregos a Freud. Tradução Vera Wharely. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Disponível em: <[file:///C:/Users/_/acer/Downloads/LAQUEUR inventando+o+sexo cap1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/_/acer/Downloads/LAQUEUR%20inventando+o+sexo%20cap1%20(1).pdf)> Acesso em: 29 de mai. de 2015.

LORDE, A. Z, a New Spelling of My Name. Trumansberg, NY, Crossing, 1982. In HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista. Tradução: Mariza Corrêa. **Cadernos Pagu** (22) 2004: pp.201-246. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>>. Acesso em: 14 de jul. de 2015.

LOURO, G. **Um corpo estranho** - ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **O corpo educado - pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MACHADO, R **Nietzsche e a verdade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

MAIO, E. R. **O nome da coisa**. Maringá: UNICORPORE, 2011.

MANCEBO, D.; MAUÉS, O.; CHAVES, V.L.J. Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 37-53, 2006.

Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a04n28.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2013.

MEIHY, J. C . S. B; BOM MEIHY, F. H. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autentica, 2012.

NARDI, H; MACHADO, P.S; VIANA MACHADO, F; ZENEVICH, L. O “armário” da universidade: O silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. **Teoria e Sociedade** nº 21.2 - julho-dezembro de 2013

NARVAZ, M. G. A **(in)visibilidade do gênero na Psicologia acadêmica**: onde os discursos fazem (se) política. Tese de doutorado. Porto Alegre- RS, 2009.

NUERNBERG, A. H. **Gênero no contexto da produção científica brasileira em Psicologia**. Tese de doutorado. Florianópolis-SC, 2005.

PARAISO, M. A. Diferença no currículo. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 40, n. 140, maio/ago., 2010.

PASSOS, E.; BARROS, R.B. de PASSOS, A cartografia como método de pesquisa-intervenção Em E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L da (org) **Pistas do Método Cartográfico**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PATTO, M. H. S. (org) **Formação de psicólogos e relações de poder**: sobre a miséria da Psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2012.

PECHENY, M; ORTIZ-ORTEGA, A. **Enseñanza universitaria sobre género y sexualidades em Argentina, Chile, China, México y Sudáfrica**. 1 ed. Buenos Aires: Editorial Teseo. 2010

PENEDO, S. L. **El Laberinto queer**. La identidad en tiempos de neoliberalismo. Madri: Egales. 2008.

PERES, R. S.; BORSONELLO, E. C.; PERES, W. S. A esquizoanálise e a produção da subjetividade: considerações práticas e teóricas. **Revista Psicologia em Estudo**. DPI/CCH/UEM v. 5 n. 1 p. 35-43. 2000.

PERES, W.S; POCAHY, F.A.; CARNEIRO, N. S; TEIXEIRA-FILHO, F. S. **Transconversações queer**: sussurros e gemidos lusófonos Quatro cadelas mirando a(s) Psicologia(s). Revista Periódicus 1ª edição maio-outubro de 2014. Disponível em: <www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/index>. Acesso em: 03 de set. de 2015.

PERES, W.S. Travestis, cuidado de si e serviços de saúde; Algumas reflexões. Em: COSTA, H et al (org). **Retratos do Brasil homossexual**: Fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

_____. Tecnologias e programação de sexo e gênero: apontamentos para uma Psicologia política QUEER. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia e Diversidade Sexual: desafios para uma sociedade de direitos**. Brasília: CFP, 2011.

_____. Psicologia e Políticas Queer. Em TEIXEIRA-FILHO, F et al (organizadores) **Queering**: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

_____. Contra a Psicologia do sacerdócio: a vida que sangra, pulsa, vibra. In MINELLA, L; ASSIS, G. de O.; FUNCK, S. B. (org). **Políticas e fronteiras**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014.

PLATERO MÉNDEZ, R. (Lucas). Metáforas y articulaciones para una pedagogía crítica sobre la interseccionalidad. **Quaderns de Psicologia**. 2014, Vol. 16, No 1, 55-72. Disponível em: <<http://quadernsdePsicologia.cat>>. Acesso em: 17 de ago. de 2015.

POCAHY, F. ‘Pesquisa – aquecimento’: Derivas de uma epistemologia libertina. Em TEIXEIRA-FILHO, F et al (organizadores) **Queering**: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

PRECIADO, B. **Manifiesto Contra-sexual**. Madri: Opera Prima. 2002.

_____. **Texto Yonqui**. Madri: Spasa. 2008.

RAGO, L. M. **A aventura de contar-se**: feminismo, escrita de si e invenções subjetivas. Campinas: Unicamp, 2013.

ROLNIK, S **Cartografia ou de como pensar com o corpo vibrátil**. Núcleo de estudos da subjetividade. PUC-SP. s/d. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensarvibratil.pdf>>. Acesso em: 22 de jun. de 2015.

ROLNIK, S. In: LANCETTI, A. (Org.). **Cadernos de Subjetividade – O Reencantamento do Concreto**, São Paulo: Hucitec, 2003.

RUBIN, G. **Pensando sexo**: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_osexo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 de mai. de 2015.

SÁEZ, J; CARRASCOSA, S. **Por el Culo**: Políticas anales. Editor digital: Polifemo7, 2011.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução: Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SALOTTI, M. R. R. Breves considerações sobre práticas educacionais. In CUNHA, B. B. B. (et al.) **Psicologia na escola**: um pouco de história e algumas histórias. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

SCOTT, J.W. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1989. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/-pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> . Acesso em: 05 de set. de 2015.

_____. Experiência. In SILVA, A. L. da; LAGO, M. C. de S. & RAMOS, T. R. O (orgs) **Falhas de Gênero**: Teorias, análise, leituras. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

SEDGWICK, E.K. Epistemologia do armário. Tradução Plínio Dentzien. **Cadernos Pagu** (28), janeiro-junho de 2007:19-54.

SILVA, T. T Monstros, ciborgues e clones: os fantasmas da Pedagogia Crítica. Em Cohen, J. J. **Pedagogia dos monstros – os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

_____. A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, T. T. da (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SPOSITO, S. E. **Homossexualidades na Psicologia:** da despatologização à luta por direitos. Tese de doutorado. Unesp/Assis, 2015.

TEIXEIRA-FILHO, F. S. **Psicologia e Teoria Queer:** das identidades aos devires. Tese de Livre-docência. Assis, 2013.

_____. et al (organizadores) **Queering:** problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

TORRES, D. **Pornoterrorismo.** Madrid: Tafalla, 2011.

VEIGA NETO, A; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade In LOURO, G. **O corpo educado** - pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica conceitual In SILVA, T. T. da (org). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

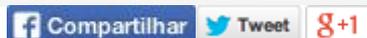
ANEXO A - COMERCIAL DE TV - DIA DOS NAMORADOS

O Boticário

Curitiba - PR Terça-feira, 26 de Maio de 2015 - 13:53

Fiquei muito insatisfeita em assistir a um comercial onde ocorre a banalização das famílias no modelo tradicional, e onde aparecem famílias homossexuais, como se fosse normal. Não tenho preconceito com homossexuais. Inclusive luto para que encontrem o caminho de Deus. Não concordo com uma empresa desse tamanho, onde inclusive já prestei serviços, e onde meus filhos frequentam as lojas e tem acesso a produtos infantis, banalizar esse assunto. Acredito que milhares de outros cristãos como eu compartilham da mesma opinião. A mídia já está demasiadamente poluída. Se tem na novela, eu mudo de canal, mas a propaganda está em todos os meios. Não quero que meus filhos assistam essa propaganda. Tenho o direito de preservar a instituição família dentro da minha casa, e infelizmente o comercial do Boticário está ferindo esse meu direito.

Avise outros consumidores:



Terça-feira, 26 de Maio de 2015 - 14:49

Olá Patricia.

O Boticário acredita na beleza das relações, presente em toda sua comunicação. A proposta da campanha Casais, que estreou em TV aberta no dia 24 de maio, é abordar, com respeito e sensibilidade, a ressonância atual sobre as mais diferentes formas de amor independentemente de idade, raça, gênero ou orientação sexual - representadas pelo prazer em presentear a pessoa amada no Dia dos Namorados. O Boticário reitera, ainda, que valoriza a tolerância e respeita a diversidade de escolhas e pontos de vista. Permanecemos à disposição também por meio de nossos canais de contato: CRC: 0800 413011, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 20:00 horas e, sábados, das 09:00 às 16:00.

Abraços,

Tatiana.

Central de Relacionamento com o Consumidor O Boticário.



Terça-feira, 26 de Maio de 2015 - 14:54

O meu problema é que os meus filhos menores de 6 anos assistam ao comercial, pois eles também frequentam a loja. Não concordo com a exibição do mesmo em qualquer horário.

Disponível em <http://www.reclameaqui.com.br/13184378/o-boticario/comercial-de-tv-dia-dos-namorados/> Acesso em 02/06/2015.

ANEXO B - : RESOLUÇÃO N.º 5, DE 15 DE MARÇO DE 2011

Ano CXLVIII N.º 51 Página 19, Brasília – DF, quarta-feira, 16 de março de 2011

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR****RESOLUÇÃO N.º 5, DE 15 DE MARÇO DE 2011**

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 9.º, § 2.º, alínea "c", da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995, nos arts. 62 e 65 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Resoluções CNE/CP n.ºs 1, de 18 de fevereiro de 2002, e 2, de 19 de fevereiro de 2002, e na Resolução CNE/CES n.º 8, de 7 de maio de 2004, com fundamento nos Pareceres CNE/CES n.ºs 1.314/2001, 72/2002, e 62/2004, e no Parecer CNE/CES n.º 338/2009, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 7 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1.º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior do País.

Art. 2.º As Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Psicologia constituem as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação deste curso.

Art. 3.º O curso de graduação em Psicologia tem como meta central a formação do psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia, e deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos:

I - construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia;

II - compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais;

III - reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico;

IV - compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;

V - atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;

VI - respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia;

VII - aprimoramento e capacitação contínuos.

Art. 4.º A formação em Psicologia tem por objetivos gerais dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

I - Atenção à saúde: os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo, bem como a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética;

II - Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais deve estar fundamentado na capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III - Comunicação: os profissionais devem ser acessíveis e devem manter os princípios éticos no uso das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral;

IV - Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade;

V - Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e a administração da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou líderes nas equipes de trabalho;

VI - Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática, e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento das futuras gerações de profissionais, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmica e profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

Art. 5.º A formação em Psicologia exige que a proposta do curso articule os conhecimentos, habilidades e competências em torno dos seguintes eixos estruturantes:

I - Fundamentos epistemológicos e históricos que permitam ao formando o conhecimento das bases epistemológicas presentes na construção do saber psicológico, desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente as linhas de pensamento em Psicologia;

II - Fundamentos teórico-metodológicos que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia;

III - Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional, de forma a garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção quanto a competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional;

IV - Fenômenos e processos psicológicos que constituem classicamente objeto de investigação e atuação no domínio da Psicologia, de forma a propiciar amplo conhecimento de suas características, questões conceituais e modelos explicativos construídos no campo, assim como seu desenvolvimento recente;

V - Interfaces com campos afins do conhecimento para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos;

VI - Práticas profissionais voltadas para assegurar um núcleo básico de competências que permitam a atuação profissional e a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins.

Art. 6.º A identidade do curso de Psicologia no País é conferida através de um núcleo comum de formação, definido por um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos.

Art. 7.º O núcleo comum da formação em Psicologia estabelece uma base homogênea para a formação no País e uma capacitação básica para lidar com os conteúdos da Psicologia, enquanto campo de conhecimento e de atuação.

Art. 8.º As competências reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia, e devem garantir ao profissional o domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida. São elas:

I - analisar o campo de atuação profissional e seus desafios contemporâneos;

II - analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre os seus agentes sociais;

III - identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e agir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo;

IV - identificar, definir e formular questões de investigação científica no campo da Psicologia, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta e análise de dados em projetos de pesquisa;

V - escolher e utilizar instrumentos e procedimentos de coleta de dados em Psicologia, tendo em vista a sua pertinência;

VI - avaliar fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, em diferentes contextos;

VII - realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações;

VIII - coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças individuais e socioculturais dos seus membros;

IX - atuar inter e multiprofissionalmente, sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar;

X - relacionar-se com o outro de modo a propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais requeridos na sua atuação profissional;

XI - atuar, profissionalmente, em diferentes níveis de ação, de caráter preventivo ou terapêutico, considerando as características das situações e dos problemas específicos com os quais se depara;

XII - realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia;

XIII - elaborar relatos científicos, pareceres técnicos, laudos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação;

XIV - apresentar trabalhos e discutir ideias em público;

XV - saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional.

Art. 9.º As competências, básicas, devem se apoiar nas habilidades de:

I - levantar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais técnicos e outras fontes especializadas através de meios convencionais e eletrônicos;

II - ler e interpretar comunicações científicas e relatórios na área da Psicologia;

III - utilizar o método experimental, de observação e outros métodos de investigação científica;

IV - planejar e realizar várias formas de entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos;

V - analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais;

VI - descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos;

VII - utilizar os recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia.

Art. 10. Pela diversidade de orientações teórico-metodológicas, práticas e contextos de inserção profissional, a formação em Psicologia diferencia-se em ênfases curriculares, entendidas como um conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em algum domínio da Psicologia.

Art. 11. A organização do curso de Psicologia deve explicitar e detalhar as ênfases curriculares que adotará, descrevendo-as detalhadamente em sua concepção e estrutura.

§ 1.º A definição das ênfases curriculares, no projeto do curso, envolverá um subconjunto de competências e habilidades dentre aquelas que integram o domínio das competências gerais do psicólogo, compatível com demandas sociais atuais e/ou potenciais, e com a vocação e as condições da instituição.

§ 2.º A partir das competências e habilidades definidas, o projeto de curso deverá especificar conteúdos e experiências de ensino capazes de garantir a concentração no domínio abarcado pelas ênfases propostas.

§ 3.º A instituição deverá oferecer, pelo menos, duas ênfases curriculares que assegurem a possibilidade de escolha por parte do aluno.

§ 4.º O projeto de curso deve prever mecanismos que permitam ao aluno escolher uma ou mais dentre as ênfases propostas.

Art. 12. Os domínios mais consolidados de atuação profissional do psicólogo no País podem constituir ponto de partida para a definição de ênfases curriculares, sem prejuízo para que, no projeto de curso, as instituições formadoras concebam recortes inovadores de competências que venham a instituir novos arranjos de práticas no campo.

§ 1.º O subconjunto de competências definido como escopo de cada ênfase deverá ser suficientemente abrangente para não configurar uma especialização em uma prática, procedimento ou local de atuação do psicólogo. São possibilidades de ênfases, entre outras, para o curso de Psicologia:

a) Psicologia e processos de investigação científica, que consiste na concentração em conhecimentos, habilidades e competências de pesquisa já definidas no núcleo comum da formação, capacitando o formando para analisar criticamente diferentes estratégias de pesquisa, conceber, conduzir e relatar investigações científicas de distintas naturezas;

b) Psicologia e processos educativos, que compreende a concentração nas competências para diagnosticar necessidades, planejar condições e realizar procedimentos que envolvam o

processo de educação e de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de indivíduos e grupos em distintos contextos institucionais em que tais necessidades sejam detectadas;

c) Psicologia e processos de gestão, que abarca a concentração em competências definidas no núcleo comum da formação para o diagnóstico, o planejamento e o uso de procedimentos e técnicas específicas voltadas para analisar criticamente e aprimorar os processos de gestão organizacional, em distintas organizações e instituições;

d) Psicologia e processos de prevenção e promoção da saúde, que consiste na concentração em competências que garantam ações de caráter preventivo, em nível individual e coletivo, voltadas à capacitação de indivíduos, grupos, instituições e comunidades para protegerem e promoverem a saúde e a qualidade de vida, em diferentes contextos em que tais ações possam ser demandadas;

e) Psicologia e processos clínicos, que envolve a concentração em competências para atuar, de forma ética e coerente com referenciais teóricos, valendo-se de processos psicodiagnósticos, de aconselhamento, psicoterapia e outras estratégias clínicas, frente a questões e demandas de ordem psicológica apresentadas por indivíduos ou grupos em distintos contextos;

f) Psicologia e processos de avaliação diagnóstica, que implica a concentração em competências referentes ao uso e ao desenvolvimento de diferentes recursos, estratégias e instrumentos de observação e avaliação úteis para a compreensão diagnóstica em diversos domínios e níveis de ação profissional.

§ 2.º As definições gerais das ênfases propostas no projeto de curso devem ser acompanhadas pelo detalhamento das competências e pelo conjunto de disciplinas que darão o suporte do conhecimento acumulado necessário para o seu desenvolvimento pelo formando.

§ 3.º As ênfases devem incorporar estágio supervisionado estruturado para garantir o desenvolvimento das competências específicas previstas.

Art. 13. A Formação de Professores de Psicologia dar-se-á em um projeto pedagógico complementar e diferenciado, elaborado em conformidade com a legislação que regulamenta a formação de professores no País.

§ 1.º O projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia tem por objetivos:

a) complementar a formação dos psicólogos, articulando os saberes específicos da área com os conhecimentos didáticos e metodológicos, para atuar na construção de políticas públicas de educação, na educação básica, no nível médio, no curso Normal, em cursos profissionalizantes e em cursos técnicos, na educação continuada, assim como em contextos de educação informal como abrigos, centros socioeducativos, instituições comunitárias e outros;

b) possibilitar a formação de professores de Psicologia comprometidos com as transformações político-sociais, adequando sua prática pedagógica às exigências de uma educação inclusiva;

c) formar professores de Psicologia comprometidos com os valores da solidariedade e da cidadania, capazes de refletir, expressar e construir, de modo crítico e criativo, novos contextos de pensamentos e ação.

§ 2.º A proposta complementar para a Formação de Professores de Psicologia deve assegurar que o curso articule conhecimentos, habilidades e competências em torno dos seguintes eixos estruturantes:

a) Psicologia, Políticas Públicas e Educacionais, que prepara o formando para compreender a complexidade da realidade educacional do País e fortalece a elaboração de políticas públicas que se articulem com as finalidades da educação inclusiva;

b) Psicologia e Instituições Educacionais, que prepara o formando para a compreensão das dinâmicas e políticas institucionais e para o desenvolvimento de ações coletivas que envolvam os diferentes setores e protagonistas das instituições, em articulação com as demais instâncias sociais, tendo como perspectiva a elaboração de projetos político- pedagógicos autônomos e emancipatórios;

c) Filosofia, Psicologia e Educação, que proporciona ao formando o conhecimento das diferentes abordagens teóricas que caracterizam o saber educacional e pedagógico e as práticas profissionais, articulando-os com os pressupostos filosóficos e conceitos psicológicos subjacentes;

d) Disciplinaridade e interdisciplinaridade, que possibilita ao formando reconhecer o campo específico da Educação e percebê-lo nas possibilidades de interação com a área da Psicologia, assim como com outras áreas do saber, em uma perspectiva de educação continuada.

§ 3.º A Formação de Professores de Psicologia deve oferecer conteúdos que:

a) destaquem e promovam uma visão abrangente do papel social do educador, assim como a reflexão sobre sua prática e a necessidade de aperfeiçoamento contínuo do futuro professor;

b) articulem e utilizem conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidos no curso de Psicologia para a ampliação e o amadurecimento do papel de professor;

c) considerem as características de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos, o contexto socioeconômico e cultural em que atuarão na organização didática de conteúdos, bem como na escolha das estratégias e técnicas a serem empregadas em sua promoção;

d) promovam o conhecimento da organização escolar, gestão e legislação de ensino referentes à educação no Brasil, assim como a análise das questões educacionais relativas à dinâmica institucional e à organização do trabalho docente;

e) estimulem a reflexão sobre a realidade escolar brasileira e as articulações existentes com as políticas públicas educacionais e o contexto socioeconômico mais amplo.

§ 4.º Os conteúdos que caracterizam a Formação de Professores de Psicologia deverão ser adquiridos no decorrer do curso de Psicologia e complementados com estágios que possibilitem a prática do ensino.

§ 5.º A prática profissional do professor-aluno deve se desenvolver em uma perspectiva de análise do trabalho educativo na sua complexidade, cujas atividades devem ser planejadas com a intenção de promover a reflexão e a organização do trabalho em equipes, o enfrentamento de problemas concretos do processo ensino-aprendizagem e da dinâmica própria do espaço escolar, e a reflexão sobre questões ligadas às políticas educacionais do País, aos projetos político-pedagógicos institucionais e às ações político-pedagógicas.

§ 6.º A carga horária para a Formação de Professores de Psicologia deverá ter, no mínimo, 800 (oitocentas) horas, acrescidas à carga horária do curso de Psicologia, assim distribuídas:

a) Conteúdos específicos da área da Educação: 500 (quinhentas) horas;

b) Estágio Curricular Supervisionado: 300 (trezentas) horas.

§ 7.º As atividades referentes à Formação de Professores, a serem assimiladas e adquiridas por meio da complementação ao curso de Psicologia, serão oferecidas a todos os alunos dos cursos de graduação em Psicologia, que poderão optar ou não por sua realização.

§ 8.º Os alunos que cumprirem satisfatoriamente todas as exigências do projeto complementar terão apostilada, em seus diplomas do curso de Psicologia, a licenciatura.

Art. 14. A organização do curso de Psicologia deve, de forma articulada, garantir o desenvolvimento das competências do núcleo comum, seguido das competências das partes

diversificadas - ênfases - sem concebê-los, entretanto, como momentos estanques do processo de formação.

Art. 15. O projeto do curso deve explicitar todas as condições para o seu funcionamento, a carga horária efetiva global, do núcleo comum e das partes diversificadas, inclusive dos diferentes estágios supervisionados, bem como a duração máxima do curso.

Art. 16. O projeto do curso deverá prever, outrossim, procedimentos de autoavaliação periódica, dos quais deverão resultar informações necessárias para o aprimoramento do curso.

Art. 17. As atividades acadêmicas devem fornecer elementos para a aquisição das competências, habilidades e conhecimentos básicos necessários ao exercício profissional. Assim, essas atividades devem, de forma sistemática e gradual, aproximar o formando do exercício profissional correspondente às competências previstas para a formação.

Art. 18. Os eixos estruturantes do curso deverão ser decompostos em conteúdos curriculares e agrupados em atividades acadêmicas, com objetivos de ensino, programas e procedimentos específicos de avaliação.

Art. 19. O planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e de equipe, que incluam, entre outros:

I - aulas, conferências e palestras;

II - exercícios em laboratórios de Psicologia;

III - observação e descrição do comportamento em diferentes contextos;

IV - projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes do curso;

V - práticas didáticas na forma de monitorias, demonstrações e exercícios, como parte de disciplinas ou integradas a outras atividades acadêmicas;

VI - consultas supervisionadas em bibliotecas para identificação crítica de fontes relevantes;

VII - aplicação e avaliação de estratégias, técnicas, recursos e instrumentos psicológicos;

VIII - visitas documentadas através de relatórios a instituições e locais onde estejam sendo desenvolvidos trabalhos com a participação de profissionais de Psicologia;

IX - projetos de extensão universitária e eventos de divulgação do conhecimento, passíveis de avaliação e aprovados pela instituição;

X - práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências em situações de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional, sob a forma de estágio supervisionado.

Art. 20. Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora, e procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas.

Art. 21. Os estágios supervisionados visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que as atividades do estágio supervisionado se distribuam ao longo do curso.

Art. 22. Os estágios supervisionados devem se estruturar em dois níveis - básico e específico - cada um com sua carga horária própria.

§ 1.º O estágio supervisionado básico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências e habilidades previstas no núcleo comum.

§ 2.º Cada estágio supervisionado específico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências, habilidades e conhecimentos que definem cada ênfase proposta pelo projeto de curso.

§ 3.º Os estágios básico e específico deverão perfazer, ao todo, pelo menos, 15% (quinze por cento) da carga horária total do curso.

Art. 23. As atividades de estágio supervisionado devem ser documentadas de modo a permitir a avaliação, segundo parâmetros da instituição, do desenvolvimento das competências e habilidades previstas.

Art. 24. A instituição poderá reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras instituições, desde que essas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

Art. 25. O projeto de curso deve prever a instalação de um Serviço de Psicologia com as funções de responder às exigências para a formação do psicólogo, congruente com as competências que o curso objetiva desenvolver no aluno e as demandas de serviço psicológico da comunidade na qual está inserido.

Art. 26. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004, e demais disposições em contrário.

PAULO SPELLER

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Fale-me um pouco da sua formação profissional?
 - 1.1. Como se deu a sua entrada na graduação em Psicologia?
 - 1.2. Quais são os autores/autoras que você mais trabalha e por que?
 - 1.3. Como e quando se deu seu encontro com os temas sexualidades e gêneros?
2. Como foi e como está atualmente a inserção da temática sexualidades e gêneros na formação em Psicologia no curso em que atua?
3. Quais temas relacionados às sexualidades e gêneros lhe parecem mais difíceis de problematizar na graduação em Psicologia? Cite exemplos.
 - 3.1. Quais as principais metodologias e referenciais teóricos você utiliza para a abordagem dessas temáticas na graduação?
4. Nos casos em que você tem autonomia de escolha dos discentes que trabalharão contigo em pesquisa e/ou extensão, quais são os percursos que realiza para pensar a transformação deste aluno relativamente às questões de seu trabalho em sexualidade e gênero?
5. No seu curso de graduação, como é realizada a seleção dos estágios, extensão e pesquisa e a divulgação dos mesmos?
 - 5.1. Quais estratégias de visibilidade, pedagógicas são utilizadas para a articulação de gêneros e sexualidades na formação em Psicologia?
6. Na sua opinião, quais seriam as dificuldades que @ psicólogo@ pode encontrar no trabalho com sexualidades e gênero tendo como referência os paradigmas teóricos clássicos da Psicologia?
 - 6.1. Levando-se em conta o seu trabalho, quais seriam as dificuldades de inserção das teorias contemporâneas de problematização das sexualidades e gêneros, tais como

Estudos Queer, Estudos Feministas, Estudos de Gênero, Filosofia da Diferença, na graduação em Psicologia?

7. Como seu tema de atuação “dialoga” com a proposta pedagógica do Curso em que atua?
8. Há oposições declaradas relativas a sua abordagem dos temas sexualidades e gêneros no colegiado/departamentos/curso? Quais “armas” utilizam para resistir?
9. Que tipo de diferença(s) você espera produzir na formação d@s futuros psicólog@s?